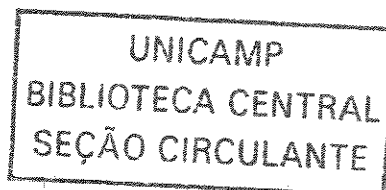


GLACY QUEIRÓS DE ROURE

CRIANÇA-OBJETO: ENTRE O DESEJO E O GOZO

Unicamp — 2002

Glacy Queirós de Roure



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Criança-objeto: entre o desejo e o gozo

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos de Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientadora: Profa^a. Dra^a.Eni Puccinelli Orlandi

Unicamp
Instituto de Estudos de Linguagem
2002

UNIDADE	30
Nº CHAMADA	TUNICAMP
	R761c
V	EX
TOMBO BC/	53192
PROC.	124/03
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	17/04/03
Nº CPD	

CM001B2261-4

BIB ID 288007

R761c Roure, Glacy Queirós de
 Criança-objeto: entre desejo e o gozo / Glacy Queirós de Roure. --
 Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador: Eni Puccinelli Orlandi
 Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
 Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Psicanálise. 3. Educação. 4. Violência
 familiar. I. Orlandi, Eni Puccinelli. II. Universidade Estadual de
 Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por _____

e aprovada pela Comissão Julgadora em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Eni Puccinelli Orlandi – Orientadora

Prof^a. Dr^a. Cláudia Pfeiffer

Prof^a. Dr^a. Miriam Debieux Rosa

Prof^a. Dr^a. Nina Virginia de Araújo Leite

Prof. Dr. Pedro Sousa

A todos os Joaquim(s), Paulo(s), Catarina(s), Vitor(s), Poliana(s), João(s), Divina(s), Jairas(s), Pamela(s), Micheles(s), Valter(s), Mateus(s), Davi(s), Camila(s), Vanessa(s), Ludmila(s), Luciano(s), Vilma(s), Saulo(s), Márcia(s), Rands, Tainara(s), Ana(s) Carolina(s), Gabriela(s), Kátia(s), Jerônimo(s), Ana(s) Marina(s) Guilherme(s), Ranzo(s), Lúcia(s), Pedro(s), Carlos(s), Gustavo(s), Leticia(s), Selma(s), André(s), Lucimar, Wesley(s), Tatiana(s), Elaine(s), Keillyane(s), Iris, Jefferson(s), Terezinha(s), Magda(s), Marcelina(s), Joana(s), crianças de nosso tempo que, independentemente de classe social, credo, sexo ou etnia, são colocadas, das formas mais diversas, na posição de objeto de gozo do Outro, “corpo-rificando” assim o estatuto de criança-objeto.

Agradecimentos

A Eni Orlandi, por ter sabido no decorrer da tese sustentar *desde sempre* as reflexões presentes em meu trabalho. Mulher cuja ousadia de pensar para além das evidências possibilitou-me a realização de um percurso cujos efeitos traduzem um compromisso com a interpretação e o desvendamento de um imaginário que impregna tanto a vida real quanto virtual capaz de fazer do outro semelhante objeto de puro gozo.

A Elizabeth Morey, pela escuta incansável e pela possibilidade de, já no final da tese, não coincidentemente, poder estabelecer uma *travessia* da mãe à mulher e da mulher à mãe.

A Nina Virgínia, por ter-me introduzido ao mundo dos sonhos, dos chistes, dos atos falhos, das pulsões e dos fantasmas, possibilitando-me indagar sobre as relações turbulentas do sujeito com seu desejo.

A meus pais, Jefferson de Roure e Geni Queirós de Roure dos quais recebi o dom da vida e a *transmissão* de uma história.

A meus filhos André, Pedro e Ana Carolina, com os quais posso viver o complexo e delicioso exercício da maternidade.

A minha irmã Shirley, cuja sabedoria, cujo carinho e cuja paciência confortam-me nos momentos difíceis.

A toda a equipe do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil, pela possibilidade de um trabalho que, ao trazer a cena a escuta de sujeitos — pais e filhos — submetidos a uma intervenção jurídica, tem possibilitado-me pensar em uma subjetividade contemporânea determinada por um laço social perverso e de forma conseqüente na existência de uma criança-objeto.

À Escola de Psicanálise de Campinas, a quem devo o início de um percurso...

Às amigas Diane e Luisa, pelo carinho e pela paciência com que me acolheram no decorrer da elaboração da tese.

Aos amigos Regina e Walmir, pelo carinho e pela amizade sempre tão presentes e cuja generosidade viabilizou, no período final da tese, minha estadia em Campinas.

A Jaqueline, pelas transcrições, pela ajuda com a revisão, mas essencialmente pela cumplicidade e escuta que se fez presente tanto nos momentos de elaboração, como em tantos outros momentos difíceis.

A Luciene, cujo respeito e cuja confiança têm possibilitado-me o início de uma nova caminhada, marcada pelo desejo em comum de uma Psicanálise capaz de produzir efeitos no social.

Ao Afrânio, de quem guardo a observação: “é necessário terminar, para só então continuar ...”.

Mas, para que me encontreis onde estou, vou ensinar-vos por que sinal reconhecer-me. Homens, escutai, eu vos dou o segredo! Eu, a verdade, falo. (Lacan, [1955] 1998b, p.410)

Nenhuma verdade pode ser localizada a não ser no campo onde ela se enuncia — se enuncia como pode. (Lacan, [21/01/70] 1992, p. 59)

A verdade — digo — só poderia ser enunciada por um semi-dizer, e seu modelo, mostrei-o a vocês no enigma. Pois é justamente assim que ela se apresenta a nós. (Lacan, [11/03/70] 1992, p. 110)

Resumo

O presente trabalho propõe-se a refletir sobre o deslocamento da posição ocupada pela criança na sociedade contemporânea, considerando a existência de um mal-estar produtor de uma subjetividade marcada pelo imperativo categórico: goze! Momento no qual a criança — efeito de um desejo anônimo — tornou-se um sintoma. Procuro compreender a posição sintomática apresentada pela criança a partir da Teoria dos Quatro Discursos proposta inicialmente por Lacan no *Seminário XVII, O avesso da psicanálise* ([1969-1970] 1992). É a partir do “discurso do capitalista” (Lacan, 1972, *apud* Goldenberg, 1997), no qual se explora a estrutura desejante do sujeito, que pude pensar a existência de uma modalidade de laço social perverso, no qual a criança é elevada à posição de criança-objeto. Reflexão que leva em conta a relação entre o capitalismo, o discurso do capitalista e o discurso tecnocientífico, considerando aí o declínio do operador estrutural Nome-do-Pai. Para tal, tomo para análise a história da mãe Marina e da filha Catarina a partir dos princípios e procedimentos presentes na Análise de Discurso. Caso que penso *corpo-rificar* o que, neste trabalho, denomino como criança-objeto.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I: Da perversão ao fetichismo	31
I PARTE: Freud: a reconstrução de um conceito	31
Introdução.....	31
1. Concepção clássica de perversão.....	35
2. A neurose como negativo da perversão.....	36
2.1. O conceito de pulsão no processo perverso.....	42
3. O Complexo de Édipo e a perversão.....	43
4. Fetichismo: recusa da realidade, recusa da castração e clivagem do eu	46
II PARTE: Lacan: da perversão ao fetichismo	53
Introdução	53
1. A perversão para Lacan	54
2. O Édipo e a perversão.....	55
3. Identificação fálica, identificação perversa.....	57
4. O complexo de castração e o falo.....	62
5. O falo como significante	65
6. Fetichismo.....	69
7. O fetiche como significante	71
CAPÍTULO II: Os quatro discursos.....	75
Introdução	75
1. Topologia: <i>cross cap</i> e o fantasma	81
2. Matema.....	87
3. O discurso como estrutura: os quatro discursos.....	89
3.1. Discurso do Mestre.....	94
3.2. Fantasma e gozo no Discurso do Mestre.....	99

3.3. Discurso do Capitalista	107
3.4. Fantasma e gozo no Discurso do Capitalista	115
3.5. O Discurso do Capitalista e a tecnociência	117
3.6. O Discurso do Capitalista, a criança e o desejo anônimo.....	122
 CAPÍTULO III: A criança entre a mãe e a mulher	127
Introdução	127
1. A criança e o gozo do Outro.....	131
2. De <i>Complexos familiares</i> a <i>RSI</i>	136
3. O pai e o significante Nome-do-Pai	137
4. Tempos lógicos do Édipo.....	139
5. A metáfora paterna e o Nome-do-Pai.....	143
5.1. Nome-do-Pai: declínio ou forclusão?	145
6. Criança sintoma	148
7. RSI: teoria da <i>père-version</i>	158
 CAPÍTULO IV: Discurso, língua e sujeito.....	165
Introdução	165
1. Saussure e a Lingüística.....	167
1.1. Signo e valor	170
2. O discurso e a língua na Análise de Discurso	174
3. Psicanálise e Análise de Discurso.....	183
4. Procedimentos e dispositivos.....	188
4.1. Dispositivo teórico, dispositivo analítico.....	191
4.2. Marcas e propriedades.....	192
 CAPÍTULO V: Um estudo de caso — Catarina: entre a mãe e a mulher	195
Introdução.....	195
1. Escutar ...escutar ... descrever ... interpretar	197
2. Marina e Catarina: o caso	201
2.1. Catarina e o fantasma da mãe.....	203

2.2. Minha nenê, minha filha	206
2.3. Entre a mulher e a mulherzinha	213
2.4. Negócio de mãe	216
2.5. Ganhar nenê.....	221
2.6. Da “menina morta” à “criança cega”.....	223
2.7. O pai no discurso da mãe	225
2.8. Entre o DNA e o registro	231
2.9. O pai dela	235
2.10. Laço simbólico, laço real, laço perverso.....	238
2.11. O choro de Catarina.....	244
2.12. Entre o desejo e o gozo	252
2.13. Tempo lógico de relação.....	260
2.14. Adotar uma criança	263
CONCLUSÃO.....	267
REFERÊNCIAS.....	275

INTRODUÇÃO

Pensar nas complexas relações estabelecidas com crianças e adolescentes no interior da família, em meio a práticas de violência, tem sido o meu objeto de investigação já há algum tempo (Roure, 1999a, 1999b, 2001). No entanto, se, inicialmente, procurava refletir os processos de determinação histórico-social mediante os quais os sujeitos ali se significavam, nem por isso a natureza inconsciente de tais práticas deixava de me interessar. Trabalhando, a partir da Análise de Discurso, com as marcas da língua no discurso, foi aí mesmo que eu pude me dar conta da presença de um sujeito do desejo que não se deixava capturar ou apreender.

A paixão pela língua, pelo que se diz e pelo impossível de se dizer foi tomando em meu trabalho uma dimensão cada vez mais intensa. À medida que, nos discursos a serem interpretados, eu me detinha nas marcas significantes que ali compareciam, as análises apontavam rumos quase inesperados: dêixis, negação, tempo verbal, relativas determinativas, processos metafóricos e metonímicos, lugares onde a falta parecia se inscrever e uma verdade ali se revelar.

A partir daí, pensar os laços estabelecidos em famílias cujas relações são marcadas por atos de abuso e agressão não mais comportava trabalhar de forma predominante com uma abordagem discursiva na qual o inconsciente comparecia marginalmente. De fato, as rupturas, as pausas, os silêncios, os esquecimentos, os atos falhos que marcavam os discursos de pais e filhos — significados como “agressores” ou “vítimas” — revelavam-se, pouco a pouco, matéria possível para fantasmas, conjunto inconsistente de lugares para o desejo. Marcas através das quais pais e mães, capturados pela língua, pareciam dizer suas verdades sem que a elas tivessem acesso.

Nesse momento, já tomada pelo desejo de *compreender* a existência de um tempo determinado por um mal-estar contemporâneo produtor de uma subjetividade capaz de produzir atos de agressão e abuso nos quais o pai faz do filho um corpo a ser marcado, ou atirado contra a parede, endereço-me à Psicanálise. Deslocamento cujos efeitos colocarão em pauta, por um lado, o meu percurso já realizado como analista de discurso e, por outro, um percurso a se iniciar em Psicanálise. O que determinará sem dúvida alguma a necessidade de uma articulação entre a Psicanálise e a Análise de Discurso e produzirá, no decorrer da tese, um constante confronto com o sentimento de um *não — saber*.

Com efeito, a partir deste momento, debruço-me sobre a teoria psicanalítica: da perversão ao fetichismo, do discurso do capitalista ao sintoma social, da metáfora paterna à teoria da *père-version* e todos enodados ao Nome-do-Pai, deparo-me com a existência de um tempo marcado por uma modalidade de laço no qual a criança parece-me ocupar o lugar de objeto.

Questão cuja complexidade remeteu-me à afirmação de Lacan ([1967] *apud* Laurent, 1994) de que para compreendermos a posição ocupada pela criança neste tempo somos obrigados a levar em conta o tratamento do gozo em uma escalada que não é a escala familiar, mas considerado numa ordem de subversão muito maior.¹ Penso implicar no pressuposto dessa afirmação a existência de um mal-estar contemporâneo determinado pelos efeitos da dita “crise da ciência”, que coloca em causa a mudança de estatuto do saber científico na sociedade contemporânea (Lyotard, 1998). Crise essa considerada determinante

¹ Por considerar a importância dos momentos de elaboração tanto de Freud e Lacan como de Pêcheux, neste trabalho optei por considerar a data da produção original em colchete, seguida da data da publicação consultada. Em relação as obras cujas traduções se dão para efeito de circulação interna no interior das escolas e associações psicanalíticas, estas são marcadas considerando-se apenas a data do seminário, mas sem data de publicação.

na produção de um novo discurso da ciência, a saber, o discurso tecnocientífico (Lebrun, 1997).²

Tendo em vista tal contexto, nas últimas décadas, constituiu-se no Ocidente uma nova configuração do social, em que a fragmentação da subjetividade ocupa posição fundamental, tornando-se matéria-prima por meio da qual outras modalidades de subjetivação são produzidas. Em todas essas novas maneiras de construção da subjetividade, o “eu” encontra-se situado em posição cada vez mais privilegiada e assume formas inéditas (Birman, 1999). Questão que se complexifica se considerarmos nessa configuração o peso determinante do discurso tecnocientífico na produção da ilusão de um *mais-de-gozar* (Lacan, [1969-1970] 1992; Laurent, 1992; Lebrun, 1997).

Não há dúvida de que, neste novo tempo, a constituição da subjetividade apresenta-se diferenciada da construída no início da modernidade, pois, marcado por uma cultura extrema do individualismo e narcisismo (Debord, 1997; Lasch, 1991), o sujeito contemporâneo é autocentrado, constituído por uma imagem que o captura e o aprisiona, produzindo uma modalidade de laço no qual o outro — semelhante — passa a ser tomado como objeto próprio ao gozo. Sob a dominância do discurso tecnocientífico e jurídico, imprimem-se formas subjetivas a partir das quais o sujeito parece ser cada vez mais capturado por uma realidade imaginária e virtual. Disso decorre uma redefinição da relação do sujeito com seu desejo, gozo, corpo, ou seja, com seu fantasma.

O sujeito contemporâneo é tão socialmente determinado quanto qualquer outro, mas tem de se acreditar cada vez mais livre para tudo desejar e tudo consumir. Segundo

² Para Araújo: “É comum a afirmação de que as ciências e as técnicas contemporâneas provocaram uma ruptura na história das sociedades industriais, gerando um sistema técnico-científico mundializado, imerso no reino do operatório. Fala-se hoje em tecnociência, ou tecnociências, no plural, para tentar nomear o fenômeno. O termo se apresenta como uma caracterização do movimento de inovação permanente e investimento financeiro que recobre o planeta de novos artefatos tecnológicos e de novos mercados, e visa sobretudo assinalar uma interdependência entre as ciências e as técnicas no saber contemporâneo. Uma grande mutação física e espiritual estaria transformando o mundo. A ciência perde sua anterioridade na ordem do saber [...]” (1998, p.11).

Haroche, esse sujeito pode ser caracterizado por “uma vontade sem limites e uma submissão sem falhas” (Haroche, *apud* Orlandi, 1987, p. 55). Entretanto, essa fantasia de liberdade acaba por produzir um delírio de autonomia a partir do qual, por um lado, sente-se inteiramente culpado por suas escolhas e ignora o quanto é determinado pelo discurso do Outro; por outro, também é tomado pela culpa por não ser capaz de obedecer ao imperativo do gozo impossível de se cumprir (Kehl, 1996). Daí uma busca desenfreada de objeto a objeto na busca de algo cuja ilusão de satisfação lhe proporcione um gozo pleno.

Diante da impossibilidade de estabelecer laços alteritários e de instituir relações de reciprocidade, acaba-se por produzir um funcionamento no qual o outro semelhante — mesmo criança — é reduzido a um mero objeto destinado a realizar a satisfação de outrem. Em face da inexistência de instâncias simbólicas que possam regular a perversidade pulsional dos corpos, impõe-se ao sujeito o imperativo de gozar (Birman, 1999).

Nesse contexto, observo a posição de objeto ocupada pela criança cada vez mais alienada ao gozo do Outro, podendo ser eliminada/destruída como dejetos caso não sirva mais a essa função abjeta. Recortada pelos mais diversos discursos — tecnocientífico, jurídico, pedagógico ou assistencialista —, a criança tornou-se objeto de intervenção. Nesse sentido, vejamos o caso da criança produto de uma fecundação *in vitro*, na qual o desejo sexual, ao ser excluído do assunto da procriação, leva-a a um embaralhamento da filiação. Vejamos ainda a criança que, ao ser *beneficiada* pela bolsa-escola ou similares, adquire para a família valor de mercadoria a ser negociada. Ou, mesmo, a pequena prostituta, cuja posição de dejetos permite que desejos incestuosos sejam satisfeitos sem nenhum interdito, pois, afinal de contas, a filha é do outro.

Considerando, pois, todas essas reflexões, ~~confrontei-me~~ com um outro saber, um saber ~~surpresa, ou diria~~, e que, enquanto surpresa, permitiu uma *re-orientação* do tema a ser trabalhado. Foi dessa forma que pude, no decorrer do doutorado, ~~deslocar-me~~ da

problemática da violência familiar para pensar a posição ocupada pela criança na sociedade contemporânea.

De fato, pensar a criança-objeto como índice de sintoma social (Laurent, 1999; Chatel, 1995) implica considerar que a letra do sintoma mostra-se sempre condicionada pelas configurações singulares do mal-estar na civilização. O que me leva a admitir que tais configurações, ao serem produzidas por determinados discursos, adquirem corpo no âmbito do Outro simbólico. Cabe ressaltar que esse lugar do Outro não pode ser considerado como uma espécie de entidade fixa e estável, mas encontra-se aberto aos acontecimentos, às eventualidades próprias da diacronia da história. Nesse lugar do Outro, encontramos não apenas as estruturas de parentesco, a metáfora do Nome-do-Pai, mas, também, o sistema de significantes e o sistema dos ideais (Santiago, 1998).

Com efeito, como desconsiderar o fato de que a variabilidade histórica da estrutura familiar reflete a ação transformadora do discurso universal concreto sobre os sistemas significantes e de ideais presentes no Outro? Indo um pouco mais além, como desconsiderar a relação entre o tempo que vivemos e o fato de que a um filho de apenas cinco anos seja ensinado o manejo de uma arma — que não é brinquedo —, cujo objetivo pressupõe não apenas a morte do outro, mas também a dele?

Se desde 1938, em *Complexos familiares*, Lacan referia-se a uma mudança das formas institucionais na família humana é porque esta, também, encontra-se determinada pelo processo de metamorfose das configurações dominantes que o mal-estar assume numa determinada época da civilização.

Neste trabalho, procuro apreender a posição sintomática apresentada pela criança nesta sociedade, a partir da Teoria dos Quatro Discursos elaborada por Lacan no *Seminário XVII, O avesso da psicanálise* ([1969-1970] 1992), tendo em vista os conceitos de discurso e laço social. Foi especialmente a partir da teorização realizada por Lacan em relação ao

“discurso do capitalista”, no qual se explora a estrutura desejante do sujeito, fazendo crer que tudo o que lhe falta poderá ser fabricado pela ciência e oferecido no mercado — até mesmo uma criança — que pude pensar de forma particular a existência de um laço perverso, que toma a criança como objeto-mercadoria com valor de fetiche. Para Lacan, o “discurso do capitalista” é o discurso que dá conta das formas que toma presentemente o capitalismo contemporâneo e, conseqüentemente, da constituição do homem moderno. Matema em que o objeto *a*, *mais de gozar* parece-me poder ser remetido não à dimensão de desejo, enquanto causa de desejo, mas muito mais à dimensão do gozo, apresentando valor de fetiche, operação que, segundo Freud, tem por objetivo recusar a castração e a falta que ela implica. Essa teorização me permite considerar, em sua elaboração, os efeitos produzidos pela afirmação realizada anteriormente por Lacan em *Complexos familiares* ([1938], 1993) da existência de um “declínio social da imago paterna” e posteriormente reelaborada como “declínio do Nome-do-Pai”.

Quanto a posição ocupada pela criança frente ao desejo da mãe na obra de Lacan, vale ressaltar a existência de uma mudança significativa. Se no *Seminário IV, A relação de objeto* ([1956-1957] 1995) a criança situa-se em função do falo, significante que falta à mãe e constitui seu desejo, já no *Seminário XI, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* ([1964] 1988) torna-se seu objeto, o que não é a mesma coisa e cujos efeitos apontam para a necessidade de uma posterior separação entre “a mãe e a mulher” passível de ser pensada nas fórmulas de sexuação presentes no *Seminário XX, Mais ainda* ([1972-1973] 1985). Cabe dizer que tal reelaboração só foi possível com a construção do objeto pequeno *a* dada inicialmente no *Seminário VI, O desejo e sua interpretação* ([1958-1959], s.d.).

Três conceitos ordenaram as formulações em Lacan em torno da família (Stevens, 2000), todos eles enodados pelo Nome-do-Pai: complexos familiares, metáfora paterna e *père-version*. As elaborações desses conceitos possibilitaram-me pensar no lugar ocupado

pela criança, inicialmente como falo da mãe e, posteriormente, como objeto desta. Neste trabalho, detive-me especialmente sobre o segundo e o terceiro: metáfora paterna e *père version*, pois trazem à tona as formulações de Lacan tanto sobre uma teoria fállica da posição da criança, em relação ao desejo da mãe, quanto a crítica desta a partir da qual a criança passa a ocupar a posição de objeto *a* para a mãe.

No ano de 1969, Lacan endereça a Jenny Aubry algumas observações sobre a criança, publicadas posteriormente sob o título “Duas notas sobre a criança” (1998g), nas quais caracteriza a sintomatologia infantil segundo sua inscrição ou a partir do par familiar, ou de sua relação dual/especular com a mãe. Ou seja, segundo ele, existem dois grandes tipos de sintoma: o primeiro refere-se ao par familiar, e pressupõe o exercício da função paterna; já o segundo não pressupõe a mediação realizada pela metáfora paterna e se atém única e exclusivamente à subjetividade da mãe, de forma que a criança encontra-se “aberta à captura fantasmática do fantasma materno”. Lacan faz alusão ao lugar da função residual da família, “elemento irreduzível de uma transmissão”, na produção de uma constituição subjetiva que implique a relação com “um desejo que não seja anônimo”. Tal afirmação diz respeito a um pai colocado em posição de agente da castração e cujo nome “é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo”.

É importante observar que as elaborações apresentadas por Lacan em “Duas notas” são contemporâneas ao *Seminário XVII, O avesso da psicanálise* ([1969-1970] 1992), no qual apresenta a Teoria dos Quatro Discursos. Ou seja, dois anos depois do “Discurso de clausura das jornadas sobre a psicose na criança” (1967 *apud* Laurent, 1994)), três anos antes da apresentação do discurso do capitalista em Milão (1972) e seis anos antes do *Seminário RSI* ([1974-1975], s.d.), no qual reelabora a metáfora paterna a partir do conceito de *père-version*. Nesse momento observa-se uma reavaliação do Édipo freudiano e da metáfora paterna, ou melhor, da posição fállica da criança, interrogando aí o lugar do gozo na

Psicanálise.

No decorrer da tese defrontei-me com a seguinte questão: como pensar a existência de uma criança-objeto utilizando-me do estudo de caso sem transformá-lo em caso clínico da ordem de uma psicanálise individual, mas considerando-o como índice de um sintoma social? A partir da afirmação de Calligaris (1991a) da inexistência de uma psicanálise do individual, visto que o sintoma é sempre social, pude realizar a escolha de apenas um caso. Afinal de contas, a aplicação de conceitos psicanalíticos para a interpretação de um fenômeno social pressupõe a reflexão de que, na Psicanálise, “o que chamamos de individual é sempre o efeito de uma rede discursiva, que é a rede mesma do coletivo” (Calligaris, 1991a). Daí que tal problemática não pode e nem deve ser considerada de forma particular, como efeito da história pessoal de algumas crianças, mas consequência sintomática de uma cultura determinada por um discurso social dominante produtor de um laço social perverso (Calligaris, 1986a) e cujos efeitos apontam na direção do imperativo categórico: goze!

Como metáfora dessa criança-objeto, lembro-me de David, o meca-filho no filme de ficção *Inteligência artificial* (2001), dirigido por Steven Spielberg a partir de um projeto de Stanley Kubrick. O roteiro retrata o desejo de um cientista em criar um filho-robô cuja função será a de garantir ao outro — pai ou mãe — um amor incondicional e eterno. “Amor perverso”, eu penso, que não implica “dar ao outro o que não se tem”, mas oferecer, justamente, o que se tem, isto é, um corpo-máquina cujo funcionamento permite ao pai a eternização de um gozo sem interdito (Castel, 1997).

Isto posto, compreender a posição da criança na sociedade contemporânea como criança-objeto — efeito de um “desejo anônimo” —, tendo como lugar de reflexão o discurso do capitalista e supondo aí os efeitos de um declínio do Nome-do-Pai, foi o caminho traçado.

Se David, personagem de um filme, metaforiza um tempo em que o desejo de ter filho, tão insistentemente sintomático, é imperativo — ainda que este seja um robô —, neste trabalho, trago a menina Catarina, que não é personagem de filme e cuja história coloca em questão uma “criança-objeto”, de quem o corpo — que não é máquina — é tomado como lugar de resto.

Diante de Marina, que espancou reiteradamente a filha de dez meses, deixando-a cega e quase parálitica, deparava-me com uma não-nomeação. No decorrer das entrevistas, o nome de Catarina — citado apenas três vezes — era substituído por expressões como: “minha nenê”, “minha filha”, “nenê”, “menina”, “mulhé”, “recém-nascido” “mulhezinha”, “bebezim” etc. Com apenas 18 anos, Marina dizia como foi ficar grávida: *um choque*. Enquanto esperava a decisão judicial sobre a guarda da filha, ela sonhava com a festa de seus 15 anos.

No primeiro capítulo, apresento as elaborações de Freud e Lacan sobre o conceito de perversão e fetichismo. A finalidade da reflexão é aproveitar os conceitos para pensar a perversão, que não deve ser confundida com a estrutura clínica homônima (Goldenberg, s.d.), mas como modalidade de laço social, empreendimento discursivo decorrente de um tempo marcado pelo desenvolvimento do capitalismo (Calligaris, 1986a) .

No segundo capítulo, trabalho a Teoria dos Quatro Discursos, priorizando a relação entre discurso e laço social. Para tanto, destaco especialmente os discursos do mestre e do capitalista, considerando as articulações apresentadas nos dois matemas referentes ao gozo e ao fantasma. Discuto ainda os efeitos do último na constituição de uma subjetividade contemporânea, observando a relação entre capitalismo, discurso do capitalista e discurso tecnocientífico.

No terceiro capítulo, dedico-me a discutir conceitos que ordenaram as formulações em Lacan em torno da família e, portanto, da criança: metáfora paterna e *père-version*.

Reflexão que, ao ser norteadada pelo texto “Duas notas sobre a criança” ([1969] 1998g), e pela aula de 21 de janeiro de 1973 no *Seminário RSI*, na qual Lacan apresenta a teoria da *père-version*, permitiu-me refletir o lugar ocupado pela criança “entre a mãe e a mulher”.

No quarto capítulo, exponho o dispositivo teórico e analítico proposto pela Análise de Discurso por meio do qual as análises foram realizadas. Considero o quanto os procedimentos formulados pela Análise de Discurso são capazes de contribuir com a análise do *corpus* apresentado, ainda que o campo teórico de interpretação dos resultados da análise se dê sustentado pela Psicanálise. E, nesse sentido, destaco o conceito de língua como lugar dessa possível articulação. Procedimento que penso ser sustentado tanto pela afirmação de Pêcheux ([1975] 1988, p. 133) de que inconsciente e ideologia “estão materialmente ligados”, quanto a de Orlandi (1992) segundo a qual a língua é esse lugar material.

No quinto capítulo, apresento o caso de Marina e de sua filha Catarina, cuja análise é determinada pelo conjunto de procedimentos formulados pela Análise de Discurso. Como *corpus* de análise, figura o conjunto de três entrevistas realizadas com Marina logo após a cirurgia de Catarina, quando esta já não se encontrava mais sob a guarda da primeira. Marcada pela relação com a língua, é sobre sua materialidade significante que me detenho, procurando escutar, descrever e interpretar em Marina as determinações inconscientes e ideológicas que a aprisionam a um dizer que retorna reiteradamente à ilusão de um gozo a ser obtido. Considerado como enunciação de um desejo inconsciente, forma de memória a ser realizada numa prática de significância, é um dizer que se refere à história das marcas presentes em sua constituição como sujeito desejante.

Finalmente, na conclusão retomo a relação criança-objeto e sintoma social a partir da Teoria dos Quatro Discursos, levando em conta a existência de um imperativo de ter filhos produzido por um desejo anônimo da cultura. Sustentando-me na proposta de Chemama,

apresento rapidamente o discurso do analista como possibilidade de se produzir um giro discursivo no qual o sujeito possa se encaminhar na direção de um significante novo.

CAPÍTULO I: DA PERVERSÃO AO FETICHISMO

I PARTE: FREUD: A RECONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

Introdução

Já há algum tempo, alguns psicanalistas têm procurado pensar a subjetividade contemporânea a partir do conceito de perversão, o que não deve ser confundido com a estrutura clínica homônima, mas como modalidade de laço social (Calligaris, 1986a; Miller, 1997; Goldenberg, s.d.).³ Entretanto, postular a posição ocupada pela criança em uma sociedade na qual a perversão tem se apresentado como laço implica refletir sobre que tipo de discurso esta é submetida, pois, conforme afirmou Lacan ([1969-1970] 1992), não há subjetividade que se organize fora do laço social sempre produzido pelos discursos. Assim sendo, para supor a existência de um laço perverso sem que aí se considere a presença de uma estrutura psíquica perversa, acredito ser necessário demarcar o conceito de perversão — *re-significado* por Freud e, posteriormente, *re-trabalhado* por Lacan — para só então estabelecer as possíveis articulações entre perversão e estrutura perversa originária, discurso

³ Ainda que Miller não aborde a subjetividade contemporânea sustentado pelo conceito de “laço social perverso”, em “O sintoma e o cometa” (1997, p. 10), afirma: “Na época vitoriana de Freud, a neurose obsessiva era o ideal da sociedade. Na nossa, a perversão está cada vez mais presente, como nova norma social. Digo ‘perversão’, em sentido generalizado, por se referir a um gozo que se desprende do Outro da verdade. O mais-de-gozar supera a verdade. A época neurótica é a do justificar-se socialmente — paixão do neurótico. Esboça-se o acesso a perversão. O gozo, justificado por si mesmo, expõe a cultura: ‘Os justos serão os gozadores’”.

e laço perverso. Distinções que necessariamente colocam em pauta a forma de inscrição, do significante Nome-do-Pai, no nível da diferença sexual.

O capítulo será dividido em dois momentos: na primeira parte, apresento, ainda que rapidamente, a construção do conceito de perversão por Freud. Nesse procedimento metodológico, procurei reafirmar dois outros procedimentos delineados a partir dele: por um lado, retirar a perversão do campo do desvio, considerando-a como estrutura psíquica específica em oposição às estruturas neurótica e psicótica e, por outro, compreendê-la — por meio dos conceitos de recusa da realidade e clivagem do eu — como componente psíquico do homem em geral. Na segunda parte, exponho as elaborações de Lacan, detendo-me essencialmente no *Seminário IV, A relação de objeto* ([1956-1957] 1995), e no *Seminário V, As formações do inconsciente* ([1957-1958] 1999).

Em relação à primeira parte, considerando a existência de significativas alterações em torno das elaborações de Freud referentes ao conceito de perversão, procurei ressaltar três momentos essenciais da teorização⁴: o primeiro baseado no axioma “a neurose é o negativo da perversão”; o segundo relacionado ao papel do Complexo de Édipo nas perversões, e o terceiro determinado pelas elaborações em torno do fetichismo associado aos conceitos de recusa da castração e de clivagem do eu. Todavia, antes de me remeter às elaborações realizadas por Freud em relação ao conceito de perversão, penso ser importante fazer algumas observações iniciais.

Desde o início de seu trabalho, Freud contrapõe-se ao conceito de perversão enquanto degeneração, questionando o limite de uma sexualidade dita “normal” e apontando a existência de inclinações/tendências perversas na vida sexual dos neuróticos. Ao relacionar tais inclinações à sexualidade infantil, acaba por ressaltar a existência de uma sexualidade

⁴ O critério aqui utilizado foi o de Chasseguet-Smirnel (apud: Ferraz, 2000).

perverso-polimorfa, a partir da qual os neuróticos seriam pessoas com inclinações perversas porém recalcadas e relegadas ao inconsciente.

O aforisma freudiano “a neurose é o negativo da perversão” é enunciado pela primeira vez já em 1901 (1990), quando da apresentação do caso Dora no artigo “Fragmento de análise de um caso de histeria”. Nesse trabalho, ele afirma que o conteúdo da fantasia dos neuróticos é significado em ato pelos perversos. Ou seja, que a perversão se positiva em atos, o que no neurótico ficaria restrito a montagens fantasmáticas.

Logo em seguida, nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” ([1905] 1990), sublinha o caráter perverso-polimorfo da sexualidade infantil e apresenta o conceito de pulsão. Aí a perversão é considerada como uma sexualidade em estado bruto, cuja libido se restringiria a pulsões parciais, sexualidade perversa que não reconhece o recalçamento e a sublimação.

No entanto, se, desde a sua primeira teoria das pulsões apresentada nos “Três ensaios”, Freud demarca a existência de uma sexualidade constituída por pulsões parciais e anárquicas que buscavam essencialmente o prazer, nem por isso podemos ver aí uma teoria da perversão delineada em seus contornos e eixos constitutivos, mas que, no entanto, leva a distinguir uma dimensão perverso-polimorfa da sexualidade de uma estrutura perversa. Essa elaboração torna-se possível apenas a partir do artigo sobre o fetichismo em 1927.

Segundo Birman (1999, p. 15):

Dizer que toda e qualquer forma de sexualidade humana é permeada pelos fantasmas perverso-polimorfos da sexualidade originária não significa traçar critérios teóricos diferenciais e signos clínicos que permitam pensar na diversidade das figuras clínicas apresentadas para a experiência analítica. Dito de outra maneira, seria preciso ainda construir referentes teóricos consistentes para que se pudesse elaborar o aforisma freudiano de que “as neuroses são o negativo da perversão”. Vale dizer, seria necessário erigir signos

distintivos que fossem, ao mesmo tempo, sutis na sua apresentação clínica e que pudessem fundamentar operações terapêuticas conseqüentes, de maneira a diferenciar os funcionamentos psíquicos nas neuroses e nas perversões.

A questão é que, mesmo retirando a perversão de uma classificação psiquiátrica na qual ela era concebida enquanto degeneração, Freud ainda conserva a idéia de norma e de um desvio em relação à sexualidade. Daí a impossibilidade de fazer da perversão uma estrutura universal do psiquismo que ultrapasse o âmbito das diversas práticas sexuais ditas perversas. Das práticas sexuais perversas à estrutura perversa, seriam necessários cerca de vinte anos.

Quando, em 1927, no artigo “Fetichismo” (1990), Freud retorna ao conceito de renegação introduzido em 1923, afirma que, nessa forma de perversão, o sujeito faz coexistirem duas realidades: a recusa e o reconhecimento do pênis na mulher. Podem-se observar, nesse funcionamento, uma “clivagem permanente do eu” e a produção de um objeto fetiche como substituto do órgão faltante. A partir desse momento, a perversão é inscrita ao lado da neurose e da psicose numa estrutura tripartite: ao lado da psicose, definida como a reconstrução de uma realidade alucinatória, e da neurose, resultante de um conflito interno e de um conseqüente recalque, a perversão aparece como uma renegação ou um desmentido da castração, com uma fixação na sexualidade infantil. O fetichismo, então, passa a ser considerado como uma espécie de paradigma da perversão em geral, visto que o seu funcionamento escancara a forma de ser, por excelência, da experiência psíquica perversa.

O fato de que a concepção inicial de perversão elaborada por Freud não revele uma teoria da perversão não significa que, nesse momento, ele não tenha apresentado uma base metapsicológica suscetível de elucidar, ainda que futuramente, os fundamentos da estrutura das perversões. Foi a partir do conceito de pulsão que a sexualidade humana é retirada dos registros orgânicos do sexo e da necessidade e passa a ser inscrita no registro do psíquico. É essencialmente em relação às pulsões sexuais que Freud evocará a dinâmica da perversão.

1. Concepção clássica de perversão

O termo perversão, que tem origem no latim *perversione*, designa o ato ou efeito de perverter-se, isto é, tornar-se “perverso ou mau, corromper, depravar, desmoralizar”. Pode designar ainda a “alteração ou o transtorno de uma função”. Na medicina, esse termo foi reservado para designar o desvio ou a perturbação de uma função normal, sobretudo no terreno psíquico e, mais propriamente, no terreno da sexualidade. Desse modo, deixa-se o campo asséptico da estatística como crivo para a determinação da norma e ingressa-se no campo da moralidade para definir o que é “normal”, portanto, “certo” e “desejável”, e o que é anormal ou “perverso”, portanto, “errado” e “indesejável”. Não se pode menosprezar o fato de que, da mesma raiz de perversão, deriva o termo perversidade, que quer dizer “índole ferina ou ruim”.

Segundo Granã (*apud* Ferraz, 2000), o latim *perversus* incluía em sua área semântica significados tais como “posto as àvessas”, “contrário à justiça” e “inclinado para o mal”; já o termo *perverto* indicava “destruir as leis” ou “profanar as coisas ou cerimoniais sagrados”. Na Idade Média, a palavra passou a designar os hereges que abandonavam uma prática religiosa e a divindade, isto é, os detratores de um nome ou de uma instituição.

Em uma concepção clássica de perversão, os atos realizados por sujeitos considerados perversos seriam resultantes de uma orientação episódica de comportamentos, podendo ser identificável também em indivíduos considerados normais. Significado a partir de apreciações normativas e formas de comportamentos, o conceito de perversão poderia ser incluído em uma série de atos de crueldade física e moral cometidos sob a influência das paixões, do ódio, do ciúme até os casos de vandalismo.

Por ser sancionado por normas de natureza moral, esse conceito invalida toda a possibilidade de uma compreensão estrutural das perversões, ignorando o caráter de causalidade psíquica inconsciente do processo perverso, bem como dos processos metapsicológicos capazes de objetivá-la. Tal procedimento, além de impossibilitar a apreensão de uma lógica relacionada ao funcionamento dessa forma de estruturação psíquica, impede a realização de uma possível intervenção. Além do mais, concedendo-lhe um perfil atípico e sem especificidade estrutural, produz-se inevitavelmente uma confusão entre traços perversos e manifestações perversas. Na verdade, essa forma de conceitualização acaba por materializar o desconhecimento evidente do único local de inteligibilidade onde podem estar circunscritas as perversões, ou seja, o campo psicosssexual.

É a partir de Freud que se retira a prática da perversão do registro de uma degeneração. Será somente com o advento de suas elaborações de natureza metapsicológica que poderemos compreender o modo como se organiza e desenvolve o processo perverso.

Segundo Dor (*apud* Kaufmann, 1996, p. 416):

[...] a concepção psicanalítica das perversões se revela mais econômica e rigorosa por seu caráter operatório e instrumental. A abordagem das perversões se vê mais esclarecida no plano da inteligibilidade clínica e da eficácia terapêutica precisamente na medida em que, nesse caso, é necessário circunscrever o substrato psíquico de manifestações psicopatológicas que interpelam sem trégua a normatividade e a normalidade.

2. A neurose como o negativo da perversão.

Nessa etapa da reflexão freudiana, de forma geral, a sexualidade perversa é menos uma marginalização do processo sexual que o próprio fundamento da sexualidade normal como disposição inevitável no desenvolvimento de todo sujeito. Diferentemente de uma

concepção clássica, na qual o processo perverso é compreendido enquanto um tipo de degeneração, de malignidade em operação nos atos e condutas do indivíduo, já em 1901 em “Fragmento de análise de um caso de histeria” (1990), a concepção freudiana de perversão se afasta das conceituações nosológicas tradicionais das perversões. “Todos os psiconeuróticos são pessoas de inclinações perversas fortemente acentuadas, mas recalcadas e tornadas inconsciente no curso de seu desenvolvimento. [...] As psiconeuroses são, por assim dizer, o negativo das perversões” (Freud, [1901] 1990, p. 53-54).

Entretanto, apesar de considerar na obra de Freud uma concepção de perversão anterior a 1905, apresentarei basicamente as elaborações realizadas em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” ([1905] 1990), visto que, nesse trabalho, encontramos uma articulação mais precisa em torno da afirmação de que as perversões fazem parte de uma constituição normal. Considerando a importância da sexualidade infantil na vida sexual adulta, Freud afirma que só o estudo das influências presentes no processo de desenvolvimento da sexualidade infantil poderá possibilitar uma maior compreensão da existência dos traços essenciais das pulsões sexuais aí existentes e, de forma conseqüente, dos desvios apresentados pelos homens na sexualidade adulta.

A afirmação de que as perversões encontram-se presentes também na vida sexual dos neuróticos possibilita uma nova compreensão das perversões, considerando o caráter de causalidade psíquica inconsciente. Daí ressaltar a importância do fator contingencial — “jogo das influências” — que dominará o processo de desenvolvimento da sexualidade infantil e determinará o seu desfecho ou na perversão, ou na neurose, ou em uma vida sexual normal.

A experiência cotidiana mostrou que a maioria dessas transgressões, no mínimo as menos graves dentre elas, são um componente que raramente falta na vida sexual das pessoas sadias e que é por elas julgado como qualquer outra intimidade. Quando as circunstâncias

são favoráveis, também as pessoas normais podem substituir durante um bom tempo o alvo sexual normal por uma dessas perversões, ou arranjar-lhe um lugar ao lado dele. Em nenhuma pessoa sadia falta algum acréscimo ao alvo sexual normal que se possa chamar de perverso, e essa universalidade basta, por si só, para mostrar quão imprópria é a utilização reprobatória da palavra perversão. (Freud, [1905] 1990, p. 151)

Foi por meio do conceito de pulsão que Freud pôde elaborar a teoria da sexualidade infantil e, a partir desta, empreender uma outra compreensão em relação aos mecanismos específicos que determinam as práticas perversas até então concebidas enquanto desvio de uma norma sexual. Aliás, com Freud, “a perversão se inscreve na própria norma” (Dor, *apud* Kaufmann, 1996, p. 416).

Procurando compreender os desvios presentes na sexualidade humana, Freud, sustentado pelo conceito de pulsão, ressaltará a existência de “aberrações sexuais”, considerando uma dupla determinação: seja como desvio relativo ao objeto da pulsão sexual, seja como desvio em relação a seu objetivo. Se, em relação aos desvios com respeito ao objeto sexual, ele aponta a inversão — homossexualismo —, é referindo-se ao desvio realizado em direção ao objetivo sexual que menciona a perversão.

Nesse momento, Freud explica a perversão como uma tendência geral da pulsão na organização sexual infantil, que é a de se desviar de seu objeto e de sua finalidade sexual normal. A pulsão sexual na infância é composta por pulsões parciais — auto-erotismo —, que se localizam num órgão do qual provém uma excitação sexual, ou seja, as zonas erógenas, e cuja finalidade é a satisfação produzida nessas zonas.

As pulsões sexuais são consideradas como pulsões parciais, pois se apóiam num desvio quanto ao objeto da pulsão (estádio oral: sucção; sádico-anal: retenção/expulsão; fálico: masturbação). Esses componentes parciais da sexualidade, de início autônomos, sem um eixo ordenador que os aglutine em torno de si, organizar-se-ão, posteriormente, na

puberdade sob o primado da zona genital. A sexualidade infantil é considerada perversa-polimorfa à medida que impõe outros objetos e outros fins que não o objeto e o fim sexual “normal” genital.

Entretanto, vale dizer que, já nesse momento, para Freud, a satisfação aí obtida não se dá de modo imediato e instintual, mas obedece a um processo de idealização. Afirmção que permite considerar a existência de fatores psíquicos na constituição da sexualidade humana. O que caracteriza a perversão não é a pulsão em si, mas a posição subjetiva em relação à pulsão, é a fantasia em que a pulsão se inscreve e que determina seu destino. Freud faz assim uma distinção capital entre pulsão e perversão pela intervenção da elaboração psíquica.

Em relação ao fetichismo, Freud observa a existência de casos em que o objeto sexual é substituído por um outro impróprio para servir ao alvo sexual normal. O objeto em questão poderá ser tanto uma parte do corpo — os pés, os cabelos — pouco apropriada para fins sexuais, quanto um objeto inanimado que mantém uma relação com a pessoa a quem substitui, de preferência com a sexualidade dela: uma peça do vestuário, ou mesmo uma peça íntima etc. Objeto fetiche que passa a ser alvo de uma supervalorização sexual e cuja escolha é marcada pela história do sujeito, pois há aí um processo de idealização acompanhado de uma hipervalorização sexual do objeto.

Com certeza, nessa teorização é possível observar, por parte de Freud, um esforço em estabelecer possíveis diferenças entre a vida sexual do “neurótico” e daqueles que poderiam ser denominados de perversos levando em conta o conceito de sintoma. No caso da vida sexual dos neuróticos, ele afirma que esta se baseia, seja de forma exclusiva, seja de forma parcial, no sintoma.

Nessa perspectiva, os sintomas — produto do recalçamento — funcionam enquanto formações substitutivas, extraindo sua força da pulsão sexual. Funcionando como solução de

compromisso entre forças que estão em oposição, o sintoma pode ser comparado a uma metáfora, ou seja, a uma formação que satisfaz de modo deslocado, produzindo gozo e satisfação pulsional.

Ela [Psicanálise] mostra que de modo algum os sintomas surgem apenas à custa da chamada pulsão sexual normal (pelo menos não de maneira exclusiva ou predominante), mas que representam a expressão convertida de pulsões que seriam designadas perversas (no sentido mais lato) se pudessem expressar-se diretamente, sem desvio pela consciência, em propósitos da fantasia e em ações. Portanto, os sintomas se formam, em parte às expensas da sexualidade anormal; a neurose é, por assim dizer, o negativo da perversão. (Freud, [1905] 1990, p. 155)

Conforme podemos observar, para Freud, as perversões atualizariam, na realidade, modos de satisfação sexual recusados na neurose, mas ativamente presentes nelas sob a forma disfarçada de sintomas. Nesse sentido, as fantasias de tipo pré-genital — fantasias perversas — coexistem tanto no neurótico como no perverso, desempenhando um papel central na formação do sintoma neurótico. Se sobrevém o recalçamento, então o cenário da neurose está desenhado; caso não haja uma submissão ao recalçamento, o perverso põe em prática as fantasias pré-genitais. Dessa forma, ele não as utiliza apenas como acessório para sua excitação, mas faz delas o centro mesmo de sua vida sexual. Assim, o perverso seria tudo aquilo que o neurótico almeja ser, mas não encontra permissão para tal.

Para Ferraz (2000,p. 21):

Essa postulação de Freud teve uma importância decisiva para a compreensão da sexualidade em geral, pois demonstrou que o perverso não porta uma aberração ausente nos outros seres

humanos, mas que ele simplesmente atua aquilo que se encontra, de forma latente e potencial, em todas as pessoas.

Freud remete a organização das perversões no adulto à reaparição de um ou vários componentes parciais da sexualidade infantil. Se, no adulto, as pulsões parciais podem persistir como tendências perversas no ato sexual normal sob a forma de “prazer preliminar”, as perversões “instaladas” resultariam, portanto, de uma regressão a um estágio anterior ao genital da evolução libidinal do sujeito, ao qual ele permaneceria fixado. A perversão seria, nesse sentido, a manutenção da sexualidade perverso-polimorfa na vida adulta. Essa afirmação merece algumas considerações, tendo em vista que a diferença entre a sexualidade infantil e a do perverso é o fato de que, na criança, tudo é potencialidade. Além do mais, enquanto na criança nenhum eixo dominou a cena sexual, já no adulto sua vida sexual encontra-se definida e cristalizada por um eixo pré-genital que regula e preside sua sexualidade.

Em relação a esse aspecto, na Conferência XXI, “O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais” ([1917] 1990), Freud demarca:

Antes de utilizarmos nosso conhecimento das perversões para nos atirmos novamente ao estudo da sexualidade infantil com base em premissas mais claras, devo chamar a atenção dos senhores para uma importante diferença entre elas. A sexualidade pervertida é, via de regra, muito bem centrada: todas as suas ações se dirigem para um fim – geralmente um único fim: um dos instintos componentes assumiu predominância, e, ou é o único instinto observável, ou submeteu os outros a seus propósitos. Nesse aspecto, não há diferença alguma entre sexualidade pervertida e normal, a não ser o fato de que seus instintos componentes dominantes e, conseqüentemente, seus fins sexuais são diferentes. Em ambas, pode-se dizer, estabeleceu-se uma bem organizada tirania, mas, em cada uma das duas, uma

família diferente tomou as rédeas do poder. A sexualidade infantil, por outro lado, falando genericamente, falta essa centralização; seus instintos componentes separados possuem iguais direitos, cada um dos quais seguindo seus próprios rumos na busca do prazer. Naturalmente, tanto, a ausência quanto a presença de centralização harmonizam-se bem com o fato de que tanto a sexualidade pervertida como a normal surgiram da sexualidade infantil. (Freud, [1917] 1990, p. 378)

Vale dizer que, nesse primeiro momento, não encontramos nas formulações freudianas a presença dos Complexos de Édipo e de Castração, bem como da existência de uma fase pré-genital, conceitos considerados fundamentais na compreensão da perversão. Será apenas em uma nota de acréscimo datada de 1920⁵ que Freud ressaltará uma relação mais direta entre a gênese das perversões e o Édipo, afirmando uma necessária relação entre a resolução edípica e a constituição de uma organização psíquica de natureza perversa.

2.1. O conceito de pulsão no processo perverso

Se, nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud define e ressalta o papel da pulsão na constituição da sexualidade humana e, conseqüentemente, na perversão, no artigo “Os instintos e suas vicissitudes” ([1915] 1990), ele apresenta o conceito de pulsão com base no objetivo, na fonte e no objeto a ser escolhido. Essas novas considerações permitem uma melhor compreensão das manifestações perversas da sexualidade, pois pode-

⁵ “Observo antecipadamente que, no tocante à gênese das perversões, há boas razões para supor que antes da fixação delas, exatamente como no fetichismo, teria havido um esboço de desenvolvimento sexual normal. A investigação analítica pôde mostrar, até agora em casos isolados, que também a perversão é um resíduo do desenvolvimento em direção ao complexo de Édipo, após cujo recalçamento reaparecem os componentes da pulsão sexual que eram mais fortes na disposição do indivíduo”(Freud,[1905] 1990, p.152).

se observar aí uma elasticidade, uma plasticidade dos modos de satisfação pulsional. Ao enfatizar que o objetivo último da pulsão visa à satisfação, a importância da escolha do objeto é rebaixada e secundarizada. Isto é, à medida que o objeto escolhido revela-se contingente e ao mesmo tempo determinado pela história do sujeito, o sexual é impelido pela pulsão, ficando livre para a realização de inúmeras formas de satisfação.

De fato, a elaboração do conceito de pulsão é considerada na teoria psicanalítica de fundamental importância na elucidação de uma pluralidade de questões ligadas ao campo das perversões. A partir de então, as perversões são retiradas do campo das regras normativas de comportamento e relacionadas a uma série de processos psicosexuais que têm pontos de inserção na evolução da organização sexual propriamente dita.

3. Complexo de Édipo e a perversão

Se, no momento anterior, as razões do mecanismo perverso encontram-se assentadas na relação entre as moções pulsionais e a posição subjetiva que o sujeito ocupa diante delas, a partir de 1919, Freud faz do Complexo de Édipo o pivô estruturante das perversões. Daí em diante o conceito de castração toma relevo na explicação de sua gênese e de seus destinos.

Segundo Ferraz (2000), nos textos da década de 1920 sobre o Complexo de Édipo, encontramos várias indicações dos mecanismos constitutivos da perversão, em uma antecipação do que viria a ser o terceiro e definitivo tratamento que Freud daria a esse assunto em 1927.

No artigo “Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais” ([1919] 1990), Freud volta sua atenção para o papel do recalque e da fixação em sua relação com o Complexo de Édipo na compreensão da gênese das perversões,

fornecendo uma nova luz ao estudo desse conceito. Nesse quadro teórico, a perversão passa a representar uma posição subjetiva específica constituída na dialética edipiana, herdeira desse complexo, ora recalçado.

A perversão não mais é um fato isolado na vida sexual da criança, mas encontra o seu lugar entre os processos típicos, para não dizer normais de desenvolvimento que nos são familiares. É levada a uma relação com o objeto incestuoso da criança, com o seu complexo de Édipo. Destaca-se de início, na esfera desse complexo; e depois que o complexo sucumbiu, permanece, quase sempre por si, como herdeiro da carga de libido daquele complexo, oprimido pelo sentimento de culpa ligado a ele. A constituição sexual anormal, finalmente, mostrou a sua força impondo ao complexo de Édipo uma determinada direção e compelindo-o a deixar para trás um resíduo incomum. (Freud, [1919] 1990, p. 207)

Freud apresenta ainda nesse estudo sustentado pelo Complexo de Édipo uma importante distinção que incide sobre as estruturas psíquicas que produzem uma fantasia. Ou seja, distingue a perversão da fantasia perversa, isto é, um fantasma perverso pode existir mesmo em um neurótico. Nesse sentido, a fantasia construída por um paciente neurótico, é isolada do resto da neurose e é o suporte daquilo de que se trata na pulsão aí envolvida.

Se, no entanto, a derivação das perversões a partir do complexo de Édipo pode ser estabelecida de modo geral, a nossa estimativa quanto à sua importância terá adquirido força adicional. Porque, na nossa opinião, o complexo de Édipo é o verdadeiro núcleo das neuroses e a sexualidade infantil que culmina nesse complexo é que realmente determina as neuroses. O que resta do complexo no inconsciente representa a inclinação para posterior desenvolvimento das neuroses nos adultos. Dessa forma a fantasia de espancamento e outras fixações perversas análogas também seriam apenas resíduos do complexo de Édipo, cicatrizes, por assim dizer, deixadas pelo processo que terminou, tal como o notório

‘sentimento de inferioridade’ corresponde a uma cicatriz narcísica do mesmo tipo. (Freud, [1919] 1990, p. 208)

Um aspecto a ser ressaltado nesse artigo refere-se à existência de uma articulação sobre a gênese da perversão produzida por Freud a partir de uma fantasia de espancamento, considerando a resolução do Complexo de Édipo e seus destinos pulsionais. A fantasia tem já para Freud, nesse período, a estrutura significante de um enunciado gramatical cuja gênese se liga à história edipiana do indivíduo.

Em 1923, no artigo “A organização genital infantil da libido” (1990), Freud apresentará uma retificação bastante importante para a compreensão dos mecanismos ligados ao Complexo de Castração e a seus efeitos quanto à estrutura da subjetividade. A diferença entre a sexualidade infantil e adulta já não é mais pressuposta em relação à primazia do genital, mas pela primazia concedida ao falo.

Nesse ponto, Freud ressalta a existência de um mecanismo de recusa — *Verleugnung* — da castração considerado como essencial nas formulações posteriores sobre a estrutura da perversão. A falta de um pênis é vista, dessa forma, como o resultado da castração, o que leva a criança a se defrontar com a tarefa de chegar a um acordo com a castração em relação a si própria. A partir de então, Freud trabalhará o conceito de recusa — ou desmentido — vinculado ao conceito de castração. Ou seja, é a falta de pênis na menina recusada como diferença que abre caminho para elaborações secundárias que as teorias infantis atestam.

No texto “Algumas conseqüências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos” ([1925] 1990), Freud formalizará o conceito de *Verleugnung*, dizendo que, se inicialmente a percepção pelo menino do genital feminino suscita desinteresse — não vê nada — ou repudia sua percepção ou a atenua dizendo que vai crescer, mais tarde. Diante da ameaça de castração, tal observação torna-se decisiva, produzindo efeitos na relação com o

outro. A partir dessa operação poderão, no entanto, surgir duas reações que têm a possibilidade de fixar-se e que determinarão permanentemente suas relações com a mulher: o horror ou o desprezo.

Procurando pensar para além da sexualidade infantil, Freud acaba por estabelecer uma inter-relação entre o conceito de desmentido e a psicose que rejeitaria um aspecto da realidade. O que o permite supor por algum tempo que o mecanismo de recusa é indutor essencialmente dos processos psicóticos. Essa hipótese é posteriormente relativizada, uma vez que tal funcionamento subjetivo passa a ser também encontrado em indivíduos não-psicóticos sob a forma de recusa da castração.

4. Fetichismo: recusa da realidade, recusa da castração e clivagem do eu

No artigo de 1927, “Fetichismo” (1990), Freud articula o mecanismo do desmentido com a perversão. Para ele, o fetichismo é decorrente de uma escolha do sujeito diante do Complexo de Castração, e tal processo implica a coexistência de uma recusa da percepção da ausência do pênis na mulher com um reconhecimento dessa falta. Processo que apresentaria a existência de uma divisão do eu em relação a tal fato e uma conseqüente fabricação do fetiche como substituto do órgão faltante. Entretanto, se Freud faz essa observação em 1927 em “Fetichismo” e a reafirma em 1938 no “Esboço da Psicanálise” (1990), suas elaborações iniciais não apresentam tal precisão.

Conforme ressaltai anteriormente, em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” o fetichismo é considerado como uma das categorias da perversão, na qual o fetiche é concebido como uma substituição/rebaixamento do objeto sexual normal por um objeto impróprio para servir ao objetivo sexual normal. Dito de outra forma, com o abandono do objetivo sexual normal há uma supervalorização sexual do objeto escolhido como substituto.

Disso decorre o fato de se ter como exigência para que o alvo sexual seja alcançado detalhes como a cor do cabelo, roupas específicas, semelhança ou mesmo defeitos físicos etc .

Já nesse momento, Freud afirma que uma superestimação do objeto, isto é, um certo grau de fetichismo existe “normalmente” em qualquer relação amorosa, mas esta só se torna patológica quando a fixação no objeto fetiche coloca-se como substituto do objetivo sexual normal. Essa escolha é decorrente de uma impressão sexual recebida, na maioria das vezes, na primeira infância. Entretanto, se o conceito de desmentido antes parecia ser considerado em manifestações essencialmente psicóticas, a partir de 1927 esse mecanismo se vê ilustrado num caso exemplar de perversão, como é o fetichismo.

Nesse artigo, Freud afirma que o fetiche é um substituto para um pênis específico — da mãe —, que foi extremamente importante na primeira infância e depois perdido. Ou seja, a recusa da realidade incide eletivamente sobre a ausência de pênis na mãe, remetendo de maneira geral à recusa da castração.

Não é verdade que, depois que a criança fez sua observação da mulher, tenha conservado inalterada sua crença de que as mulheres possuem um falo. Reteve essa crença, mas também a abandonou. No conflito entre o peso da percepção desagradável e a força de seu contradesejo, chegou-se a um compromisso, tal como só é possível sob o domínio das leis inconscientes do pensamento — processo primário. Sim, em sua mente a mulher teve um pênis, a despeito de tudo, mas esse pênis não é mais o mesmo de antes. Outra coisa tomou seu lugar, foi indicada como seu substituto, por assim dizer, e herda agora o interesse anteriormente dirigido a seu predecessor. Mas esse interesse sofre também um aumento extraordinário, pois o horror da castração ergueu um monumento a si próprio na criação desse substituto. (Freud, [1927] 1990, p. 157)

Vemos aí a existência de um mecanismo de defesa — o desmentido — em face de uma realidade percebida — ausência de pênis — como um processo constitutivo da organização perversa. Isso equivale a dizer que aquilo que normalmente deveria ter sido abandonado é preservado pelo fetiche. Desse modo, a criação do fetiche nada mais é que a tentativa de destruir a prova da castração, para escapar à angústia daí advinda. O fetiche significa, portanto, o triunfo sobre a ameaça da castração e permanece, na vida sexual do fetichista, cumprindo o papel de protetor contra ela. Torna-se condição imprescindível de gozo e recebe a carga da valorização antes orientada ao genital. Daí a existência de um alto grau de idealização de que ele é objeto.

A recusa, ou o desmentido, que no fetichismo se centra especificamente na realidade da castração, inaugura essa atitude contraditória com aquela que leva em conta a realidade. Como podemos perceber, o que ocorre é que o reconhecimento de que a mulher — mãe — não tenha pênis implica não apenas que esta tenha sido castrada, como também sua possível castração. Daí a recusa de a castração materna ser objetivada a partir da eleição de um objeto fetiche que funcione enquanto substituto do pênis materno. A criação do fetiche representa assim uma solução de compromisso de duas atitudes opostas diante da realidade: a de reconhecimento e a do desmentido, que persistem e convivem ao longo da vida do sujeito sem se influenciar mutuamente. Funcionamento que parece ser instalado no último momento em que a mulher ainda podia ser encarada como fálica.

A coexistência de duas atitudes psíquicas do eu com relação à realidade da castração denominada como “clivagem do eu” — *Ichspaltung* — já havia sido apresentada como hipótese por Freud no limiar da descoberta freudiana, a propósito dos “Estudos sobre a histeria” ([1885] 1990) e será retomada em sua obra inacabada “A divisão do ego no processo de defesa” ([1938] 1990). Nesse artigo, Freud retornará à hesitação da criança entre o reconhecimento e a recusa da realidade da castração.

Para Freud, o desmentido da castração é então indissolúvel da clivagem do eu, visto que um encontra-se numa relação de dependência ao outro. De fato, são estes os mecanismos que vão estruturar a perversão e, de forma especial, o fetichismo. A partir de então, o desmentido da castração torna-se elemento comum a toda perversão – tanto daquelas ligadas a uma fixação da libido a um estágio precoce como o voyeurismo, o exibicionismo, o fetichismo, como também das que se constituem mais tarde, como a homossexualidade.⁶

Em suma, em relação ao conceito de clivagem do eu, posto a nu no fetichismo, Freud não o considera como um mecanismo operatório constitutivo apenas das perversões, mas o generaliza ao nível do funcionamento psíquico de todos os sujeitos. O fetichismo torna-se, assim, uma espécie de paradigma da perversão em geral.

Quanto à formação do fetiche, se, nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud aponta que esta parece advir de uma impressão sexual advinda da primeira infância, em 1927, no artigo “Fetichismo”, ele afirma de forma mais precisa que tal escolha objetal — o fetiche — é realizada tendo em vista a última impressão que é percebida antes da visão traumática. Processo que faz lembrar a interrupção da memória na amnésia traumática, pois é como se houvesse no fetichismo uma parada da imagem, um resto paralisado, separado daquilo que poderia tê-lo produzido na história do sujeito. Todavia, a importância da compreensão do desmentido da castração como mecanismo constitutivo da perversão só é possível se pensarmos na castração com relação ao falo enquanto simbolizando a falta.

Para Dor (*apud* Kaufmann, 1996, p. 418):

⁶ São tais considerações que nos permitem compreender o fato de que Freud identifique a dimensão fetichista em todas as formas de perversão — exibicionismo, voyeurismo, copofilia —, mostrando que, nesses casos, o fetiche é portador de todos os outros objetos.

Da renegação da realidade da castração à clivagem do eu, tudo se passa como se, nas perversões, o sujeito conseguisse manter esse paradoxo psíquico que consiste em saber algo da castração, querendo ao mesmo tempo nada saber dela. Nesse sentido, as perversões remetem não apenas às teorias sexuais infantis mas, de maneira geral, à questão da diferença entre os sexos como tal. Assim esboça-se o projeto de interrogar as perversões através dos avatares do jogo fálico e, conseqüentemente, através da questão da identificação perversa, que constitui, propriamente falando, o ponto de ancoragem da estrutura das perversões, nos confins da identificação fálica.

Se o desmentido da castração implica sempre uma identificação do sujeito com a mãe fálica, considerando a existência do falo imaginário da mãe, é essa identificação que determina a posição do sujeito na perversão. Assim sendo, renunciar ao falo da mãe pode significar, para o perverso, a renúncia também à sua identificação fálica imaginária de ser aquele que completa a mãe.

Se o fetichista elege uma categoria determinada de objetos, nem por isso encontra-se fixado a ela; é sempre suscetível de se deslocar para um outro, equivalente mas diferente. O fetichismo envolve essa parte de insatisfação, constitutiva de todo desejo, e aqui nos remetemos ao conceito de deslocamento apontado por Freud ([1901] 1990).

É também Freud que nos possibilita pensar quanto ao tratamento ambíguo dado pelo fetichista a sua escolha objetual, considerando que esta comporta uma relação quase direta da atitude dividida dele para com a castração feminina. Há casos em que tanto a rejeição quanto a afirmação da castração encontram caminho na construção do próprio fetiche e outros em que a atitude dividida se mostra na função do fetiche, seja na realidade ou em sua imaginação. Em outras situações, o fetiche é considerado como uma representação da castração. Nesse sentido, tanto a afeição quanto a hostilidade presentes no tratamento do fetiche — que ocorrem correlatas à rejeição e ao reconhecimento da castração — “estão mescladas em proporções desiguais em casos diferentes, de maneira a que uma ou outra seja mais facilmente identificável” (Freud, [1927] 1990, p. 159).

Isto posto, penso poder compreender a existência de um comportamento perverso fetichista de um elevado amor para com o objeto fetiche, bem como de práticas de natureza sadomasoquista nas quais a relação mantida com o objeto é constituída pela dor e humilhação. Se o fetiche significa um triunfo sobre a ameaça da castração e permanece, na vida sexual do fetichista, cumprindo o papel de protetor contra ela, ele acaba por tornar-se condição imprescindível de gozo, recebendo uma alta carga da valorização antes orientada ao genital.

Um último aspecto que gostaria de reafirmar é o fato de que a coexistência dessa atitude dupla com respeito à recusa da castração — clivagem do eu — não é reconhecida por Freud como um mecanismo operatório constitutivo apenas das perversões, mas encontra-se presente no funcionamento psíquico de sujeitos não-fetichistas.

[...] o ego com bastante freqüência se encontra em posição de desviar alguma exigência do mundo externo que acha aflitiva e que isto é feito por meio de uma negação das percepções que trazem ao conhecimento essa exigência oriunda da realidade. Negações desse tipo ocorrem com muita freqüência e não apenas com fetichistas e, sempre que nos achamos em posição de estudá-las, revelam ser meias-medidas, tentativas incompletas de desligamento da realidade. A negação é sempre suplementada por um reconhecimento: duas atitudes contrárias e independentes sempre surgem e resultam na situação de haver divisão do ego. Mais uma vez, o resultado depende de qual das duas pode apoderar-se ‘da maior intensidade’. (Freud, [1938a] 1990, p. 233)

De fato, a “clivagem do eu”, não sendo peculiar ao fetichismo, pode ser encontrada em muitas outras situações em que o eu se defrontaria com a necessidade de construir alguma forma de defesa. Nesse sentido, tal processo pode ser decorrente não apenas em relação a uma rejeição, ou recusa, mas também em relação ao recalçamento. A representação que

reconhece a falta de pênis na mulher na perversão é um fator psíquico promotor de uma evolução sexual para uma fase genital que funciona também no neurótico. Isto permite compreender a presença ativa de traços perversos nos neuróticos. Mais geralmente ainda, isto confirma indiretamente a inscrição do processo perverso na evolução normal da sexualidade.

Conforme é possível perceber, dos “Três ensaios” ([1905] 1990) a “Fetichismo” ([1927] 1990), Freud deslocou-se de uma descrição das perversões sexuais, ainda com uma certa conotação moral, para uma teorização do mecanismo geral da perversão que já não é mais concebida como o resultado de uma predisposição polimorfa da sexualidade infantil, mas sim consequência de uma atitude do sujeito confrontado com a castração, com a diferença sexual.

Somente a partir da experiência da castração e do recalque aí estabelecido é que o sujeito pode reconhecer a existência de uma diferença sexual. O reconhecimento da castração remete o sujeito a um outro olhar sobre a figura materna, permitindo que esta seja destituída de seus emblemas fálicos e reconhecida em sua diferença sexual. É tendo em vista um necessário reconhecimento da existência de tal diferença que, tanto para o neurótico quanto para o perverso, o reconhecimento da castração materna torna-se algo da ordem do enfrentamento. Daí ser necessário reportar-se ao pai como agente da castração e sustentação da Lei.

II PARTE:

LACAN: DA PERVERSÃO AO FETICHISMO

Introdução

Nesta segunda parte, apresento a releitura realizada por Lacan dos conceitos de perversão e fetichismo a partir dos Complexos de Édipo e de Castração, considerando os conceitos de recusa da realidade, de desmentido e de clivagem do eu.

Seguindo os passos de Freud, mas não se fixando a eles, Lacan acabou por retirar definitivamente a perversão do campo do desvio, fazendo dela uma estrutura de fato. Nessa elaboração, privilegiou os conceitos de desejo e gozo para fazer da perversão um componente do funcionamento psíquico do homem em geral, cujo funcionamento apresenta uma espécie de provocação ou desafio permanente à lei.

Segundo Roudinesco (1998, p. 586):

A fórmula disso foi conhecida em 1962 num artigo célebre. “Kant com Sade”, destinado a servir de apresentação a dois livros de Sade, *Justine ou os infortúnios da virtude* e *A filosofia na alcova*. Lacan fez do mal, no sentido sadiano, um equivalente do bem no sentido kantiano, para mostrar que a estrutura perversa se caracteriza pela vontade do sujeito de se transformar num objeto de gozo oferecido a Deus, tanto ridicularizando a lei quanto por um desejo inconsciente de se anular no mal absoluto e na auto-aniquilação.

Conforme foi ressaltado na primeira parte, a base da questão perversa é sua relação com a castração, à medida que o mecanismo do desmentido — *Verleugnung* — incidirá

sobre ela.⁷ Nesse sentido, a importância da compreensão do desmentido da castração — elemento comum a toda perversão — só será possível se pensarmos na castração enquanto simbolização de uma falta.

Isto posto, refletir sobre a perversão numa perspectiva lacaniana significa pensá-la no interior de uma estrutura perversa, segundo a qual o objeto pequeno *a* toma valor de fetiche e transforma-se na condição absoluta do desejo e no lugar de um gozo. Operação que tem por objetivo recusar a castração e a falta que ela implica.

1. A perversão para Lacan

No *Seminário IV, A relação de objeto* ([1956-1957] 1995), Lacan, ao tentar explicitar as várias formas de constituição que a relação sujeito e objeto pode apresentar, considerando as noções de castração, frustração e privação, trabalha exaustivamente o conceito de perversão. Trata-se, nesse momento, de contrapor o conceito de “relação de objeto” ao de “falta de objeto”. O conceito de falta de objeto, elaborado a partir do conceito de falo, é a própria mola da relação do sujeito com o mundo e, segundo Lacan, ocupa lugar central na economia freudiana.

Nessa perspectiva, a organização objetal realizada pelo sujeito deve ser compreendida a partir do conceito de “falta de objeto”, ou seja, do falo como significante que falta. Quanto a essa falta, há níveis de busca: castração, frustração e privação. Tal elaboração apresentará como eixo fundamental as relações imaginárias e simbólicas estabelecidas no decorrer dos três tempos do Édipo.

⁷ Segundo Motta (apud Valas, 1990, p.8), para o termo *Verleugnung*, Lacan propôs em Yale, numa de suas conferências em universidades norte-americanas — 27/11/1975 —, que se traduzisse como *démenti* — em português, desmentido —, uma vez que este apresenta uma relação com o real: “Há toda uma sorte de desmentidos que vêm do real (Sicilet 6/7, Ed. Du Seuil, 1976,p.37).” Pelo exposto, adotamos no presente trabalho o termo *Verleugnung* como desmentido.

Existem modos simbólicos e imaginários de acesso à falta de objeto e, quando ocorrem de forma imaginária, “se realiza[m] no interior de certas condições pontuadas, extra-históricas, de forma que se apresenta sempre o paroxismo das perversões” (Lacan, [19/12/56] 1995, p.85). Nesse sentido, o fetichismo constitui-se como um dos modos imaginários de acesso, pois o objeto preciso deste é algo que simboliza o falo imaginário da mãe.

Para Lacan, é problemático abordar a perversão apenas no interior de uma etapa pré-edipiana condicionada por uma fixação anormal a uma pulsão parcial, visto que tal compreensão impede o estabelecimento de uma relação mais estreita da constituição da perversão com os avatares do Édipo.

2. O Édipo e a perversão

Para Lacan, é o próprio Freud, em “Três ensaios” ([1905] 1990), quem aponta o caminho para a compreensão da gênese da constituição de toda perversão sem se deter aos conceitos de pulsão parcial e fixação, pois não há, segundo ele, outra forma de compreender uma estrutura perversa a não ser a partir do Édipo. Isto é, através dos avatares causados com a revolução do Édipo.

Freud [...] nesse artigo primordial indica de modo suficiente que nenhuma estruturação perversa, por mais primitiva que a supusermos [...], é articulável senão como meio, cavilha, elemento de alguma coisa que, afinal de contas, não se concebe, não se compreende, não se articula senão, no, pelo e para o processo, a organização, articulação do complexo de Édipo. ([16/01/57] 1995, p. 122).

É nessa linha de raciocínio que Lacan, no texto “Fetichismo: o simbólico, o imaginário e o real” ([1953], *apud* Pereira, s.d.), faz questão de apresentar uma nota incluída

por Freud nos “Três ensaios”, na qual ele afirma que as perversões seriam um resíduo do desenvolvimento em direção ao Complexo de Édipo.

De fato, as elaborações realizadas por Lacan ressaltam o caráter dialético desse complexo, na medida em que, dependendo das relações sujeito/objeto aí travadas nos registros do real, imaginário e simbólico, uma determinada estrutura psíquica será constituída. Vale lembrar que a anulação, a dissolução desse complexo é correlativa da instauração permanente da lei como recalcada no inconsciente e, nesse sentido, tanto para Freud, quanto para Lacan, o que “o inconsciente revela, no princípio, é, acima de tudo, o complexo de Édipo” ([15/01/58] 1999, p. 167).

A importância da revelação do inconsciente é a amnésia infantil, que incide sobre o quê? Sobre a existência dos desejos infantis pela mãe e sobre o fato de esses desejos serem recalcados. E não apenas eles são reprimidos, como se esquece que esses desejos são primordiais. E não apenas primordiais, como estão sempre presentes. ([15/01/58] 1999, p. 167)

No capítulo VII do *Seminário IV*, “Bate-se numa criança e a jovem homossexual”, Lacan dispõe-se a responder o que é a perversão, tendo em vista as elaborações de Freud no artigo “Uma criança é espancada: contribuições ao estudo da gênese das perversões sexuais”. Momento em que rediscute o aforisma “a perversão é o negativo da neurose”, considerando os avatares deixados pelo Édipo e colocando-se contra a relação direta estabelecida entre pulsão parcial e perversão.

Alguns, acreditando seguir Freud, dizem que se deve voltar, pura e simplesmente, à noção da persistência de uma fixação incidindo sobre uma pulsão parcial. Esta atravessaria, de certo modo, intacta, toda a dialética que tende a se estabelecer a partir do Édipo. Ela não se

submeteria aos avatares que tendem a reduzir as outras pulsões parciais, e a unificá-las num movimento que as faz resultar, afinal de contas, na pulsão genital, que é a pulsão ideal unificadora. Portanto, iria se tratar, na perversão, de um acidente na evolução das pulsões. Traduzindo a maneira clássica a noção de Freud de que a perversão é o negativo da neurose, esses analistas querem, pura e simplesmente, fazer da perversão uma entidade na qual a pulsão não se elaborou. ([16/01/57] 1995, p. 114)

Retomando o artigo de Freud de forma absolutamente pontual, Lacan dispõe-se a pensar como essa fantasia acaba por substituir uma série de outras fantasias fundamentais na constituição do sujeito. Essa análise é orientada pelo nível da estrutura subjetiva em que se passa o fenômeno, considerando a relação com o Complexo de Castração na dialética edipiana.

3. Identificação fálica, identificação perversa

Toda a história do sujeito, suas teorias sexuais infantis, sua relação com seu sexo estão ligadas à primeira maturidade da fase genital, que se produz antes do desenvolvimento do Complexo do Édipo, ou seja, a fase fálica marcada predominantemente pelo significante faltante: o falo. Tal complexo apresenta uma função normativa, na medida em que cabe a ele levar o sujeito a uma determinada posição sexual — assunção de seu sexo — e a uma atitude social adulta. Quando não superado, vai continuar a exercer, a partir do inconsciente, uma ação importante, e consistir, com seus derivados, o complexo central dos diferentes tipos de estrutura.

[...] há no Édipo a assunção do próprio sexo pelo sujeito, isto é, para darmos os nomes às coisas, aquilo que faz com que o homem assuma o tipo viril e com que a mulher assumam um

certo tipo feminino, se reconheça como mulher, identifique-se com suas funções de mulher. A virilidade e a feminização são os dois termos que traduzem o que é, essencialmente, a função do Édipo. Encontramo-nos aí, no nível em que o Édipo está diretamente ligado à função do Ideal do eu — ele não tem outro sentido. ([15/01/58] 1999, p. 171)

O Complexo de Édipo, ligado à fase fálica da sexualidade infantil, é o processo que atua na estruturação de toda organização psíquica e, nesse sentido, tanto uma estrutura perversa quanto uma obsessiva, histérica e psicótica devem ser consideradas, observando-se as relações triangulares de amor, desejo e gozo aí produzidas. Assim sendo, diferentes empreendimentos na relação desejo e falo revelam-se fundamentais na produção de organizações estruturais específicas, funcionamento que me possibilita ressaltar o papel desempenhado pelo significante fálico na economia do desejo do sujeito.

A fim de circunscrever o mecanismo metapsicológico que subtece a instituição do processo perverso, vou me deter no ponto de sua constituição: a identificação fálica. Tudo isto encontra-se na dependência do Nome-do-Pai, presente ou faltoso. Para ser mais precisa, a identificação fálica, isto é, a identificação ao falo materno constitui um momento identificatório pré-edipiano da criança, no qual a dinâmica de relação aí instituída leva-a a se constituir como o único objeto capaz de responder ao desejo da mãe. Essa identificação se dá no plano do imaginário, tendo em vista que esta assume para a mãe a função simbólica de sua necessidade imaginária. Relacionada ao campo das etapas pré-edipianas do desenvolvimento do sujeito, a perversão remete a uma perturbação, a uma subversão do campo da realidade pela invasão do imaginário.

Freud afirma que a mulher tem, enquanto falta essencial, o falo e que a possibilidade de sua saturação está estreitamente ligada à sua relação com a criança. Por uma simples razão, se a mulher encontra na criança uma satisfação é, muito precisamente, porque enxerga nesta algo que pode atenuar a sua necessidade de falo. Nesse sentido, para a mãe, a criança

está longe de ser apenas uma criança, visto que é também o falo. No entanto, se, em um primeiro momento, a criança nada sabe, são as respostas oferecidas a esse suposto desejo que serão determinantes na constituição de uma determinada estrutura psíquica. Trata-se, nesse momento, tanto da onipotência da mãe quanto das decepções que a afetam em sua onipotência. Ou seja, é a partir do momento em que a mãe é reconhecida em sua onipotência que ela pode ser afetada em sua potência: mãe faltante, mãe desejante.

É por meio dessa dupla ocorrência que, ao atribuir a mãe o lugar de potência – lugar do Outro —, a criança passa a apreender a instância do desejo materno como principal suporte de sua própria dimensão identificatória. É nessa medida que a criança torna-se, a partir de então, o representante do objeto do desejo da mãe. Ou melhor, o representante de uma possível falta que afete a onipotência materna, isto é, o falo materno.

[...] identificando-se ao outro, ao parceiro objetal, o sujeito sabe que esse lhe é indispensável, que é ele, e somente ele, quem o satisfaz, porque é, em princípio, o único depositário deste objeto que é objeto do desejo da mãe. É em função de semelhante realização da posição edipiana que o sujeito se encontra numa posição que podemos qualificar de, segundo uma certa perspectiva, ótima em relação ao objeto reencontrado, sucessor do objeto materno primitivo com referência ao qual ele se torna, quanto a si, o objeto indispensável, e sabendo-se indispensável. ([19/12/56] 1995, p. 83)

Como pode-se observar, o fundamento da identificação pré-edipiana, enquanto identificação fálica, representa a identificação da criança com o objeto que deve satisfazer o desejo do mãe aí considerada enquanto Outro. Dessa forma, em um primeiro momento, a relação mãe—criança será estabelecida pela via do falo, na medida em que é este o objeto de desejo da mãe. E enquanto a mãe — pura potência — encarnar o Outro, na dinâmica do

desejo da criança, esta permanecerá aprisionada a uma identificação fálica, numa relação de natureza dual sem que o comparecimento de uma figura terceira aí se dê.

Marcada pela lei do imaginário, a criança ocupa na relação com a mãe o lugar de falo imaginário. Momento em que podemos apreender a proeminência e a prevalência do falo nessa dialética imaginária. E aqui vale distinguir o falo em sua função imaginária e simbólica de pênis como órgão real com funções definíveis por coordenadas reais.

Falar de falo e não de pênis significa reconhecer o lugar deste como significante do desejo da mãe. Considerando o papel do falo como significante simbólico da falta, vejamos o que nos diz Lacan sobre o papel desempenhado por ele enquanto significante do desejo da mãe, tendo em vista sua função imaginária na constituição das perversões:

[...] nada é concebível da fenomenologia das perversões, quero dizer de uma maneira direta, a menos que se parta da idéia do falo. [...] Trata-se do falo, e de saber como a criança realiza mais ou menos conscientemente que sua mãe onipotente tem falta, fundamentalmente, de alguma coisa, e é sempre a questão de saber por que via ela vai lhe dar esse objeto faltoso, e que sempre falta a ela mesma. ([27/02/57] 1995, p. 196)

No caso da perversão, no lugar de uma relação permeada pelo simbólico, o sujeito encontra-se preso a uma relação imaginária na qual procura, de maneira simbólica, responder ao falo como ausente. É nessa perspectiva que a perversão coloca em ação o primado do falo, realizando uma fixação em um objeto imaginário – frequentemente errático – em lugar de uma função fálica simbólica, que organiza o desejo por intermédio da castração e da falta.

No entanto, convém lembrar que, em relação a essa tríade imaginária mãe—criança—falo, um quarto elemento deverá ser acrescentado: o pai. Será com a entrada do pai, funcionando como metáfora paterna — introduzido a partir do Édipo —, que se produzirá na

criança uma decepção fundamental, na medida em que a mãe tem o seu olhar desejante voltado para um outro lugar e não mais para ela. Ai está o fundamento de tudo, o princípio do Complexo de Édipo.⁸

Não existe a questão do Édipo quando não existe o pai, e inversamente, falar do Édipo é introduzir como essencial a função do pai. ([15/01/58] 1999, p. 171)

Tal afirmação permite pensar na complexa função apresentada pelo pai:

O pai intervém em diversos planos. Antes de mais nada, interdita a mãe. Esse é o fundamento, o princípio do complexo de Édipo, é aí que o pai se liga à lei primordial da proibição do incesto. É o pai, recordam-nos que fica encarregado de representar essa proibição. [...] É por sua presença, por seus efeitos no inconsciente, que ele realiza interdição da mãe.([15/01/58] 1999, p. 174 -175)

Sabe-se que o pai, como aquele que priva a mãe do objeto de seu desejo, a saber, o objeto fálico, desempenha um papel absolutamente essencial, não apenas nas perversões, mas em qualquer neurose e em todo o desenrolar, por mais normal que seja, do Complexo de Édipo. De fato, a forma como o sujeito posicionou-se de uma certa maneira, num momento de sua infância, quanto ao papel desempenhado pelo pai em relação ao fato de a mãe não ter falo, nunca será elidida.

Segundo Lacan, é no plano da privação da mãe que se apresenta para o sujeito a questão de aceitar, de registrar, de simbolizar, ele mesmo, essa privação da qual a mãe revela-se o objeto. Essa privação, o sujeito infantil a assume ou não, aceita-a ou recusa-a. Esse ponto é essencial. A experiência prova que, na medida em que a criança não aceita a privação do

⁸ Em razão da importância do conceito de metáfora paterna, neste trabalho ele será apresentado posteriormente no quarto capítulo.

falo efetuada na mãe pelo pai, ela mantém “uma certa forma de identificação com o objeto da mãe, esse objeto que lhes apresento desde a origem como objeto-rival, para empregar a palavra que surge aí, e isso ocorre, quer se trate de fobia, de neurose ou de perversão” ([27/02/57] 1995, p. 192).

Considerando tal afirmação, o sujeito, aceitando ou não que a mãe seja privada pelo pai do objeto de seu desejo, há aí uma configuração especial da relação com a mãe, com o pai e com o falo. Tendo em vista tal configuração, pergunto: em que medida a criança mantém, ou não, sua identificação com o falo? E se mantém, que tipo de relação imaginária e de fixação pode aí ser estabelecida? Vejamos a resposta de Lacan:

Existem graus, é claro, e essa relação não é a mesma na neurose, na psicose e na perversão. Mas essa configuração, de qualquer modo, é nodal. Nesse nível, a questão que se coloca é ser ou não ser, to be or not to be o falo. No plano imaginário, trata-se, para o sujeito de ser ou não ser o falo. ([22/02/58] 1999, p. 192)

Nessa dialética, a questão do ser ou não ser, ter ou não ter é regida pelo Complexo de Castração. É sob a égide da castração que uma ordem simbólica pode ser aí instituída e uma mudança na relação imaginária mãe-criança-falo pode se dar.

4. O complexo de castração e o falo

O conceito de castração foi introduzido por Freud de uma maneira absolutamente coordenada à noção da lei primordial presente na estrutura do Édipo. Ou seja, a noção de castração é colocada no núcleo da crise, ocupando aí uma posição central. Isto posto, vale esclarecer que a solução do problema da castração não se sustenta no dilema de ser ou não ser o falo, ter ou não ter o falo; o sujeito deve, primeiro, reconhecer que não o é. É somente a

partir daí que o homem ou a mulher poderá normalizar sua posição natural. É nessa perspectiva que a castração é considerada como elemento de articulação necessário ao desenvolvimento da sexualidade.

Lembro que a castração é o corte produzido por um ato que cinde e dissocia o vínculo imaginário e narcísico existente entre a mãe e o filho. A castração não se constitui enquanto uma ameaça de corte, mas como um ato castrador que incide não exclusivamente sobre a criança ou a mãe, mas sobre o vínculo mãe—filho. É um ato que visa a um objeto: o falo imaginário, o objeto desejado pela mãe e com o qual a criança se identifica para responder ao desejo materno.

É importante ainda esclarecer que, tanto em relação à menina quanto ao menino, a questão do ter ou não ter é regida por intermédio do Complexo de Castração. Ou seja, para tê-lo, é preciso que haja um momento em que não se tem, que não se pode tê-lo, de forma que ser castrado é essencial na assunção do fato de ter o falo.

Com a dissolução do Complexo de Édipo, tanto a castração imaginada pelo menino, como a privação sentida pela menina dependem da castração simbólica, que universaliza a falta na origem do desejo segundo as leis da linguagem. Momento em que podemos observar uma inversão da posição do falo de objeto imaginário para simbólico, pois o falo torna-se o significante recalcado, padrão simbólico a partir do qual qualquer objeto seja sexualmente equivalente, isto é, referido à castração. Com efeito, trata-se de que a criança assuma o falo como significante, fazendo dele instrumento da ordem simbólica das trocas “na medida em que ele preside à constituição das linhagens” ([06/03/57] 1995, p. 204).

A partir desse momento de virada, o objeto não é mais o objeto imaginário com o qual um Outro é sempre capaz de mostrar que o sujeito não o tem, ou o tem de forma insuficiente. Se a castração exerce esse papel essencial para toda a continuação do desenvolvimento, é porque ela é necessária à assunção do falo materno como um objeto simbólico. Somente a

partir do fato de que, na experiência edipiana essencial, ela está privada do objeto por aquele que o tem, que sabe que o tem, que o tem em todas as ocasiões, é que a criança pode conceber que este mesmo objeto simbólico lhe será dado um dia. ([06/03/57] 1995, p.213)

Eis aí um paradoxo singular: o mesmo falo, enquanto imaginário, é o objeto visado pela castração e, enquanto simbólico, é o corte que efetua a castração. A dificuldade de discernir claramente a teoria lacaniana do falo provém, precisamente, dessas múltiplas funções encarnadas pelo falo. O pênis real, por estar investido, existe apenas como falo imaginário; o falo imaginário, por sua vez, por ser permutável, só existe como falo simbólico, e o falo simbólico, enfim, por ser significante do desejo, confunde-se com a lei que possibilita a castração.

A experiência de castração na constituição da sexualidade humana é marcada pelo fato de que será o tal objeto central imaginário — o falo —, em torno do qual se organiza a castração, que imprimirá sua marca em todas as demais experiências erógenas do sujeito, em qualquer que seja o lugar do corpo.

É um horror para a individualidade perversa se reconhecer como sendo destituída de emblemas fálicos, pois isso determina a perda de uma posição privilegiada no mundo, superior a qualquer outro mortal. Destituído de suas insignias de falicidade, o sujeito perde o seu eixo de sustentação. Nesse sentido, o drama do perverso é não ter se reportado ao pai como agente da castração e sustentação da Lei. Desse modo, é possível compreender por que o problema do pai e da Lei aparece como centro de qualquer conceituação da estrutura perversa.

O ato de castração, apesar de assumido pelo pai, não é, na realidade, produto de uma pessoa física, mas a operação simbólica da fala paterna. O ato da castração é obra da lei à qual o próprio pai, como sujeito, está inevitavelmente submetido. Mãe, pai e filho, todos estão

assujeitados à ordem simbólica que confere a cada um seu lugar definido e impõe um limite a seu gozo. Segundo Lacan, o agente da castração é a efetuação, em todas as suas variações, dessa lei impessoal, estruturada como uma linguagem e completamente inconsciente. [...] lei que rompe a ilusão de cada ser humano de se acreditar possuidor ou identificado com uma onipotência imaginária. (Nasio, 1995, p. 37-38)

5. O falo como significante

É a prevalência e a preeminência do falo em toda a dialética imaginária que acabarão por determinar as aventuras, os avatares, os fracassos e o esvaecimento do desenvolvimento genital. Numa relação edipiana normativa regulada pela metáfora paterna, a assunção da castração pelo sujeito implicará que o sujeito, a partir do recalque aí estabelecido, para se constituir, terá de se haver com sua falta e com o gozo um dia obtido. No entanto, muitas são as possibilidades de resposta do sujeito à castração e tudo isso é evitado por um indivíduo regulado por um funcionamento perverso, pois situado numa dimensão imaginária. A perversão impede que ele se defronte com uma castração simbólica.

Enquanto o neurótico terá de se haver com os efeitos que tal falta suscita, transformando-o em sujeito desejante, o perverso tenta recuperar essa falta por meio de um objeto concreto de gozo, estabelecendo uma relação metonímica com o objeto falo. Funcionamento que produz uma fixação exclusiva do desejo a esse objeto, a partir de uma suspensão da cadeia significante, e estabelece uma relação metonímica com o significante falo, pois, conforme afirma Lacan, “a função da perversão do sujeito é uma função metonímica” ([23/01/57] 1995, p.148).

Se não apreenderem em toda a sua generalidade esta noção fundamental da metonímia, é inconcebível que cheguem a uma noção qualquer do que pode querer dizer a perversão no imaginário. ([23/01/57] 1995, p. 148)

Em “A significação do falo” ([1958] 1998d), ou seja, um ano após o *Seminário IV*, Lacan precisa a noção do falo enquanto significante, afirmando ser possível, a partir dele, apontar as estruturas que serão submetidas às relações entre os sexos. Nesse artigo, procura promover a articulação do fenômeno analítico, desenvolvendo a noção de significante.

Em relação à função do falo como significante na dialética do desejo, Lacan afirma:

Pois o falo é um significante, um significante cuja função na economia intra-subjetiva da análise levanta, quem sabe, o véu daquela que ele mantinha envolta em mistérios. Pois ele é o significante destinado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado, na medida em que o significante os condiciona por sua presença de significante. ([1958] 1998 d, p. 697)

O falo como significante dá a razão do desejo. ([1958] 1998 d, p. 700)

Retornando à estrutura perversa, no lugar de uma relação permeada pelo simbólico o sujeito encontra-se preso a uma relação imaginária, na qual procura de maneira simbólica responder ao falo como ausente. É graças a fixação à mãe, tomada enquanto objeto real na etapa essencial do Édipo no plano imaginário, que esse complexo tende a produzir as mais variadas estruturas subjetivas.

Este acesso imaginário à falta de objeto se realiza no interior de certas condições pontuadas, extra-históricas, de forma que se apresenta sempre o paroxismo da perversão. A perversão

tem, com efeito, a propriedade de realizar um modo de acesso a este mais além da imagem do outro que caracteriza a dimensão humana. (Lacan, [19/12/56] 1995, p. 85)

Este mais além, eu o compreendo como fazer-se falo imaginário da mãe fálica.

Mas ela só realiza isso em momentos como os que produzem sempre os paroxismos das perversões, momentos sincopados no interior da história do sujeito. Observa-se uma convergência ou uma ascensão para o momento que pode ser, muito significativamente, qualificado de passagem ao ato. Durante esta passagem ao ato, realizou-se algo, que é fusão, e acesso a esse mais-além. [...] Um tal unidade é realizada em certos momentos da perversão, mas o próprio da perversão é precisamente que esta unidade jamais pode ser realizada, senão em momentos que não são ordenados simbolicamente. (Lacan, [19/12/56] 1995, p. 85)

O sujeito passa, numa relação especular, da mãe ao falo, e está alternadamente em uma e outra posição. Só há estabilização na medida em que a criança deixa de ser o falo do Outro materno e há a eleição de um objeto que venha simbolizar o falo.

Em suma, em todo o período pré-edipiano em que as perversões se originam, trata-se de um jogo no qual o falo é fundamental — como significante — nesse imaginário da mãe a que se trata de unir, já que o eu da criança repousa sobre a onipotência da mãe. Toda a classificação das perversões deve se fundar nesse aspecto. Ou seja, qualquer que seja o valor das contribuições sobre a identificação com a mãe e com o objeto, o essencial é a relação com o falo ([27/02/57] 1995, p. 197).

Existem dois modos de simbolização do falo: de um lado, a metáfora paterna e, de outro, o fetiche. O primeiro concerne à neurose, e o segundo, à perversão. O fetiche é um objeto que preencheria aquilo que é percebido pelo psiquismo, isto é, a destituição da figura materna de seus atributos fálicos, tamponando e obturando essa percepção do corpo materno.

Operação real de falicização da figura materna castrada, a partir da qual é impossível ao sujeito o reconhecimento da existência de uma diferença sexual e, de forma conseqüente, impossibilita-o de uma relação efetiva entre um homem e uma mulher. Cabe observar que apenas através da castração dos atributos fálicos da figura materna, com o reconhecimento da diferença sexual, que o macho e a fêmea podem aceder à condição de ser homem e ser mulher.

De fato, é a experiência da castração de seus emblemas fálicos e o efeito conseqüente de reconhecimento da diferença sexual que produzem as condições necessárias para que se constitua qualquer diferença entre as individualidades. Assim, a individualidade pode apenas ser constituída como singularidade à medida que se constitua o sujeito da diferença. A existência de um universo permeado de diferenças significativas entre sujeitos singulares só se torna possível a partir da instauração da diferença sexual pela via do Complexo de Castração. Tal processo fica impossibilitado com a instauração do objeto fetiche, pois este não permite ao sujeito o reconhecimento da diferença entre os sexos, que só pode ser expressa em termos de castração, com referência ao desejo do pai e da Lei.

Convém demarcar que, se o indivíduo não se submete aos efeitos da castração, não podemos falar da constituição de um sujeito do desejo — afirmar a existência deste implica supor o reconhecimento da diferença. Se a experiência da alteridade ocorre quando o sujeito é permeado pela diferença e pelo desejo, já a possibilidade de reconhecer, admitir e aceitar a singularidade do outro encontra-se na dependência estrita da instauração do sujeito nos registros da diferença e do desejo.

6. Fetichismo

Para Freud, o fetichismo foi considerado como uma escolha perversa em virtude da qual o objeto amoroso — partes do corpo ou objetos relacionados com o corpo — funciona para o sujeito como substituto de um falo atribuído à mulher, sem o qual não pode passar e cuja ausência é negada por uma recusa.

No texto “Fetichismo: o simbólico, o imaginário e o real” ([1953] *apud* Pereira, s.d.), Lacan e Granoff observam a existência de um aparente paradoxo na obra de Freud: apesar de o fetichismo ser considerado pelo segundo como o negativo de uma neurose, para o primeiro, o fetichismo é um modo de perversão que não apresenta diferença com relação à neurose. Procurando sustentar tal afirmação, Lacan ressalta o lugar singular concedido ao estudo do fetichismo por Freud na compreensão da angústia da castração e do Complexo de Édipo na constituição do eu.

No *Seminário IV, A relação de objeto* ([1956-1957] 1995) Lacan afirma a necessidade de que o fetichismo deva ser compreendido no interior de uma dialética do desejo como uma das formas imaginárias de acesso à falta de objeto, ou seja, ao falo. E, nesse ponto, vale relembrar que nada é concebível na economia das perversões, dentre elas o fetichismo, se não se parte do falo.

Trata-se do falo, e de saber como a criança realiza mais ou menos conscientemente que sua mãe onipotente tem falta, fundamentalmente, de alguma coisa, e é sempre a questão de saber por que via vai lhe dar esse objeto faltoso, e que sempre falta a ela mesma. ([27/02/57] 1995, p. 196)

De fato, a construção do fetiche se dá procurando substituir um mais-além nunca visto: o pênis materno. Assim, cabe ao sujeito preso nessa dinâmica imaginária assumir a

função de substituto daquilo que, apesar de sua não-visibilidade, é articulado e formulado por este como sendo o que a mãe possui, a saber, o falo imaginário, essencial à fundação simbólica da mãe como fállica.

Segundo Lacan, será por meio de um deslocamento imaginário e de uma identificação com a mãe que a criança realizará uma escolha fállica. Operação que, ao se encontrar marcada por uma relação dual de natureza especular, produzirá no sujeito uma alternância de identificações com a mãe e o objeto que a ela falta: o falo imaginário.

Se o próprio das relações imaginárias é serem recíprocas, já que são relações em espelho; por isso deve-se supor ver surgir de tempos em tempos, no fetichista, a posição, não de identificação com a mãe, mas de identificação com o. Este jogo perpétuo, esta profunda diplopia, marca toda a manifestação fetichista. Ainda nessa direção, Lacan afirma que encontramos nas relações do fetichista com o objeto amoroso uma alternância de identificações.

Identificação com a mulher, confrontada com o pênis destruidor, com o falo imaginário das experiências primordiais do período oro-anal [...]. Inversamente, identificação do sujeito com o falo imaginário, que o faz ser para a mulher um puro objeto, que ela pode devorar e, no limite, destruir. A essa oscilação de dois pólos da relação imaginária primitiva a criança se confronta de uma maneira que se pode dizer bruta, antes da instauração da relação na sua legalidade edipiana pela introdução do pai como sujeito, centro de ordem e de posse legítima. Ela está entregue à oscilação bipolar da relação entre dois objetos irreconciliáveis, que resulta, seja como for, numa saída destrutiva, até mesmo assassina. ([30/01/57] 1995, p.163)

7. O fetiche como significante

Nos capítulos destinados à discussão do “objeto fetiche” no *Seminário IV*, Lacan inicia dizendo que abordará a questão do fetichismo, utilizando-se da leitura, em especial, de dois textos de Freud: o parágrafo sobre o fetichismo nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905) e o artigo “Fetichismo” (1927). Nessa abordagem, indicará o fetiche enquanto substituto do pênis que falta à mãe, ou ainda, como significante fálico. Assim, o estatuto do próprio fetiche passa a ser considerado como significante.

Primeiramente, Lacan observa que, para Freud, o fetiche é o símbolo de alguma coisa, ou seja, do pênis. Esse pênis que não é qualquer, mas imaginarizado pela criança.

[...] não se trata em absoluto de um falo real, na medida em que, como real, ele exista ou não exista, trata-se de um falo simbólico, na medida em que é de sua natureza apresentar-se na troca como ausência, ausência funcionando como tal. ([30/01/57] 1995, p. 154)

Lacan esforça-se para diferenciar o que compreende enquanto falo real, imaginário e falo simbólico. Apesar de considerar a função desempenhada pelo falo real tendo em vista as ameaças imaginárias que regem o seu emprego, e desse modo remetê-lo ao sentido do Complexo de Castração, é em relação ao falo simbólico que ele se detém, visto que é por ele que tanto o homem quanto a mulher devem ingressar no troca simbólica.

O falo simbólico é considerado como alguma coisa da ordem da ausência-presença. É tal alternância que permite que ele deixe atrás de si o signo de sua ausência no ponto de onde vem. É na medida em que ele está ali ou não está ali que é possível instaurar uma diferenciação simbólica entre os sexos. É em relação a essa alternância da presença/ausência que o fetiche será incluído na categoria do sistema simbólico.

Como pudemos observar no decorrer deste capítulo, para Lacan, o conceito de falo simbólico desempenha uma função essencial no Complexo de Édipo e, de forma conseqüente, no Complexo de Castração. Para ele, o fetichismo, considerado como “perversão das perversões”, exemplifica de forma exemplar o papel do falo como objeto significante, sendo capaz de representar que “o objeto é exatamente nada” ([27/02/57] 1995, p. 198)

Significante fálico que não possui valor de metáfora, como no sintoma histérico, por exemplo, mas de metonímia, constituído, na maioria das vezes, por deslocamento.

Utilizando-se do esquema do véu/cortina, para ilustrar a instauração de uma relação fetichista, Lacan afirma que o que é amado no objeto de amor é alguma coisa que está mais além. Alguma coisa que, apesar de nada ser, possui a propriedade de ali estar simbolicamente.

Lacan situa a estrutura perversa na relação entre o mais além e o véu – lugar onde se faz a projeção imaginária. É sobre o véu que o fetiche vem figurar o que falta para além do objeto. Há aí a instituição de uma relação simbólica no imaginário.

A estrutura, aqui está ela na relação entre o mais além e o véu. Sobre o véu pode se estampar, isto é, instaurar como captura imaginária e lugar de desejo, a relação a um mais-além, que é fundamental em toda instauração da relação simbólica. Trata-se aqui na descida ao plano imaginário do ritmo ternário sujeito-objeto-mais-além, fundamental da relação simbólica. Em outras palavras, na função do véu, trata-se da projeção da posição intermediária do objeto. ([30/01/57] 1995, p. 159)

O fetiche encontra-se, diretamente, na posição do véu entre o sujeito e o objeto. Para Lacan, o que constitui o fetiche, o elemento simbólico que fixa o fetiche e o projeta *sobre* o véu, é retirado especialmente da dimensão histórica do sujeito. A rememoração da história se

detém e se suspende num momento imediatamente anterior ao momento em que aquilo que é buscado na mãe – o falo – deve ser visto como presença-ausência. Este é o momento da história onde a imagem se fixa e o objeto se constitui.

Se podemos designar como o ponto de um recalque um fenômeno que pode passar por imaginário, pois o fetiche é de certa maneira imagem, e imagem projetada, é que esta imagem não passa do ponto limite entre a história, na medida em que esta continua, e o momento a partir do qual ela se interrompe. Ela é o signo, a referência do ponto do recalque. ([1956-1957] 1995, p.160)

Assim, a constituição do fetiche se dá a partir de uma interrupção da história, é um ponto na cadeia da história onde ela se interrompe. Ponto de parada nessa cadeia, e é nisso que é metonímica, pois a história continua. Daí a constituição do objeto no fetiche se dar de forma também metonímica, pois, conforme já afirmei, “a função da perversão do sujeito é uma função metonímica” (Lacan, [23/01/57] 1995, p.48).

Vimos anteriormente que, situadas em um plano imaginário, são inúmeras as formas que podem assumir na vida do sujeito determinando uma relação de natureza imaginária, seja pela via da identificação com a mulher, seja do lugar tomado ao falo imaginário. Processo que se dá a partir de uma não operação do Nome-do-Pai. Todavia, qualquer que seja o tipo de identificação estabelecido, seja com a mãe, seja com o objeto, o essencial é a relação com o significante falo.

Todas as perversões põem sempre em jogo, por algum lado, este objeto significante na medida em que ele é, por sua natureza e por si mesmo, um verdadeiro significante, isto é, algo que não pode em caso algum ser tomado por seu valor aparente. Quando se o apreende, quando se o encontra e se fixa nele definitivamente, como é o caso na perversão das

perversões, que chamamos de fetichismo – ela é realmente, que mostra não apenas onde ele de fato está, mas o que ele é —, o objeto é exatamente nada. ([27/02/57] 1995, p. 198)

Da perversão como estrutura clínica à perversão como empreendimento discursivo produtor de uma modalidade de laço social perverso, penso poder compreender tal deslocamento com a Teoria dos Quatro Discursos elaborada por Lacan no *Seminário XVII, O avesso da psicanálise* ([1969-1970] 1992), a ser apresentada no próximo capítulo. Elaboração na qual o discurso é apresentado como laço social, produtor da realidade.

CAPÍTULO II :

OS QUATRO DISCURSOS.

Introdução

Refletir sobre a posição da criança na sociedade contemporânea implica pressupor a existência de uma crise ético-paradigmática que assola a sociedade contemporânea (Arendt, 2000), determinada por uma cultura extrema do individualismo e do narcisismo (Debord, 1997; Lasch, 1991) e marcada pelo consumo (Baudrillard, 1995). Vivemos uma época em que o valor do sujeito é determinado não mais pelo lugar social de nascença, no qual o que valia era o ser, mas encontra-se do lado do ter e cujo traço principal é o individualismo. Sociedade de consumo na qual o valor do homem está no objeto que consome, no objeto que produz. Nesse contexto, “o sujeito passa da referência fundante de um saber paterno sempre suposto a um saber que vai se apresentar como semblante, como saber sabido e compartilhado, onde o sujeito se representa nos objetos, bens únicos, e nesse caso perde seu lugar de sujeito” (Sudbrak, 2000, p.7).

Nesse cenário, determinado pelo capitalismo e pelos efeitos de uma “crise da ciência” — decorrente do impacto das transformações tecnológicas sobre o saber —, é possível observar a produção de um novo discurso que diz da mudança do estatuto do saber nas sociedades ditas “pós-modernas” (Lyotard, 1998),⁹ a saber, o discurso tecnocientífico no qual a relação entre a ciência e a técnica é invertida.¹⁰ Nesse momento, observa-se o abandono da tradição, dos valores simbólicos da comunidade, o triunfo dos interesses

⁹ “O saber científico é uma espécie de discurso. [...] O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado” (Lyotard, 1998, p. 3-5).

¹⁰ Segundo Lyotard (1998), a partir do final dos anos 50, na chamada era pós-industrial, “o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-moderna”. Questão à qual retornarei posteriormente.

imediatos e reais e cujos efeitos acabam por determinar novas formas de subjetivação (Birman, 1999) e, de forma conseqüente, a produção de novos laços entre os sujeitos que a compõem.

Considero ser importante ressaltar que a Teoria dos Quatro Discursos, apresentada por Lacan no decorrer do *Seminário XVII, O avesso da psicanálise* ([1969-1970] 1992), pode ser compreendida como uma resposta, ou melhor, uma leitura de tais questões apresentadas pela vida contemporânea. Para Vegh (2001, p.27): “A interrogação que Lacan se coloca no contexto cultural da época diz respeito ao lugar da verdade no mundo atravessado pela produção sustentada pela ciência”. De fato, será sustentado por tal contexto que Lacan apresentará o termo discurso como estrutura a partir da qual explicar-se-iam as diversas formas que poderá assumir a relação do sujeito com o desejo, com o fantasma, com o objeto que tenta encontrar ou com os ideais que o orientam. É ainda a maneira como o sujeito se situa em relação ao seu ser, uma regulação do gozo e um esforço do sujeito em canalizar as formas do gozo com o simbólico, com o significante. Momento em que Lacan se detém em pensar na constituição, no assujeitamento do sujeito pela linguagem. O discurso seria assim uma forma de refletir o que produz e causa o sujeito e sua história. Citando Lacan, “o discurso estrutura o mundo real” ([26/11/69] 1992, p.15).¹¹

No *Seminário XX, Mais, ainda* ([1972-1973] 1985), Lacan reafirma a necessidade de que a noção de discurso deve ser tomada como liame social, produtor da realidade, e fundado sobre a linguagem.

¹¹ “No momento em que Lacan profere esse seminário é feita uma série de entrevistas com ele e também reportagens no rádio e na televisão que foram logo publicadas sob a forma de um livro [*Psicanálise. Radiofonia e televisão*. Barcelona: Ed. Anagrama, 1977]. Uma das perguntas é: os acontecimentos contemporâneos estão marcados com rigor nos conceitos psicanalíticos? Ele diz que, ainda que estes acontecimentos sejam sociais, faz deles uma leitura muito particular a partir do discurso psicanalítico. Vai dizer que sua leitura se dá a partir do sintoma e, no caso do acontecimento social, não se trata de um sintoma qualquer, mas do sintoma do discurso do mestre. Assim define os acontecimentos daquele momento” (Vegh, 2001, p. 27).

Não há nenhuma realidade pré-discursiva. Cada realidade se funda e se define por um discurso. ([09-01-73] 1985, p.45)

Não há a mínima realidade pré-discursiva, pela simples razão de que o que faz coletividade, e que chamei de os homens, as mulheres e as crianças, isto não quer dizer nada como realidade pré-discursiva. Os homens, as mulheres e as crianças não são mais que significantes. ([09-01-73] 1985, p.46)

Isto posto, vale dizer que, neste capítulo, apresento o conceito de discurso como o que funda e define cada realidade numa tentativa de estabelecer uma articulação lógica possível, permitindo-me refletir a existência de uma subjetividade contemporânea capaz de produzir um laço perverso e uma posição de objeto possível de ser ocupada pela criança nesta sociedade. Da criança considerada como metáfora de amor, objeto de desejo, à criança objeto de gozo com valor de fetiche, há uma grande distância que procurei, neste trabalho, percorrer.

Com efeito, a teoria dos discursos por Lacan sustenta que não há subjetividade que se organize fora do laço social, posto que os discursos não são senão o fato de ser a subjetividade articulada a esse laço social ao mesmo tempo em que é por ele articulada. Tal elaboração permite ultrapassar uma oposição entre uma psicanálise do sujeito individual e uma psicanálise do coletivo. A esse respeito, Chemama observa:

[...] é precisamente um das contribuições lacanianas ter sistematizado um paralelo entre a estrutura do sujeito e o que responde a ela no social. É mesmo precisamente o objeto dos “quatro discursos” já evocados. O que Lacan nos ensinou em particular é que há uma identidade entre o que constitui o sujeito enquanto tal e a estrutura onde se organiza da maneira mais corrente o assujeitamento social. (1997, p.28)

Segundo Goldenberg (1997), Lacan utilizou-se da teoria marxista para refletir sobre três problemas da Psicanálise: o discurso, o sintoma e o gozo. O discurso, a partir das

reflexões de Marx sobre as relações sociais geradas pelo sistema de produção capitalista; o sintoma, com base no fetichismo das mercadorias, e o gozo, sustentado pelas reflexões sobre a mais-valia. Ao discurso, caberá a organização do conjunto de tais reflexões.

No decorrer do *Seminário XVII*, Lacan utilizará as categorias mais-valia, valor de troca e valor de uso para pensar o sistema econômico, sem, no entanto, adentrar em uma discussão sobre a teoria econômica elaborada por Marx. Na verdade, Lacan as subverterá em direção à compreensão de uma subjetividade contemporânea marcada pelo avanço do capitalismo.

Conforme já destaquei, se no *Seminário XVII, O avesso da psicanálise*, Lacan afirma que “o discurso estrutura o mundo real e o sustenta”, no *Seminário XX, Mais, ainda*, o discurso é definido por Lacan como “o que funda e define cada realidade”. Tais afirmações pressupõem o fato de que, tendo, antes mesmo de seu nascimento biológico, a indicação de um lugar simbólico a ser ocupado, o falante se inscreverá numa realidade discursiva a partir do significante do Outro. Significante que não cessará de acompanhar e orientar o sujeito no decorrer de sua vida.

Para Coutinho Jorge (1988, p. 158):

A categoria de discurso para Lacan, enquanto o que funda e define cada realidade, pode ser considerada enquanto verdadeira decorrência lógica e tardia do postulado primordial que funda seu ensino e resgata da obra de Freud, ao nomeá-lo, um segmento essencial: o inconsciente é estruturado como linguagem.

No seminário *O avesso da psicanálise*, Lacan apresenta minuciosamente o funcionamento de quatro discursos: “discurso do mestre”, “discurso do analista”, “discurso da histeria” e “discurso do universitário”. Apesar da afirmação de que, todo vínculo social encontra-se pautado por um discurso, isto não significa que o sujeito seja constituído por um único discurso, ou que se encontre aprisionado a uma única posição subjetiva, mas sim na

relação entre estes. Aliás, é necessário ressaltar a interdependência entre esses discursos, visto que nenhum deles pode se manter sem a existência dos outros três.

Se, no decorrer de todo o seminário, Lacan remeteu-se a um quinto discurso, “o discurso do capitalista”, ele entretanto não o inscreveu entre os outros. Somente em 1972, em uma conferência em Milão, apresentará formalmente esse quinto discurso, com o objetivo de refletir sobre os efeitos do capitalismo na constituição do sujeito moderno e em cujo matema parece-me colocar em pauta o declínio do Nome-do-Pai, já anunciado por Lacan em *Complexos familiares* ([1938] 1993).¹²

Mesmo ciente das dificuldades existentes em relação à escritura proposta por Lacan para esse quinto discurso,¹³ e considerando as inúmeras polêmicas produzidas a partir de tal reelaboração (Goldenberg, s.d.), é em relação aos inúmeros efeitos produzidos por tal discurso que acredito poder pensar a posição da criança na sociedade contemporânea como objeto. Posição sintomática que coloca em causa um laço social perverso, no qual o corpo da criança — criança-objeto — parece-me ocupar o lugar de condensador de gozo.

Julgo importante ressaltar que, nesta reflexão, trabalhei fundamentalmente com os discursos do mestre e do capitalista, visto que, se o primeiro é organizado pela castração e aponta para a constituição do sujeito do inconsciente, o segundo, além de renegar, ou melhor, desconhecer a castração, sendo determinado pelo imperativo a gozar, é obtido formalmente por uma torção do primeiro. Com efeito, tal escolha não implica afirmar que o

¹² Neste ponto, conforme foi apontado no decorrer da qualificação pelas professoras e psicanalistas Miriam Debieux e Nina Virginia, gostaria de observar que, apesar de não estabelecer uma relação direta entre a afirmação de Lacan em *Complexos familiares* ([1938] 1993) quanto à existência de um “declínio social da imagem paterna” e a afirmação realizada no decorrer de sua obra quanto ao declínio do significante Nome-do-Pai, isso não implica desconsiderar o quanto os efeitos do primeiro declínio, destacado por Lacan, encontram-se presentes na formulação do segundo declínio — Nome-do-Pai —, considerado mais tardiamente como operador estrutural. Questão que avalio como problemática pois não são poucos os psicanalistas em que é possível observar uma correlação entre o primeiro e o segundo declínio, sem apresentar qualquer diferenciação (Rio Teixeira, 1997). Vale ressaltar que, em toda a literatura consultada no decorrer da elaboração da tese, não encontrei nenhum texto ou artigo que fizesse uma diferenciação entre o primeiro e o segundo declínio. Problemática cuja complexidade indica a necessidade de um posterior aprofundamento.

¹³ A escritura exata desse discurso encontrada na conferência em Milão apresenta uma disposição diferenciada dos vetores e as barras são retiradas.

sujeito encontre-se determinado apenas por um ou outro discurso, mas sim de que é a partir do laço produzido essencialmente pelo discurso do capitalista que penso poder circunscrever a questão abordada.¹⁴ Disso decorre a necessidade de apreender nos matemas correspondentes aos dois discursos as montagens fantasmáticas aí inscritas e a que tipo de gozo elas dão acesso.

Se compreendo que a existência de uma criança-objeto, enquanto índice de sintoma social, deve ser remetida aos efeitos produzidos pelo discurso do capitalista e, em especial, ao discurso tecnocientífico — determinante na produção de uma ilusão de que tudo que nos falta poderá ser fabricado pela ciência e oferecido no mercado, até mesmo uma criança —, nada mais certo que supor a existência de uma fantasia que lhe dê sustentação. Nessa direção, Souza (1991, p. 81) afirma:

Um sintoma social é formado por sujeitos que ocupam lugares distintos em sua estruturação. Como o sintoma particular, ele também é sustentado por uma fantasia. Podemos conceber a fantasia, em seus diversos estágios de desenvolvimento, sempre passíveis de reatualização por via do que poderíamos chamar de regressão, como uma construção com diversas portas de entrada. A pluralidade de sujeitos que compõem a sociedade se organiza em torno dessa construção, segundo a diversidade das possíveis entradas. Assim, a intervenção da psicanálise no social, a interpretação de um sintoma social, pode ser concebida, para além da tarefa de sua identificação, como a indicação da fantasia que o sustenta.

Por considerar necessária a articulação do conceito de discurso ao de fantasia, penso ser importante também recorrer ao recurso da topologia, pois Lacan utiliza-se da figura do *cross-cap* para formalizar o papel da fantasia e da estrutura do desejo em sua função organizadora.

¹⁴ Veremos posteriormente que, para Lacan, mudanças na posição subjetiva do sujeito falante podem ser observadas a partir do movimento produzido pela rotação dos discursos, ou seja, com a operação de um giro de quarto de volta, o sujeito pode ocupar diferentes posições: de verdade no discurso do mestre, de agente no discurso da histórica, de outro no discurso do analista e de produção no discurso universitário. Um sujeito também não se encontra determinado por apenas um discurso, mas transita de um discurso a outro (Lacan, [1969-1970] 1992).

1. Topologia: *cross cap* e o fantasma

Para Roudinesco (1994), a paixão de Lacan pela matemática não data do final de sua obra. Nesse sentido, o encontro com o matemático Georges Th. Guilbaud na década de 1950 foi de fundamental importância para a posterior utilização que ele fez progressivamente da topologia na elaboração das questões relativas ao sujeito do inconsciente. Desde 1951, Lacan reunia-se com Benveniste, Guilbaud e Lévi-Strauss para trabalhar sobre as estruturas e estabelecer conexões entre as ciências humanas e as matemáticas.

Ainda segundo Roudinesco, durante 25 anos figuras como o *toro* ou câmara de ar, a banda de Moebius, o *cross cap* ou boné cruzado, a garrafa de *Klein* permaneceram como um elemento de ilustração em sua doutrina, sem uma reformulação teórica. Somente a partir de 1971, com a leitura do *Tractatus logico-philosophicus* de Ludwig Wittgenstein, é que Lacan passa a se utilizar de uma nova terminologia, destinada a pensar o estatuto do discurso psicanalítico em relação a outras formas de discursividade.

Com efeito, a distinção realizada por Wittgenstein entre o “mostrar” e o “dizer” produz em Lacan um movimento de elaboração que vai do “dizer” ao “mostrar”, possibilitando a cada sujeito que possa fazer exercícios que não dependam apenas do discurso mas também da mostração.

Como nota Riolfi (1999, p. 187),

Será bastante relevante a utilização particular que Lacan faz da distinção traçada pelo filósofo entre mostrar e dizer, já que, na utilização que Lacan faz, a mostração pode engajar diferentemente do que um dito ao sujeito. Portanto é no estatuto de uma mostração, e não o de uma leitura, que deve ser compreendido o recurso à topologia.

Aliás, é no interior desse movimento entre o *dizer* com a formulação dos matemas e o *mostrar* por via da topologia que Lacan poderá, numa tentativa de teorização, transitar do *todo* ao *não-todo*. Ou seja, do ensinável — enquanto tentativa de um transmissível integral do que não se diz — ao mostrável, que apontava para um não-todo do dizer. Desse modo, pode-se observar, de forma cada vez mais constante, na última fase de seu ensino, a utilização dos matemas, das figuras topológicas e, dentre elas, dos nós borromeanos.

Entretanto, se Lacan pensava no matema enquanto transmissão integral, de fato isso não se deu, visto que tal formalização supunha sempre um resto que lhe escapava. Esse resto, ao funcionar como causa de desejo, impunha a Lacan trabalhar com a topologia, pois, se por um lado ocupava-se do que é transmissível, por outro, na qualidade de impossível, escapava a qualquer tentativa de simbolização.

Em *L'Etourdit* ([1973] s.d., p.37), Lacan diz de seu propósito de articular topologicamente o próprio discurso psicanalítico:

Trata-se de aproximar, através de tais manipulações, a estrutura mesma do discurso psicanalítico, que é topológico, e de efetivamente meter “na mão” aquilo que se verifica ser, sem isso, inapreensível, devido à prevalência do imaginário da geometria da esfera.

No *Seminário IX, A identificação* ([1961-1962] s.d.), Lacan apresenta o projeto de uma “estrutura topológica do sujeito” a partir dos diversos tipos de superfícies constituídas pelo movimento de diferentes figuras geométricas. Procurando introduzir a topologia como estrutura do discurso psicanalítico e ilustrar certos paradoxos da lógica do inconsciente, utiliza-se, nas últimas aulas desse seminário, dos seguintes modelos topológicos: o *toro*, para desenvolver os conceitos de demanda e desejo; a faixa de Moebius, para apresentar o sujeito dividido pelo significante, e o *cross-cap*, para trabalhar a relação sujeito/objeto, tendo em vista o conceito de fantasia. Conceitos que não se explicam e nem tampouco se

demonstram, mas se dão em nível da mostração. Mostra-se cortando, desenhando e colando.

Deve-se observar que, em relação a tais elaborações, estas já se encontravam de certa forma indicadas por Lacan no esquema R, apresentado em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957-1958). Já na produção desse esquema, podemos notar, por parte de Lacan, a indicação de uma topologia do plano projetivo.

O esquema R é então uma planificação do plano projetivo ou uma disposição do cross-cap, sobre o qual são praticados dois cortes: um se situa no lugar mesmo da linha de corte do desenho clássico. Este corte permite delimitar uma superfície onde quatro pontos são referenciáveis e podem ser assimilados, em seguida, aos quatro cantos de um quadrado. Sobre este quadrado o corte da fantasia segue os traços que delimitam “o campo da realidade”, anotado com a letra R sobre o esquema. (Granon-Lafont, 1996, p. 81)

É também em *A identificação* que Lacan parte do significante enquanto corte para introduzir uma topologia do sujeito.

Não é menos verdadeiro que a função do corte nos interessa em primeiro plano naquilo que pode ser escrito. E é aqui que a noção de superfície topológica deve ser introduzida em nosso funcionamento mental porque é só ali que toma seu interesse a função do corte. ([16/05/62] s.d., p.8)

Tirar as conseqüências de tal afirmação implica pensar que a utilização da topologia por Lacan tem como núcleo dar conta da essência do significante. Topologia cujo fundamento se dá sobre o corte produzido pelo dito. O ato de cortar pode ser nesse sentido remetido ao ato de dizer, pois o significante determina e divide o sujeito e, fazendo isso, permite que apareça. Contrariamente à perspectiva de que é necessário partir-se da superfície para conceber o corte, Lacan aponta que é do corte que é preciso partir, e este deve

ser considerado como a estrutura do significante antes de qualquer referência à superfície. Ou seja, é o próprio corte, enquanto significante, que transforma e organiza a superfície. “É atribuindo ao buraco [produzido pelo corte] um valor positivo que podemos deduzir a superfície como ‘a organização do buraco’”(Darmon, 1994, p. 132).

Segundo Darmon, para compreender tal afirmação, faz-se necessário reportar a Saussure, à sua referência à estrutura linear do significante, e ao fato de que, na língua, não há senão diferenças sem termo positivo. Quer dizer, topologicamente, o enunciado é um corte e, em sua estrutura, não há elemento isolável, mas diferenças, ou seja, puros cortes.

É preciso então levar-se em conta a estrutura topológica muito paradoxal do significante. Efetivamente, cada significante está intimamente ligado a todos os outros, e ele próprio não senão um puro corte. Ou seja, é preciso conceber uma conexidade sem substância, uma conexidade feita de puras diferenças.(Darmon, 1994, p. 132)

Já em relação ao conceito do fantasma, pensado topologicamente, Lacan enuncia:

[...] “realizando a topologia”, não saio do fantasma mesmo ao me dar conta, mas recolhendo como flor da matemática, essa topologia — seja, pelo fato de que ela se inscreva através de um discurso, o mais esvaziado de sentido que seja, por se abster de toda metáfora, por ser metonimicamente de ab-senso, confirmo que é o discurso com que se funda a realidade do fantasma, que daquela realidade o que de real se acha inscrito. (*L’Etourdit*, [1973], s.d., p. 37)

O *cross-cap* é a figura considerada como o suporte topológico dado à fantasia, superfície fechada, sem margem e unilátera, ou seja, não-orientável. Lacan utiliza-se desse objeto topológico, no que se interessa pelo corte e pelo lugar de um ponto furo produzido enquanto efeito do corte. O corte sobre o *cross-cap* sob a forma de um oito interior permite uma formalização econômica e sintética da experiência analítica, possibilitando, dessa forma, o desvelamento da estrutura. Ora, “o corte é o dito, e o sujeito é o efeito do dito”; o corte

duplo realizado sobre o *cross-cap* materializa como nenhum outro o movimento de repetição do significante na constituição do sujeito.

Para Nasio (1991, p. 147):

O oito interior ou oito dobrado representa graficamente a lógica da repetição dos significantes e seu efeito de sujeito. Assim quando cortamos o *cross-cap*, de acordo com um corte desse tipo, fazemos mais do que materializar a incidência das palavras (não importa quais) em uma superfície preexistente, inscrevemos no real o efeito que essas palavras provocam uma vez ditas.

Procurando ser um pouco mais explícita, um corte simples abre a superfície sem dividi-la, assim sendo, é necessário fazer com que esse corte se repita, fazendo duas vezes a volta ao ponto central para que a superfície se divida. Com o segundo corte, obtêm-se dois pedaços: a banda de Moebius e um disco portador do ponto central. É a esse disco que Lacan identifica o objeto *a*. Operação a partir da qual podem-se correlacionar os efeitos produzidos pelo corte como os efeitos produzidos pelo significante

Com efeito, a utilização que Lacan faz do *cross-cap* é absolutamente original, pois o corte é uma operação que não tem como função sublinhar uma definição, mas provocar uma transformação. Trata-se da constituição da fantasia fundamental: simultaneamente, separar e juntar um sujeito e um objeto. Nesse sentido, a formalização da fantasia observada no matema $[\$ \diamond a]$ escreve-se com este resto, o objeto *a*, destacado de uma banda de Moebius, que representa o sujeito barrado em razão da perda. Vemos então como a operação do corte sintetiza e resume a definição do sujeito relativamente ao objeto, ao mesmo tempo que suas relações. Sem dúvida, a topologia do *cross-cap* e de sua cisão possibilita-nos esclarecer o movimento da passagem do sujeito para o objeto por sua “relativa homogeneidade topológica”. Neste ponto, retomo Lacan:

Minha topologia [...] Ela não é teoria. Mas ela deve dar conta do fato de que cortes do discurso, há tais que eles modificam a estrutura que ele acolhe de origem. ([1973] s.d., p. 38)

Quanto à constituição no *cross cap* do objeto *a*:

O disco bilátero, com duas faces distintas, é portador do ponto essencial à superfície do cross-cap. A dupla qualidade deste objeto, bilátero, com duas faces por definição, mas, apesar disso, portanto o ponto essencial à estrutura unilátera do cross-cap, dá a este disco um estatuto particular. (Granon-Lafont, 1996, p. 78 -79)

Em relação ao sujeito, conforme já salientei, a faixa de Moebius simboliza o sujeito barrado como puro corte, reunindo as propriedades de ser ao mesmo tempo uma superfície e um puro corte, de unir em todos os pontos de sua superfície o direito e o avesso, mas de poder separá-los com um único corte. A faixa de Moebius permite então conceber, a partir de um corte do dito, um sujeito barrado distinto do “Eu”.

Um outro aspecto que vale a pena ser introduzido em relação ao *cross-cap* encontra-se mais especificamente no *Seminário XIV, A lógica da fantasia* ([1967-1968] s.d.), no qual Lacan observa que o fantasma traz dois nomes, o desejo e a realidade.

[...] primordialmente, o desejo e a realidade são de um rapport de textura sem corte, eles não têm então necessidade de costura, não têm necessidade de serem recosidos. O tecido da realidade é então inteiramente tramado pelos fios do desejo, trata-se de um mesmo pano onde a realidade e o desejo estariam no direito e no avesso. Todavia, esse pano é tecido de tal forma que se passa, sem se aperceber, visto que não tem costura, de uma a outra de suas faces. (Darmon, 1994, p. 139)

De fato, esta é a estrutura do plano projetivo representativo pelo *cross-cap*. Não há aí nenhuma separação entre avesso e direito, ou melhor, entre realidade e desejo. Mas trata-se aqui do lugar do Outro, antes de qualquer sujeito. Lacan introduz então um corte que

atravessa a linha imaginária de interpenetração das paredes anteriores e posteriores do *cross-cap*. Quanto ao sujeito, este só começa com o corte, ou melhor, é o corte.

Considerar a utilização da topologia para apreender os paradoxos do inconsciente não deixa de apresentar consequências diretas, seja na prática da cura analítica seja na compreensão do movimento de passagem do sujeito ao objeto.

[...] conforme o demonstrou Calligaris; a consideração da estrutura como topológica conduz a uma concepção radicalmente específica do ato analítico. Não se trata mais, efetivamente, de esvaziar um saco, o inconsciente até a última gota, a fórmula significante primordial, num processo podendo então ser regulado a priori, burocratizado, ao qual bastaria adequar o tempo suficiente, e no qual a responsabilidade do analista seria limitada; mas de uma experiência singular de transferência, no decorrer da qual uma modificação de estrutura topológica está em jogo, e com relação à qual a responsabilidade do analista é total. (Darmon, 1994, p. 145)

Isto posto, refletir sobre a Teoria dos Quatro Discursos, considerando a produção da subjetividade contemporânea, significa colocar em questão o modo de transmissão do matema. Nesse sentido, penso ser necessário apresentar o que são e como funcionam os matemas em Psicanálise.

2. Matema

A palavra matema foi proposta por Lacan pela primeira vez em 2 de dezembro de 1971. Cunhada a partir do mitema de Claude Lévis-Strauss e do termo grego *mathema* — conhecimento —, ela não pertence ao campo da matemática.

Segundo Roudinesco (1994), foi no interior de sua última reformulação lógica, baseada na obra de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) e orientada para a análise da essência da loucura humana, que Lacan inventou, simultaneamente, o matema e o nó borromeano.

Reformulação que comportou a um só tempo, de um lado, um modelo da linguagem articulado com uma lógica da ordem simbólica e, do outro, um modelo estrutural, baseado na topologia e efetuando um deslocamento radical do simbólico para o real.

Em 1972 e 1973, Lacan forneceu diversas definições dele, passando do singular ao plural e, depois, do plural ao singular. Acima de tudo, porém, ele definiu como decorrentes do matema os quatro discursos — ou quadrípedes — a partir dos quais havia organizado a lógica em seu seminário *O avesso da psicanálise* ([1969-1970] 1992): discurso do mestre, discurso universitário, discurso da histérica e discurso do psicanalista.

Mostrou, então, que o matema é a escrita do que não é dito, mas pode ser transmitido. “Em outras palavras, Lacan colocou-se ao contrário de Wittgenstein: recusando-se a concluir pela separação dos incompatíveis, tentou arrancar o saber do inefável e lhe conferir uma forma integralmente transmissível” (Roudinesco, 1994, p.503). Essa forma é justamente o matema, com isso estava demonstrada a possibilidade de transmitir um saber que tem a aparência de não se poder ensinar.

Porém, o matema não é sede de uma formalização integral, uma vez que pressupõe um resto que sempre lhe escapa e se, por um lado, é uma espécie de pólo de convergência dos elementos da experiência, por outro, ele não diz nada e sim exige que se diga. Sendo, assim, uma unidade mínima a que se reduz todo sentido, o matema promove, em contrapartida, a superabundância deste.

Se o matema não permite que se diga tudo, sua interpretação não sendo unívoca, não é, entretanto, infinita. O lugar que os matemas ocupam na teoria psicanalítica é semelhante à fantasia fundamental no processo de constituição do sujeito do inconsciente – lugar de intercessão entre real e o imaginário, além do qual nada há que possa ser enunciado e na dependência do qual os sintomas se situam. Assim, pode-se dizer que a função central do matema reside, ao contrário, na evitação do delírio.(?)

3. O discurso como estrutura: os quatro discursos

Na escritura dos quatro discursos apresentados no *Seminário XVII, O avesso da psicanálise*, Lacan apresenta a estrutura subjetiva como dependente do significante e propõe, de uma forma extremamente reduzida e esquemática, um sistema de relações bastante complexo. Observa-se aqui um esforço de Lacan em diferenciar o conceito de “discurso” do “discurso comum”, em que pesem as enunciações efetivas. Trata-se de aproximar-se do real e inscrever, sob a forma algébrica, a estrutura desses discursos. Citando Lacan, “são discursos sem a palavra, que vem em seguida alojar-se neles” ([10/06/70] 1992, p. 158-159).

É que sem palavras, na verdade, ele pode muito bem subsistir. Subsiste em certas relações fundamentais. Estas, literalmente, não poderiam se manter sem a linguagem. Mediante o instrumento da linguagem instaura-se um certo número de relações estáveis, no interior das quais certamente pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas. ([26/11/69] 1992, p.11)

Segundo Lacan, existem estruturas que podem dar conta de uma formalização dos efeitos produzidos pelo axioma “um significante representa o sujeito para outro significante. Donde resulta a emergência disso que chamamos sujeito” ([26/11/69] 1992, p. 11).

A “estrutura significante” produzida por Lacan, ao ser operada por um quarto de giro, apresenta diferentes discursos — estruturas — que se encadeiam e se sustentam uns aos outros, determinados por uma lógica inteiramente imposta pelo jogo da letra. O discurso é, assim, uma construção lógica.

Segundo Goldenberg (1997), não há consenso sobre o estatuto de matema desta fórmula, ainda que não haja dúvida de que se trata de uma extensão do “algoritmo” que escreve a função do significante na constituição do sujeito constituído pela linguagem. Além

do mais, há ainda uma variação entre o primeiro modelo apresentado por Lacan no *Seminário XVII, O avesso da psicanálise*, e o apresentado cinco anos mais tarde, em *Televisão* ([1973] 1993).

No primeiro modelo — assentado na sua fórmula da metáfora —, Lacan denomina seu algoritmo de “quadrípedo”, “idiotismo greco-latino significando ‘quatro pernas’”, e pode-se observar nele a presença de duas barras e de um vetor que indica uma relação entre os termos da esquerda e direita. No decorrer desse mesmo seminário, Lacan acrescenta entre os termos colocados abaixo um σ . Para Goldenberg (1997), nesse primeiro momento, as barras — que antes figuravam o recalque — continuam tendo a função de indicar uma resistência, uma barreira entre os termos de cima e os de baixo.

$$\begin{array}{ccc} S_1 & \rightarrow & S_2 \\ \hline & & \\ \$ & \sigma & a \end{array}$$

Cinco anos mais tarde, nas conferências norte-americanas, Lacan muda o modelo e passa a definir o discurso como um “semigrupo de *Klein*”, no qual as barras já não apresentam nenhuma função. Segundo Darmon (1994), nesse momento, os quatro discursos são obtidos através de uma operação matemática presente na teoria dos grupos, sob o nome de permutação circular.

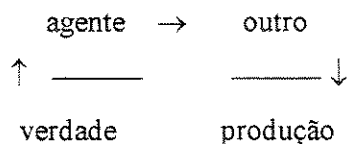
$$\begin{array}{ccc} S_1 & \rightarrow & S_2 \\ \uparrow & & \downarrow \\ \$ & \sigma & a \end{array}$$

É a definição do significante — “um significante representa o sujeito para outro significante” —, bem como a estrutura apresentada no “discurso do mestre”, que servirá de

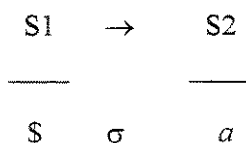
matriz ao estabelecimento dos quatro discursos. Matriz a partir da qual os quatro termos vão ocupar os quatro lugares definidos e ordenados sempre numa ordem circular estrita, na qual nenhuma comutação é permitida, ou seja, nenhuma troca entre dois termos no interior do círculo é verificada.

Se parece legítimo que a cadeia, a sucessão de letras dessa álgebra, não pode ser desarrumada, ao nos dedicarmos à operação de quarto de giro, iremos obter quatro estruturas, não mais das quais a primeira mostra de algum modo o ponto de partida. ([26/11/69] 1992, p. 12)

Para Lacan, a estrutura formal do discurso compreende quatro lugares, ou posições fixas: o agente, aquele de onde o discurso procede; o outro do discurso, aquele que faz um discurso trabalhar; o que o discurso produz, e a verdade do discurso, na maioria das vezes dissimulada por trás do agente, termo não-dominável, visto que não apresenta nenhuma seta que volte em direção ao lugar da verdade.



Quanto aos termos considerados como indispensáveis para situar o sujeito nessa estrutura, estes são apresentados em número restrito de quatro: S1, o significante mestre; S2, o tesouro dos significantes, isto é, o saber; \$, o sujeito barrado por sua determinação pelo significante, e a letra *a*, o objeto perdido, causa de desejo.



Termos cuja organização repousa num termo inomeado porque inomeável, “porque é em sua interdição que se funda toda essa estrutura – trata-se a saber, do gozo” ([10/06/70] 1992, p.168). Tal afirmação, aliada a uma outra, na qual “não há discurso que não seja do gozo” ([11/02/70] 1992, p. 74), permite compreender o esforço de Lacan, no decorrer do seminário, em pensar as possíveis relações do discurso com o gozo, na medida em que, remetidos à função do interdito, são determinantes na constituição da realidade psíquica do sujeito.

No entanto, nada é mais candente do que aquilo que, do discurso, faz referência ao gozo. O discurso toca nisso sem cessar, posto que é ali que ele se origina. E o agita de novo desde que tenta retornar a essa origem. É nisso que ele contesta todo apaziguamento. ([11/02/70] 1992, p. 78)

Com base no trabalho de Freud, “Além do princípio do prazer” ([1920] 1990), Lacan retoma o conceito de repetição, estabelecendo relações entre gozo, repetição e o *mais de gozar*. Para ele, é na busca do gozo como repetição inaugural, determinada pelo traço unário, origem do significante, que uma perda, um resto se produz. Assim sendo, o gozo só é homologado, só há irrupção do gozo mediante a sanção do traço unário e da repetição. Se há um gozo a repetir, há, de forma conseqüente, um *mais-de-gozar* a recuperar.

[...] há perda de gozo. E é no lugar dessa perda, introduzida pela repetição, que vemos aparecer a função do objeto perdido, disso eu chamo a. O que é que isso nos impõe? Não pode ser outra coisa senão essa fórmula pela qual, no nível mais elementar, o da imposição do traço unário, o saber trabalhando produz, digamos, uma entropia. ([14/01/70] 1992, p. 46)

Para produzir os quatro discursos, Lacan faz circular, por sucessivos “quartos de volta”, os quatro termos, S , $S1$, $S2$ e a , pelos quatro lugares: verdade, agente, outro e produção, sem romper a ordem que relaciona $S1$ e $S2$, termos constitutivos da ordem significante. Acredito ser importante precisar que, ao trocarem de lugar produzindo um novo discurso, e de forma conseqüente um novo matema, os termos mudam de sentido, convocando aquele que o lê a uma nova interpretação.

Isto é como um aparelho. Temos que ter a noção, pelo menos, de que poderia servir de alavanca, de alicate, de que pode ser aparafusado, construído, dessa ou daquela maneira. Há vários termos. Se só forneci estas letrinhas, não foi por acaso. É que não quero meter coisas aí que tenham a aparência de significar. Não as quero significar, de modo algum, e, sim, autorizá-las. Autorizá-las já é um pouco mais que escrevê-las. ([10/06/70] 1992, p. 161)

De fato, uma mudança da posição subjetiva do sujeito falante pode ser observada com o movimento produzido pela rotação dos discursos, ou seja, a partir da operação de um giro de quarto de volta, o sujeito pode ocupar diferentes posições. Mantendo-se a estrutura e a ordem dos termos apresentada no discurso do mestre, o sujeito pode encontrar-se em diferentes posições: em posição de verdade no discurso do mestre, em posição de agente no discurso da histórica, em posição de outro no discurso do analista e em posição de produção no discurso universitário (Riolfi, 1999). Conforme afirmei anteriormente, um sujeito também não se encontra determinado por apenas um discurso, mas transita de um discurso a outro.

Em relação à passagem pelo sujeito de um discurso a outro, Lacan observa em *Mais, ainda o* lugar ocupado pelo discurso psicanalítico:

Muito bem, eu diria que desse discurso psicanalítico há sempre alguma emergência a cada passagem de um discurso a outro. Ao aplicar essas categorias que em si mesmas só se estruturam pela existência do discurso psicanalítico, é preciso prestar atenção à colocação

em prova dessa verdade de que há emergência do discurso analítico a cada travessia de um discurso a outro. ([19/12/72] 1985, p. 27)

Como todo discurso implica a referência ao Outro, podemos observar na fórmula do discurso produzida por Lacan uma distinção radical de dois campos, do sujeito e do Outro. Entretanto, ainda que todo discurso seja uma tentativa particular de estabelecer uma ligação entre os dois campos, todo discurso comporta uma falha nessa tentativa de relação entre os dois campos. Disso decorre ser inerente a todo discurso uma disjunção — marcada na fórmula pelo σ — entre os dois campos. Em relação a esse aspecto, Coutinho Jorge (1988, p. 160) fornece a seguinte explicação:

[...] partimos do princípio lógico de que uma tentativa de ligação e seu conseqüente fracasso operem simultaneamente ao nível dos numeradores e dos denominadores dos discursos. Ou antes, que um impossível radical vigora entre sujeito e Outro, impossível que funda mesmo todo e qualquer discurso que visa produzir aí algum grau de possibilitação.

Uma outra questão a ser observada nesses matemas diz respeito aos dois termos presentes no matema da fantasia — S e a — que comparecem nos cinco discursos em diferentes articulações lógicas. Isto posto, se a realidade produzida pelo discurso é instaurada pela fantasia, nada mais lógico que procurar apreender nos discursos do mestre e do capitalista de que modo a fantasia é aí inscrita e a que tipo de gozo ela dá acesso.

3.1. Discurso do Mestre

$$\begin{array}{ccc} S_1 & \rightarrow & S_2 \\ \hline & & \\ S & \sigma & a \end{array}$$

A elaboração do discurso do mestre teve como referência tanto a dialética hegeliana do senhor e do escravo, na qual o domínio do mestre sustentava-se pela força simbólica da tradição, quanto a teoria marxista do capitalismo a partir da categoria de mais-valia. Se em relação a primeira, ele ressalta o fato de que, mesmo tendo acesso ao produto do trabalho de seus servo, o mestre ainda não havia aprendido a acumulá-lo e desconhecia a mais-valia e a acumulação do capital, já em relação ao segundo, utiliza-se da categoria da mais-valia para pensar o objeto *a* como *mais de gozar*, possibilitando-nos pensar numa espécie de quantificação do gozo.

[...] que no discurso do mestre, o *a* é identificável precisamente ao que o pensamento laborioso, o de Marx, fez surgir, a saber, o que estava em jogo, simbólica e realmente, na função da mais-valia. ([14/01/70] 1992, p. 42)

Nesse matema temos, do lado sujeito, o significante mestre S1 e o sujeito dividido, \$; do lado do Outro, temos a cadeia dos significantes, S2 e o objeto *a*, causa de desejo. Vale lembrar o estatuto de S1 no discurso do mestre, significante fálico essencialmente simbólico, desencadeador da constituição da realidade, ou seja, do advento da fantasia. É enquanto significante sustentado pelo Nome-do-Pai que deve ser reportado. Ou seja, o desejo só se encontra em vigor, a fantasia só se constitui, se houver referência ao Nome-do-Pai.¹⁵ Pode-se dizer que as montagens fantasmáticas passíveis de serem escritas nesses discursos devem ser remetidas aos avatares da incidência desse significante.

¹⁵ Diante da complexidade que o conceito Nome-do-Pai ocupa na teoria psicanalítica e de suas inúmeras alterações produzidas por Lacan no decorrer de sua obra, penso ser importante antecipar que, nesta tese, não vou me ater às suas múltiplas acepções. Nesse sentido, será remetido mais diretamente à função paterna sem no entanto, articulá-lo às últimas elaborações de Lacan nas quais é relacionado ao ternário real, simbólico e imaginário.

Sendo o único discurso calcado sobre a fórmula “um significante representa o sujeito para outro significante”, o discurso do mestre é organizado a partir do significante mestre — S1 — que, ao se inscrever no campo do saber — S2 —, divide o sujeito e produz o *a* — o *mais de gozar*. Para Lacan, dessa articulação que se deve partir para dar sentido a uma repetição inaugural — de S1 a S2 —, determinada pelo traço unário e cujo funcionamento produz o gozo como perda.

[...] é no instante mesmo em que o S1 intervém no campo já constituído dos outros significantes, na medida em que eles já se articulam entre si como tais, que ao intervir junto a um outro, do sistema surge isto \$, que é o que chamamos de sujeito dividido [...] desse trajeto surge alguma coisa definida como uma perda. É isto que designa a letra que se lê como sendo o objeto a. ([26/11/69] 1992, p. 13)

Discurso cuja operação apresenta a lógica da castração e a constituição do sujeito falante: um sujeito que, ao se encontrar barrado pelo fato de que fala, vê-se representar por um significante junto a outro significante, o que não ocorre sem a queda de um objeto, o objeto *a*, o *mais-de-gozar*.

O que afirmo, o que vou anunciar de novo, é que o significante-mestre, ao ser remetido em direção dos meios de gozo que são aquilo que se chama saber, não só induz, mas determina a castração. ([18/02/70] 1992, p.83)

O *mais-de-gozar* é então constituído por essa perda, esse resto da operação pela qual um significante intervém no campo dos outros significantes, tendo como efeito um sujeito dividido. Dito de outra forma, cada significante, ao ser reenviado a um outro significante, produz um resto, a letra “*a*” inscreve esse resto irredutível como uma perda. Esse mais-de-gozar é a causa do desejo.

Ou seja, é justamente pelo fato de haver perda, de haver resto, de haver objeto a que um sujeito pode sustentar seu desejo, em face do Outro, pela elaboração de sua fantasia. Desse modo, pode-se observar a relação entre o mais de gozar e o objeto a nessa elaboração. É o que sem dúvida alguma pode ser visto no segundo patamar do discurso do mestre: $\$ \sigma a$, matema destinado à escrita do fantasma como resposta que o sujeito constrói ao enigma proposto pelo desejo do Outro. Trata-se, pois, de uma montagem que permite ao sujeito sustentar sua própria palavra, já que é o registro da estruturação da subjetividade, sem que aí seja consumido pelo gozo do Outro.

Isto quer dizer que a perda do objeto é também a hiância, o buraco aberto em alguma coisa, que não se sabe se é a representação da falta em gozar, que se situa a partir do processo do saber na medida em que ganha ali um acento totalmente diverso, por ser desde então escandido pelo significante. ([26/11/69] 1992, p. 17)

Nessa escritura, o que se encontra excluído ao sujeito é o acesso direto ao objeto a , quer dizer, da série dos objetos ordenados pela castração, pelo seio, pelo cíbalo, pela voz, pelo olhar e mesmo pelo falo. Com efeito, para o sujeito constituído pelo discurso do mestre, há objetos que não podem ser obtidos e que, portanto, não entram nos circuitos ordinários da troca. O que quer que o sujeito faça, o objeto a encontra-se perdido. Quanto à posição de S_2 no lugar do Outro, esta significa que o saber em jogo nessa constituição do sujeito seja do Outro. Ou ainda, que o Outro seja o lugar do significante, como diz Lacan, “o tesouro dos significantes”.

Se há um saber que não se sabe, como já disse, ele é instituído no nível do S_2 , ou seja, aquele que chamo de outro significante. Esse outro significante não está sozinho. O ventre do Outro, do grande Outro, está repleto deles. Esse ventre é aquele que dá, como um cavalo de Tróia monstruoso, as bases para a fantasia de um saber-totalidade. ([17/12/69] 1992, p. 31)

Lacan afirma, no decorrer desse seminário, que a essência da posição do mestre é o fato de ser castrado. Temos aí a indicação de que o que organiza o discurso do mestre, na realidade psíquica, como na realidade social, é a castração. No discurso do mestre, há a evidência de que a relação sexual é impossível e é apenas nessa medida que fantasia e gozo acham-se em pleno exercício.

Quanto ao gozo, o gozo aí escrito é o fálico. Esse gozo pertence ao campo do sujeito do mestre, no qual se acham inscritos o significante causa do gozo, $S1$, e o sujeito dividido S . Entretanto, afirmar que o gozo possível no discurso do mestre é fálico implica considerar a existência de sua exclusão. Com efeito, é mesmo a partir de sua interdição que algo surge como suplência, “algo cuja origem definimos a partir de uma coisa totalmente diversa do gozo fálico, que é situada e, por assim dizer, mapeada, pela função do mais-de-gozar”([11/02/70] 1992, p. 71).

Nesse discurso, observa-se no patamar inferior uma não-relação entre o a compreendido como mais-de-gozar, causa de desejo e o que constitui sua verdade. É aí mesmo que podemos verificar uma barreira, o gozo, cujo função é mesmo a de interditar ao sujeito um impossível gozo pleno, gozo do Outro. Nesse ponto, encontramos a constituição do fantasma:

No discurso do mestre — pois afinal é precisamente aí que se situa o mais de gozar — não há relação entre o que vai mais ou menos se tornar causa de desejo de um cara como o mestre — que, como de costume, não compreende nada disso — e o que constitui a sua verdade. Há aqui, com efeito, no andar inferior, uma barreira. A barreira cuja denominação está imediatamente ao alcance da nossa mão é, no nível do discurso do mestre, o gozo — na medida simplesmente em que está interditado, interditado em seu fundo. Catam-se as migalhas do gozo, mas no que se refere a chegar até o fim, já lhes disse como se encarna isso — não há necessidade de remexer fantasias mortíferas. Esta fórmula, como definidora do discurso do mestre, tem seu interesse por mostrar que ele é o único a tornar impossível essa articulação que apontamos em outro lugar como a fantasia, na medida em que é a

relação do a com a divisão do sujeito — ($\$ \diamond a$). Em seu ponto de partida fundamental, o discurso do mestre exclui a fantasia. E é isto o que faz dele, em seu fundamento, totalmente cego. O fato de que em outro lugar a fantasia possa surgir — especialmente no discurso analítico, onde ela se estende sobre uma linha horizontal de maneira perfeitamente equilibrada — diz-nos um pouco mais sobre o que vem a ser o fundamento do discurso do mestre. ([11/03/70] 1992, p. 101)

Em relação ao lugar ocupado pelo $\$$ — lugar da verdade, esta se encontra barrada e só poderá ser semidita. Sobre esse mesmo ponto, Lacan observa:

[...] nenhuma evocação da verdade pode ser feita se não for para indicar que ela só é acessível por um semi-dizer, que ela não pode ser inteiramente dita porque, para além de sua metade, não há nada a dizer. Tudo o que se pode dizer é isto. Aqui, por conseguinte, o discurso se abole. ([14/01/70] 1992, p. 49)

3.2. Fantasma e gozo no Discurso do Mestre

Para a Psicanálise, o fantasma é suporte do desejo, ao mesmo tempo, efeito do desejo arcaico inconsciente e matriz dos desejos atuais, conscientes e inconscientes (Chemama, 1995). É a partir da fantasia inconsciente que a realidade psíquica do sujeito vem a ser constituída. Se Lacan afirma no *Seminário XX* que “tudo que nos é permitido abordar de realidade reste enraizado na fantasia” ([20/03/73] 1985, p. 127), já em *L'Etourdit* ressalta que “a realidade psíquica [...] só se avaliza analiticamente pela fantasia” ([1973], s.d. p. 38).

Representada da seguinte forma — $\$ \diamond a$ —, a escritura da fantasia apresenta uma estrutura lógica em que é possível pensar a relação particular de um sujeito Outro do inconsciente, barrado e irredutivelmente dividido por sua entrada no universo dos significantes, com o objeto pequeno a , que constitui a causa inconsciente de seu desejo cujo mecanismo principal é a identificação do sujeito transformado em objeto. Reconhecer esse

caráter fundante do fantasma enquanto única realidade psíquica do sujeito significa conceder a ela um caráter originariamente constituinte, estruturante para o sujeito.

Situada numa intercessão entre o real e o imaginário, a fantasia é mesmo simbólica. Segundo Lacan, a instauração do simbólico surge de forma correlata à emergência da fantasia inconsciente fundamental, há uma estreita relação entre a instalação da fantasia inconsciente primordial e o recalçamento originário.

Como o sujeito — que neste momento inaugural ainda nem o é enquanto tal — não tem como fazer face à existência da relação sexual, relação esta que não se acha para ele inscrita, a ele é outorgada, a partir dos significantes do Outro, uma articulação significante mínima que lhe permite mediatizar o encontro com este real. É nesse momento, momento mítico mas necessariamente suponível em correlação com o momento, também mítico, do recalçamento originário tal como postulado por Freud, que se instaura, a partir do indivíduo biológico, o sujeito falante propriamente dito. (Coutinho Jorge, 1988, p. 66)

Segundo Coutinho Jorge (1988), no decorrer do seminário *A lógica da fantasia* (1966-1967), Lacan situa a fantasia de início no imaginário, em seguida no simbólico e finalmente no real. Operação a partir da qual é possível reconhecer o caráter decisivo, de instância limítrofe, dessa estrutura para o sujeito, tendo em vista que se encontra situada na intercessão entre o real e a realidade. Se o simbólico vem produzir algum imaginário para o falante, na medida em que este revela-se originalmente faltoso para ele, ainda assim, não possibilita a completude desse imaginário, um resíduo real se impõe retornando continuamente. Dessa forma, o estatuto real do objeto *a* é materializado, uma vez que tanto suas representações imaginárias quanto simbólicas apresentam como efeito do real um ponto de esburacamento. É nesse sentido que Lacan define o impossível que vigora no real como aquilo que não pára de não se escrever.

A álgebra lacaniana, que escreve a fantasia enquanto axioma fundamental, refere-se ao que não cessa de não se escrever. Ela se refere ao real como cifra impossível de decifrar. Esse algoritmo [$\$ \diamond a$] tem seguramente a ilegibilidade por virtude: é a escrita impossível de ler de um real impossível de dizer; o que faz com que se percebam, pelo menos, que esta escrita não constitui imagem e não escreve absolutamente a fantasia como uma frase, mas como uma cifra, marca do real. Se essa fórmula inscreve o sujeito como dividido pelo efeito do simbólico, ela não o situa em relação com a cadeia significante mas com o objeto a definido como causa do desejo — causa, pode-se dizer real. (Ribetes, *apud* Coutinho Jorge, 1988, p. 173)

De fato, a fantasia inconsciente representa a constituição do sujeito originalmente faltoso, implicando a representificação da falta real através da presença do objeto a . Na última aula do Seminário XIV, Lacan afirma:

[...] a fantasia não é senão um arranjo significante, cuja fórmula eu dei ao acoplar a ele o a e o $\$$, o que quer dizer que ele possui duas características: a presença de um objeto a e, por outro lado, nada mais do que o que engendra o sujeito como $\$$, a saber uma frase. (Lacan, *apud* Coutinho Jorge, 1988, p. 166)

Refletir sobre a constituição do fantasma no interior do discurso do mestre significa considerar a constituição mítica, inaugural do advento do sujeito por via da linguagem. Dito de outra forma, penso que para compreender tal constituição nesse discurso é importante considerar a definição de significante apresentada no andar superior desse matema: “um significante representa um sujeito para outro significante”, que diz tanto da divisão do sujeito quanto da constituição do sujeito do desejo.

E neste ponto trago a reflexão realizada por Calligaris quanto ao termo “representação” utilizado nessa fórmula, pois a partir dele poder-se-ia supor a existência prévia de um sujeito, antes do dizer que o representa.

Ora, na fórmula, o Sujeito não é outra coisa senão o efeito da divisão própria ao funcionamento da linguagem, ele não preexiste a esta. É por isso que prefiro dizer que um significante produz um Sujeito para outro significante. (Calligaris, 1986b, p. 31)

Para pensarmos a constituição do fantasma enquanto decorrência de uma frase, lembro que a existência de um enunciado enquanto significante (S1), independentemente de seu sentido, só ocorre para um outro significante, considerando uma retroação por parte desse último (S2). Ou seja, esse enunciado só existe se remetido à cadeia (S2) . Porque “o enunciado só é um materialmente com sua separação da cadeia indefinida que o faz existir” (Calligaris, 1986b, p.23). A existência desse enunciado — produtor do fantasma — não deve ser tomada como decorrente das histórias que um dia o sujeito possa ter visto ou ouvido, mas é a sua separação da cadeia que o faz existir e lhe dá existência enquanto sujeito desejante.

Que um enunciado produza um Sujeito que pode ser atribuído a este desejo, eis aí o que requer que este enunciado se fixe em determinação deste desejo e, ao mesmo tempo, fixe também a cadeia (S2) para a qual este enunciado existe; por mais indefinida que permaneça, sem solução de continuidade com a linguagem, ainda assim ela se circunscreve. Há então uma zona de lençol — imaginariamente limitada — onde se situa, ou melhor, onde se supõe situar a significação do enunciado que produz o Outro como sujeito. Seria o mesmo que dizer que, desde que o Outro é Sujeito, um lugar é suposto onde isso saberia o que ele quer; este lugar é a cadeia (S2) da qual depende o enunciado do fantasma. (Calligaris, 1986b, p. 32)

Considerado como suporte do desejo do Outro, na fantasia, o sujeito pressuposto é considerado como puro efeito da linguagem, produto e jamais o produtor do enunciado de seu desejo. O que se passa, antes, é que, apesar dele e segundo as leis próprias da ordem significante, essa cadeia ordena a significação do enunciado do fantasma e decide a falta que constitui o corpo do Outro.

Com efeito esta escritura marca, fixa o momento em que um significante (S1) faria do desejo no Outro o fato de um sujeito (\$) Outro, antes mesmo que este sujeito tome corpo e que, com isso, o objeto que lhe é ofertado não se determine. Nesta escritura, o objeto é “alguma coisa”. Alguma coisa, um nada: Lacan inclui no seu catálogo de objetos parciais o nada que equivoca, pela etimologia, com alguma coisa. Não é um objeto parcial como os outros, designa ele, mas antes a posição do objeto ofertado ao desejo do Outro antes de qualquer determinação deste objeto e deste desejo, tal como uma falta imaginária sobre um corpo poderia representá-lo. (Calligaris, 1986b, p. 29)

A escritura fornecida por Lacan assinala uma articulação significativa na qual o fantasma associa aquilo que falta ao sujeito àquilo que falta ao Outro. Desse modo a instalação do fantasma pode ser considerada como decorrente de que algo falta no Outro, ao sujeito. Dito de outra forma, porque aquilo que falta ao sujeito falta também ao Outro. Tal pressuposto permite pensar no corpo do Outro que se constitui, absolutamente singular visto que sua constituição encontra-se dependente do enunciado do fantasma. Por fim, vale dizer que este corpo não é especular:

[...] seu corpo é escolhido como imagem de uma falta que um objeto pode preencher, mais precisamente de uma falta que é falta para gozar. (Calligaris, 1986b, p. 31)

Resta que este corpo não é necessariamente especular, ao que dá margem a pensar que os objetos que se oferecem à sua falta poderiam corresponder todos à qualificação dos objetos destacáveis de um corpo, como se diz, humano. (Calligaris, 1986b, p. 31)

E quanto aos objetos oferecidos a esse corpo esburacado?

É em relação a esse corpo que se estabelece o catálogo dos objetos parciais como catálogo de que ele pode ser imaginado amputado. E isto até questionar o catálogo estabelecido por Lacan, em todo caso sua exaustividade, já que, além do nada, Lacan reconhece como objetos possíveis, voz, olhar, seio, fezes e algumas vezes a urina, ou seja, objetos

descartáveis do corpo, tal como o estádio do espelho traça os limites. (Calligaris, 1986b, p. 31)

Com efeito, em uma montagem fantasmática, pode-se observar um atamento do sujeito ao objeto, visto que, diante do Outro como desejante, oferece seu corpo como objeto. Momento em que podemos observar uma fixidez de equivalência de um sujeito a tal objeto que se propõe como suplemento para um corpo no qual faltaria.

O fantasma se ata no encontro desta experiência para criar homogeneidade entre o desejo no Outro (fato de linguagem) e o corpo daquele que se pretende concernido por ele; isto com o projeto de trazer para o Outro sua completude, e mesmo produzir o seu gozo, o que requer de imediato que o Outro seja, e que seja um corpo. (Calligaris, 1986b, p. 29)

Sabe-se muito bem que o ser falante persegue sempre um gozo, o do Outro. Sustentado pelo projeto de produzir esse gozo impossível, acaba por oferecer sua própria carne como objeto que possa tamponar a falta do Outro e assim provocar o gozo esperado. Produzindo um saber sobre a falta para gozar do Outro, termina por funcionar como falo imaginário proposto para suplemento a essa falta.

[...] o que chamamos no discurso comum o fantasma [...] se formula segundo esta escritura, quer dizer, segundo a vontade de unir o objeto que somos ao corpo do Outro a quem ele falta, do Outro que um enunciado fez sujeito [...]. (Calligaris, 1986b, p. 31)

Quanto à relação sujeito/objeto materializada no fantasma, toda fantasia é uma fantasia perversa, pois não há fantasia que não seja perversa, mas, no entanto, não deve ser remetida à perversão considerada como estrutura clínica. Na fantasia, ela consiste em que o sujeito identifique-se ao objeto que está em jogo, de forma a oferecer-se como falo imaginário da mãe. Nesse sentido, na fantasia, há ação — representada pelo verbo — por

parte do sujeito, há um fazer-se a partir do qual este identifica-se com o objeto em jogo na ação. Tal reflexão permite-me compreender a afirmação de Nasio de que o enunciado constituidor do fantasma é sempre determinado por um verbo. Ainda segundo ele, o verbo representa o corte entre o sujeito e o objeto, é o significante separador e reunidor do sujeito e do objeto.

Lacan, para marcar isso, propõe a seguinte fórmula.: fazer-se. Fazer-se o quê? Fazer-se olhar, fazer-se voz, fazer-se cocô, a fazer-se seio etc... Portanto, a realidade da fantasia é uma realidade do fazer, mas o fazer a ser entendido como fazer-se. (Nasio, 1993, p.44)

Em suma, a função imaginária da castração — constitutiva do fantasma — preenche o duplo papel de produzir — a partir do enunciado — o Outro como Sujeito desejante (que é então o S_1 do outro como $\$$) e de provê-lo de um corpo e uma falta. O Outro encontra sua determinação pela castração imaginária que lhe atribui um corpo e uma falta.

Na escritura que Lacan propõe, $\$ \diamond a$, o losango poderia ser lido como equivalente a $-\phi$, ou seja, à operação que, dando determinação e corpo ao desejo do Outro, permite o projeto de sua soldagem com o objeto a determinado. (Calligaris, 1986b, p. 31)

Ora, geralmente, é objeto a no fantasma todo objeto pelo qual o nada de ser do sujeito em face do desejo no Outro se determina, para vir colar-se na figura imaginária desse desejo como falta ou amputação de um corpo que não é obrigatoriamente especular. Já em relação ao desejo do Outro, este não deve ser compreendido como a soma nem a combinatória dos votos do pai, da mãe, produzidas no decorrer da história do sujeito. Ele é o sujeito de um desejo que encontra sua determinação pela via de um enunciado — cadeia significante — que lhe atribui um corpo e uma falta.

Segundo Lacan, o algoritmo representado nesse matema pela figura do losango indica que “todas as relações são possíveis, menos a igualdade”. Já no *Seminário IX. A identificação*, referindo-se à função do corte na constituição do sujeito, ele afirma:

Se jamais introduzi a verdadeira verbalização desta forma $\diamond$, buril, desejo, que une o $\$$ ao a e, $\$ \diamond a$, este pequeno quadrilátero deve ser lido: o sujeito marcado pelo significante é propriamente, no fantasma, corte de a . ([16/05/62] s.d., p. 11)

Que o losango — a punção — represente o corte, afirmando a impossibilidade da colagem entre sujeito e objeto, não significa que aí não haja uma ligação flexível.

Isto posto, avançando em direção ao discurso do capitalista, considero que a proclamação do direito individual de gozar sem freios do trabalho vivo e dos objetos que esse trabalho produz — cada vez mais presente no desenvolvimento e avanço do capitalismo —, aliada a um novo discurso da ciência — deslocando o lugar do saber —, seja responsável pela produção de uma báscula do discurso do mestre para o discurso do capitalista e cujos efeitos avalio produzirem uma espécie de laço perverso na relação do sujeito ao outro. O que não significa considerar que todo laço social estabelecido pelo sujeito no capitalismo seja perverso.

3.3. Discurso do Capitalista¹⁶

Foi pontuado no início do capítulo que o *Seminário XVII* pode ser considerado como um momento no qual Lacan estabelece um diálogo com o contexto cultural de sua época, com a vida contemporânea. E, nesse sentido, a elaboração da Teoria dos Quatro Discursos e, em especial, a elaboração do quinto discurso implicou, por parte de Lacan, considerar o lugar dado à verdade em um mundo marcado pelo avanço do capitalismo e atravessado pela produção sustentada pela ciência. Discurso cujo funcionamento penso dar materialidade à afirmação de Lacan de um declínio do significante Nome-do-Pai. Veremos esse ponto mais adiante.

Acredito ser importante destacar uma observação realizada por Lacan em 1967 em “Discurso de clausura das jornadas sobre a psicose na criança”, dois anos antes do *Seminário XII* (*apud* Laurent, 1994, p.28) e que antecipa suas preocupações em relação à função da Psicanálise neste novo tempo marcado pelo fenômeno imperialista (posterior a 1945),¹⁷ e no qual a ciência muda de estatuto:

Os homens entram em uma época que chamamos planetária, em que se formaram segundo algo que surge da destruição de uma antiga ordem social que simbolizarei com o Império, tal como foi compondo sua sombra durante longo tempo em uma grande civilização, para que seja substituído por algo bem diferente e que não tem absolutamente o mesmo sentido, os imperialismos.

¹⁶ Penso ser importante ressaltar a enorme dificuldade na obtenção tanto dos textos originais de Lacan — por exemplo, *Do discurso psicanalítico* (1972), *Discurso de clausura das jornadas sobre a psicose na criança*, apresentado como conclusão da Jornada da Infância Alienada de 1967, e *Radiofonia*, entre outros — como do acesso a uma produção atual de psicanalistas que estejam pensando a relação entre a Teoria dos Quatro Discursos, o discurso do capitalista, a subjetividade contemporânea e a tecnociência. Cabe dizer que só no final da elaboração da tese tive acesso aos trabalhos de Calligaris (1986), *Perversão — Um laço social ?*, de Laurent (1992), *Lacan y los discursos*, de Lebrun (1997), *Un monde sans limite; essai pour une clinique psychanalytique du social*, e de Vegh (2001), *Os discursos e a cura*, que apontam em relação a tal direção.

¹⁷ Segundo Bobbio (2000, p. 619-620), No período pós-guerra desenvolveu-se o processo de liberalização das trocas e “os Estados Unidos utilizaram de forma eficaz sua posição hegemônica com relação aos Estados de economia de mercado, para retomarem a política de livre comércio [...]”.

Estabelecendo uma releitura dos efeitos do capitalismo na sociedade moderna, o discurso do capitalista dá conta das formas que toma presentemente o capitalismo contemporâneo e, conseqüentemente, dos laços sociais possíveis de serem estabelecidos pelo sujeito, na medida em que é o discurso que organiza o jogo social e rege a economia de mercado.

Entretanto, antes de continuar, devo esclarecer que não é meu objetivo apresentar a situação atual do capitalismo e nem tampouco avaliar as conseqüências da expansão mundial da economia de mercado na sociedade contemporânea. Interessa-me mais refletir sobre a constituição dos sujeitos numa sociedade determinada pelo discurso do capitalista e as subjetividades produzidas a partir da universalização deste. Ou seja, que sujeito emerge como efeito do discurso capitalista e que tipo de laço social é produzido? E em relação à família, que tipo de laço passa a ser estabelecido entre pais e filhos? Qual a posição a ser ocupada pela criança em tempo marcado pela tecnociência, ou mesmo, o que significa supor a existência de uma criança-objeto, efeito de um desejo anônimo (Lacan, [1969] 1998g) produzido pelo Outro social?

Na verdade, a elaboração do discurso do capitalista apresenta um sujeito que se encontra, ao mesmo tempo, fixado ao seu objeto “[...] e em posição de semblante, isto é, em posição de acreditar-se assujeitado a nada, mestre das palavras e das coisas. Aqui a alienação se duplica, com um desconhecimento radical” (Chemama, 1997, p. 50). Dessa maneira, o sujeito vive permanentemente em um registro especular, pois o que lhe interessa é o engrandecimento de sua própria imagem e o outro lhe serve apenas como instrumento para o incremento da auto-imagem.

O matema produzido por Lacan para o discurso do capitalista foi apresentado em uma conferência proferida na Universidade de Salamandra, em Milão, em 12 de maio de 1972, sob o título “Do discurso psicanalítico” (*apud* Goldenberg, s.d.). Momento em que

Lacan demarca a existência de uma crise a ser enfrentada por tal discurso e que, na verdade, é constitutiva deste.

[...] a crise — não a do discurso do mestre, mas do discurso capitalista, que o substitui — está aberta. De nenhum modo digo que o discurso do capitalista seja mal bolado, é ao invés algo loucamente astucioso, hein? Loucamente astucioso, mas destinado a se arrebentar. Enfim, é o discurso mais esperto jamais sustentado. Mas destinado a arrebentar, por que é insustentável. É insustentável, por conta de um negócio que eu posso explicar [...] porque, o discurso capitalista está lá, vocês podem ver: [supra]. Uma inversãozinha de nada entre o $S1$ e o $\$$, que é o sujeito: isso é suficiente para que isso ande como que sobre rodas; não pode andar melhor, mas, precisamente, anda rápido demais: se consome; se consome tão bem, que se consuma. (Lacan, *apud* Goldenberg, s.d., p. 82)

De fato, a escritura desse discurso é obtida por meio de uma torção a partir do discurso do mestre, de forma que o $S1$ torna-se $\$$, ou seja, o $S1$ do discurso do mestre torna-se a verdade do discurso do capitalista e o sujeito dividido $\$$ é colocado como aquele que agencia o discurso. Como nota Darmon (1994), o lugar da verdade, que antes havia sido definido como um lugar do não-retorno, não é mais protegido, e os quatro vértices se alimentam uns dos outros numa reação em cadeia. Observa-se ainda uma redefinição na direção dos vetores. Mudança que não deixará de produzir seus efeitos até mesmo quanto à aceitação desse discurso pelos seguidores de Lacan.

$\$$	$S2$
↓	↓
$S1$	a

Segundo Goldenberg (1997, p. 15):

Como Lacan se deu ao trabalho de definir os mencionados quatro valendo-se de uma estrutura algébrica denominada “semigrupo de Klein”, com rígidas leis de composição, o fato de ele definir durante uma conferência em Milão, no ano de 72, um quinto discurso, foi recebido pelos seus discípulos com um misto de espanto e apreensão, que só fez crescer quando o alcance subversivo deste gesto sobre o próprio sistema foi percebido. Podemos resumir estas reações em dois grupos: os dogmáticos, para quem Mestre Lacan nunca disse nada em vão, e os céticos, que acham o de Milão uma piada ou um erro. Os primeiros se afoam em dar a este quinto o estatuto de exceção numa série que comporta quatro e apenas quatro; os outros o descartam como um monstro, e aproveitam para ironizar a credence dos primeiros.

Com certeza, não são poucos os efeitos produzidos em torno das múltiplas interpretações realizadas em torno da elaboração desse novo discurso. No entanto, acredito ser importante lembrar que, para Lacan, o matema é um modelo da linguagem articulado com uma lógica da ordem simbólica, de modo que se possa transmitir um saber que tem a aparência de não se poder ensinar. Conforme tenho afirmado, se, por um lado, os matemas apresentam-se como uma espécie de unidade mínima, de modo a não dizer nada, por outro, eles exigem que se diga sobre eles. O problema é que, ao produzir uma redução do sentido, o matema pode promover, em contrapartida, a superabundância deste. E, neste momento, remeto-me à afirmação de Lacan quanto ao caráter não-metafórico do matema:

O matema se profere pelo único real de saída reconhecido na linguagem, a saber: o número. Contudo a história da matemática demonstra (é o caso de dizê-lo) que ele pode se estender à intuição, com a condição de que esse termo seja tão castrado quanto possível for por seu emprego metafórico. (*L'Etourdit*, [1973] s.d., p. 42)

Todavia, se o próprio Lacan ressalta a pluralidade decorrente de seus matemas, há um ponto mínimo de ancoragem que estes constituem. Daí a existência de uma lógica entre

os termos e as posições fixas, a disposição dos vetores e o caráter circular de permutação a partir dos quais essa estrutura foi pensada. Dessa forma, se as interpretações realizadas em relação aos matemas não podem ser unívocas, nem por isso serão infinitas.

Tendo em vista tais observações, mesmo diante das múltiplas interpretações, e considerando as dificuldades advindas a partir das mudanças apresentadas por Lacan na escritura desse matema, é por meio dele que acredito poder apreender as relações que o sujeito contemporâneo estabelece com o seu desejo, com o seu fantasma e com o objeto que tenta reencontrar, considerando a evolução do capitalismo contemporâneo em direção à globalização do mercado.

Para Cathelineau (1997, p. 103), com a torção realizada:

[...] se acha em posição do agente não mais o Mestre puro e simples, legitimando seu comando apenas por sua potência arbitrária (S1), mas um sujeito (\$) cujo sentimento de exceção, sem referência direta com a função muito antiga do comando, justifica sozinho a posição dominante no discurso. É por isso que o sujeito capitalista é chamado do lugar que tomou do lugar do mestre feudal, a se fazer o poeta do “êxito individual”; não é portanto sua autoridade que ele fará prevalecer, mas sim a astúcia que lhe permite adquiri-la tanto quanto mantê-la. Essa autoridade dominante no Mestre feudal passa para baixo e toma o lugar da verdade escondida que os enfrentamentos sociais entre o Novo-sujeito-mestre e seus subalternos virão às vezes revelar.

Isto posto, quais os efeitos que podemos supor possam surgir com a inversão do significante mestre — S1 —, que deixa de comparecer como agenciador do discurso determinado pelo inconsciente como sua verdade e com o repúdio da verdade do discurso pelo novo agente — \$ — que agora torna-se seu diretor? A questão é que o lugar dominante acaba sendo ocupado pelo sujeito *self made man*, que, nesse momento, considera-se dono da verdade.

Além do mais, se o S1 é apresentado, nesse seminário, como decorrente da metáfora paterna, não poderá essa inversão dar materialidade ao que Lacan nomeou no decorrer de sua obra como declínio do Nome-do-Pai? Com efeito, não se pode deixar de observar em nossa sociedade o enfraquecimento da figura paterna, seja enquanto genitor, seja enquanto função simbólica da paternidade, que sustenta esse próprio genitor. De acordo com Rio Teixeira (1997, p.76), “este enfraquecimento simbólico, que Lacan chamou declínio da imago paterna ou declínio do Nome-do-Pai, age sobre as relações entre os sujeitos na nossa cultura provocando os mais variados efeitos sociais”. Nessa direção, compreendo que as transformações da família, o esvaziamento da autoridade paterna e o surgimento de uma tecnociência nos últimos anos possam ser considerados alguns dos muitos efeitos que podemos observar (Julien, 1997a, 1997b; Lebrun, 1997).

De forma mais pontual, saliento a relação entre tal declínio e o fortalecimento do sentimento de autonomia do sujeito, que acredita não ter mais que se submeter a nenhuma lei simbólica, quer ela se apresente sob a forma de tradição, da religião e da paternidade. De fato, essa autonomia diante dos constrangimentos simbólicos coloca-o na posição de senhor do seu destino. E aqui lembro que, se o discurso do mestre é organizado pela castração e aponta para a constituição do sujeito do desejo, já o discurso do capitalista renega, ou melhor, desconhece a castração e produz no sujeito a ilusão de um gozo sem limites. Gozo que o torne pelo menos “um sem restrição”.

Já em relação ao significante mestre — S1 — deslocado do primeiro para o segundo patamar do matema, penso que tal operação traz consigo uma diferença em relação ao papel que a lei apresenta nesse discurso. Quer dizer, se no discurso do mestre o S1 ocupava a posição de dominante, agenciador de tal discurso, nessa nova configuração, além de não ser o significante que ocupa a posição de agente, passa a funcionar como a verdade

não-recalcada do discurso do capitalista. E em relação a esse aspecto, observo que, no matema proposto para o discurso do mestre, a verdade encontra-se recalcada. Retomo Lacan:

A caracterização do discurso do mestre como comportando uma verdade oculta não quer dizer que esse discurso se oculte, se esconda. A palavra 'oculto [caché] tem em francês suas virtudes terminológicas. Vem de 'coactus' do verbo 'coactare, coactitare, coacticare' – o que quer dizer que há algo comprimido, que é como uma sobreimpressão, algo que exige ser desdobrado para ficar legível. ([11/02/70] 1992, p.74)

Considero que, se no discurso do mestre, a verdade — não-reconhecida, recalcada — impõe ao sujeito que este se ponha a trabalhar, já neste discurso, a verdade não se encontra protegida e, portanto, não há nenhum impedimento a ela. Assim sendo, quais efeitos podem ser produzidos a partir do momento em que a verdade antes recalcada, na qual o Outro comparece enquanto castrado, torna-se explicitada? Darmon (1994, p. 225) apresenta-nos uma possível resposta: “nesse discurso, a denúncia da verdade não faz senão reforçar o processo”. É bom lembrar que, nesse mesmo seminário, Lacan refere-se a Marx, que, ao revelar a verdade do capitalista, produz um saber que dá forma e sustentação ao sistema capitalista. E neste ponto retorno à afirmação de Lacan, no *Seminário XVII*:

O que a verdade, quando ela surge, tem de resolutivo, isso pode às vezes ser feliz, e, nos outros casos, desastroso. Não se vê por que a verdade seria sempre forçosamente benéfica. Só com o diabo no corpo é que se pode imaginar semelhante coisa, quando tudo demonstra ao contrário. ([11/03/70] 1992, p.99)

Em uma outra perspectiva, mas ainda em relação à alteração da posição da verdade nesse discurso, segundo Goldenberg (s.d.), as mudanças realizadas por Lacan referentes a esse quinto discurso dizem, de fato, de uma alteração radical no funcionamento geral da

estrutura discursiva e que coloca em xeque a relação do sujeito com a verdade que o constitui.

Trata-se da rejeição da verdade do discurso, escrita mediante a inversão do sentido do vetor que conecta seu lugar com o do agenciamento. O agente repudia a determinação que recebe da verdade para tornar-se seu diretor. O lugar dominante deixa de ser o significante mestre determinado pelo inconsciente como sua verdade, mas o sujeito feito 'self made man' que se toma pelo dono da verdade, ignorando o inconsciente, isto é, o desejo. (s.d., p. 81)

A questão se complexifica na medida em que, a partir da nova disposição dos termos e vetores, diversamente dos outros discursos, que podem sofrer uma rotação em virtude do ponto de impasse que orienta o reposicionamento subjetivo, o funcionamento desse discurso impossibilita o movimento de rotação dos discursos e reproduz o que se chama, em Teoria dos Grafos, um ciclo hamiltoniano. Ou seja, ele se engendra como um circuito destinado a girar sobre si mesmo, sem nenhuma disjunção que se marque como ponto limite e que o sujeito deve experimentar para poder dele sair (Teixeira, 1998). Enfim, “estariamos frente a um sistema travado, fechado sobre si [...] circular, sem avesso” (Goldenberg, s.d., p. 82).¹⁸

Ora, se a sociedade contemporânea, marcada pelo desenvolvimento do capitalismo, encontra-se determinada por tal discurso, que tipo de subjetividade e de laço social será possível ser estabelecida pelo sujeito em relação ao outro? E mais: que possibilidade o sujeito contemporâneo determinado por tal discurso terá de vir a sair de tal circuito?

¹⁸ Wainstein (2001, p. 35), em *Os discursos e a cura*, afirma que os tempos de uma análise podem ser pensados a partir das posições possíveis de serem ocupadas pelo sujeito nos quatro discursos. “Na relação entre o analisante e o analista vai-se se circulando pelos quatro lugares na ordem possível orientando a lógica do laço social que está em jogo ali”.

3.4. Fantasma e gozo no Discurso do Capitalista

No discurso do capitalista, diferentemente do discurso do mestre, não há disjunção entre $\$$ e a , nem mesmo uma barra horizontal. Sem apresentar nenhuma forma de mediação, toda separação entre o sujeito e o objeto é evitada. A posição representada $a \rightarrow \$$ sugere-nos inúmeras possibilidades de interpretação, mas uma delas é de que o sujeito é diretamente comandado pelo objeto que produz. Dito de outra forma, parece ser o objeto pequeno a que comanda o sujeito.

[...] que o que comanda hoje nesse lugar mestre é o objeto pequeno a e, aliás, podemos tanto menos ficar surpresos quanto a escritura mesma da fantasia ($\$ \diamond a$) nos ensinou a saber de que maneira o sujeito pode se eclipsar em relação ao objeto. Há uma reversibilidade, e é isso que a punção vem de certa forma de escrever na fórmula da fantasia. O que faz o discurso do capitalista é pequeno a em posição mestra. (Melman, 1997, p. 120)

Indo mais além, penso que a partir da escritura de tal matema é possível supor uma redefinição da função do objeto a , visto que, nesse discurso, o objeto a não me parece se apresentar como objeto causa de desejo, mas como objeto fetiche e, nesse sentido, “transforma-se na condição absoluta de desejo e no lugar de um gozo” (Roudinesco, 1998, p. 236). Funcionamento discursivo que me permite pensar na produção de um laço social perverso.

Isto posto, interessa-me refletir sobre o lugar que o gozo ocupa nesse discurso, pois, com a torção, o $S1$ torna-se $\$$ e isso, além de esvaziar a impotência da junção entre o mais de gozar e a verdade do mestre $\$ \diamond a$, acaba por redefinir o matema do fantasma antes representado pela impossibilidade de tal junção. Nesse sentido, penso os efeitos de uma montagem fantasmática na qual, não havendo reversibilidade, é o objeto que comanda o jogo.

Se o discurso da capitalista inscreve a relação direta entre [*\$ e a*] como imperativo a gozar, isto se deve ao fato de que aí o capitalista propõe-se a assegurar a cada um o reencontro efetivo com o objeto de seu desejo. Funcionamento produtor de uma confusão, para o sujeito, da diferença entre o objeto de desejo e o objeto de consumo. Daí a possibilidade de que o sujeito não se defronte com a falta que lhe constitui, mas, ao contrário, constituído pela ilusão de completude, procure tamponá-la com os inúmeros objetos aí disponíveis. Gozo sem interdito, “gozo garantido por fatura” (Chemama, 1997).

Acredito que esse processo se dá diante de uma evitação do sujeito em se defrontar com a castração. Nessa perspectiva, o consumidor tomaria o objeto de consumo por um sucedâneo do objeto de desejo, aquele que para a Psicanálise é fundamentalmente perdido. Assim, tomado pela ilusão de um possível tamponamento de sua falta, nessa forma de subjetividade o sujeito encontra-se dependente do objeto, qualquer que seja, perseguindo-o num esforço sem descanso, condenado a jamais encontrar o que poderia aí lhe satisfazer. Com efeito, reencontrar no real o objeto perdido do gozo, parece ser este o voto do homem contemporâneo. Objeto de gozo, que ao não ser metaforizado e portanto regido pelo significante, torna esse homem bem mais escravo, bem mais que qualquer outro objeto (Chemama, 1997).

Conforme pode-se observar, não é mais possível negligenciar a transformação apresentada pelo sujeito, correlativo de um objeto sempre oferecido, dependendo sempre dos circuitos comuns de troca (Chemama, 1997). Se a posse do objeto de consumo é para este uma forma de obturar a sua falta, e o interdito moral que o impedia de obtê-lo por meios ilícitos é cada vez mais débil devido ao declínio do seu alicerce simbólico — Nome-do-Pai — não é surpreendente que ele tente obtê-lo a todo custo. Nessa perspectiva, a violência pode apresentar a função de tentar recuperar através de um ato um elemento simbólico do qual o sujeito se vê privado (Melman, 1992) .

De modo geral, a subjetividade marcada por um laço perverso pode ser caracterizada pela dificuldade do sujeito em relação a sua castração. Desse modo, diante da impossibilidade de poder considerar o outro em sua diferença, à medida que não consegue se descentrar de si mesmo, encara o outro apenas como um objeto para seu usufruto, “rebaixando-o à condição de instrumento” (Birman, 1999). Seria apenas como um corpo a ser manipulado para o gozo que o outro se apresenta para o sujeito no horizonte da atualidade. Laço cujo funcionamento diz da relação entre o capitalismo e a ciência.

3.5. O Discurso do Capitalista e a tecnociência

Antes de seguir com a reflexão, é importante destacar que, segundo Lyotard (1998), o final da década de 1950, denominada era pós-industrial, é caracterizado por uma mudança de estatuto do saber e da verdade determinada pelo impacto das transformações tecnológicas sobre o saber dito científico. Momento denominado por ele como “pós- moderno”.¹⁹

Considero como Rosa (1999a) que essa conceituação não é unânime, e é até mesmo problemática visto que não se observa, nesse momento, a existência de um corte epistemológico necessário para inaugurar um outro movimento. Entretanto, assim como ela, sem aderir a uma ou outra posição, penso ser no mínimo necessário indicá-la para então localizar o período ao qual estou me referindo.

Determinado por esse tempo de transformações, não é sem sentido que a produção do discurso do capitalista tenha se dado justamente com uma torção do discurso do mestre, de forma que o S1, antes considerado como dominante, é colocado no patamar baixo e o sujeito

¹⁹ “Nossa hipótese de trabalho é a de que o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna” (Lyotard, 1998, p. 3).

dividido S é determinado como aquele que agencia o discurso. Elaboração que coloca em causa a relação do sujeito com o saber, a verdade e o gozo.²⁰

Uma alteração presente na escritura desse discurso, e que pode nos ajudar a pensar na mudança de estatuto do saber da ciência em nosso tempo e a produção de uma nova subjetividade, é a retirada das barras — que antes operavam enquanto recalque — e uma substituição pelo vetor $\downarrow$, permitindo uma relação direta entre o primeiro e o segundo patamar. De forma mais precisa, penso que, no campo do Outro, a operação $S_2 \rightarrow a$ possibilita apreender a existência de um saber de natureza tecnocientífica (S_2), que se apresenta precisamente como conhecimento de leis objetivas a ser aplicado em seguida ao objeto. Um discurso objetivo cujo funcionamento e cujo caráter de aparente neutralidade parecem-me apresentar uma dimensão fetichista na relação do sujeito com os avatares produzidos pela sua castração, na medida em que é capaz de oferecer ao sujeito a ilusão de ser sem falta.

Como bem nota Rio Teixeira (1997, p. 52):

A ciência seduziu o mestre, diz Lacan, ocultando-lhe que na verdade ela engendrava sua ruína. Diversamente da episteme antiga, que sempre fazia intervir a autoridade do mestre como elemento de sabedoria indispensável à transmissão do conhecimento, a ciência moderna se apóia exclusivamente sobre a evidência do saber formulável. Ela não admite nenhuma sabedoria para além do discurso fundado sobre a pura coerência da demonstração matemática. Apoiada sobre os prodígios de seus efeitos, ela ultrapassou o domínio da física, estendendo-se à esfera do Direito e da política. Em razão dessa extensão do discurso da ciência, o poder deixou de se identificar a um indivíduo em posição de exceção, para se tornar “uma máquina da qual ninguém mais seria o titular”, segundo a fórmula proposta por Foucault em seu comentário sobre o ‘panopticum’ de J. Bentham.

²⁰ Penso não ser coincidência o fato de que, na primeira parte do *Seminário XVII, O avesso da psicanálise*, Lacan detém-se sobre os conceitos de saber e verdade, aí remetidos ao conceito de gozo: “saber, meio de gozo” e “verdade, irmã de gozo”.

Se, no decorrer de todo o *Seminário XVII*, o capitalismo é referido como responsável pelas mudanças na vida contemporânea, já no seu final é possível observar uma radicalização, por parte de Lacan, quanto aos efeitos produzidos por tal mudança. Mesmo porque, nesse momento, ele apresenta de maneira mais rigorosa a relação do capitalismo com a ciência e se esforça por expor as consequências dessa relação na subjetividade contemporânea. Daí o seminário encontrar-se atravessado pelas indagações de Lacan sobre o estatuto da verdade em um mundo atravessado pelas produções da ciência, cujo resultado é um *mais de gozar*.²¹

Procurando realizar uma leitura do *Seminário XVII*, Laurent (1992) diz do quanto Lacan, na produção desse seminário, ressalta o papel da ciência na sociedade contemporânea para pensar na produção de um *mais de gozar*. Reflexão cujos efeitos culminaram por determinar a elaboração do quinto discurso. Segundo ele:

La ciencia anima el discurso capitalista, este discurso que produce tantos objetos, producidos por esas ondas: televisión, magnetófono; el ojo se nutre con una cantidad jamás antes vista. Lo que se enmascara es que con esto se distrae: con esto, el amo distrae a los esclavos. Y en estas formas se enmascara la posición del goce que está difundido en estos objetos de la ciencia. Lo que produce es un tipo de exceso de goce. (Laurent, 1992, p. 41-42)

Laurent continua:

Se trata de esto: el discurso del capitalismo es ordenado en una nueva referencia al saber. Este saber, que tuvo su fundamento en lo sexual, que, si aceptamos a Freud, conserva siempre en su referencia algo de lo sexual, aun cuando sea transformado por la ciencia, que, ella sí, há cortado toda referencia a lo sexual. Lo que la ciencia cortó, lo que de lo sexual fue

²¹ Segundo Laurent, (1992, p. 40): “La tentativa de Lacan, especialmente en le capítulo titulado: ‘Los surcos de la aletósfera’, es presentar las consecuencias de la ciencia sobre la vida contemporánea y cómo el psicoanálisis opera al revés”.

definitivamente cortado por la ciencia, la ciencia lo devuelve, com todas sus producciones, en um más de goce por el cual ahora, com fonógrafos y videos y magnetones, se pueda colectivizar um goce, brutal, masivo; colectivizar y fascinar. (Laurent, 1992, p.44)

Caracterizado por uma pretensa *objetividade*, o discurso científico pretende eliminar toda forma de subjetividade, de significação ou de simbólico, e a tomar como modelo da realidade humana os processos físico-químicos, biológicos ou cognitivos. Esse discurso que afasta dúvidas e dá ao sujeito a ilusão de saber baseado na verdade científica. Saber total que retira o sujeito da relação angustiante que vive em relação a sua castração, produzindo a ilusão de um gozo sem interdito.

Se penso que tal saber possa ser tomado numa dimensão perversa, isso se deve ao fato de que ele, a um só tempo, *objetaliza* o sujeito e evita o confronto com sua divisão, além de fornecer respostas científicas que o instrumentalizam em direção ao desmentido da castração. Funcionamento a partir do qual é possível observar um processo de *objetalização-instrumentalização* da condição humana e, como decorrência lógica, viabiliza uma recusa do sujeito em se defrontar com sua divisão.

Esta autonomia frente aos constrangimentos simbólicos coloca-o na posição de senhor de seu destino, capaz de criar a sua própria identidade, seja, por exemplo, a sua identidade sexual. O progresso científico vem contribuir para reforçar esse sentimento, fornecendo meios para o sujeito interferir no próprio real do corpo. (Rio Teixeira, 1997, p. 79)

Nessa direção, destaco a obsessão pela busca das formas perfeitas e o aumento considerável de demanda pelas mais variadas espécies de cirurgias plásticas. Sem falar nas operações para troca de sexo. E aqui penso no quanto o discurso da ciência, aliado ao discurso do capitalismo, produz efeitos de forma a operar uma mudança nos ideais que orientam nossa sociedade, nossa cultura, sendo possível observar a existência de uma

instrumentalização da condição humana. Discurso cujo funcionamento “não cria somente um objeto para o sujeito mas um sujeito para o objeto” (Chemama, 1997).²²

Ainda a título de exemplificação, uma das plásticas cuja demanda aumenta a cada dia é a reconstrução do hímen. Ato que me parece poder ser remetido, desde que guardando aí as devidas diferenças, ao imaginado pelo Marquês de Sade, em *A filosofia na alcova* (1995), de costurar a vagina de Madame de Mistiva, mãe de Eugênia. Ele nos diz de uma negação da castração da mãe, de forma que “a mãe continua proibida”, o que confirma para Lacan a “submissão de Sade à Lei” (Lacan, [1963] 1998f, p.802).

Além do mais, Rio Teixeira observa:

O discurso científico não é regido por nenhuma outra ética senão a do domínio progressivo sobre o real e o avanço ininterrupto do saber. Qualquer princípio ético diverso, que fale do respeito ao ser humano, por exemplo, terá que provir necessariamente de fora da ciência. O próprio discurso da ciência foraclui o homem ao propor o modelo de um organismo cujas condutas mais íntimas seriam fruto de um determinismo genético. (1997, p. 77)

De fato, pelo discurso da ciência, pode-se acreditar que a fecundidade humana é apenas um fenômeno fisiobiológico real e que o saber científico contido nas técnicas médicas de procriação pode possibilitar ou evitar o advento de uma gravidez, sem que os avatares do desejo sexual sejam aí contemplados. Nesse sentido, quero destacar o quanto as novas

²² Vejamos o que diz a reportagem da revista *Época* de 9/04/2001 sobre cirurgia plástica, cujo título é: “A reconstrução do corpo: técnicas arrojadas permitem o encontro das formas perfeitas”: “O barateamento das cirurgias também impulsiona essa tendência. As empresas que financiam plásticas são dinamos de popularização. [...] O médico recebe o valor integral dos honorários, diretamente da companhia [financeira] e a dívida será quitada em parcelas pelo cliente. [...] As linhas de crédito abriram os horizontes à administradora Roberta Tormena, de 31 anos. Ela já esteve na mesa de cirurgia seis vezes. Nas duas últimas, recorreu ao financiamento. Em julho de 2000, fez lipoaspiração nos quadris. Resolveu dividir os honorários em 12 prestações de R\$ 268. Em janeiro, a seis meses de quitar a dívida, Roberta abriu novo financiamento e voltou ao bisturi. Quando colocou próteses nos seios, parcelou o preço da operação em 12 vezes, de R\$ 290 cada uma. ‘O amor que voltei a sentir por mim não tem preço’. Ela sempre foi magra, mas tinha nariz adunco, quadris largos e seios pequenos. Há treze anos, operou o nariz. Retocou quatro vezes num intervalo de dois anos. ‘É um misto de vaidade e necessidade’, afirma. Mesmo sem namorado, ‘por falta de tempo’, entusiasma-se com os elogios que recebe desde que aumentou os seios. ‘Como homens gostam de peito.!', suspira. ‘Agora não tenho mais onde mexer, estou perfeita.’ Volta atrás e anuncia: ‘Mentira. Estou esperando pela primeira ruga’” (*Época*, 9/04/2001, p. 89-90).

formas de procriação — bebês de proveta, bancos de espermas, produções independentes ou barrigas de aluguel —, através das quais homens e mulheres reivindicam para si mesmos a autoria de um possível filho afetam a relação do sujeito com a paternidade/maternidade. Dessa forma, a técnica médica, a partir de um saber dito “científico”, substitui o desejo, produzindo a ilusão de um saber sem falhas a serviço de um gozo pleno. Essas relações, ao serem constituídas por um discurso científico baseado, essencialmente, em aspectos fisiológicos e biológicos, deslocam e ressignificam as relações tanto entre o homem e a mulher, quanto da própria filiação, atingindo de forma conseqüente a posição da criança no interior da família. E, neste ponto, destaco a afirmação de Lacan em “Conferência em Genebra sobre sintoma”(1975) sobre o quanto é importante para o sujeito “no momento em que não era nada, o modo como foi desejado” (Lacan, [1975] 1998h, p. 09).

3.6. O Discurso do Capitalista, a criança e o desejo anônimo

Para refletir sobre os efeitos do discurso do capitalista na produção de um laço social perverso a partir do qual a criança parece ocupar na sociedade a posição de mercadoria e, de forma especial, de fetiche para os pais, considerando um suposto declínio do Nome-do-Pai, acredito ser necessário analisar o lugar que a criança ocupou essencialmente na obra de Lacan.²³

De 1967 a 1969, por volta da realização do *Seminário XVII, O avesso da psicanálise* ([1969-1970] 1992), Lacan apresenta uma série de textos a partir dos quais ele reavalia o Complexo de Édipo, a posição fálica da criança e o Nome-do-Pai. São eles: “Discurso de

²³ Também aqui pontuo o difícil acesso a artigos de Lacan que tratam da relação entre o capitalismo e a ciência e a produção de uma posição sintomática ocupada pela criança na sociedade contemporânea. Apenas no final da elaboração da tese encontrei os seguintes artigos: “Duas notas sobre a criança” ([1969] 1998g) e “Conferência em Genebra sobre o sintoma” ([1975] 1998h), ambos publicados na *Revista Brasileira Internacional de Psicanálise Opção Lacaniana*. Expresso aqui meu pesar em não ter tido acesso ao artigo “Discurso de clausura das jornadas sobre a psicose na criança” apresentado como conclusão da Jornada da Infância Alienada em um colóquio organizado por Manoni em 1967, no qual Lacan apresenta o conceito de “infância generalizada” para designar o fato de que todos nós somos objetos do saber da ciência (*apud* Sauret, 1998).

clausura das jornadas sobre a psicose na criança” apresentado como conclusão da Jornada da Infância Alienada de 1967, “Duas notas sobre a criança” ([1969] 1998g),²⁴ “Proposição de 1967 sobre o psicanalista da Escola”, e a teoria da *père-version*, no Seminário *R.S.I.* em 1975.

Considero ser importante ressaltar que, em “Duas notas sobre a criança”, ao destacar a posição que uma criança deverá ocupar em face da família conjugal, Lacan diz de um desejo que deve ser transmitido por gerações e ser remetido ao Nome-do-Pai. Desejo “que pertence a uma outra ordem, distinta daquela da vida segundo a satisfação de suas necessidade – que tem uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo” (Lacan, [1969] 1998, p.6).

Mas o que vem a ser o desejo anônimo anunciado por Lacan? Penso que este deve ser remetido ao contexto cultural de uma sociedade determinada pelo discurso do capitalista. Nesse sentido, indago quanto ao lugar ocupado pelo discurso tecnocientífico, bem como pelos discursos jurídico e pedagógico, que, ao procurarem intervir na família e substituir o pai, produzem filiações nem sempre remetidas ao simbólico. Como bem nota Laia (2001, p. 16): “Nos percalços vividos ao longo da transmissão simbólica de um Nome, o ‘desejo’ anônimo torna-se característico, nos nossos tempos, dos poderosos investimentos que têm a infância como objeto de intervenção”.

É por considerar uma correlação entre a existência de um desejo anônimo da cultura e a posição da criança que me remeto a uma observação realizada, por Lacan, em 1967, em “Discurso de clausura das jornadas sobre a psicose na criança” e destacada por Laurent (1994, p.28): “para se compreender como situar a criança somos obrigados a levar em conta o tratamento do gozo em uma escalada que não é a escala familiar e na escala familiar do

²⁴ Em 1969, Lacan endereça a Jenny Aubry um pequeno rascunho no qual aborda a sintomatologia infantil, tendo como referência a estrutura familiar. Foi publicado no Brasil sob o título “Duas notas sobre a criança”.

tratamento do gozo que é a metáfora paterna – o Édipo – é considerada numa ordem de subversão maior”. Afirmação que me parece pressupor a necessidade de considerar na vida e na subjetividade contemporânea os efeitos produzidos pelo declínio do operador estrutural Nome-do-Pai.

Nesse contexto, a anomia da função paterna no mundo contemporâneo só não me parece produzir, necessariamente e em série, casos de psicose porque o anonimato do desejo, hoje, se tornou um empreendimento discursivo, sustentado, inclusive, pela própria ciência: trata-se de uma forma de laço social que destitui o sujeito dos traços que poderia particularizá-lo. (Laia, 2001, p.19)

Assim sendo e, quanto à criança, que lugar ela ocupa ? Nesse ponto, faço referência, ainda que rapidamente, a algumas das novas formas de subjetividade presentes na sociedade contemporânea, determinadas pelo discurso tecnocientífico, para pensar a posição sintomática ocupada pela criança neste tempo. Por exemplo, se no campo da inteligência artificial,²⁵ persegue-se a fabricação de máquinas criadas à imagem e à semelhança do ser humano, com capacidade de sonhar e amar, e que possam ocupar o lugar de meca-filho como antecipa o filme de Steven Spielberg, *Inteligência artificial* (2001), guardadas as devidas diferenças, o mesmo acontece com a engenharia genética quando, por meio das fertilizações *in vitro* e, de forma mais radical, dos projetos de clonagem humana,

²⁵ “O cenário pós-moderno é essencialmente cibemético-informático e informacional. Nele, expendem-se cada vez mais os estudos e as pesquisas sobre a linguagem, com o objetivo de conhecer a mecânica da sua produção e de estabelecer compatibilidades entre linguagem e máquina informática. Incrementam-se também os estudos sobre ‘inteligência artificial’ e o esforço sistemático no sentido de conhecer a estrutura e o funcionamento do cérebro bem como o mecanismo da vida. Neste cenário, predominam os esforços (científicos, tecnológicos e políticos) no sentido de informatizar a sociedade. Se, por um lado, o avanço e a cotidianação da tecnologia informática já nos impõem sérias reflexões, por outro, seu impacto sobre a ciência vem se revelando considerável” (Barbosa, 1998, p. vii-viii).

se propõe a criação de um ser feito “à imagem e à semelhança” de um humano que se queira “reproduzir”. Com efeito, a técnica da clonagem traz a idéia da continuidade de um indivíduo por meio de uma cópia geneticamente idêntica, o que permite que o fenômeno da reprodução determinado pela união de um homem e uma mulher seja deslocado para o processo de “replicação” de uma só pessoa (Luna, *apud Ciência Hoje*, 2001)

Mesmo considerando as “imensas” diferenças entre os dois processos, um elemento que suponho ser importante ressaltar é o fato de que, tanto em um quanto em outro, o saber dito científico coloca-se como capaz de substituir o desejo sexual na produção de um ser. Nos dois campos, manifesta-se o desejo da produção de uma vida fora do sexo, à mercê dos desejos, dos fantasmas e do gozo de seu criador.

Como se pode perceber, com base no discurso tecnocientífico, produz-se a possibilidade não só de pensar, mas de interferir no real e fazer uma criança fora do sexo, fora do corpo, em desafio às leis do desejo e do sexo, com toda legitimidade. Como efeito lógico, o homem é cortado de suas consequências na transmissão simbólica de uma filiação.

Não tenho dúvida de que o funcionamento desse discurso aponta a existência de um enfraquecimento simbólico na sociedade contemporânea nomeado por Lacan como declínio do Nome-do-Pai e que age sobre as relações entre os sujeitos na nossa cultura, provocando as mais diversas formas de subjetivação (Birman, 1999). Assim sendo, indago acerca da fantasia que sustenta tal discurso e cujos efeitos possibilitam que homens e mulheres reivindiquem para si a reprodução — ou replicação — dos filhos como fruto de sua vontade, produzidos a sua imagem e semelhança, elidindo aí o aspecto desejante, o aspecto simbólico de uma relação com o outro. Indago ainda acerca da posição destinada a essa criança —produto de uma fertilização *in vitro*, clonada ou robotizada—, aprisionada a uma relação dual de natureza especular, sem a presença de um terceiro que possa fazer valer uma função de corte.

Nesses casos, parece-me que a criança — humana ou máquina — fruto de um desejo anônimo produzido pelo discurso da ciência, será para a mãe — ou equivalente — um objeto sem desejo próprio, um assujeito, cujo único papel será preencher o vazio materno no sentido daquele que pretende aí ocupar tal posição. Impossibilitada de ser reconhecida em sua diferença, essa criança é colocada perversamente na posição de falo imaginário da mãe. Submetida à onipotência materna, é capturada pelo fantasma materno e não é sequer reconhecida como sujeito do desejo.

Nesse contexto, penso na observação de Miller (1998, p. 12) quanto à função da mediação do pai que possa vir a contrapor as exigências anônimas da cultura

[...] fundamentalmente, o pai tem uma função de mediação entre aquilo que, digamos, é o desejo anônimo da cultura — O que isso quer de nós? Isso que se quer transmitir? Por exemplo, o saber. Há nesse caso, a pressão de um Outro anônimo que, quando cai de uma só vez ou sem mediação sobre um sujeito, ou esmaga, ou a faz fugir, chegando mesmo a levá-lo a ... E se o pai se identifica com essas exigências anônimas da cultura, pode-se dizer, eu proporia, que a criança se refugia, conseqüentemente, na fantasia da mãe, ou se vê esmagada por esse peso.

Se a criança, “aberta a todas as capturas fantasmáticas” da mãe, toma-se, ou não, seu objeto, e se a partir daí, é possível constituir-se, ou não, em sujeito desejante, são questões a serem trabalhadas no próximo capítulo.

CAPITULO III:

A CRIANÇA ENTRE A MÃE E A MULHER

Introdução

Depois da publicação de *História social da criança e da família* (1979), de Philippe Ariès, pode-se compreender o que a infância é capaz de significar como invenção moderna. Segundo o autor, o aparecimento do sentimento da infância na sociedade ocidental ocorreu nos séculos XVI e XVII. Até então, a criança era, por um lado, vista como um miniadulto, sem apresentar características que a diferenciasssem deste, e, por outro, desconsiderada como alguém merecedor de cuidados especiais. Ariès ressaltava nessa época a existência do fenômeno do infanticídio tolerado, camuflado sob a forma de acidentes. É a partir, essencialmente, do século XVII que “de forma definitiva e imperativa uma mudança considerável alterou esse estado de coisas” (Ariès, 1979, p. 11). A criança passou a ser concebida em sua especificidade e a infância, como momento de felicidade. Sentidos que passam a compor o nosso imaginário em relação à idéia de infância.

Entretanto, hoje já não é incomum sermos confrontados com a expressão “infância perdida” e que penso dizer de um tempo no qual crianças e adolescentes passam a ser ressignificados em nosso mundo. Com efeito, acredito em um mal-estar que parasita a infância em nossa contemporaneidade, a partir do qual “a criança mesma se tornou sintoma” (Laurent, 1999), tornando-se produto de um “desejo anônimo” (Lacan, [1969] 1998g). E isso se explicita, por exemplo, na medida em que “o desejo de ter criança, tão insistentemente sintomático” (Chatel, 1995), nunca foi tão acompanhado pelas situações de abuso, agressão e violência a que estas são submetidas, tanto nas ruas quanto nas instituições ligadas a sua

socialização — igreja, escola, centros comunitários etc — e, de forma absolutamente especial, no interior de suas famílias (Sousa, 2001; Monteiro, 1997).

Nesse contexto, é possível observar uma variedade de situações em que pais e mães, sob a sanção dos discursos jurídico e tecnocientífico, buscam ou até mesmo lutam ansiosamente por um filho respondendo a um imperativo de ter filho. Como bem nota Drummond (2000), a criança se tornou um objeto na medida em que se pode cifrar o preço das inúmeras possibilidades de fertilização que a ciência colocou à disposição, assim como o preço dos processos de adoção. “Além disso, esse desejo de ter criança passa a ser legitimado pelo Estado, que já arca em alguns países com tais tratamentos”(Drummond, 2000, p. 7).

Mas sendo este um imperativo produzido pelo Outro social, vale perguntar: que criança deverá ser esta, sob quais discursos será idealizada e demandada em um tempo marcado pela ênfase à perfeição e ao sucesso? E mais: se a criança não corresponde ao sistema de ideais presentes em nossa sociedade, não sendo capaz de apresentar um imagem real de felicidade, que posição poderá ocupar? Segundo Calligaris (1996, p.224):

Desde que o Ocidente inventou a infância (Philippe Ariès *dixit*), nossa ternura privilegiada pelos pequenos parece natural. A partir do fim do Antigo Regime, momento de triunfo do individualismo de nossa cultura, eles são de fato amados porque se tornaram os depositários de nossas esperanças frustradas de felicidade. Nós os amamos como o sonho irresistível do que não conseguimos vir a ser. [Entretanto] A paixão narcísica, que é nosso amor por elas, pode acabar tendo algumas conseqüências inesperadas; sobretudo quando a ilusão não nos é mais suficiente, e queremos contemplar na criança a imagem real da felicidade que nos faltou. Nesse caso, uma criança que não teria chances objetivas de ser feliz só seria um dejetos social. Com efeito, como amar uma criança se a condição de nosso amor é que ela

seja a caricatura da felicidade e se justamente o acesso à felicidade lhe é realmente impossível?

Penso que o lugar que a criança ocupa hoje na família e na sociedade, de forma geral, é correlato do evidenciamento do declínio da função paterna no mundo moderno, situado inicialmente por Lacan em “Complexos familiares” ([1938] 1993). Afirmção que me permite indagar de que forma essa criança, independentemente de classe social, credo, sexo ou etnia, é ou não inscrita simbolicamente neste tempo em que a infância suporta o enigma de tal declínio.

É importante ressaltar que, ao falar de uma inscrição simbólica da criança a ser efetuada por seus pais, a família não deve ser considerada em relação a ela mesma, mas remetida a uma ordem Outra: a família tanto quanto a criança nascida em seu seio devem ser considerados como produtos da Ordem Simbólica, uma instituição inscrita no campo da **linguagem transmissora de um nome**.²⁶ E, nesse ponto, é bom lembrar uma necessária articulação entre estrutura clínica e estrutura da família.

Se a experiência analítica nos ensina a atravessar os ideais que ainda permeiam a referência à família é para que possamos privilegiar a trama familiar como articuladora da transmissão de um nome que habitualmente chamamos de “nome de família” ou “sobrenome”, mas que também serviu a Lacan como um ponto de partida para tematizar o que ele designou como Nome-do-Pai. (Laia, 2001, p. 16)

²⁶ “Para advir como ser desejante, o que quer dizer vivo, o filhote humano tem antes que se referir ao Nome e portanto a uma genealogia [...] Porque o ser humano não se autofunda, não se autoriza por si mesmo a se humanizar, ou seja, a falar em seu próprio nome. Pois seu nome lhe vem de outro — o pai — que o recebeu de outro — seu pai, etc. [...] Do mesmo modo que não escolhemos nosso pais, nós não escolhemos nosso Nome. De imediato, estamos no mundo alienado pela sociedade — e suas leis de linhagem — e pelo desejo de nossos pais, expresso minimamente pela escolha de nosso prenome, inscrito em nosso patronímico. Essa dupla alienação é a condição da possibilidade de nossa inscrição no social e de nossa ancoragem subjetiva” (Mougin-Lemerle, 1999, p. 3-4).

Afirmei anteriormente que apreender os modos de gozo presentes no discurso do capitalista, tendo em vista as transformações ocorridas no interior da família contemporânea e a posição aí delegada à criança, implica, necessariamente, considerar o discurso da ciência e a produção dos novos laços entre pais e filhos a partir dos adventos que instituem uma nova forma de procriação. Nesse sentido, abordei os efeitos produzidos pela medicina de reprodução, com as procriações assistidas e suas variedades nas quais o conjunto de procedimentos vão desde a aceleração da produção de espermatozóides ao estímulo à geração de gônadas, à fecundação *in vitro*, à retirada de células espermáticas ou gonádicas e mesmo de células antes da diferenciação sexual etc. Saber dito “científico”, cuja viabilidade técnica tem sido de fundamental importância no aumento da demanda de mulheres e homens por “produções independentes”, por meio das quais passam a reivindicar para si mesmos a autoria de um possível filho. Nesse contexto, a criança torna-se um objeto a mais a ser colocado no mercado, quer dizer, passa a ser produzida e ofertada como produto de laboratório.

Nessas situações, observa-se um deslocamento da criança como consequência do desejo sexual do homem por uma mulher à criança como objeto do querer consciente seja de uma mulher, seja de um homem. Crianças que não são esperadas numa linhagem, mas que são fabricadas pelo poder de vontade, de decisão e de forçamento, possibilitado pelo discurso da ciência. ²⁷

Refletindo ainda sobre os efeitos produzidos pela medicina da procriação em relação ao desejo de ter crianças, Chatel (1995, p. 56) afirma que esta tornou-se subjetivamente esterelizante: “Hoje, não é a mulher, e sim, o corpo ‘fêmea’ que se considera responsável pela procriação, e a demanda de um filho assume a forma de uma demanda de

²⁷ Segundo Lebrun: “[...] a supremacia do ‘discurso’ da ciência nos faz evoluir na direção da perda de referência, com um corolário de desmanchamento da diferença – e podemos ver isto obrando tão bem no apagamento da diferença entre os sexos quanto no apagamento geracional, a que assistimos com o álibi dos direitos da criança”(1998, p.87).

satisfação de uma necessidade que utiliza o corpo como máquina de fazer bebês. O resultado desta elisão é a elevação do problema da infertilidade”. E esclarece: “Enquanto nos anos 70 a maioria das mulheres se consultavam para demandar um anticoncepcional ou um aborto, na mesma proporção, a partir da segunda metade dos anos 80, é por motivos de infecundidade que as mulheres os consultam em primeiro lugar: elas pedem ajuda para fazer um filho. Ai está um fenômeno incontestavelmente novo”(1995, p.58).

Na direção do que tenho ressaltado, são fenômenos como este que dão materialidade a uma subjetividade contemporânea marcada pela aliança entre o capitalismo e o discurso de uma tecnociência segundo o qual uma criança-objeto, recortada pelo último, é posta em circulação para o gozo do capitalista. Nesse sentido, Laurent afirma: “ter uma criança é como um imperativo moderno da ordem do ‘ter’: uma vez que é possível, é então obrigatório” (1999, p. 13).

1. A criança e o gozo do Outro

No capítulo anterior, referendada pelo “discurso do capitalista”, afirmei a existência ~~de um laço social~~ perverso capaz de produzir, mesmo em um neurótico, um funcionamento no qual o outro pode vir a ser transformado em objeto fetiche, não reconhecido em sua alteridade. Da mesma forma, em relação à criança, penso que esta se encontra na posição de objeto das fantasias — “as mais fundamentais de nossa época” — para a satisfação e o gozo do que, em sua história familiar e cultural, faz as vezes do corpo do Outro que não existe (Miller, 1997).²⁸

Entretanto, supor de que forma uma criança é acolhida na montagem fantasmática de seus pais na sociedade contemporânea significa ser necessário considerar os efeitos

²⁸ De acordo com Miller: “Na cultura atual não há mais um grande Outro no lugar da verdade” (1997, p.10).

produzidos pelo declínio do Nome-do-Pai. Com efeito, será que, em um mundo no qual o laço social dominante é determinado pelo discurso da ciência e pelo mercado, tempo em que a perversão e o imperativo da satisfação se evidenciam cada vez mais como uma norma (Miller, 1997), realçando tal declínio, não se poderá constatar outros efeitos quanto ao furo relativo ao Nome-do-Pai responsáveis por seu anonimato? Aliás, indo um pouco mais além, Lebrun, em “Uma clínica para nosso tempo” (1998), afirma, retomando Pommier, que numa sociedade cuja organização social encontra-se referida à ciência, e que, no entanto, ignora suas condições de produção, a ciência acaba por alçar o estatuto de religião, e assim funcionar como um dos Nome-do-Pai.²⁹

A complexidade dessa questão torna necessário retornar à afirmação de Lacan de que, para compreendermos a posição ocupada pela criança, somos obrigados a levar em conta o tratamento do gozo em uma escalada que não é a escala familiar, mas considerado numa ordem de subversão muito maior (*apud* Laurent, 1994). Tirar as consequências de tal afirmação possibilita-me supor o lugar de objeto *a* ocupado pela criança em nosso tempo observando elaborações realizadas por Lacan, já no final dos anos 60 e no decorrer dos 70, que supõem uma reelaboração do Nome-do-Pai vinculada ao ternário real, simbólico e imaginário.

Segundo Laia (2001), com a formalização do objeto *a*, Lacan legou-nos a chave para abordar o que poderá se apresentar seja como resto, resíduo, seja como o que atrai e se impõe como o mais precioso. Ainda segundo ele, é justamente esta a posição sintomática em que a criança é geralmente encontrada hoje em dia:

²⁹ Conforme já foi dito, nesta tese não tenho como objetivo explorar as alterações promovidas por Lacan em relação ao Nome-do-Pai, entretanto penso ser necessário fazer algumas observações, ainda que pontuais. De fato, o Nome-do-Pai não é um significante particular, ele só é significante primordial na medida em que, ao ser convocado, ocupa um lugar de destaque sem, contudo, ser predeterminado. Como só o lugar aberto à substituição metafórica é predeterminado, o significante Nome-do-Pai é um significante qualquer que virá ocupar esse lugar e aí operar (Dor, 1991b). Nesse sentido, os significantes Nome-do-Pai são múltiplos, “há tantos Nome-do-Pai quanto significantes, que irão se suceder neste lugar” (Nasio, 1991b, p. 84).

[...] a criança pode ser identificável a um objeto que, quando perdido, poderá adquirir, segundo a psicanálise nos ensina, um valor algamático, ou seja, um valor todo especial. Assim, em um mundo onde a infância é cada vez mais “perdida”, o estatuto da criança como sintoma se impõe de um modo ainda mais incisivo à medida que “a criança nunca foi tão preciosa”. (Laia, 2001, p.16)

Mas o que vem a ser o objeto *a* na teoria de Lacan? Pode-se dizer que o objeto *a* ocupa o lugar daquilo que, na estrutura, não é redutível ao significante. Sua função permite que venha a desempenhar uma grande diversidade de papéis nos avatares da subjetividade e, nesse sentido, pode, por um lado, remeter à dimensão do desejo, de causa do desejo, quando é valorizado seu estatuto de objeto enquanto perdido, e, por outro, levar à dimensão do gozo, quando é seu valor de fetiche que vem à frente. Operação que tem por objetivo recusar a castração e a falta que ela implica.

Isto posto, o que significa supor a posição da criança numa sociedade determinada pelo discurso do capitalista, cujo funcionamento aponta na direção da produção de um laço social perverso? Neste ponto, retomo a afirmação realizada no capítulo anterior de que, nesse discurso, o objeto *a* parece apresentar valor de fetiche.

Na verdade, referendada especialmente pela formulação de Lacan realizada em *R.S.I.* ([1975] s.d.), em que a criança comparece possuindo o valor algamático de objeto *a*,³⁰ suponho ser possível compreender o fato de que esta seja convocada a ocupar não apenas um lugar, mas circular por diferentes lugares dependendo do gozo promovido. Problemática

³⁰ Acredito ser importante antecipar o trecho em que Lacan, em *R.S.I.*, designa a criança como “objeto pequeno *a*”: “Um pai só tem direito ao respeito, senão ao amor, se o dito respeito estiver, vocês não vão acreditar em suas orelhas, *père-vertidamente* orientado, isto é, feito de uma mulher, objeto pequeno *a* que causa seu desejo, mas o que essa mulher em pequeno acolhe, se posso me exprimir assim, nada tem a ver na questão. Do que ela se ocupa, são outros objetos pequeno *a* que são as crianças junto a quem o pai intervém, excepcionalmente, no bom caso, para manter na repressão, dentro do justo semi-Deus, se me permitem, a versão que lhe é própria de sua pai-versão”([21/01/75], s.d., p. 23).

cuja gravidade é salientada por Lacan em 1967, quando remete-se à posição da criança como objeto *a* servindo ao gozo do Outro: “[...] para garantir-se de que o corpo da criança não responda ao objeto *a*, é necessário fazer algo mais que apostar no pai” (Lacan, *apud* Laurent, 1994, p. 32).³¹ E, nesse sentido, dá um exemplo situando esse novo tempo, determinado pelo “imperialismo” e pelo discurso da ciência:

A questão está em saber se, pelo fato da ignorância na qual é mantido esse corpo pelo sujeito da ciência, terá direito, esse mesmo corpo, de fazer-se em pedaços para o intercâmbio. (Lacan, *apud*, Laurent, 1994, p. 32)³²

Com efeito, a afirmação de Lacan *corpo-rifica* a existência de uma criança-objeto que, ao ser recortada pelo discurso da ciência e colocada no mercado como mercadoria, circula sob as formas mais diversas: de consumidora de produtos ofertados pelo mercado³³ até como puro corpo — mercadoria vendável — utilizado seja para o prazer, seja para o trabalho. Apenas, nesse sentido, avalio ser possível compreender que, em um mesmo país, crianças possam ser investidas e/ou abandonadas a um só tempo. A questão é que, se de um lado tem-se uma expectativa cada vez maior em relação ao sucesso destas, por outro, tornam-se possíveis a erotização e a venda do corpo infantil e aceitam-se a exploração da criança no

³¹ “Discurso de clausura das jornadas sobre a psicose na criança”. Cabe dizer que esse texto é considerado por Laurent como um dos mais políticos de Lacan, ao lado de “Televisão”, em que ele ampliou a relação criança, psicose e instituição (Laurent, 1994).

³² De acordo com Laurent, com esse trabalho Lacan “anunciava os colóquios sobre ética da ciência e bioética que aconteceram a partir de 1990, isto é, vinte e três anos depois. Lacan considerava ser o problema da época o recorte do corpo em fragmentos e a circulação dos órgãos em nome do liberalismo” (Laurent, 1994, p. 32).

³³ Na revista *Franquia & Cia.*, distribuída gratuitamente aos associados da Associação Brasileira de Franchising, temos a seguinte reportagem de capa: “Mundo infantil: Novas oportunidades esquentam negócios voltados ao pequeno — mas poderoso ! — consumidor”. No interior da reportagem, encontramos: “Cada vez mais influentes nas decisões de compra, as crianças vêm sendo alvo de campanhas de marketing de empresa dos mais diversos segmentos” (Guidoni, 2001, p. 19).

trabalho ou mesmo, sua situação de miséria e abandono.³⁴ Procurando situar a infância numa sociedade individualista como a nossa, Calligaris (1996, p.220) observa:

Em uma sociedade tradicional, o que decide a dignidade subjetiva não é o real [...]. Em uma sociedade individualista, ao contrário, um real ingrato pode privar facilmente o sujeito de qualquer dignidade. Por exemplo: um defeito físico ou a miséria real podem e de fato comprometem o investimento narcísico parental. O amor pelas crianças em uma sociedade tradicional é incondicional, embora menos espalhafatoso: elas são amadas como garantias e apostas da reprodução social, como descendentes. Nosso amor narcísico, ao contrário, impõe condições. Pois a criança que, por razões reais, não pudesse ~~corresponder~~ aos nossos devaneios, não é mais nada. Seu corpo, desinvestido narcísicamente, se oferece ao ~~sexo~~ ^{seu} ~~sua~~ morte não nos afeta, pois, de qualquer forma, ela não poderia mesmo, realmente, ser o espelho miniaturizado de nossa felicidade.

De fato, tais observações possibilitam-me refletir sobre as diferentes posições que uma criança pode ocupar tanto junto aos pais, como metáfora do amor que um tem pelo outro, na dimensão do desejo ou como metonímia do falo que a mãe não tem, com valor de fetiche, como diante da própria sociedade na qual se encontra inscrita. Cabe destacar que tais posições colocam em causa o lugar ocupado pelo significante Nome-do-Pai como função de nomeação na constituição da subjetividade contemporânea.

Mas, antes de continuar, retomo na obra de Lacan alguns momentos de elaboração em torno da criança, do pai, do desejo da mãe e da metáfora paterna.

³⁴ Segundo Valdez: "Historicamente a sociedade sempre defendeu e apoiou o trabalho desenvolvido por crianças. O argumento de que *é melhor trabalhar do que usar drogas ou roubar* – além de servir só para crianças pobres – esconde o risco social em que essas pessoas em desenvolvimento estão expostas. Estar perambulando/trabalhando nas ruas, sinaleiros, terminais, bares e outros, poderá ser útil não para salvá-las e sim para condená-las à perpetuação da pobreza, ao abandono da escola e possivelmente à permanência nas ruas." (2001, p.9)

2. De *Complexos familiares* a *R.S.I.*

Segundo Stevens, (2000), três conceitos ordenaram as formulações em Lacan sobre a família e, portanto, abordam o lugar da criança no interior desta: o conceito dos complexos familiares ([1938] 1993), o de metáfora paterna ([1956-1957] 1995, [1957-1958] 1999) e a teoria da *père-version* ([1975] s.d.). As formulações presentes em tais conceitos revelam o deslocamento do lugar ocupado pela criança em relação ao desejo da mãe na obra de Lacan: inicialmente como falo da mãe (*Seminário IV, A relação de objeto*) e, posteriormente, como objeto (especialmente nos *Seminários XI, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, e *XXII, RSI*). Essa virada conceitual põe em pauta uma crítica de Lacan ao lugar que Freud designa ao pai na estrutura,³⁵ e que o leva, necessariamente, a uma reelaboração da metáfora paterna e do significante Nome-do-Pai como operador estrutural. Momento em que introduz suas elaborações sobre o objeto *a*, remetendo-as em direção a uma crítica da teoria fállica da posição da criança (Stevens, 2000; Laurent, 1994; Drummond, 2000).

Neste trabalho, vou me deter, especialmente, sobre o segundo e o terceiro conceito: metáfora paterna e a teoria da *père version*, pois penso tratarem de forma mais precisa as últimas elaborações de Lacan sobre a significação fállica do desejo e a posição da criança, tematizando o “entre” a mãe e a mulher.³⁶

³⁵ O pai para Freud é o pai idealizado do Édipo, pai da identificação, nomeado por Lacan como o “sonho de Freud”. Ainda para Lacan, o que Freud preserva “é a idéia de um pai todo amor” e o que dissimula é que “o pai, desde a origem, é castrado” ([18/02/70] 1992, p. 94).

³⁶ Não desconsidero os efeitos que tal escolha poderá produzir no interior das reflexões apresentadas, visto que as primeiras elaborações de Lacan sobre o Édipo, em *Complexos familiares*, não podem nem devem ser consideradas como correlatas aos conceitos de metáfora paterna e significante Nome-do-Pai, elaborados posteriormente. Com certeza, existem aí diferenças a serem consideradas, mesmo porque vale lembrar que foi neste primeiro momento de elaboração que Lacan afirmou a existência de um “declínio social da imago paterna”. Assim sendo, menos que apagar a produção de tais efeitos, penso ser necessário considerá-los no interior dessa reflexão.

3. O pai e o significante Nome-do-Pai

Para a Psicanálise, o conceito de pai não se encontra referido ao agente da paternidade comum — pai real —, mas como um operador simbólico a-histórico, pois não é sujeito à ação de uma história, no sentido de um ordenamento cronológico. Esse conceito incide sobre a função paterna que estrutura nosso ordenamento psíquico na qualidade de sujeitos, na medida em que são os efeitos produzidos por tal função que nos assujeita a uma sexuação (Dor, 1991b).

Apresentarei, essencialmente, uma leitura do *Seminário V, As formações do inconsciente* ([1957-1958] 1999), no qual Lacan reafirma a função do pai como simbólica e define o significante Nome-do-Pai como aquele que dá esteio e promulga a lei e cuja função consiste na regulação do sujeito com seu desejo em relação ao conjunto de significantes que o regem e constituem sua lei. Nesse seminário, Lacan não só articula o significante Nome-do-Pai ao Complexo de Édipo, mas ressalta sua lógica. É no interior do Complexo de Édipo que o Nome-do-Pai se fará presente. Ou melhor, é a partir da releitura de Freud que Lacan passa a circunscrever o Complexo de Édipo como ordem significante na qual mãe, filho e pai são regidos por um significante mestre: o falo. Nesse ponto, Lacan insiste na incidência do Nome-do-Pai na triangulação dos desejos do pai, mãe e filho com relação ao falo. E, nesse sentido, caberá ao Nome-do-Pai ser o significante dos significantes.

Vocês precisam compreender a importância da falta desse significante especial do qual acabo de falar, o Nome do Pai, no que ele funda como tal o fato de existir lei, ou seja, a articulação numa certa ordem do significante — complexo de Édipo, ou lei do Édipo, ou lei

da proibição da mãe. Ele é o significante que, no interior deste significante, o significante existe. ([08/01/58] 1999, p.153)

Afirmar que o significante Nome-do-Pai é um operador a-histórico não significa considerar que não produza efeitos no decorrer da história de vida do sujeito. Para Lacan, “É disso que o destino e o resultado de toda a história podem depender muito”([08/01/58] 1999, p. 163). Será em relação ao papel desempenhado pela metáfora paterna na produção do significante Nome-do-Pai que Lacan argumentará na direção de uma necessária distinção entre pai imaginário, pai real e pai simbólico. A função paterna apresenta um papel simbólico inauguralmente estruturante mesmo na ausência do pai.

Que essas pessoas faltem, vez por outra, ou que haja carência paterna, por exemplo, no sentido de o pai ser imbecil demais, não é o essencial. O essencial é que o sujeito, seja por que lado for, tenha adquirido a dimensão do Nome-do-Pai. ([08/01/58] 1999, p. 162)

Com efeito, a instituição da função simbólica do pai, no que diz respeito à contingência do pai da realidade, determina uma das bases mais fundamentais da clínica psicanalítica. De fato, a edificação do pai simbólico será de fundamental importância na dinâmica que regula todo o devir da dialética edipiana e, com ela, todas as consequências psíquicas que dela dependem.

Trazendo à tona a existência de um discurso ambientalista que evoca a relação presença e/ou ausência do pai ao conceito de carência paterna, Lacan diz da ineficiência de tal conceituação no que se refere à constituição da subjetividade, pressupondo a dialética edipiana. Segundo ele, um Édipo pode constituir-se normalmente, ainda que o pai não esteja presente.

Se nos colocarmos no nível em que se desenrolam essas pesquisas, isto é, no nível da realidade, poderemos dizer que é perfeitamente possível, concebível, exequível, palpável pela experiência, que o pai esteja presente mesmo quando não está, o que já deveria nos incitar a uma certa prudência no manejo do ponto de vista ambientalista no que concerne à função do pai. Mesmo nos casos em que o pai não está presente, em que a criança é deixada sozinha com a mãe, complexos de Édipo inteiramente normais – normais nos dois sentidos; normais como normalizadores, por um lado, e também normais enquanto desnormalizam, isto é, por seu efeito neurotizante, por exemplo – se estabelecem de maneira exatamente homóloga à dos outros casos. ([15/01/58] 1999, p. 173)

Procurando ainda estabelecer as diferenças entre pai da realidade e função paterna, Lacan observa que falar de carência na família não é falar de carência no Édipo.

[...] a questão de sua posição na família não se confunde com uma definição exata de seu papel normatizador. Falar de sua carência na família não é falar de sua carência no complexo. De fato, para falar de sua carência no complexo é preciso introduzir uma outra dimensão que não a dimensão realista, definida pelo modo caracterológico, biográfico ou outro de sua presença na família. ([15/01/58] 1999, p. 174)

4. Tempos lógicos do Édipo

Segundo Dor (1991b, p.46), a função desempenhada pela instância paterna no processo edípico pode ser descrita através de quatro linhas mestras essenciais.

- 1) A noção da função paterna institui e regula a dimensão do complexo de Édipo (dimensão conflitual).
- 2) O desenvolvimento da dialética edipiana requer certamente a instância simbólica da função paterna, sem no entanto exigir a presença necessária de um Pai real.
- 3)

A carência do Pai simbólico, isto é, a inconsistência de sua função no decorrer da dialética edipiana, não é absolutamente coextensiva à carência do Pai real em sua dimensão realista.

4) A instância paterna inerente ao complexo de Édipo é exclusivamente simbólica, posto que é metáfora.

Dor, em *O pai e sua função em Psicanálise* (1991b), descreve e apresenta os três tempos lógicos do Édipo como os principais momentos nos quais a função paterna vem promover a estruturação psíquica da criança. O funcionamento dessa dialética edipiana revela os diferentes investimentos que têm por objeto a figura paterna. Vejamos:

1. No primeiro tempo, o sujeito se identifica especularmente com aquilo que é objeto do desejo de sua mãe. Esta é a etapa fálica primitiva, na qual observa-se a existência de uma primazia do falo. Para agradar à mãe, a criança assume o desejo da primeira, procurando ser o próprio falo. Tal objeto, em sua essência, é precisamente o objeto imaginário da castração. Disso decorre que a identificação fálica da criança é predominantemente imaginária. Contudo, do fato de o filho se constituir como o único objeto capaz de satisfazer a mãe, origina-se uma relação fusional entre filho e mãe, determinante na produção de uma indistinção entre o corpo da mãe e do filho. Assim, longe de ser sujeito, o filho é mantido na posição de assujeito.

[...] digo que a criança se esboça como assujeito. Trata-se de um assujeito porque, a princípio, ela se experimenta e se sente como profundamente assujeitada ao capricho daquele de quem depende, mesmo que esse capricho seja um capricho articulado. (Lacan, [22/01/58] 1999, p. 195)

Para que a criança não permaneça assujeitada ao desejo da mãe, será necessário o comparecimento de uma outra coisa. É aqui que convém assinalar que, ao dar-se conta de

que a mãe volta o seu olhar desejante para o pai, a criança é tomada por uma grande decepção. Com efeito, essa mudança deve levar em conta a “palavra” do pai “na medida em que o que ele diz não é, de modo algum, igual a zero”(Lacan, [22/01/58] 1999, p. 197).

Mas qual será o papel do pai nessa etapa? Acredito não ser muito afirmar que esta é caracterizada por uma ausência da instância paterna e aqui não me refiro ao pai real, pois este comparece apenas em sua dimensão realista, porém estranho à relação mãe e filho. Todavia, ficando fora do circuito da relação mãe e filho, o pai real não pode assumir a função simbólica, pois o filho desejoso de satisfazer o desejo da mãe encontra-se identificado ao seu falo. Essa função simbólica só apresenta um caráter operatório caso o pai encontre-se investido da atribuição fálica. Nessa etapa, as identificações consideradas de natureza perversa podem se deter e se fixar.

2. No segundo tempo, o pai mostra-se como presença privadora, proibidor do objeto que é a mãe, ou seja, aquele que é o suporte da lei. Aqui, o sujeito desvincula-se de sua identificação e liga-se, ao mesmo tempo, ao primeiro aparecimento da lei, sob a forma desse fato de que a mãe é dependente de um objeto que o Outro tem ou não tem.

A estreita ligação desse remeter a mãe a uma lei que não é a dela, mas a de um Outro, com o fato de o objeto de seu desejo ser soberanamente possuído, na realidade, por esse mesmo Outro a cuja lei ela remete, fornece a chave da relação do Édipo. O que constitui seu caráter decisivo deve ser isolado como relação não com o pai, mas com a palavra do Pai. (Lacan, [22/01/58] 1999, p. 199)

A palavra do pai deve ser mediada pelo discurso da mãe, visto que é ela quem o instaura como aquele que presentifica a lei. É à medida que a criança descobre que a mãe é dependente do desejo do pai, sendo, portanto, desalojada da posição ideal de ser o objeto que pode satisfazer o desejo da mãe, que um sujeito desejante poderá comparecer.

Procurando esclarecer, é só porque o objeto do desejo da mãe é tocado pela proibição paterna que o círculo não se fecha em torno da criança e ela não se torna puro objeto do desejo da mãe. Essa relação possibilita à criança a descoberta do desejo da mãe, uma vez que não é a mãe que ela deseja, mas seu desejo. No entanto, nesse momento, tudo é questionado, uma vez que a proibição paterna a deixa em suspenso quanto a seu balizamento do desejo do desejo da mãe.

3. Desse terceiro tempo depende a saída — ou declínio — do Complexo de Édipo. Nesse momento, o pai intervém como aquele que tem o falo, o pai pode dar à mãe o que ela deseja e pode dar porque o possui. Aqui intervém a existência da potência do sentido genital da palavra — digamos que o pai é um pai real e potente. Por causa disto, a relação da mãe com o pai torna a passar para o plano real. Esse tempo se sucede à privação ou à castração que incide sobre a mãe. É por intervir como aquele que tem o falo que o pai é internalizado no sujeito como Ideal do eu.

O falo, o pai atestou dá-lo em sua condição e apenas em sua condição de portador ou de suporte, diria eu, da lei. É dele que depende a posse ou não desse falo pelo sujeito materno. Na medida em que a etapa do segundo tempo é atravessada, é preciso então, no terceiro tempo, que aquilo que o pai prometeu seja mantido. Ele pode dar ou recusar, posto que o tem, mas o fato de que ele, o pai, tem o falo, disso ele tem que dar provas. É por intervir no terceiro tempo como aquele que tem o falo, e não que o é, que se pode produzir a báscula que reinstaura a instância do falo como objeto desejado pela mãe, e não mais apenas como objeto do qual o pai pode privar. (Lacan, [22/01/58] 1999, p.203)

O fato é que, nessa etapa, o pai faz passar à categoria propriamente simbólica o objeto do desejo da mãe, de forma que este deixa de ser um objeto imaginário, sendo também destruído e proibido. É à proporção que, para desempenhar essa função, o pai intervém como

personagem real, que ele torna-se um elemento eminentemente significativo, constituindo o núcleo da identificação máxima, resultado supremo do Complexo de Édipo: o Ideal do eu. O que acontece no nível da identificação ideal, nível em que o pai se faz preferir à mãe e ponto de saída do Édipo, deve levar, literalmente, à privação. Nesse momento, a criança reconhece não ter realmente aquilo que tem, no caso do menino, e aquilo que não tem, no caso da menina. A saída do Complexo de Édipo é considerada favorável quando a identificação com o pai feita nesse terceiro tempo, no qual ele intervém como aquele que tem o falo, se dá sob a forma do Ideal do eu. Segundo Lacan:

É por intervir como aquele que tem o falo que o pai é internalizado no sujeito como Ideal do eu, e que a partir daí, não nos esqueçamos, o complexo de Édipo declina. ([22/01/58] 1999, p. 201)

Se a identificação do Ideal do eu se faz no nível paterno, é precisamente porque, nesse nível, o desapego é maior no que concerne à relação imaginária do que no nível da relação com a mãe. ([05/01/58] 1999, p. 235)

5. A metáfora paterna e o Nome-do-Pai

É a partir da teoria do significante que Lacan desloca o conceito de pai real, para o de pai simbólico e, nessa perspectiva, o pai torna-se metáfora.

Pois bem, o pai, aí, não é um objeto real. Mesmo que tenha de intervir como objeto real para dar corpo à castração. Mas, se ele não é um objeto real, é o quê? [...] É isto: o pai é uma metáfora. [...] Uma metáfora, como já lhes expliquei. É um significante que surge no lugar de outro significante. Digo que isso é o pai no complexo de Édipo. ([15/01/58] 1999, p. 180)

Segundo Lacan, na estrutura da metáfora, residem todas as possibilidades de articular claramente o Complexo de Édipo e seu móbil, isto é, o Complexo de Castração. Trata-se da simbolização primordial entre a criança e a mãe, momento em que se pode observar a colocação substitutiva do pai como símbolo, ou significante, no lugar da mãe, ponto axial, o nervo motor, a essência do progresso representado pelo Complexo de Édipo.

Para a Linguística, uma construção metafórica realiza-se pela substituição de um termo por um outro termo e cuja transferência se dá “para um âmbito de significação que não é o seu” (Câmara Jr., 1968, p. 260). À medida que a operação consiste em designar uma coisa pelo nome de outra coisa, a metáfora se desenvolve com base numa substituição em que o termo de origem é provisoriamente recalcado em virtude do surgimento de um outro termo substituto. De acordo com Câmara Jr. (1968, p. 260): “A metáfora é um fato de sincronia e só existe quando o termo tem a significação própria nitidamente distinta do termo que é substituído”.

Dito isso, a elaboração lacaniana da metáfora paterna parte do princípio dessa substituição significante, na qual um outro ocupará o lugar do significante do desejo materno e este último, recalcado, em benefício do novo, tornar-se-á inconsciente. Só esse recalque originário é suscetível de provar que a criança renunciou ao objeto inaugural de seu desejo. Isto é, ela só poderá renunciar a este desejo caso aquilo que o significa tornar-se inconsciente para ela.

Digo exatamente: o pai é um significante que substitui um outro significante. Nisso está o pilar, o pilar essencial, o pilar único da intervenção do pai no complexo de Édipo. E não sendo nesse nível que vocês procuram as carências paternas, não irão encontrá-las em nenhum outro lugar. A função no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização do significante materno. (Lacan, [15/01/58] 1999, p. 180)

É isto: o pai é uma metáfora. [...] Uma metáfora, como já lhes expliquei. É um significante que surge no lugar de outro significante. Digo que isso é o pai no complexo de Édipo. ([15/01/58] 1999, p. 180)

Entretanto, se, por um lado, é com a supressão do significante originário do desejo materno que a criança vai introduzir um significante novo para designá-lo metaforicamente, por outro lado, o pai só se encontrará numa posição metafórica quando a mãe fizer dele o lugar que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei. Daí a importância da palavra da mãe.

Já foi dito que, se esse processo metafórico não se dá por algum motivo, “segue-se que o acesso ao simbólico fica gravemente comprometido para a criança” (Dor, 1991b, p. 106). Nessas condições, todo um registro novo da economia do desejo é barrado à criança, que, ao permanecer assujeitada a uma relação fusional com a mãe, permanece na posição de seu único objeto de desejo: o falo. Tal processo posterga e impede a instauração da castração simbólica para a criança.

5.1. Nome-do-Pai: declínio ou forclusão ?

É fato que a função estruturante do significante Nome-do-Pai, com relação ao desenvolvimento psíquico da criança, é assegurada à medida que se desenvolve sobre a base do recalque do significante do desejo da mãe. Contudo, caso esse recalque originário do desejo materno não ocorra e todo o processo da metáfora do Nome-do-Pai torne-se comprometido e, até mesmo, fracassado, como fica o sujeito?

Conforme expus no primeiro capítulo, o fracasso de tal significante foi descrito primeiramente por Freud como *Verwerfung*, isto é, foraclusão, para explicar a psicose. Esse termo é retirado da terminologia jurídica e seu significado diz respeito à abolição de um direito que não foi exercido no tempo prescrito. Mais tarde Lacan deslocará a abolição de um direito à abolição de um significante para explicar a estrutura psicótica. Essa operação, **passará a ser conhecida, a partir de então, como foraclusão do Nome-do-Pai.**³⁷

É num acidente desse registro e do que nele se realiza, a saber, a foraclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro, e no fracasso da metáfora paterna, que apontamos a falha que confere à psicose sua condição essencial, com a estrutura que a separa da neurose. (Lacan, 1998c, p. 576)

Cabe dizer que, se neste trabalho, não tomei como objeto de reflexão a operação de foraclusão do significante Nome-do-Pai, tenho, no entanto, indagado-me quanto ao seu declínio e de que forma os efeitos daí decorrentes podem possibilitar-me compreender a existência de uma criança-objeto submetida a um laço perverso. Daí conceber esse laço como empreendimento discursivo produzido pelo discurso do capitalista, em cujo funcionamento pressuponho os efeitos do declínio do Nome-do-Pai.

A complexidade de questões que incidem sobre o estatuto do conceito do Nome-do-Pai, por exemplo, sua articulação com as estruturas clínicas — neurose, psicose e perversão — ou mesmo em relação aos avatares de um dito declínio, tem sido posta no centro da experiência analítica como elemento teórico de reflexão. Assim sendo, não são poucos os psicanalistas que atualmente encontram-se comprometidos com tal reflexão, sem que esta se

³⁷ - Sobre os efeitos da relação estabelecida entre Nome-do-Pai e psicose, Porge (1998, p.35) especifica: “Malgrado retificações que Lacan introduzirá tardiamente, em *De um discurso que não seria semblante*, a sorte do significante Nome-do-Pai permanecerá ligada, no pensamento da maior parte dos leitores, à da foraclusão e da psicose. É ao mesmo tempo uma abertura para a compreensão da psicose e um fechamento para a do Nome-do-Pai”.

apresente como resolvida (Julien, 1997a, 1997b; Calligaris, 1986; Melman, 1992; Miller, 1997; Kehl, 2000 e outros).

Considerando meu percurso como analista de discurso, acredito que as possíveis significações do termo declínio possam contribuir com a reflexão sobre a expressão “declínio do Nome-do-Pai”. Partindo do sentido dicionarizado de declínio, segundo o *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*, tem-se o verbo “declinar”, cuja etimologia conduz ao latim *declinatio*. De acordo com o *Dicionário latino português* (Torrinha, 1994, p. 230), *declinatio* pode ser designado como: “1. Afastamento; desvio; pequena digressão. 2. Acção de desviar de; fugir a; aversão, repugnância por alg. coisa”. Entretanto, indo um pouco mais além, se se tomar um dos sentidos encontrados em declinar, como “afrouxar”, cuja etimologia remete a *fluxus*, tem-se: “1. Que corre; fluido. 2. Flutuante; pouco sólido; vacilante; sem consistência; incerto. 3. Largo; solto; pendente. 4. Frouxo; mole; fraco; que cai”. Essas significações, no seu conjunto, apontam para algo que desvia e vacila, de forma enfraquecida.

Trazer para a discussão o conjunto de tais significações permite-me supor em relação ao Nome-do-Pai a tese de um funcionamento desviante, vacilante, sem consistência, frouxo, sem que isso implique uma “não-operação” desse significante. Em suma, penso, assim como outros tantos psicanalistas, em uma subjetividade que, apesar de não se encontrar circunscrita no interior de uma estrutura psicótica, apresente um funcionamento claudicante do Nome-do-Pai, no qual o outro — ou o próprio sujeito — pode vir a ser colocado — ou a se colocar — no lugar de objeto de puro gozo. Assim sendo, considero não ser sem sentido a presença, em especial, de algumas expressões correntes no círculo psicanalítico que assinalam um “enfraquecimento” do Nome-do-Pai, “enfraquecimento” da função paterna. Antes de finalizar, cito Rio Teixeira (1997, p. 76):

Este enfraquecimento simbólico, que Lacan chamou declínio da imago paterna ou declínio do Nome-do-Pai, age sobre as relações entre os sujeitos na nossa cultura e provoca os mais variados efeitos sociais. Se por um lado o psicanalista conhece e acompanha esses efeitos no seu consultório, eles não são menos conhecidos pelo cientista social ou pelo historiador, que observam as transformações da família e o esvaziamento da autoridade paterna nos últimos tempos.

6. Criança sintoma

Ao nascer, a criança é imediatamente inscrita pelos pais numa cadeia de desejos na qual lhe é assegurada um determinado lugar. Cabe lembrar que esse lugar é desde sempre marcado por uma determinada montagem fantasmática apresentada tanto pelos pais, como por aqueles que a rodeiam. Procurando ser mais explícita, as fantasias envolvidas — seja em uma gravidez, seja em um processo de adoção, seja na escolha de uma forma de fertilização — não pertencem somente à mulher — futura mãe —, mas igualmente ao homem — futuro pai — e aos membros da família em geral. Dessa forma, tanto o nascimento da criança, como o lugar que lhe é destinado neste mundo que agora a acolhe, é presidido por uma multidão, que, convém ressaltar, é determinada pelo Outro social.³⁸

Assim sendo, como podem ser interpretadas as fantasias daqueles que, sob o álibi dos discursos tecnocientífico, jurídico, social e pedagógico, passam a assumir e reivindicar para si mesmos tanto a autoria de um possível filho, por intermédio das ditas “produções independentes” ou via processos de adoção, como a criação ou guarda dos filhos em casos

³⁸ Se Rosa (1999a, p. 94) constata o quanto a clínica é reveladora dos enunciados sociais, considerando a existência de uma criança “consumida e consumidora” — “as crianças inibidas e obsessivas que predominavam até os anos 70 nos atendimentos têm sido substituídas por crianças que exigem objetos de consumo, incluindo aí os seres humanos” — e Laia nos diz de um adolescente “que, não sem pavor, suspeita que é clone” (2001, p. 17), já Guimarães (2001) destaca um caso de adoção em que a mãe adotiva revela, além de ter sido uma “criança adotada,” duas ou mais experiências anteriores de adoções informais de outras crianças ainda bebês. Casos clínicos em que podemos apreender algumas das fantasias mais fundamentais de nossa época.

litigiosos de separação? ³⁹ Pode-se dizer que, nos dois casos — autoria e criação —, pais e mães, ao utilizarem-se, especialmente, de discursos nos quais é possível observar o predomínio dos aspectos biológico, fisiológico, cognitivo, jurídico e social, acabam por elidir a dimensão simbólica da maternidade/paternidade.

Se até então tenho destacado a prevalência do discurso social de natureza anônima na produção de um determinado laço social, isso não significa desconsiderar o papel do discurso parental, ainda que atravessado pelo discurso social, na constituição da subjetividade. Cabe salientar que tal discurso é responsável por garantir a transmissão dos significantes fundamentais da filiação e sexualidade, determinantes na inscrição do filho em uma cadeia simbólica de filiação. Mesmo portando enunciados de base presentes no imaginário social, como estes supõem a implicação do sujeito com o filho, o discurso parental passa a se encontrar numa dimensão de ideal. Essa enunciação, ao se dar determinada pelos avatares da castração dos pais, particulariza a relação com o filho. Além do mais, quando o sujeito pai ouve tal enunciado, esta escuta não se dá de forma global, mas é sempre recortada, determinada pelo mal-entendido. E será justamente o que há aí de mal-entendido — presentificando a divisão dos pais — que possibilitará ao filho encontrar seu lugar de sujeito no desejo parental. ⁴⁰

Entretanto Rosa (2001) acrescenta: “Quando o discurso parental sai de cena é que o discurso social aparece”. Acredito ser importante destacar tal afirmação, realizada no decorrer da qualificação, visto que esta parece determinar a necessidade de se indagar, por um lado, sobre o processo social de silenciamento ao qual o discurso parental tem sido submetido e, por outro, sobre a imensa prevalência ou mesmo dominância apresentada pelo

³⁹ Em relação a esse assunto, ver Goldstein, J.; Freud, A.; Solnit, A. J. *No interesse da criança?*

⁴⁰ As reflexões produzidas neste parágrafo foram realizadas considerando as observações realizadas por Miriam Debieux no decorrer da qualificação.

discurso social, produtor de enunciados cujos sentidos esvaziam a família de sua dimensão simbólica e comprometem a “transmissão da história”.⁴¹

Isto posto, retorno ao *Seminário IV*, destacado no primeiro capítulo, no qual Lacan introduz uma distinção entre falo metafórico e falo metonímico, que é fundamental para articularmos a posição da criança no fantasma da mãe (ou do pai que se ocupa do lugar da mãe). Segundo ele, é necessário ter em conta qual é a função da criança para a mãe em relação a esse falo, o objeto de seu desejo e é também preciso saber se ela ocupa a posição de metáfora ou metonímia. Portanto, “não é a mesma coisa se a criança está na posição de metáfora do amor da mãe pelo pai ou se ela é a metonímia do desejo da mãe do falo que ela não tem e não terá nunca” (Lacan, *apud* Drummond, 2001, p. 56).

É conhecida a tese de que, para a Psicanálise, não há criança que não seja recebida como objeto do fantasma da mãe, pois é com seu fantasma que ela acolherá a criança e poderá assim subjetivar a criança real. Sua chegada se dá “como promessa para ela [a mãe] de recuperar um pouco desse gozo que ela perde ao falar. Se não fosse assim a criança não teria chance de sobreviver” (Sauret, 1998, p. 18). Afinal de contas, por que a mãe cuidaria da criança se esta não representasse nada para ela?

Mas em relação à criança, como fica ela ao ser incluída no fantasma da mãe? Que respostas possíveis ela pode oferecer? Sauret (1998, p. 32) observa: “No fundo, essa criança tende a colar à forma como ela é recebida no fantasma do Outro parental”. Por sua vez, essa relação não se revela tão simples assim. Pode-se dizer que o fantasma opera diferentemente conforme esteja ou não regulado pela função paterna e, nesse sentido, quanto menor a mediação realizada pela função paterna entre o ideal do eu e o desejo da mãe, mais a criança tenderá a ser capturada na fantasia da mãe, ocupando a posição de objeto condensador de gozo para esse Outro.

⁴¹ Mas como afirma Orlandi: “No entanto, os sentidos não se imobilizam [...] eles não perdem seu caráter errático: deslocamentos, equívocos e mudanças se produzem. E não param de produzir efeitos” (Orlandi, 1992, p. 94).

Conforme anunciei no decorrer da tese, em “Duas notas sobre a criança”, Lacan descreve a sintomatologia infantil, colocando em questão uma transmissão que implique a “relação com um desejo que não seja anônimo”. Logo de saída, destaca uma diferença entre o sintoma da criança e o sintoma do neurótico, na medida em que este é descrito segundo o lugar desse sintoma. Cito Lacan: “o sintoma da criança é capaz de responder pelo que há de sintomático na estrutura familiar” ([1969] 1998, p.5).

Tendo precisado o sintoma como representante da verdade na experiência analítica e particularizado o sintoma da criança como decorrente da estrutura familiar, ele observa que o que há de sintomático na criança deve ser remetido especialmente a dois casos: ou como representante da verdade do casal parental, ou dizendo respeito à subjetividade da mãe e barrando sua verdade.

Quanto ao primeiro caso, Lacan o qualifica como o mais complexo, pois, quando uma criança se coloca na posição de responder ao casal parental, o faz em relação ao desejo da mãe articulado ao Nome-do-Pai. Ou seja, levam-se em conta os efeitos produzidos pela metáfora paterna aí constituída, de forma que esse caso fica mais sensível ao trabalho analítico. Já em relação ao segundo caso, é fornecida uma outra fórmula:

Nesse caso, é diretamente como correlato de uma fantasia que a criança é envolvida. A distância entre a identificação com o ideal do eu e a parte apreendida do desejo da mãe, se não tem mediação (aquela que, normalmente, a função paterna assegura), deixa a criança aberta a todas as capturas fantasmáticas. Ela torna-se o “objeto” da mãe e não tem outra função que a de revelar a verdade desse objeto. (Lacan, [1969] 1998g, p. 5)

Conforme se pode perceber, trata-se aí de uma inscrição da criança na subjetividade da mãe, considerando-se a existência de uma relação dual mãe/criança. Nesse sentido, a criança estará implicada diretamente na relação da mãe com a sua própria verdade, de forma

a barrar seu acesso a esta, dando corpo a esse objeto e impondo a exigência de ser protegida. Ao contrário do primeiro, porque o pai não regulou o desejo da mãe, a mãe faz vacilar o Nome-do-Pai. Em relação à intervenção analítica, Miller (1998, p. 8) afirma: “Nesse caso, ele [...] é maciço e, no limite, apresenta-se como um real indiferente ao esforço para mobilizá-lo pelo simbólico”.

Dai a ressalva de Lacan quanto ao papel de mediação a ser desempenhado pela função paterna em relação ao desejo da mãe. Com efeito, na medida em que o nome do pai simbólico “é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo” (Lacan, [1969] 1998g, p. 6), é possível a esse pai humanizar o desejo da mãe, pondo-o de acordo com a lei (Sauret; 1998, Miller, 1998; Drummond, 2001).

Retornando ao segundo caso, a dinâmica mãe/criança instaurada revela uma espécie de indistinção na qual o filho constitui-se para a mãe como o único objeto de satisfação de seu desejo. Impossibilitado de ser reconhecido em sua diferença, é tomado como metonímia desse desejo e acaba por funcionar como objeto fetiche que cobre e recobre o falo imaginário da mãe. Não investido como sujeito diferente do corpo da mãe, o filho permanece submetido à onipotência materna, já que para esta não é necessário que o pai surja como “fazendo a lei para a criança”. Em outras palavras, é porque a onipotência materna reina que a função paterna não tem lugar algum para existir. Enfim, se o desejo da mãe não é referido ao pai, o da criança permanece circunscrito à mãe, sob o modo imaginário: ser seu único objeto de desejo. E nesse ponto lembro que, para Lacan, a criança vem no lugar do objeto, saturando o modo da falta que é específica para a mãe, qualquer que seja sua estrutura, neurótica, psicótica ou perversa. Funcionamento que compromete ou mesmo obstaculiza a transmissão dos significantes fundamentais à inscrição da criança às redes da sexualização, identificação e filiação.

De acordo com Sauret (1998, p. 34), os dois casos assinalados revelam que não é equivalente ter um determinado tipo de pai e não outro. Nesse sentido, esclarece:

[...] pois a cadeia significante à qual eles introduzem, a criança a confronta ao mesmo tempo com o desejo deles. Assim, a criança metonímia do desejo da mãe é ao mesmo tempo levada a encarnar o que lhe falta, a seduzi-la com a imagem do que ela ama e ao mesmo tempo sob a ameaça de ser deixada largada, se ela der a impressão de poder alcançar o que ela visa por uma outra via: basta a presença de seu parceiro sexual ou nascimento de um outro filho para que isso aconteça.

E prossegue, remetendo-se à criança representante da verdade do casal parental:

É induzido na “criança metáfora” que sua presença é o signo do amor dos pais: que ela não é o que lhes falta, o que não a impede de dar literalmente corpo, às vezes, ao gozo cuja falta os anima [...] Evidentemente podemos imaginar que os pais tentem recuperar o que eles perdem de gozo às custas da criança: por encarnar um gozo ela torna-se o sintoma do casal parental. (1998, p. 34-35)

Assim, se ser o objeto de fantasma da mãe é condição de sobrevivência da criança, não é condição suficiente para a sua constituição enquanto sujeito desejante. Questão problemática, pois, conforme já foi dito, sem a função de mediação realizada pela função paterna, cabe “à criança realiza[r] a presença do que Jacques Lacan designa como objeto *a* na fantasia” (Lacan, [1969] 1998, p.5),⁴² podendo aí permanecer.

⁴² Ao comentar o texto de Lacan, “Duas notas sobre a criança”, Jerusalinsk (*apud* Rosa, 1999a, p. 95-96) ressalva que, quando concebemos o sintoma infantil na perspectiva apontada por Lacan, é possível cometer dois grandes erros clínicos: “1) Interpretar toda a produção da criança como um derivado da relação com os seus pais, como se o inconsciente infantil não fosse mais do que um receptáculo das fantasias parentais. 2) Deixar de lado toda a problemática da sexualização que é, precisamente, a que determina a posição do inconsciente durante a

Tendo em vista as reflexões realizadas por Lacan, em “Duas notas”, Miller, no artigo “A criança entre a mãe e a mulher” (1998), assinala que a função paterna preserva a criança de ser tudo para a mãe porque ela a divide. Se, num primeiro tempo, cabe ao pai intervir, lembrando à criança que sua mãe é não-toda, isto é, não é toda no registro fálico, já que também é sua mulher, já no segundo tempo, a mãe deve consentir em orientar o desejo do pai, fazendo-se objeto que causa seu desejo, para que assim a função fálica tenha valor para a criança. A questão é que, quando o pai não provoca a divisão na mãe, o filho acaba por preencher a mãe, e esta parece ser a condição que favorece a existência de um laço perverso entre a mãe e a criança.

Nesse artigo, Miller observa que, nas interpretações mais tradicionalistas, ao se priorizar o valor da criança como substituto fálico, se esquece de que essa criança também não deixa de dividir, no sujeito feminino, que está tendo acesso à função materna, a mãe e a mulher. Ou seja, o argumento de Miller é de que a criança não só preenche a mãe, mas também a divide, produzindo um “entre” a mãe e a mulher. Tese que penso pressupor um funcionamento anterior da metáfora paterna, pois uma criança só terá condições de dividir a mãe caso uma função paterna aí compareça. Eu o cito:

O objeto criança não somente preenche, como também divide [...] É essencial que ela divida. Como já se assinalou, é fundamental que a mãe deseje outras coisas além dele. Se o objeto criança não divide, ou ele sucumbe como dejetos do par genitor, ou, então, entra, com a mãe, numa relação dual que o alicia — para empregar o termo de Lacan — o alicia com fantasia paterna. (1998, p. 8)

infância”. Com essa formulação, o autor demarca que uma criança não é apenas sintoma do Outro, mas também produz sintoma.

De fato, ainda que seja essencial que o filho divida, nem sempre a metáfora funciona, e, se ele não tem como dividir, acaba às vezes por preencher, pagando um preço muito alto por ocupar esse lugar privilegiado relacionado à subjetividade materna. E, como já foi dito, se o objeto criança não divide, sucumbe ao gozo da mãe-toda.

Fazendo uso da reelaboração de Lacan, no *Seminário XXII, R.S.I.*, sobre a metáfora paterna e o Nome-do-Pai, na qual é assinalada o lugar do pai como homem que faz de uma mulher causa de seu desejo, Miller avança e afirma que a condição da criança vir a ocupar o lugar de “não-todo” para a mãe apresenta como condição que essa mulher não deve ser desviada de encontrar o significante de seu desejo no corpo de um homem.

É preciso [...] que a criança não sature, para a mãe, a falta em que se apóia o seu desejo. O que isso quer dizer? Que a mãe só é suficientemente boa se não o é em demasia, se os cuidados que ela dispensa à criança não a desviam de desejar enquanto mulher. Quer dizer — empregando os termos utilizados por Lacan em seu escrito “A significação do falo” — que a função do pai não é suficientemente; é preciso, ainda, que a mãe não esteja dissuadida de encontrar o significante de seu desejo no corpo de um homem. A metáfora paterna, com a qual Lacan transcreveu o Édipo freudiano, não significa somente que o Nome-do-Pai deve reprimir o desejo da mãe, submetendo-a ao cabresto da lei. A metáfora paterna remete, a meu ver, a uma divisão do desejo a qual impõe, nessa ordem do desejo, que o objeto criança não seja tudo para o sujeito materno. Quer dizer que há uma condição de não-todo, que o objeto criança não deve ser tudo para o sujeito materno, mas que o desejo da mãe deve se dirigir para um homem e ser atraído por ele. Portanto isso exige que o pai seja, também, um homem. (1998, p.8)

Acrescento um outro elemento salientado por Lacan nesse texto e que diz do quanto a função de objeto que o filho representa para a mãe é acrescida, ou seja, ganha em eficácia

caso este apresente sintomas somáticos. Enfim, quanto mais a criança é deficiente, mais ela chega perto do real, mais dá corpo a esse objeto, solicitando de sua mãe que se abandone ao propósito de seu fantasma em detrimento de sua verdade. Dito por Lacan: “O sintoma somático oferece o máximo de garantia a esse desconhecimento” ([1969] 1998g, p. 5). Comentando esse aspecto, Sauret (1998, p. 90-91) assinala:

Então me parece que a expressão “sintoma somático” designa ao mesmo tempo o signo de uma patologia médica e a função que ele assume para essa mãe. A realidade da deficiência, ou da desvantagem, dá o máximo de garantia à mãe pelo fato de que não ‘se’ irá ver em outro lugar ou embaixo o que essa desvantagem da criança representa para ela. Dizendo mais claramente, se você vê uma criança deficiente ou em desvantagem, se imagina mal uma questão tão brutal como “qual o benefício secundário que você pode ter ao ter um filho assim”. A matéria mesma criança, sua desvantagem, sua deficiência, se presta a ser lida de acordo com a estrutura materna. Para “testemunhar a culpa” da mãe neurótica, “servir de fetiche” para a mãe perversa, “encarnar uma recusa primordial” da mãe psicótica.

Com efeito, no decorrer deste trabalho, tenho pensado na criança-objeto e na posição de fetiche que esta pode vir a ocupar, tanto em uma relação particular com o Outro parental, como na sociedade de forma geral, determinada por um laço social perverso. Em relação à mãe, tenho indagado-me se o laço aí estabelecido deve ser reservado apenas a uma mãe perversa, ou se não será, como afirma Miller em “A criança entre a mãe e a mulher” (1998, p. 9), “uma perversão normal do lado mulher”? Cabe destacar que, nesse mesmo texto, ele conclui: “[...] a perversão é [...] aquilo que se chama de amor materno, que pode chegar até a fetichização do objeto infantil”.

Isto posto, refletir sobre a afirmação de Miller, articulando-a a um tempo no qual a mãe *corpo-rifica*, por vezes ferozmente, os ideais civilizatórios de nossa época, considerando

ainda o quanto hoje estes cedem lugar à dimensão imperativa de satisfação, possibilita-me reafirmar a tese de um laço social perverso como modalização discursiva de um tempo, sem **supor necessariamente a presença de uma estrutura perversa**.⁴³

Mas se nesse tempo temos cada vez mais nos deparado com as terríveis conseqüências da sexualidade feminina, visto que todo sujeito é filho de uma mãe, não se pode esquecer que se trata sempre de uma resposta que o sujeito aí articula, ainda que este seja apenas “uma criança”. O que o coloca como “sujeito responsável por suas escolhas de gozo [...] restando-lhe sempre a dimensão do sintoma” (Oliveira, 2001, p. 35).

E, neste ponto, cito Laia (2001, p. 15):

[...] uma criança não é corporalmente tão alheia ou inocente à dimensão do gozo que provém do Outro – ela acolhe, em seu corpo, essa dimensão, ela se deixa incitar por uma estranha e familiar satisfação e, em alguns casos, pode chegar mesmo a provocá-la, a se deixar extasiar, a se deixar marcar pelo que se impõe desde um campo que lhe é, concomitantemente, estranho e familiar. A criança, por uma escolha que só pode ser forçada, traumática, se apresenta, para a psicanálise, como parceira de um gozo corporificado no campo do Outro.

Um outro aspecto descrito por Lacan, em “Duas notas”, é o papel estrutural da função residual sustentada pela família como o elemento irreduzível de uma transmissão que assegure uma constituição subjetiva e que implique a relação com um desejo não-anônimo que pertencente “a uma outra ordem, distinta daquela da vida segundo as satisfações das necessidades” (Lacan, [1969] 1998, p.6). Convém esclarecer que o elemento irreduzível, afirmado por Lacan nesse texto, diz da significação fálica, ou seja, da encarnação da lei no

⁴³ E aqui fica a necessidade de uma reflexão mais longa sobre as diferenças e articulações possíveis de serem pensadas entre laço e estrutura. Questão problemática, mas necessária de ser enfrentada posteriormente.

desejo “cujo sustentáculo é um pai colocado em posição de agente da castração”, portador de um desejo que se caracteriza como “não-anônimo”. Como nota Santiago (1998, p.25): “A constelação subjetiva, propriamente desejante da criança, resulta, assim, de uma transmissão que supõe a presença de um pai, que, mesmo sem saber, coloca em ação um desejo situado em algum lugar por um nome”. A esse respeito, complementa Miller (1998, p.10):

A função feliz da paternidade é, ao contrário, a de realizar uma mediação entre as exigências abstratas da ordem, o desejo anônimo do discurso universal, de um lado, e o que decorre, para a criança, do particular do desejo da mãe.

Acredito que é em torno desse desejo não-anônimo que a paternidade e a sexualização masculina se convergem, pois um pai só sai do anonimato quando — como homem — faz de uma mulher causa de seu desejo, sendo por ela também desejado. É exatamente nesse momento que o pai deixa de ser uma incógnita para a criança, podendo obter respeito e admiração. O que, de certa forma, antecipa as teorizações de Lacan no *Seminário XXII*, *R.S.I.*

7. *R.S.I.*: teoria da *père-version*

A partir das elaborações de Lacan sobre o objeto pequeno *a*, uma crítica sobre o falo sobreveio com mais força, à medida que a promoção deste como real tornou-se mais insistente. Tenho destacado que, no final da década de 1960 e no decorrer de 1970, observa-se na obra de Lacan uma reavaliação do Édipo freudiano e da metáfora paterna, ou melhor, da posição fálica da criança interrogando aí o lugar do gozo na Psicanálise, além de afirmar o lugar da mulher e da criança como “objeto pequeno *a*”, causa de desejo. Momento

marcado pelo avanço de Lacan quanto às elaborações inovadoras das relações entre o Nome-do-Pai e os três registros, real, simbólico e imaginário.⁴⁴

Na verdade, o desenvolvimento dos conceitos de saber, verdade e gozo e a relação destes com a sexualidade masculina e a feminina, suportadas pelas fórmulas quânticas de sexuação, realizados nos *Seminários XVII e XX, Mais, ainda*, possibilitaram a Lacan formular a tese da *père-version* em *R.S.I.* O aforisma “não há relação sexual” será tematizado, nesse momento, a partir das fórmulas de sexuação que escrevem, por um lado, a ausência de relação entre os sexos, e, por outro, que a mulher não entra na relação sexual senão “*quoad matrem*”, ou seja, como mãe, e o homem “*quoad castradionem*”, em decorrência da castração.⁴⁵

Cabe dizer que a mudança de acento sobre a função paterna, nesse instante, resultará do desdobramento da reelaboração sobre o Nome-do-Pai. Será na lição de 21 de janeiro de 1973 que Lacan desenvolverá a tese da “pai-versão” — *père-version* —, na qual o pai não apenas elabora o gozo dando-lhe um significante — o falo —, mas faz também emergir o gozo, o objeto *a*, causa de seu desejo. Cito o fragmento considerado como *princeps* na retomada da metáfora paterna:

Um pai só tem direito ao respeito, senão ao amor, se o dito respeito estiver, vocês não vão acreditar em suas orelhas, *père*-vertidamente orientado, isto é, feito de uma mulher, objeto pequeno a que causa seu desejo, mas o que essa mulher em pequeno acolhe, se posso me exprimir assim, nada tem a ver na questão. Do que ela se ocupa, são outros objetos pequeno

⁴⁴ Lacan (*apud* Porge, 1998) afirma em “De um discurso que não seria semblante” (19/06/71): “Na experiência analítica o pai nunca é mais que referencial. Nós interpretamos tal ou tal relação com o pai porque nunca analisamos alguém enquanto pai? Que me tragam uma observação! O pai é um termo da interpretação analítica. A ele se refere alguma coisa”. Retomando Lacan, Porge (1998, p.8) esclarece: “Eis porque é que os termos simbólico, imaginário e real designam, mais além dos modos de relação que podem se instaurar com o pai, os nomes do pai. Se o pai não é senão referencial, os nomes para designá-lo são os nomes de relação ao Pai”.

⁴⁵ - “Discurso de clausura das jornadas sobre a psicose na criança”. Cabe dizer que esse texto é considerado por Laurent como um dos mais políticos de Lacan, ao lado de “Televisão”, em que ele ampliou a relação criança, psicose e instituição (Laurent, 1994).

a que são as crianças junto a quem o pai intervém, excepcionalmente, no bom caso, para manter na repressão, dentro do justo semi-Deus, se me permitem, a versão que lhe é própria de sua pai-versão. ([21/01/1975], s.d., p. 23)

Nessa lição, observa-se, do lado masculino, a função prevalente do desejo e do gozo do pai, e este comparece como portador de um traço sintomático – sintoma pai: fazer de uma mulher a causa de seu desejo, a mãe de seus filhos e assumir a responsabilidade pelo produto dessa relação. Do lado feminino, a mulher entra como mãe, devendo cuidar dos “objeto pequeno *a*”, que são as crianças junto a quem o pai tem “cuidado paternal”, e que serão deslocadas do lugar de objeto condensador do gozo da mãe-toda para o lugar de objeto causa de desejo.

Nessa nova metáfora, o que um pai pode transmitir não é um apenas um nome, mas, sim, um lugar para a causa de seu desejo, o que impõe uma diferenciação do pai como nome e o pai que nomeia. Além do mais, vale dizer que a localização da causa do desejo desse pai se dá “em uma única mulher”.

Ou seja, um pai que renuncia a ser chefe da horda! A partir daí, o que é transmitido ao sujeito que nascerá desse encontro é, com o enigma de um desejo, um gozo irredutível. É por esse gozo assim localizado que o sujeito poderá assegurar-se da exceção que lhe permitirá fundamentar na razão sua relação com a linguagem e garantir suas próprias escolhas quanto ao gozo. (Sauret, 1998, p. 36)

Jogando com uma homofonia própria à língua francesa e fiel à transmutação da perversão em norma social; trata-se de uma *père-version* — “pai-versão”, “perversão” — que não deve ser confundida com a estrutura perversão. Lacan propõe uma versão do pai como nome e uma versão do pai tendo como ponto de partida uma causa sexual. O que não é

pouca coisa. “É uma nova versão do pai. O pai não é mais a garantia desta referência sagrada que soluciona o enigma do desejo da mãe. Pai é aquele que aceita ver seu desejo orientado por uma mulher que dele se faz a causa” (Nominé, 1997, p. 19), a partir da qual é possível gozar! Mas quanto a esse gozo, que lugar ele ocupa na *père-version* de um pai? Além disso, que tipo de relação pode ser estabelecido entre esse gozo irreduzível e o axioma “não há relação sexual”?

Ao unir seu desejo ao gozo de uma parceira singular, o pai representa a lei ao mesmo tempo em que consente com a exceção, que o submete ao regime de “todos castrados”. Por essa referência ao real de sua castração, um pai pode reenviar uma criança ao impossível da relação sexual. O pai não é a condição do gozo, ele é um sintoma universalizado para todos os neuróticos. O gozo se relaciona com o discurso como seu efeito, e com o sintoma como um real que responde à realidade sexual do inconsciente, fazendo-lhe suplência. (Oliveira, 2001, p. 34)

Lacan também enfatiza a dimensão da verdade em jogo na estrutura familiar. Em última instância, é a verdade do pai, sua versão de gozo que o leva a constituir uma parceria com uma mulher, e a desejar zelar pelos filhos que são procriados, o que produz uma divisão da mãe em mulher. Tomando-a como mulher, ele a faz “não-toda-mãe” e, ao elegê-la como causa de seu desejo, acaba por constituí-la como seu sintoma: “A operação de transformar uma mãe em mulher produz, como efeito da metáfora paterna no inconsciente do sujeito, uma mulher com uma falta. Quanto à função do pai, que faz de uma mulher uma mãe, temos como efeito no inconsciente do sujeito a assunção do produto do gozo, o seu resto” (Vicente, 1997, p.84). Nessa perspectiva, a castração realizada pelo pai desloca-se do registro simbólico, tal como ela se inscreve em sua articulação com o pai na metáfora paterna, para ser definida como uma “operação real”.

Em confronto com a posição freudiana que diz “há o pai”, Lacan propõe o axioma “não há relação sexual”. Para além do pai, Lacan faz emergir o objeto *a* como causa do desejo. O pai é um efeito de linguagem determinado como impossível, como pai real, apreendido não mais como o pai da identificação, destacado por Freud, mas como um “modelo de sintoma, que faz suplência à relação sexual que não há, cabendo a um pai demonstrá-lo ao particularizar o universal da lei, fazendo de uma mulher o objeto *a* que causa seu desejo”(Oliveira, 2001, p.34). Somente assim lhe serão reconhecidos o amor e o respeito.

Aí está o que deve ser um pai , na medida em que só pode ser exceção. Ele só pode ser modelo da função realizando o tipo. Pouco importa que ele tenha sintomas, se acrescenta aí o da perversão paternal, isto é, que a causa seja uma mulher que ele adquiriu para fazer filhos e que com estes, queira ou não, ele tem cuidado paternal. ([21/01/1975], s.d., p. 23)

Conforme podemos observar, Lacan reduz o pai à existência de uma função lógica de exceção, a “um dizer que não” à função fálica que, de maneira paradoxal, funda o universal da lei sendo dela a exceção. Isso impõe, a cada um, construir uma versão do pai a partir de sua incidência no desejo de uma mulher que se torna mãe, versão necessária para que dela se deduza a resposta fálica a ser reendereçada à criança.

Mas, antes de finalizarmos, deve-se precisar que o desejo da mãe precisa ser considerado no duplo sentido do genitivo: no genitivo subjetivo, como o desejo da mãe pela criança, na medida em que a toma como causa do seu desejo e, no genitivo objetivo, como o desejo do filho pela mãe, estabelecendo entre a mãe e a criança a relação de um gozo imaginário. Lembro ainda que a operação de interdição da mãe, tanto no primeiro quanto no segundo sentido, só será obtida caso o pai tome a mãe como uma mulher, como causa de seu desejo, produzindo aí uma divisão entre a mãe e a mulher.

Disso resulta que uma mãe só se ocupará de seus filhos, “em vez de gozar às custas deles”, caso se ofereça como causa de desejo de um homem, “do qual ela espera que ele lhe permita um acesso ao que de seu gozo escapa a ela própria: de certa maneira, se uma mulher é um sintoma para um homem, ela espera dele que ele lhe permita sintomatizar-se ela própria” (Sauret, 1998, p. 40).

Em suma, limitar o gozo materno da criança, sustentar esse “não ao gozo”, humanizando seu desejo, assinala a transmissão da função paterna, do Nome-do-Pai, agora na nova metáfora. Se a mãe, enquanto mulher, é objeto a — causa de desejo do pai — será como mãe que tomará o filho — objeto pequeno a — como causa de desejo.

CAPÍTULO IV

DISCURSO, LÍNGUA E SUJEITO

Introdução

A Análise do Discurso da Escola Francesa, elaborada por Michel Pêcheux, objetiva a construção de um método que compreenda o estudo das determinações históricas em que os discursos são produzidos, os processos de significação a que se submetem e são submetidos. Para tanto, Pêcheux apresenta, no quadro epistemológico da Análise de Discurso, três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico, a Linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos de significação. Reflexão cujos pressupostos apontam na direção de um sujeito descentrado, dividido, constituído pelo esquecimento e pela ideologia.

Neste trabalho, procuro realizar a interpretação do *corpus* sustentada pelas articulações estabelecidas por Pêcheux ([1975] 1988; [1984] 1997) e Orlandi (1992, 1996, 2000) entre a Análise do Discurso e a Linguística, isto é, entre os processos discursivos e a língua na construção de uma teoria que repõe a discussão da questão da constituição do sujeito e do sentido. Cabe ressaltar que, para Pêcheux, tais articulações são atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Penso ser importante ressaltar que o gesto de tomar a Análise de Discurso como procedimento de análise neste trabalho, cujo problema posto é refletido a partir de uma teoria psicanalítica, não se encontra isento das dificuldades próprias à articulação entre a Análise de Discurso e a Psicanálise e cujos efeitos encontram-se, sem dúvida alguma, aqui

materializados. Sabe-se muito bem que o reconhecimento da necessidade de uma articulação entre o materialismo histórico e a teoria do inconsciente — Psicanálise — nem sempre se deu de forma tranqüila e inequívoca. De fato, tal problemática sempre apresentou grandes problemas e ainda hoje requer considerações.

Tendo em vista tais observações, acredito ser importante ressaltar que, neste estudo, não tenho como propósito a realização de uma articulação entre a Análise de Discurso e a Psicanálise, com base na relação inconsciente e ideologia, a partir dos conceitos de gozo, desejo e fantasia (Zizek, 1996). Pretendo sim, considerar, de forma pontual, o quanto os procedimentos formulados pela Análise de Discurso podem contribuir com a análise do *corpus* aqui apresentado, ainda que o campo teórico de interpretação dos resultados da análise se dê por intermédio da Psicanálise. E, nesse sentido, destaco o conceito de língua como lugar dessa possível articulação entre as duas disciplinas.

—É importante lembrar a afirmação de Pêcheux em *O discurso: estrutura ou acontecimento* ([1984] 1997, p. 50) de que a língua, para a Análise de Discurso, deve ser considerada “no sentido de Jakobson e de Lacan”, ou seja, como “lalangue”, o que necessariamente permite-me conceber, no interior das análises, a existência de um real. Dito de outra forma, permite-me considerar no interior da análise aquilo que, embora seja efeito da articulação de significantes, não é significante, ou seja, “resto” não-simbolizável e que necessariamente aponta para a noção de objeto *a* na Psicanálise.⁴⁶ Somente assim acredito poder interpretar, no último capítulo da tese, o dizer de Marina, mãe de Catarina, considerando aí a existência de um real impossível de ser simbolizado.⁴⁷

O capítulo será dividido em dois momentos: na primeira parte objetivo pensar as articulações estabelecidas por Pêcheux entre a Análise de Discurso e a Lingüística sustentada

⁴⁶ Essas observações são feitas a partir das considerações realizadas pela prof.^a Nina Virgínia no decorrer da qualificação da tese e cuja complexidade permite-me, neste momento, apenas apontar tal articulação.

⁴⁷ Essa afirmação, apesar de merecer maiores considerações, não é objeto de investigação mais aprofundada no interior desta tese.

pelo conceito saussureano de língua enquanto sistema. Daí a necessidade de uma maior precisão do conceito de língua e valor encontrada em Saussure. A partir dessa reflexão, é possível precisar a relação entre os processos discursivos e a língua na construção de uma teoria materialista do discurso, que repõe a questão da constituição do sentido e do sujeito por intermédio do conceito de funcionamento. Para tanto, vou me deter essencialmente em *Curso de linguística geral* (Saussure, 1973), *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (Pêcheux, [1975] 1988), *Ler o arquivo hoje* (Pêcheux [1982], apud Orlandi, 1994), *Delimitações, inversões, deslocamentos* (Pêcheux, [1982] 1990a) e *O discurso: estrutura ou acontecimento* (Pêcheux, [1984] 1997).

Na segunda parte, ressalto o trabalho realizado por Orlandi em torno da noção de interpretação e apresento os conceitos de dispositivo teórico e dispositivo analítico desenvolvidos essencialmente em seus trabalhos: *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (1992), *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* (1996) e *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (2000). Nessas reflexões, tanto os procedimentos analíticos como a metodologia de análise, comumente analisados numa perspectiva conteudista (separação forma/conteúdo), ⁴⁸ sofrem um deslocamento fundamental, na medida em que, a partir da materialidade lingüística-discursiva, é possível desconstruir os efeitos do já dito em direção a um outro possível de ser significado.

1. Saussure e a Lingüística

Para Pêcheux, em *Análise automática do discurso* ([1969] 1990a), coube a Saussure um deslocamento conceitual na forma pela qual o estudo da linguagem era até então realizado. Responsável por uma teorização acerca do que é específico do funcionamento da

⁴⁸ Para Orlandi (1996), uma prática conteudista de leitura implica uma relação termo-a-termo entre pensamento, linguagem e mundo, como se a relação entre as palavras e as coisas ocorresse de forma natural e não lingüístico-histórica. Segundo Pêcheux, a *Análise de Discurso* deve expor o leitor à opacidade do texto.

língua, ele possibilita que a língua seja (re)pensada como sistema de signos que são definidos em termos de relação na qual tudo se encontra articulado.

Se a Lingüística até então objetivava o estatuto de “ciência da expressão e de seus meios” — o estudo gramatical e semântico era não mais que um meio a serviço desse fim —, agora se tratava de saber sobre as normas que ali funcionavam. A partir do momento em que a língua é reconhecida como sistema e torna-se, de fato, o objeto através do qual a ciência lingüística pode descrever o seu funcionamento, ela deixa de ser compreendida como tendo função de exprimir sentido.

Para Saussure, o estudo da linguagem comportaria duas partes:

[...] uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física. (Saussure, 1973, p. 27)

Diante das inúmeras diferenças implicadas no estudo de uma ou de outra parte, o estudo da linguagem não deveria abordar os vários fenômenos aí presentes, visto que o objeto da Lingüística poderia tornar-se um “aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si” (Saussure, 1973, p. 16). Daí a necessidade de que o objeto da Lingüística, delimitado no conjunto dos fatos de linguagem, fosse passível de ordenação e classificação.

A definição de um objeto de estudo, para a Lingüística, implicou a delimitação de um determinado aspecto que, para Saussure, era o único que poderia de fato fazer da Lingüística uma ciência, a saber, a língua.

[...] é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem. (Saussure, 1973, p. 16-17)

A língua, assim delimitada no conjunto dos fatos de linguagem, é classificável entre os fatos humanos, enquanto que a linguagem não o é. (Saussure, 1973, p.23)

Nesse contexto, teorizar sobre as diferenças existentes entre a língua e a fala significava, para Saussure, a possibilidade de escolha de um objeto que concedesse à Lingüística o estatuto de ciência.

Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordenação natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação. (Saussure, 1973, p. 17)

Como pode-se observar, Saussure define como objeto da Lingüística a língua e não a linguagem. Esse objeto merece ser distinto da fala por ser concebido como “social em sua essência e independente do indivíduo” (Saussure, 1973, p. 27) em detrimento da fala, entendida como a “parte individual da linguagem” (Saussure, 1973, p. 27). Com efeito, tal afirmação aponta a necessidade da Lingüística de estudar a “língua em si”, considerada separadamente de outros inúmeros fenômenos que aí se encontram.

O fato de se considerar a língua enquanto sistema, cujo funcionamento é interno a esta, possibilita pensar sobre a existência de uma ordem própria da língua (Silveira, 1997). Se tal questão não foi teorizada por Saussure, a esse autor nos parece caber o mérito de uma posterior elaboração, pois conforme ele mesmo observa:

[...] a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria. (Saussure, 1973, p. 31)

1.1. Signo e valor

Tendo definido que a língua, como objeto da ciência lingüística, é delimitada e de natureza homogênea, Saussure passa a definir sua constituição. Para ele, a língua é constituída por um sistema de signos e estes se definem pelas relações que têm entre si, ou seja, o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea dos outros. Vale lembrar que, para Saussure, o signo lingüístico não une uma coisa a uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica. Essa perspectiva rompe com a tradição representacionista na qual o significante representa o significado e afirma uma “não-anterioridade e não-autonomia do significado em relação ao significante” (a língua enquanto nomenclatura). Nessa direção, Saussure considera que o que interessa no signo é o seu valor, em outras palavras, o que nele não é.

Se, para introduzir o signo lingüístico, Saussure designa sua constituição suportado pela combinação do conceito e da imagem acústica, posteriormente, ele propõe a substituição dessa terminologia por significante e significado.

Propomo-nos a conservar o termo signo para designar o total, e a substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante; estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do tal que fazem parte. (Saussure, 1973, p. 81)

Ao considerar a existência de uma autonomia da língua decorrente da relação dos signos entre si, relação de pura diferença, Saussure rompe com o pressuposto de uma

positividade presente em uma unidade lingüística. Um signo não é uma unidade positiva, na medida em que ele é o que os outros não são.

Um sistema lingüístico é uma série de diferenças de sons combinados com uma série de diferenças de idéias; mas essa confrontação de um certo número de signos acústicos com outras tantas divisões feitas na massa do pensamento engendra um sistema de valores, é tal sistema que constitui o vínculo efetivo entre os elementos fônicos e psíquicos no interior de cada signo. (Saussure, 1973, p. 139-140)

Com efeito, para Saussure, a língua não comporta nem idéias nem sons preexistentes ao sistema lingüístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas. O que para ele equivale dizer: “na língua só há diferenças”. Diferenças que se repetem, seja pelo viés da forma, seja pelo viés da substância.

Perante tais considerações, não podemos deixar de observar que o mesmo ato fundador da ciência lingüística impõe para esta um resto — a fala —, parte integrante da linguagem que deve ser abandonada em razão de a língua ser aí concebida como “um todo em si e um princípio de classificação”. Sendo a fala entendida como um “ato individual do uso da língua”, além de se opor ao sistema, ela é impossível de ser apreendida em sua totalidade. Dito de outra forma, mesmo tomando-a como parte integrante de um fato de linguagem, Ferdinand de Saussure exclui a fala quando de sua teorização da língua enquanto sistema.

A parte psíquica não entra tampouco totalmente em jogo: o lado executivo fica de fora, pois a sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor; nós a chamaremos fala (*parole*). (Saussure, 1973, p. 21)

Nesse ponto, penso ser importante debruçar-me sobre os conceitos de fala e de indivíduo pressupostos por Saussure e sobre os efeitos de tal elaboração em teorias lingüísticas que lidam com o conceito de sujeito falante. Se, no conceito de língua, observamos a inexistência de um indivíduo, já em relação à fala, o sujeito não só a executa como também é considerado seu “senhor”. Ato que, nesse momento, se revela pleno de vontade e inteligência de um indivíduo que parece ter o controle sobre o que fala e como fala.

Na verdade, a separação realizada por Saussure entre a língua considerada como “instituição social” e a fala como um “ato individual de uso da língua” produzirá efeitos que impossibilitarão o reconhecimento de um sujeito que implica essa na língua e é nela implicado. Isto é, se o resto, que permanece abandonado pela teoria, é relacionado à presença de um indivíduo considerado como “senhor” de sua fala, o retorno desse resto em teorias preocupadas com a questão da significação implicará a volta desse mesmo sujeito. Tal prática é observável nas inúmeras teorias lingüísticas que procuraram dar conta da questão do sujeito e do sentido aí excluídos. Aparição que se deu sob a forma de um sujeito falante intencional, fonte e origem enunciativa de seu discurso.

Nessa perspectiva, afirma Pêcheux ([1969] 1990a, p. 71-72):

[...] em outros termos, tudo se passa como se a lingüística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. A fala, enquanto uso da língua, aparece como um caminho da liberdade humana; avançar no caminho estranho que conduz dos fonemas ao discurso é passar *gradatim* da necessidade do sistema à contingência da liberdade.

Uma outra questão que me parece ser necessária abordar em relação à teoria do valor apresentada por Saussure é o fato de que, ao separar língua e fala e apontar a língua — objeto da Lingüística — como um sistema de valor, o autor estabelece uma subordinação da significação ao valor. Esse fato, além de impedir/retirar de cena a questão do sujeito e do sentido, permite que a significação fique caracterizada como da ordem da fala e do sujeito. Se a fala, considerada como ato individual do uso da língua, é compreendida como lugar de significação, a “possibilidade de liberdade” aí pressuposta também será compreendida enquanto lugar da subjetividade em ato (Leite, 1994, p. 113). Subjetividade que, nessa perspectiva, passa a ser considerada como da ordem do individual.

Isto posto, pode-se compreender o fato de que uma teoria lingüística cujo objetivo seja o estudo das significações ou opta pelo abandono das teorizações realizadas por Saussure, à medida que procura contemplar exatamente o que foi aí excluído, ou realiza uma releitura da teoria do valor apresentada pelo autor, produzindo deslocamentos que a possibilitem trabalhar com as questões do sujeito e do sentido. Vale notar que, na elaboração de uma teoria materialista do discurso, Pêcheux opta pela segundo procedimento.

Le principe de la subordination de la signification à la valeur peut selon nous, être considéré comme le noyau de la rupture saussurienne. C'est ce principe étroitement lié à l'idée de langue comme système, qui ouvre la possibilité d'une théorie générale de la langue permettant l'interprétation des particularités phonologiques, syntaxiques et morphologiques de telle ou telle langue. Mais qu'en est-il de la sémantique? De part le rôle qui y est attribué à la parole et au sujet, tout ce qui concerne l'analogie est en retrait par rapport à cette rupture car la subordination de la signification à la valeur pour tout ce qui concerne 'le fait linguistique dans son essence et son ampleur' a précisément pour effet de couper court à tout retour au sujet, quand il s'agit de la langue: la signification est de l'ordre de la parole et du sujet, seule la valeur concerne la langue. (Haroche, Henry e Pêcheux, 1971, p.96)

2. O discurso e a língua na Análise de Discurso

Tendo em vista as considerações realizadas, gostaria de ressaltar duas grandes consequências provocadas pela divisão “língua e fala” realizada por Saussure. A primeira foi a constituição, de fato, do campo científico da Lingüística a partir da definição de seu objeto de estudo: a língua. A segunda foi um abandono por parte da Lingüística das questões da fala e do sujeito na relação com a língua, isto é, da significação. É nessa direção que Pêcheux afirma que, paralelamente a sua constituição, a Lingüística produz um horizonte teórico que a limita.

[...] se a lingüística se constitui como ciência (primeiro sob a forma da fonologia, depois sob a forma da morfologia e sintaxe), foi precisamente no interior de um constante debate sobre a questão do sentido, sobre a melhor forma de banir de suas fronteiras a questão do sentido. (Pêcheux, [1975]1988, p. 88)

Dessa forma, uma teoria materialista do discurso que pretenda dar conta da relação do sujeito com aquilo que o representa e o constitui não pode abandonar a questão da significação. Para Pêcheux ([1975] 1988), a tese “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” só pode ser explicada pela relação discurso e ideologia. É essa a tese que me parece ser determinante na definição do conceito de discurso como o ponto de encontro entre a língua e a ideologia e onde faz efeito a noção de um sujeito descentrado.

Segundo Pêcheux, os sentidos não se encontram fixados *a priori*, mas são produzidos em um determinado momento histórico. A significação de uma palavra, de uma expressão não apresenta um sentido que lhe é próprio, preso a uma literalidade, mas é produto de um processo de determinação histórico-social.

[...] as palavras, as proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que numa formação ideológica, isto é, a partir de uma posição dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). (Pêcheux,[1975] 1988, p.160)

Com efeito, não há língua sem sujeito, ou melhor, não há funcionamento lingüístico que não pressuponha a existência de um sujeito constituído por um processo histórico. O sujeito recebe como evidente o sentido que ouve, diz ou escreve sem se dar conta que há aí um processo de interpelação de natureza discursiva/ideológica e subjetiva que o coloca como origem, como causa de si. Disso decorre que, na teoria, o discurso deve ser considerado como o lugar de contato entre a língua, a ideologia e o inconsciente. É a apreensão da existência de uma materialidade lingüística nos processos discursivos que constituem um sujeito que possibilita o reconhecimento da relação discurso/ língua/inconsciente.

Para a Análise de Discurso, um discurso não pode ser interpretado senão a partir de uma referência a critérios inscritos na língua. Mais precisamente, segundo Orlandi (2000, p. 22), “as sistematicidades lingüísticas são as condições de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. A língua é assim condição de possibilidade do discurso”. Daí a referência de Pêcheux ao sistema lingüístico enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas as quais constituem o objeto da Lingüística e nas quais se dão os processos discursivos.

[...] todo sistema lingüístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Lingüística. É, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não como expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva etc., que utilizaria “acidentalmente” os sistemas lingüísticos. (Pêcheux, [1975] 1988, p. 91)

Assim, para Pêcheux, falar em discurso significa falar da língua enquanto base comum de processos discursivos diferenciados, lugar material no qual se realizam os efeitos de sentido. A língua enquanto sistema, para a Análise de Discurso, é considerada da ordem do necessário, pois possibilita atingir o repetível explicitando as regularidades que comandam o funcionamento da linguagem desde que remetida a sua exterioridade.

Procurando refletir a relação língua e discurso, Orlandi afirma:

A nível da língua como sistema (absolutamente) autônomo, o funcionamento só nos permitiria atingir o repetível forma, ou seja, nesse nível só poderíamos explicitar as regularidades que comandam formalmente o funcionamento da linguagem: as sistematicidades sintáticas, morfológicas. Para compreendermos o funcionamento do discurso, isto é, para explicitarmos suas regularidades, é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade, ou seja, compreendermos a sua historicidade, pois o repetível a nível do discurso é histórico e não formal. (Orlandi, 1996, p. 28-29)

Faz-se necessário ressaltar que a crítica empreendida por Pêcheux a uma Lingüística que exclui as questões do sujeito e do sentido não implica o abandono da obra de Saussure. Na verdade, o movimento apresentado pela Análise de Discurso, inicialmente a partir de

Pêcheux, será o de retomar o conceito de língua formulado por Saussure e, ao mesmo tempo, operar um deslocamento que o possibilite trabalhar a questão do sujeito e do sentido.

Veremos assim que a caracterização do estruturalismo de Pêcheux passa necessariamente pelo reconhecimento do ato inaugural de Saussure, operando sobre o que o excede. Podemos com isto supor que se trata aqui de tomar o gesto fundador como necessário para a própria constituição do campo científico onde se recortará o objeto discurso. Estabelecer a relação entre o objeto língua – este invariante sempre pressuposto – e os mecanismos discursivos constituirá grande parte dos esforços de Pêcheux no campo da Linguística. (Leite, 1994, p.123)

Para Orlandi (2000), se a afirmação da Linguística quanto à “não-transparência da linguagem” foi de fundamental importância para a constituição de seu objeto próprio — a língua —, por outro lado, a Análise de Discurso, tendo como pressuposto o materialismo histórico, pensa a língua não apenas como estrutura, mas como acontecimento. Dito de outra forma, a Análise de Discurso compreende a língua:

[...] não só como estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. (Orlandi, 2000, p. 19)

Em suma, insistir quanto à existência de uma marca saussureana na formulação do conceito de língua apresentado pela Análise de Discurso, como base material do discurso, só se configura como válido desde que nos possibilite uma maior compreensão das relações estabelecidas entre língua e discurso em uma teoria materialista do discurso.

Conforme tenho observado, com respeito à concepção geral de língua apresentada pela Análise de Discurso, esta recorre ao conceito de funcionamento discursivo. É importante perceber que tal posição teórica mostra, por um lado, o reconhecimento da questão fundamental sobre a qual se sustenta a Linguística moderna a partir de Saussure — a língua é um sistema — e, por outro, a necessidade de um deslocamento no próprio conceito de língua, incluindo aí o sujeito que a habita.

De fato, que relação existe entre os processos discursivos e a língua, do ponto de vista da teoria do discurso? A perspectiva de conjunto é a seguinte: estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido. Esta materialidade específica da língua remete à idéia de funcionamento (no sentido saussuriano), por oposição à idéia de função. (Pêcheux, [1969] 1990 a, p. 172)

Uma outra contribuição da obra saussureana presente na concepção de funcionamento discursivo apresentado pela Análise de Discurso, materializando a leitura de Pêcheux sobre a teoria do valor, é o conceito de efeito metafórico, através do qual é possível pensar um sujeito que desliza sobre seu dizer repetindo o mesmo quando supõe dizer diferente. Por meio desse funcionamento, pode-se observar, de forma aparentemente paradoxal, tanto uma repetição do idêntico através de formas diversas, quanto o rompimento do círculo da repetição (Pêcheux, [1982] 1990b). Ou seja, mesmo sofrendo uma substituição contextual, o enunciado na relação com o restante da cadeia desliza, retorna e repete, e, neste momento, o irrealizado irrompe (Pêcheux, 1990b).⁴⁹ Nesse sentido, lembro que, segundo

⁴⁹ E em relação a esse aspecto, vale lembrar que o conceito de repetição é trabalhado por Lacan no *Seminário XI*, junto ao conceito de inconsciente, e é considerado como um dos quatro conceitos fundamentais da Psicanálise. Lacan apresenta uma nova concepção de repetição: de um lado, o automatismo da repetição — *automatôn* — e, do outro, o encontro sempre perdido — *tiquê* — do lado da pulsão, o objeto *a* remetendo ao real impossível e, como tal, inassimilável.

Orlandi (2000, p. 53): “O equívoco, o *non-sens*, o irrealizado tem no processo polissêmico, na metáfora, o seu ponto de articulação”.

De fato, o reconhecimento dos efeitos metafóricos e metonímicos no processo de interpelação/constituição do indivíduo em sujeito pode ser considerado como um dos eixos norteadores de toda a obra de Pêcheux.⁵⁰

E acrescentaremos que levar até as últimas conseqüências a interpelação ideológica como ritual supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: “uma palavra por outra” é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho. (Pêcheux, 1990b, p. 17)

É o conceito de efeito metafórico, de deslize, que nos possibilita pensar no discurso como região do equívoco, pois, conforme afirma Pêcheux: “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, [1984] 1997, p. 53).

Na Análise de Discurso, a relação língua e discurso pode ser compreendida da seguinte forma: “[...] a língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história” (Pêcheux, [1982] 1994, p. 63). É, portanto, a consideração do sujeito em sua relação com os inúmeros deslizamentos de sentidos que possibilita à Análise de Discurso a inclusão de um não-sistemático na teoria. O reconhecimento de uma relação sujeito e discurso rompe com os

⁵⁰ Ainda que não nos detenhamos sobre tal ponto, deve-se ressaltar a importância de Roman Jakobson em relação à elaboração desse conceito. Essas elaborações também são incorporadas por Pêcheux à Análise de Discurso.

princípios de unicidade e totalidade e considera no discurso algo da ordem do real, da ordem do equívoco.

Já em relação à clássica distinção/oposição realizada por Saussure entre língua/fala, Pêcheux, sem se deter na simples diluição de tal oposição, volta seu olhar para o pólo menos desenvolvido por Saussure: a fala. Em relação a esse aspecto, é necessário cautela, visto que tal afirmação não possibilita afirmar que o termo discurso seja apenas uma substituição do conceito de fala saussureano. Para a Análise de Discurso, o conceito de discurso implica a existência de um sujeito que habita e é habitado pela língua e que, portanto, não se reduz à fala. Vejamos o que diz Pêcheux:

[...] a discursividade não é a fala (parole), isto é, uma maneira individual “concreta” de habitar a abstração da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão processo discursivo visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (parole) juntamente com o antropologismo psicologista que ela veicula. (Pêcheux, [1975] 1988, p.91)

Na verdade, é a utilização da teoria do valor por Saussure, em relação à língua, que permite Pêcheux *re-significar* o conceito de fala saussureana, e essa reformulação considera a existência de um sujeito do discurso marcado pelos efeitos da história e do inconsciente, rompendo com a identificação do indivíduo ao subjetivo. E, por falar em sujeito, qual é o sujeito pressuposto pela Análise do Discurso? Que tipo de relações ele estabelece com o discurso? E com a língua, qual a relação aí estabelecida? Como fica a relação do sujeito ideológico com o sujeito do inconsciente?

O sujeito na Análise de Discurso apresenta uma especificidade, na medida em que rompe com a tradição idealista de um sujeito concreto individual e passa a ser considerado como sujeito histórico cuja constituição se dá a partir de sua interpelação pela ideologia. Há,

na obra de Pêcheux, uma verdadeira recusa a uma noção de sujeito da língua neutralizado. Para ele, a tese “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito” permite compreender o fato de que o aparecimento do termo sujeito é contemporâneo ao termo ideologia. Nessa perspectiva, a categoria sujeito é constitutiva da categoria ideologia.

Essas considerações me permitem pensar que, embora o sujeito suposto pela Análise de Discurso seja considerado como efeito de um processo inconsciente de interpelação, há aí o predomínio de uma determinação histórico-ideológica. Entretanto, nesse ponto, é preciso cautela, pois nos parece ser necessário problematizar os processos ideológicos de imposição/dissimulação dos sentidos que constituem, na teoria, um indivíduo em sujeito. Processos que apresentam uma relação entre discurso/ideologia/inconsciente.

O processo interpelação—identificação, através do qual o indivíduo é constituído em sujeito, dá-se por via de um “processo do significante” que inclui os efeitos de “pré-construído” e efeito de “sustentação”.

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito); essa identificação imaginária, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita acima), enquanto “pré-construído” e “efeito de sustentação” que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (Pêcheux, [1975] 1988, p. 163)

Vale ressaltar que esse processo — interpelação—identificação — só é possível mediante sua dissimulação. Pêcheux denomina de “ilusão subjetiva do sujeito” o fato a partir do qual o sujeito, ignorando as determinações históricas e ideológicas que marcam sua

existência, acredita ser a fonte e a origem de seus sentidos, de suas verdades e de seus desejos. Na teoria, tal ilusão é explicada pelo conceito de esquecimento. Acreditando-se senhor de seu dizer e de sua vontade, o sujeito nada mais faz do que repetir os sentidos presentes em uma determinada formação discursiva.

Com efeito, é o conceito de esquecimento como aquilo que possibilita a imposição/dissimulação dos sentidos que constituem o sujeito que promove uma articulação do ideológico e a região do inconsciente.⁵¹ Esse conceito permite ainda considerar, na constituição do sujeito do discurso, a presença de um funcionamento inconsciente que o atravessa.

Recusando a autoria de uma teoria de natureza determinista em que os efeitos do assujeitamento da interpelação ideológica signifiquem “um ritual ‘sem’ falha”,⁵² Pêcheux ([1975] 1988, p. 300) esclarece:

[...]o fato de que o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca é inteiramente* recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos [...] mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma “pulsação” sentido/*non-sens* do sujeito dividido.

⁵¹ Acredito ser importante destacar o fato de que, se o conceito de inconsciente considerado por Pêcheux no decorrer de sua obra refere-se, primordialmente, à primeira tópica freudiana na qual se privilegia a teoria do recalque, isso não significa abandonar no decorrer de sua obra os efeitos da leitura lacaniana. Por exemplo, no *Seminário XI, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, ao apresentar os conceitos de repetição e de inconsciente Lacan precisa a relação língua e inconsciente a partir do conceito de significante. Efeitos possíveis de serem observados, por exemplo, no anexo 3 do livro *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* e cujo título é “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”. Afirma Pêcheux: “Só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se ‘manifesta’ incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non sens* do sujeito dividido” ([1975] 1988, p.300).

⁵² “Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, ‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso” (Pêcheux, [1975] 1988, 301).

3. Psicanálise e Análise de Discurso

Todo o processo de elaboração da Análise de Discurso é marcado pelo desejo de Pêcheux de construir uma teoria materialista do discurso que seja caracterizada por uma dimensão não-subjetiva da subjetividade. Construção teórica que possa apreender e designar os processos ideológicos de imposição/dissimulação que constituem o sujeito a um só tempo. Essa teoria é explicitada por ele como devendo ser atravessada por uma teoria do sujeito de natureza psicanalítica. Para Pêcheux, é a tese “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” que pode esclarecer a relação entre inconsciente e ideologia, na medida em que relaciona constituição e esquecimento.

Segundo Henry:

Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social. [...] Nesta tentativa, ele queria se apoiar sobre o que lhe parecia já ter estimulado uma reviravolta na problemática dominante das ciências sociais: o materialismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir da releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu “retorno a Freud”. (Henry, 1990, p. 14)

Definir o papel da Psicanálise enquanto articuladora das três regiões do conhecimento consideradas no quadro epistemológico da teoria, bem como remeter a Freud e a Lacan “através de seu retorno a Freud”, não resolveu a questão de um sujeito do discurso e de sua relação com uma “teoria subjetiva de natureza psicanalítica”. Em relação a essa

questão, Pêcheux afirma em seu artigo “Discurso: estrutura ou acontecimento?” ([1984] 1997).

A evocação de alguns nomes próprios (Saussure, Wittgenstein, Foucault, Lacan ...) ou mesmo a menção a campos do real (a história, a língua, o inconsciente ...) não são suficientes para caracterizar uma posição de trabalho. (Pêcheux, [1984] 1997, p. 18)

Nesse sentido, é em relação ao conceito de língua apresentado por Pêcheux que, neste trabalho, concebo a relação Análise de Discurso e Psicanálise.

Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos lingüistas como a condição de existência (de princípio), sob a forma de existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan. (Pêcheux, [1984] 1997, p. 50)

De fato, a definição do conceito de língua “sob a forma de existência do simbólico, no sentido de Jakobson e Lacan”, apresenta algumas questões que me parece fundamental para refletirmos sobre a articulação entre a Análise de Discurso e a Psicanálise. Para Lacan, língua é “o que o inconsciente pratica para que a verdade de um sujeito fale no domínio das palavras”. Essa afirmação, por precisar a relação língua, inconsciente e verdade, parece-me apontar para um sujeito que, ao ser capturado pela língua, diz de sua verdade sem que a ela tenha acesso.

Na primeira parte do *Seminário XI*, Lacan procura abordar os conceitos de inconsciente “freudiano” e repetição, reafirmando a relação língua e inconsciente.

No sonho, no ato falho, no chiste – o que é que chama atenção primeiro? É o modo de tropeço pelo qual eles aparecem. Tropeço, desfalecimento, rachadura. Numa frase pronunciada, escrita, alguma coisa se estatela. Freud fica siderado por esses fenômenos, e é neles que vai procurar o inconsciente. Ali, alguma coisa quer se realizar – algo que aparece como intencional, certamente, mas de uma estranha temporalidade. O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do termo produzir-se, se apresenta como um achado. É assim, de começo, que a exploração freudiana encontra o que se passa no inconsciente. ([22/01/64] 1988, p. 29-30)

Para De Lemos (1998), é a partir do retorno a Freud que Lacan faz do significante de Saussure uma referência para recuperar e ler a função da fala e da linguagem na obra de Freud, o que lhe permite a formulação do axioma “o inconsciente é estruturado como linguagem”. Releitura que se dá por intermédio da substituição do signo pelo significante, levando-se em conta a existência de uma estrutura na qual os termos — significantes — são considerados em relação à posição que ocupam na cadeia significante.

Não há dúvida de que o conceito de cadeia significante elaborado por Lacan se diferencia do conceito de sistema formulado por Saussure e do de estrutura de Jakobson, tendo em vista que há aí a presença de um sujeito. Lembro que, para Lacan ([1961-1962] s.d.), “significante é o que representa um sujeito para outro significante”. Nessa perspectiva, o conceito de língua inclui a presença de um sujeito do desejo que faz da língua sua morada. Língua compreendida enquanto espaço do lapso, do ato falho, do equívoco, do impossível de ser dito.

O inconsciente, a partir de Freud, é uma cadeia de significantes que em algum lugar (numa outra cena) ele se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo e na cogitação a que ele dá forma. (Lacan, [1960] 1998e, p. 813)

Foi com o objetivo de pensar na língua a existência de um impossível de ser dito, lugar no qual o real do equívoco da língua é objetivado, que Lacan criou o termo alíngua. Alíngua é ainda aquilo que pressupõe por um único movimento o fato de existirem língua (enquanto sistema) e inconsciente, ponto onde língua e desejo se encontram, consistindo numa articulação significativa. Para Lacan, a ancoragem do desejo se dá no significante.⁵³

Um outro conceito através do qual penso ser possível pensar a relação *Análise de Discurso e Psicanálise* é o de “autonomia relativa da língua”, formulado por Henry (1992). Para ele, todo discurso é determinado tanto pelas formações ideológicas que o relacionam a formações discursivas, quanto por uma autonomia da língua (sistema lingüístico).

A noção de autonomia relativa da língua caracteriza a independência de um nível de funcionamento do discurso em relação às formações ideológicas que se articulam, nível de funcionamento relativamente autônomo de que a lingüística faz teoria. O conceito que permite pensar este nível de funcionamento é aquele de língua (*langue*). (Henry, 1992, p. 58)

Tal afirmação possibilita refletir sobre o que significa considerar uma autonomia relativa da língua em uma teoria do discurso no qual os critérios escritos na língua devem ser compreendidos na dependência de mecanismos discursivos. Com efeito, conceber a existência de uma autonomia da língua diante do processo de uma determinação histórica implica o reconhecimento daquilo que lhe é próprio. Há aí algo que fura, algo que escapa. Espaço do real, espaço do equívoco.

⁵³ Em relação a essa questão, acredito poder me reportar ao *Seminário V, Formações do Inconsciente* — ([1957-1958] 1999), quando Lacan apresenta pela primeira vez o “grafo no inconsciente”, para explicar a produção do famoso chiste do “familiarão” apresentado por Freud. Nesse seminário, Lacan, ao definir o desejo como uma metonímia, estabelece o significante enquanto o elemento no qual este se ancora. O desejo aparece como um efeito da articulação significativa (um envia a outro) e como efeito do significado da cadeia de significantes em que se encontra situado.

Donde eu concluiria que a autonomia relativa da língua é o fundamento da relação entre sujeito e desejo assim como entre sujeito e ideologia, mesmo se essas duas dimensões do sujeito, enquanto efeito material, são irreduzíveis uma à outra. O sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação. (Henry, 1992, p. 188-189)

Nos últimos trabalhos, Pêcheux afirma⁵⁴ a necessidade de reconhecer, no processo entre descrição e interpretação, a existência de um “real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua”. Língua que suporta o equívoco, a elipse, o não-idêntico. Essa afirmação me parece se aproximar do conceito de “alíngua” formulado por Lacan. De fato, mesmo considerando suas especificidades, de forma geral, tanto a Análise de Discurso quanto a Psicanálise concordam que o “real da língua” aponta para um impossível de ser dito e que se apresenta na forma do equívoco, na dimensão do não-idêntico. Nesse sentido, tanto para a Análise de Discurso como para a Psicanálise tudo que produz duplo sentido, homofonia, homossemia, horografia faz parte do real da língua (Milner, 1987).

Como afirma Pêcheux, a maneira de trabalhar da Análise de Discurso, considerando a relação descrição/interpretação, impõe certas exigências e, dentre elas, uma pesquisa lingüística capaz de levar em conta o “fato estrutural do equívoco”. Com efeito, interpretar é, pois, estar sujeito ao equívoco.

Isto obriga a pesquisa lingüística a se construir procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente o fato lingüístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. Isto é, a necessidade de

⁵⁴ Pêcheux e F. Gadet também apresentam o mesmo argumento em *La langue introuvable*. Paris: Maspero, 1981.

trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais”. (Pêcheux, [1975] 1988, p.51)

É tendo em vista tal afirmação que penso na proposta de Orlandi, que já há algum tempo tem se debruçado na construção de um dispositivo de interpretação fundado na noção de efeito metafórico.

4. Procedimentos e dispositivos

Dando continuidade ao trabalho de Pêcheux, Orlandi tem feito da Análise de Discurso uma disciplina cada vez mais voltada para as questões de interpretação, considerando o efeito metafórico como lugar da interpretação, da ideologia e da historicidade (2000, p.80) . Disso decorre a construção de um dispositivo teórico e de um dispositivo analítico que levam em conta o fato estrutural do equívoco e desnaturalizam a relação palavra—coisa, assim como colocam o sujeito do conhecimento como parte do conhecimento que produz e não fora dele.

Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio do simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (2000, p.26)

Acredito ser importante lembrar ainda que, para a Análise de Discurso, compreender o equívoco, o efeito metafórico, a falha como próprio do sujeito implica considerar a relação da língua com o inconsciente e a ideologia, ou seja, o inconsciente e a ideologia encontram-se materialmente ligados, e essa ligação se faz tendo a língua como lugar comum. É nesse sentido que toda e qualquer interpretação esclarece a relação ideologia e inconsciente (Orlandi, 1996).

Porque o espaço da interpretação é o espaço do possível, da falha, do efeito metafórico, do equívoco, em suma: do trabalho da história e do significante, em outras palavras, do trabalho do sujeito. (1996, p. 22)

Procurando refletir sobre a necessidade de uma explicitação dos gestos de interpretação que relacionam e constituem sujeito e sentido a um só tempo, Orlandi tem estabelecido importantes diferenças entre alguns conceitos, por exemplo: inteligibilidade, interpretação e compreensão. Segundo ela, se a inteligibilidade refere o sentido à língua, a interpretação remete ao co-texto e ao sentido imediato. Já a compreensão é mais que isso:

Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música, etc) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já se está preso a um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem. (2000, p. 26)

Sem esquecer, como diz Pêcheux, que sempre estamos no batimento entre a descrição e a interpretação, segundo Orlandi, a compreensão refere-se a esse batimento em que a

descrição comparece.⁵⁵ Isto posto, a *Análise do Discurso* visa à compreensão como um objeto simbólico investido de significância por um sujeito e não por outro, porque um sujeito é constituído por determinados sentidos e por outros não. Conceito que recoloca em pauta a noção de funcionamento.. Trabalhando com o conceito de não-transparência da linguagem e considerando a materialidade do processo de significação, Orlandi tem procurado pensar os modos como se organizam os sentidos.

Considera que o sujeito não é origem de seu dizer e que a linguagem é múltipla, não havendo sentido sem possibilidade de deslize, o que necessariamente implica o equívoco como “o próprio da língua” significa pensar na produção de uma escuta.

Por isso a *Análise de Discurso* se propõe a construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse “saber” que não se aprende, não se ensina, mas que produz seus efeitos. [...] considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária. Isso porque [...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras. (2000, p. 43)

A questão é que, para a *Análise de Discurso*, o sujeito, afetado pela ideologia e pelo inconsciente, filia-se a “redes de sentidos”, sem , no entanto, saber como isso acontece. Daí a afirmação de Pêcheux de que o sujeito “não é origem de seu dizer”.

⁵⁵ Observação realizada por Eni P. Orlandi em encontros destinados à orientação da tese.

4.1. Dispositivo teórico, dispositivo analítico

Segundo Orlandi (2000), os procedimentos da Análise de Discurso sustentam-se na noção central, o conceito de funcionamento, visto que é a partir deste que o analista poderá observar os processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos. Serão os conceitos de paráfrase e de metáfora que permitirão um certo grau de operacionalização da análise a ser realizada.

Conforme vimos anteriormente, para Pêcheux (1990b), o efeito metafórico é um fenômeno de natureza semântica produzido por uma substituição contextual, lembrando tanto do sentido designado por x como por y. Assim sendo, tal definição do efeito metafórico permite-nos pôr em relação discurso e língua, objetivando, na análise, o modo de articulação entre estrutura e acontecimento. Todo e qualquer processo de produção dos sentidos encontra-se sujeito ao deslize, à falha, ao equívoco, havendo sempre a possibilidade de que um “outro” aí se constitua.

Em *O discurso: estrutura e acontecimento* ([1984] 1997, p. 53), Pêcheux afirma:

Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação [...] é nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

Por outro lado, existem relações de múltiplas e diferentes naturezas entre um mesmo ou diferentes discursos e isso também é objeto de análise: “relações de exclusão, de inclusão, de sustentação mútua, de oposição, migração de elementos de um discurso para o outro, etc”. Na busca de um rigor cada vez maior que possibilite ao sujeito uma leitura “não subjetiva dos dados”, Orlandi tem proposto-se a construção de um dispositivo de análise, ou melhor, um dispositivo de interpretação.

Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não-dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (2000, p. 59)

É através dos conceitos de dispositivo teórico e dispositivo analítico da Análise de Discurso que Orlandi tem procurando sistematizar um artefato teórico que forneça ao analista condições de apreensão da forma material do texto a ser analisado, de modo a desfazer a ilusão de uma interpretação já dada, sempre “única” e “verdadeira”. O dispositivo teórico da interpretação objetiva “mediar o movimento entre descrição e a interpretação” e “apresenta como suporte teórico os princípios gerais da Análise de Discurso”. Quanto ao dispositivo analítico, este é compreendido como construído singularmente pelo analista a cada análise. A definição pelo analista do seu dispositivo analítico tem a ver com a questão por ele formulada, ou seja, com a pergunta que ele se apresenta e o campo teórico em que vai interpretar os resultados da análise material.

4.2. Marcas e propriedades

Para a Análise de Discurso, o dizer não é propriedade particular do sujeito, mas significa pela história e pela língua. O que é dito, é dito também em outro lugar que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.

Os dizeres não são [...] apenas mensagens a serem decodificadas [...]. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no

modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. (2000, p.30)

Com efeito, cabe ao analista a necessidade de reconhecer e defrontar-se com toda uma série de indícios e pistas inscritos no discurso e que trazem consigo a história do sujeito. Todavia, não são as marcas formais que interessam ao analista, mas o modo como se inscrevem no discurso. Daí o interesse do analista pela forma material, “que é a forma encarnada na história para produzir sentidos” (Orlandi, 2000, p.19) e que lhe permite chegar às propriedades discursivas.

Em suma, neste trabalho, foi a partir dos procedimentos formulados pela Análise de Discurso e, no interior destes, dos dispositivos teóricos e analíticos que uma escuta de Marina, mãe de Catarina, se fez possível. Interpretação cujo suporte não colocou em jogo um saber referencial, observando uma relação palavra e coisa, mas um saber inscrito na língua e cujas marcas indicavam a presença de uma mulher dividida que sabia sem saber que sabia, dizia de sua verdade sem que a esta tivesse acesso.

Nesse ponto, finalizo com a afirmação de Lacan em “A coisa freudiana, ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise” ([1955] 1998b p. 410):

Mas, para que me encontreis onde estou, vou ensinar-vos por que sinal reconhecer-me. Homens, escutai, eu vos dou o segredo! Eu, a verdade, falo.

CAPÍTULO V

UM ESTUDO DE CASO:

CATARINA: ENTRE A MÃE E A MULHER

Introdução

Se a escolha do problema a ser compreendido nesta tese foi definido inicialmente a partir de uma escuta anterior de pais e mães denunciados ao Conselho Tutelar, em Goiânia por atos de abuso físico em relação aos filhos, ao longo do trabalho, redefino a questão a ser investigada e disponho-me a pensar a existência de uma criança-objeto numa sociedade regida pelo “discurso do capitalista”, postulando aí o declínio do Nome-do-Pai.

Com a mudança de rumo e uma conseqüente redefinição dos caminhos a percorrer, uma primeira decisão a ser tomada colocava em causa a relação particular/universal. Certa de que os conceitos psicanalíticos na leitura de um fenômeno social demarcam a reflexão de que “não existiria uma psicanálise do individual e outra aplicada ao sintoma social. Pois o sintoma é sempre social” (Calligaris, 1991a, p. 12), pude optar por trabalhar com apenas um estudo de caso. Foi também outra afirmação de Calligaris (1991a, p. 12), em *Clínica do social* — “o que chamamos de individual, a singularidade, é sempre o efeito de uma rede discursiva, que é a rede mesma do coletivo” —, que me possibilitou *escutar* o caso de Marina e Catarina,⁵⁶ considerando-o como laço social, índice de uma subjetividade contemporânea.⁵⁷

⁵⁶ Os nomes apresentados no estudo de caso são fictícios.

⁵⁷ Lacan([1969-1970] 1992) afirma no *Seminário XVII* que um sujeito não se encontra determinado por apenas um discurso, mas transita de um discurso a outro com base no

Conforme tenho afirmado, refletir sobre a situação da infância em uma sociedade marcada por uma cultura narcísica implica ter em conta que esta se encontra constituída pelos efeitos de um discurso produtor de um laço social no qual a criança é determinada por um desejo universal, desejo anônimo da cultura. Como exprime Calligaris: “Em um cultura narcísica, o lugar das crianças é crucial. Por serem os representantes forçados de nossos sonhos, elas — e o tipo de amor ou ódio que encontram — revelam imediatamente o momento e o estado de nossa cultura” (1996, p. 213).

Até o momento, tenho ressaltado a existência de um laço social perverso decorrente do “discurso do capitalista”, no qual explora-se a estrutura desejante do sujeito fazendo crer que tudo o que lhe falta poderá ser fabricado pela ciência e oferecido no mercado, até mesmo uma criança. O que, no entanto, não significa supor que, em uma sociedade regida pelo capitalismo, só seja possível a produção desse laço social.

Nesse cenário, recortada pelos mais diversos discursos, a criança, bem como sua família, torna-se objeto de inúmeros saberes, trazendo à tona os desejos e as fantasias de onipotência de nosso tempo. Disso decorre a quantidade de discursos médicos, pedagógicos, psicológicos e jurídicos que procuram intervir na infância, oferecendo saberes objetivos próprios para descrever comportamentos, emitir receitas, aplicar testes, testar conhecimentos e gerar crianças. Em um mundo onde a infância é cada vez mais perdida, a criança mesma se tornou um sintoma, de modo a revelar a verdade de um tempo onde o Outro não existe. De fato, a criança de hoje parece-me nunca ter sido tão odiada e tão amada a um só tempo.

movimento de rotação dos discursos. Assim sendo, não tenho dúvida que, no funcionamento discursivo de Marina, é possível encontrar momentos de mudança de sua posição subjetiva em virtude de sua passagem pelos outros discursos: mestre, histórica, universitário e analista. Entretanto, em razão da proposta apresentada neste trabalho, vou me deter nos efeitos materiais produzidos em seu dizer, que penso serem determinados essencialmente pelo discurso do capitalista.

É em torno dessa sintomática que, no interior da família contemporânea, observo um deslocamento da posição da criança, que deixa de ser concebida como metáfora do amor dos pais, tornando-se metonímia do falo que a mãe não tem, sob a forma de objeto-fetiche. O que não quer dizer que, mesmo como metáfora, seu corpo não possa se oferecer como forma de gozo que anima seus pais. Aliás, conforme afirmou Lacan ([1969] 1998g), é justamente pela possibilidade que os pais têm de recuperar o gozo perdido às custas da criança que ela pode tornar-se o sintoma também do casal parental.

É diante da certeza que o caso de Marina e Catarina revela um laço social perverso, no qual a segunda — produto de um desejo anônimo, formulado por Marina, sua mãe — comparece como objeto de gozo, que decidi deter-me especialmente nele. Durante as três entrevistas realizadas com a mãe, denominada no processo como “agressora”, deparei-me com Marina, uma *pequena* moça de 18 anos incapaz de nomear a também *pequena* Catarina. Depois de horas de entrevista, apenas “minha nenê” ou “minha filha” compareciam.⁵⁸

1 Escutar ... escutar ... descrever ... interpretar ...

De minha relação inicial com a Análise de Discurso marcaram-me as afirmações de Pêcheux: — “[...] a questão da constituição do sentido junta-se à da constituição do sujeito” (1988, p.153-154), — e de Orlandi —: “[...] o sujeito que produz linguagem também esta reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso, quando na realidade, retoma um sentido preexistente” (1987, p. 26). Com certeza, tais observações, ao colocarem em cena a ilusão de um sujeito consciente e intencional, permitiram-me pensar, pela primeira

⁵⁸ Convém observar que, para a realização deste estudo de caso, foram realizadas três entrevistas com Marina, sendo a primeira no local de trabalho e as duas últimas em sua residência. Nesse momento, sob medida provisória, Catarina já não se encontrava em companhia de sua mãe, mas com o pai. Na última entrevista, a guarda de Catarina já havia sido transferida definitivamente para o pai.

vez, em um dividido, *des-centrado*, constituído pelo discurso do Outro.⁵⁹ As noções de incompletude, não-transparência e equívoco possibilitaram-me ir para além dos sentidos e das significações ditas dominantes, considerando ainda um “impossível a ser dito”.

De minha relação inicial com a Psicanálise, estabelecida logo no início do doutorado, guardo a lembrança do lugar concedido por Freud à escuta das histéricas. Marcou-me sua acolhida ao reclame desejante de Emmy Von N. (Freud, [1893-1895] 1990) de que a ela cabia falar de seus desejos, e a ele, por sua vez, escutá-la. Demanda de escuta que, ao ser devidamente atendida, possibilitou a Freud a descoberta do inconsciente. Com efeito, foi por sua capacidade de suportar a interrogação das histéricas quanto a seus enigmas presentificados em seus corpos, compreendendo-os como verdade a ser ouvida, que Freud pode construir um saber pronto a dizer dos impasses do inconsciente na língua.

Interpretação dos sonhos (1900), *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901), *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905): leituras iniciais que me permitiram atentar aos esquecimentos, aos silêncios, às pontuações, às pausas e às rupturas do discurso que vão do ato falho ao sintoma, passando pelos giros retóricos que, para além de falhas, erros ou imprecisões, marcam na língua a verdade de um sujeito que não se sabe a si mesmo.

No *Seminário XI*, ao abordar a relação entre o inconsciente “freudiano” e a linguagem, Lacan ressaltou:

Tropeço, desfalecimento, rachadura. Numa frase pronunciada, escrita, alguma coisa se estatela. Freud fica siderado por esses fenômenos, e é neles que vai procurar o inconsciente. Ali, alguma outra coisa quer se realizar – algo que aparece como intencional, certamente, mas de uma estranha temporalidade. O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do

⁵⁹ Lembro-me aqui especialmente da escrita da minha dissertação de mestrado, *Vidas silenciadas — a violência para com crianças e adolescentes na sociedade brasileira: uma análise de discurso*, cuja temática abordou “os meninos de rua de Goiânia”. Momento em que, seduzida pela dimensão plástica e múltipla da linguagem, início uma trajetória que coloca em questão o sujeito dividido. Do sujeito consciente ao sujeito *des-centrado*, posteriormente, sujeito do desejo, um percurso se iniciava...

termo produzir-se, se apresenta como um achado. É assim, de começo, que a exploração freudiana encontra o que se passa no inconsciente. ([22/01/1964], 1988, p.30)

Pondo-se a escutar Freud, Lacan pôde em sua obra fazer do significante de Saussure uma referência para recuperar e ler a função da fala e da linguagem na relação com a verdade do sujeito, presente na obra do mestre. Desse retorno a Freud, Lacan formulou o axioma “o inconsciente é estruturado como linguagem”. Foram as elaborações realizadas a partir de tal axioma que o levaram a afirmar: “Mas, para que me encontreis onde estou, vou ensinar-vos por que sinal reconhecer-me. Homens escutai, eu vos dou o segredo! Eu, a verdade, falo”. (Lacan, [1955], 1998b, p. 410)

Caminhando um pouco mais no tempo, no *Seminário XX*, Lacan afirmou:

No discurso analítico, só se trata disto, do que se lê e tomando como o que se lê para além do que vocês incitaram o sujeito a dizer, que não é tanto, como sublinhei da última vez, dizer tudo, mas dizer não importa o quê, sem hesitar em dizer besteiras. ([09/01/73], 1985, p. 36)

É o reconhecimento de que o inconsciente pode ser lido, pois tem estrutura de linguagem, que me possibilitou ouvir Marina, sem um roteiro pré-elaborado, de forma que uma rede de associações pudesse ser ali estabelecida. Incitada a dizer sobre o acontecido com Catarina, Marina — inscrita na simultaneidade de um batimento, de uma “pulsação” sentido/ *non-sens* (Pêcheux, [1975] 1988, p. 300) — percorre um tortuoso caminho: enuncia, rompe, silencia, tosse, ri e ... equivoca-se em direção a um impossível de ser dito. Tal impossível, próprio ao real da língua, produz um movimento de retorno, sempre ao mesmo lugar. No

dizer de Lacan, *alingua*: “espaço onde o desejo se espelha e o gozo se deposita” (Milner, 1987, p. 8).

Isto posto, mesmo sabendo do risco de uma interpretação que não comporte a dimensão de uma escuta clínica, penso estar sustentada pelo princípio da associação livre e suportada pelo axioma “o inconsciente é estruturado como linguagem”. Se assim é, parto da existência de uma lógica significante que repete, que retorna e não cessa de se escrever. E o que se repete, “o que insiste a se fazer reconhecer, ensina-nos Freud, não está expresso, mas recalcado” (Lacan, *apud* Lachaud, 1997, p. 233). E quanto a essa lógica inconsciente complementa Pêcheux: “[...] ela se ‘manifesta’ incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non sens* do sujeito dividido” ([1975] 1988, p.300).

Mas, se em relação ao inconsciente, ressalto um “não cessar de se escrever” situado por Lacan no *Seminário XI*, como *autômaton*, faz-se necessário também assinalar a *tiquê* como “o que não cessa de não se escrever”, supondo aí um núcleo do real ([12/02/64], 1985), pois conforme destaca Lacan: “O sujeito em sua casa, a rememoração da biografia, tudo isso só marcha até um certo limite, que se chama o real” ([05/02/64], 1988, p. 51). É por supor esse núcleo do real, presente na experiência da Psicanálise, que acredito poder escutar, descrever e interpretar pelo menos alguns dos muitos traços que “sobredeterminaram” o corpo e a carne de quem me propus a ouvir.

No processo de interpretação dos enunciados, lembrava-me do *Seminário XX*:

Que se diga fica esquecido detrás do que se diz no que se ouve. No entanto, é pelas conseqüências [...] do dito que se julga o dizer. Mas o que se faz do dito resta aberto. ([19/12/72], 1985, p. 26)

Enfim, foi diante da certeza de que resta sempre um impossível a se apreender, um impossível a se dizer — também pressuposto pela Análise de Discurso — que acreditei ser possível uma interpretação.

2. Marina e Catarina: o caso

A história de Catarina foi amplamente divulgada nos jornais e noticiários da TV e comoveu a cidade de Goiânia. Com apenas dez meses de idade, ela foi agredida pela mãe, ficou cega e com o lado esquerdo paralisado. Por pura contingência, o caso de Catarina só veio a público em virtude de uma reportagem realizada *por acaso* no hospital em que ela encontrava-se internada para ser submetida a uma cirurgia. Cabe dizer que, nesse caso, o Conselho Tutelar não foi acionado pelo pai e nem mesmo uma só denúncia contra a mãe de Catarina foi realizada. Assim sendo, o único processo judicial em questão ocorreu na instância do Juizado da Infância e Juventude de Goiânia, para a transferência da guarda de Catarina ao pai. Dessa forma, Marina não foi objeto de nenhum outro tipo de ação judicial e nem tampouco encaminhada a algum tipo de atendimento clínico-terapêutico. De maneira que Marina não pode se implicar com seu ato, simbolizá-lo e mesmo responsabilizar-se por ele.

Convém ressaltar que o laudo médico de Catarina indicou a existência de múltiplas lesões do lado esquerdo da cabeça em diferentes processos de cicatrização. Pelo tipo de lesões apresentadas, pode-se refutar a hipótese de que estas fossem decorrentes de sucessivas quedas, comprovando assim as até então *supostas* agressões.

Mas quem é essa pequena criança, que oferta o real do corpo, ou melhor, seus olhos, como objeto de gozo a esse Outro materno, cujo desejo “não humanizado” por um homem permite que “goze às suas custas” (Sauret, 1998)? Vale dizer que, apesar de seu estado ser

considerado grave, pois houve um comprometimento do nervo óptico, não é irreversível e, portanto, Catarina pode voltar a enxergar a qualquer momento. Tudo depende de sua reação, conforme dizem os médicos. Quer dizer, tudo dependerá da “transmissão” de um desejo que não seja anônimo — seja este efetuado por seu pai ou pelos avós paternos com quem mora hoje —, capaz de produzir em Catarina uma criança-sujeito — “causa de desejo” — constituída por um *olhar* desejante, digo eu.

Catarina é fruto de uma relação de sua mãe com um rapaz casado e pai de duas crianças. Após um namoro rápido, Marina ficou grávida e recorreu ao ex-namorado, que já havia colocado um ponto final na relação. Sem se conformar com o rompimento, não se dando por vencida, Marina passou a caminhar pela rua da casa de Fernando, “exibindo seu barrigão”. Pressionado por Juliana — sua mulher —, Fernando ofereceu dinheiro a Marina para abortar, mas ela o recusou. Sozinha, Marina teve a filha sem o apoio e a assistência do “pai dela”.

Quando Catarina estava com aproximadamente seis meses, Marina procurou novamente Fernando pedindo que ele registrasse a filha. Como Fernando se negou a fazê-lo, Marina exigiu que ele se submetesse a um exame de DNA, ameaçando levá-lo à Justiça. Dizendo não ter dinheiro para o exame, Fernando concordou em registrar Catarina, em comum acordo com sua mulher. Contudo, continuou afirmando que a menina não era sua filha e que só a reconheceu porque não tinha meios financeiros para bancar o exame de DNA. Mesmo assim, a partir desse momento, Catarina passou a ficar com o pai nos finais de semana.

Em um desses finais de semana, Catarina apareceu diferente. Segundo a mãe de Juliana, ficava choramingando e sentia dores ao engatinhar. No domingo, teve uma espécie de convulsão e foi levada pelo pai às pressas ao hospital, de onde só sairia após a realização de uma cirurgia em que uma válvula foi colocada no lado esquerdo de sua cabeça. Como

medida provisória determinada pelo Juizado da Infância e Juventude, Catarina passou a viver com o pai, mesmo antes da transferência definitiva de sua guarda. Assim sendo, a partir daí, não mais retornaria à companhia de sua mãe. Diante das constantes idas de Marina à casa de Fernando com a intenção de ver a filha e dos transtornos provocados por ela, este e a família mudaram-se para endereço ignorado. Nesse momento, Catarina foi confiada aos pais de Fernando.

Longe da filha, Marina começou a frequentar a Igreja Universal do Reino de Deus, na qual tornou-se “professorinha” de crianças e candidata a “obreira”. Em relação à guarda da filha, se, por um lado, Marina postergava sua ida ao Juizado para se informar acerca da decisão judicial, por outro, dizia esperar a volta de Catarina a fim de realizar sua festa de 15 anos.

Abordar o próprio da língua através do equívoco, da elipse, da falta, da metáfora e da metonímia, ambos reconhecidos como “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (Pêcheux, [1984] 1997, p.51), a partir da apreensão de funcionamentos lingüísticos-discursivos, considerando um impossível próprio à língua, permitiu-me a escuta e a interpretação do discurso de Marina. Diante do *corpus* a ser analisado, tomada pelo pânico de não conseguir fazê-lo, confrontei-me com um outro saber. Saber surpresa que teimava em se fazer presente na escuta daquela *pequena* moça-mulher que falava de sua mãe, de seu pai, do pai de sua filha e ... da *pequena* Catarina.

2.1 Catarina e o fantasma da mãe

Pensar na posição de Catarina como sintoma da mãe implica, já de início, tirar efeitos das observações de Lacan em “Duas notas”, pois vimos o quanto faz diferença se a criança enquanto sintoma é remetida ao casal parental ou apenas à subjetividade da mãe.

Lembro que, sem a mediação assegurada pela função paterna, a criança permanece “aberta a todas as capturas fantasmáticas tornando-se sintoma e ‘objeto’ da mãe que não tem outra função senão a de revelar a verdade desse objeto” (Lacan, [1969] 1998g, p. 5).

Quanto a Catarina, acredito que ela se encontra remetida à subjetividade da mãe, inscrita em uma relação dual, visto que a segunda não se fez causa de desejo para Fernando e tampouco ele parece funcionar como metáfora paterna na relação desejante de Marina/Catarina, barrando o gozo materno. Com efeito, considerá-la alienada ao fantasma da mãe implica refletir sobre aquilo que atravessa de geração a geração, sobre aquilo que se herda, sobre o fantasma que se transmite.

Para a Psicanálise, o simples nascimento de uma criança não possibilita a esta o ingresso no simbólico, mas é preciso que, antes de mais nada, haja desejo por parte daqueles que aguardam seu nascimento. Somente o desejo dos pais pode transformar um pequeno pedaço de carne em um sujeito capaz de viver e desejar.

Na “Conferência em Genebra sobre sintoma” em 1975, Lacan assinala:

Sabemos muito bem [...] a importância que teve para um sujeito, quero dizer, para aquele que, no momento em que ainda não era nada, o modo como foi desejado. Existem pessoas que vivem sob esse peso, e isso se manterá longo tempo em suas vidas, o peso do fato de que um dos pais — não preciso qual deles — não as tenha desejado. (Lacan, 1998h, p. 9)

No discurso de Marina, pleno de mal-entendidos,⁶⁰ encontrei marcas significantes que se repetiam e que acredito dizer tanto da posição de Catarina em seu fantasma, quanto da sua própria posição como objeto de gozo no fantasma de sua mãe. Mesmo tendo sido

⁶⁰ De acordo com Miller, “O inconsciente, no sentido de Freud, tal como Lacan o retoma e o demonstra, é feito, é entremeado de mal-entendidos que se depositaram, se inscreveram, no sujeito e singularmente determinam o que pode ser chamado seu destino a partir da psicanálise, e por ela remontar ao que de imediato é compreendido ~~de~~ imediatamente, e colocar o sujeito em seus trilhos” (1997, p. 10).

recusada como filha e mandada embora de casa com apenas nove anos de idade, ela trazia na língua a lembrança de seu abandono e da recusa em ser nomeada .

[...] as vezes ela mandava eu saí de casa, eu falava que num ia saí porque ela era minha mãe e era obrigada, aí ela falava: "ai, num sô obrigada a criá fi de ninguém não". Fi de ninguém que ela falava, fi do meu pai né. "Num sô obrigada a criá fi de ninguém não." [tosse] Aí elaa pegava e mandava a gente i embora de novo.

Para advir como ser desejante, a criança deve encontrar-se referida a um nome cuja transmissão caberá ao pai enquanto Outro simbólico, representante da função paterna. Apenas com tal transmissão uma ancoragem social e psíquica poderá ser suposta. É importante ressaltar que ninguém se autoriza a si mesmo a se nomear e, conseqüentemente, a desejar em seu próprio nome, ou seja, é preciso que seu nome seja recebido de um outro, pois “sustentar o desejo de viver necessita do apoio simbólico daquele pelo qual fomos chamados a viver na qualidade de filho de ... filho da ...” (Mougin-Lemerle, 1999, p. 2).

O processo de nomeação é fundamental enquanto possibilidade de simbolização do sujeito, instaurando-o em uma determinada rede de filiação e tornando-o socialmente reconhecido. Nosso nome conta de nossa história, inscreve-nos dentro de uma certa ordem, situa-nos em relação à linguagem, produzindo laços e vínculos sociais. Esse processo marcado pela incidência do significante Nome-do-Pai e dos avatares produzidos por ele torna-nos capazes de sermos desejantes em nosso próprio nome

Mas se um sujeito não foi nomeado, não foi inscrito em uma cadeia simbólica de filiação, como poderá ele nomear um outro pequeno ser recém-chegado ao mundo? Enfim, esta é um pouco a história de Marina — “fi de ninguém” —, história de uma insistente busca de um reconhecimento simbólico, ou melhor, de uma nomeação que, em uma

transmissão eficaz — quando criança —, teria lhe garantido um lugar na “qualidade de filha de ... filha da ...”.

2.2 Minha nenê, minha filha

O funcionamento discursivo apresentado por Marina é marcado por um ritmo, sempre rápido, sem pontuação, sem muitos cortes ou interrupções, apenas entrecortado pelo riso e pela tosse. Seu discurso é também constituído por uma espécie de quantificação de dizer, aliado a um excesso de detalhes funcionando como acréscimos.⁶¹ Como se houvesse aí um imperativo a significar, uma exigência de completude, sem lugar para falha, lapso ou ruptura. Destaco que, até quando falava do estado físico da filha, Marina mantinha sempre o mesmo tom de voz e o mesmo ritmo, quase sempre acompanhados por um leve sorriso no canto dos lábios.

Em seu dizer, pude observar inúmeros mecanismos linguísticos-discursivos que me parecem funcionar como tentativas inconscientes de apagamento, seja quanto ao nome de Catarina, seja em face do ato da agressão. Vejamos o primeiro caso:

Mais, não foi uma gravidez muito boa não. Quando minha nenê nasceu, eu ficava assim sem jeito de pegá ela né, porque eu num sabia né como que pegava assim recém-nascido, no mesmo dia, na mesma hora né. Aí quando nasce.. . Eeu nem sabia que que ia sê não, que eu deixei pra sê surpresa né, quandoo fiz, tava lá na mesa pra ganhá nenê lá. A aí a enfermera passoô a mão na minha barriga: “Marina é mulhézinha”, aí eu “ai mulhé”. Aí quando nasceu, uma mulhezinha choroona, mas chorona, que todo bebezim chora né, quando nasce.

⁶¹ Orlandi (2001) vem discutindo em seus trabalhos mais recentes o conceito de acréscimo como “uma forma de apagar limites, o a-mais”, considerando o funcionamento da pontuação. “A pontuação administra — sem eliminar — a falta e o equivoco. [...] A pontuação fabrica a normalidade semântica do mundo, a organização do texto, a aparência de uma relação unívoca entre pensamento/mundo/linguagem, um sentido para o sujeito” (Orlandi, 2001, p.116-117). Reflexões a partir das quais tenho pensado, referendada pela Psicanálise, um modo de dizer contemporâneo.

Depois a menina calô, assim, aii vei os médico, feiz eu d. dá um beijo nela na hora que nasceu. Eu fui vê e comecei a chorá.

No enunciado acima, expressões como "porque eu num sabia né como que pegava assim recém-nascido", "tava lá na mesa pra ganhá nenê lá", "a menina calô", "uma mulhezinha choroona", "todo bebezim chora né" substituem-se no dizer de Marina, parecendo insistir em um necessário lugar de estabilização de um impossível de ser dito: o nome de Catarina. Ressalto que este foi mencionado por Marina apenas três vezes no decorrer das entrevistas, duas delas na terceira entrevista, cinco meses após a cirurgia de Catarina. Nesse momento, a transferência definitiva da guarda de Catarina já havia sido concedida ao pai, e Marina já não estava mais com a filha por volta de dois meses.

Assim, "minha nenê", "nenê", "menina", "mulhé", "recém-nascido" "mulhezinha", "bebezim" comparecem metonimicamente no discurso de Marina sem conceder a Catarina uma possível nomeação como criança-sujeito. Ou seja, um real que retorna e repete, insistindo em se escrever diante da não-simbolização do real da filha. E que me permite pensar no silenciamento, na supressão de um desejo não-regulado. Nesse ponto, lembro a afirmação de Lacan:

[...] aí está onde reencontramos a estrutura basal que torna possível, de modo operatório, que alguma coisa tome a função de barrar, de riscar uma outra coisa. Nível mais primordial estruturalmente do que o recalque de que falaremos mais tarde. Muito bem, este elemento operatório do apagamento, é isto que Freud designa desde a origem, na função de censura. (Lacan, [29/01/1964], 1988, p.31)

Um outro mecanismo linguístico-discursivo a partir do qual analiso a posição ocupada por Catarina é o uso regular de duas expressões enunciadas alternadamente por

Marina para se referir à filha: “minha filha”, “minha nenê”. Quanto à utilização destas, chama-me a atenção sua repetição excessiva e sua alternância. Essas operações enunciativas *aparentemente* semelhantes, pois ambas são sustentadas pelo uso do pronome possessivo “minha”, funcionam de modo a apagar — ou deslocar —, no discurso de Marina, o nome de Catarina. Daí pode-se pensar inicialmente na existência de uma relação de posse, marcada por uma dinâmica dual/especular.

Bom, eu acho que foi, a madastra dela né, porque ela num gosta de mim né e pra vingá de mim, fez isso cum minha nenê né [...]. Foi ela que fez isso com minha nenê. E eu, num porque eu quero condená ela mais praaa, pra assim, me vê assim jog... como se diz, pra vingá de mim né, ela fez isso cumigo, é com minha nenê, porque fazeno na minha nenê ela tava fazeno cumigo também née, ée miinha né. Aí, pra mim foi um choque grande quando eeu tava aqui trabalhando, foi na segunda-feira de manhã a minha irmã vei, falano assim diz que minha nenê tinha sido internada, tava na UTI, diz que tinha ido diismaiada pro hospital.

Porque eu fui tirá o ultra-som né, aí deu que eu tava grávida né, maiis, o pai dela num gostô, eleee ofereceu dinheiro pra mim abortá né, ele levô o cheque assim “tamo Marina aborta” eu falei assim: “não, minha filha num vô abortá não, é miinha”.

Todavia, afirmar a relação de posse de Marina para com Catarina, apreendendo apenas a presença do pronome possessivo, não me parece dar conta da complexidade de tal funcionamento. É preciso ir um pouco além, articular o ato da posse à relação de indistinção entre mãe e filha, aqui materializada em dois momentos: “ela fez isso cumigo, é com minha nenê, porque fazeno na minha nenê ela tava fazeno cumigo também née, ée miinha né” e “não, minha filha num vô abortá não, é miinha”. Se, no primeiro recorte, observo uma indistinção que parte da mãe para a filha — “ela fez isso cumigo, é com minha nenê” —, já

no segundo, parte da filha para a mãe: “porque fazeno na minha nenê ela tava fazeno cumigo”.

Vários são os momentos em que Marina marca na língua tal indistinção, permitindo supor uma relação fusional de mãe e filha constituída por um processo de identificação predominantemente imaginário. Considerando as observações de Lacan no *Seminário IV*, penso que Catarina, ocupando a posição de ser o objeto suscetível de satisfazer o desejo da mãe, encontra-se identificada ao falo imaginário, na medida em que este falta à mãe. Relembro ainda que encontrar-se em tal posição implica ser “assujeito”, podendo assumir, numa relação determinada por um laço perverso, a posição de “objeto inerte” (Lacan, [30/01/57], 1995, p. 162).

Vejamos algumas observações realizadas por Lacan nesse seminário:

[...] toda a consumação da relação dual, à medida em que dela nos aproximamos, faz surgir em primeiro plano este objeto imaginário que se chama o falo. [...] A relação imaginária, seja qual for, está modelada numa certa relação que é, efetivamente, fundamental – a relação mãe-criança, com tudo o que esta tem de problemático. ([28/11/56], 1995, p.28)

Ainda em relação às expressões “minha nenê” e “minha filha”, considero ser interessante destacar que, ainda que ambas sejam suportadas pelo pronome possessivo “meu”, revelam lugares próprios de significação e cujo revezamento, no discurso de Marina, parece-me indicar uma posição de alternância ocupada por Catarina na subjetividade da mãe.

Assim sendo, em decorrência da análise e como princípio de uma possível organização, abandonei o pronome que antecede as expressões para lidar com os significantes “nenê” e “filha”. No *Dicionário Aurélio*, a definição de “nenê” é a seguinte: “criança recém-nascida ou de poucos meses”. Já em relação a “filha”, encontra-se: “pessoa

do sexo feminino em relação a seus pais”. Posicionando-me diante de tais significações, suponho que, se na primeira expressão, “minha nenê”, Catarina pode ser remetida a uma criança genérica, qualquer uma, sem qualquer vinculação a uma possível filiação, é no que se refere à expressão “minha filha” que postulo a existência de uma outra possível forma de inscrição de Catarina para Marina. E isso não implica afirmar aí a existência de fato de uma filiação.

Com efeito, não foram poucos os momentos em que Marina utilizou-se da expressão “minha filha” para falar de situações em que Catarina era, de alguma forma, remetida ao pai Fernando.

[...] mas quem cuidô da minha filha sozinha o tempo todo foi eu né, o pai dela nunca deu assistência, nem quando eu tava grávida, nem quando eu tive ela.

É igual euu tô achano estranho porque ele nunca deu assistência pra ela e agora tá quereno sê um paizão do mundo. [...]. E ele tá usando m... minha filha contra mim [...]

Mas, não sendo esse funcionamento regular, acredito que seja na relação de alternância *entre* as expressões “nenê” e “filha”, no discurso de Marina, que creio apreender as dimensões de um *entre* o desejo e o gozo, presentes a um só tempo no laço que une a mãe Marina à filha Catarina.

Partindo desse pressuposto, tendo em conta ainda a dinâmica dual/especular apresentada na relação entre Marina e Catarina, remeto-me ao enunciado a seguir. O único momento de toda a entrevista em que Marina menciona o instante de uma possível agressão a sua “nenê”. Com efeito, a materialidade linguística-discursiva deste enunciado, marcado pela ambigüidade, assinala no texto a indistinção entre o corpo do mãe e da filha. Nesse sentido, Marina passa do corpo da filha para seu próprio corpo, como se um fosse a

extensão do outro. Resta dizer que, justamente neste recorte, Marina se refere a Catarina como “minha nenê”: “eu nuum cheguei a dá murro [...] na boca da minha nenê”.⁶²

[...] eu nuum cheguei a dá um murro como ela falô, na boca da minha nenê não. Porque isso eu não fiz. Eu apenaas, realmente minha nenê maachucô nesse dia, eu fui vesti uma roupa, super apertada e p... e pegô minha mão, eu as vezes, aconteceu isso comigo, esses dias mesmo quando morava lá no Parque das Nações, eu fui vesti a ropa da minha nenê, minha mão escapuliu, pego aqui e cortô aqui na minha boca, sangrô e foi muito. Bem assim aconteceu com ela, eu fui fazê o negocim, pegô minha mão na boca dela e inchô, ficô alto, a boca dela.

Formulo, então, uma pergunta, não tendo, entretanto, a pretensão de respondê-la neste momento: se não existe uma distinção entre o corpo da mãe e de sua filha — “minha nenê” —, que lugar Marina ocupa em sua própria agressão?

Vejamos o próximo enunciado:

Quee, uma mãe, tem mãe né que realmente bate nos filhos mas minha nenê, quando a gente viajô minha nenê tinha cinco meses né. Minha nenê n... [ri] ela num tem culpa de tê vindo no mundo né. Mais, uma coisa eu falo, eu sempre cuidei da minha filha direitinho.

Pode-se perceber que, ao trazer para o discurso o significante “mãe”, Marina desliza da mãe que bate nos “filhos” para “minha nenê”, sem se colocar como mãe: “Quee, uma mãe, tem mãe né que realmente bate nos filhos, mas minha nenê, quando a gente viajô minha nenê tinha cinco meses né”. Nessa perspectiva, o deslizamento possibilitado pela conjunção

⁶² Nesse enunciado, Marina se refere a sua irmã que, ao ser entrevistada em uma reportagem na TV sobre o caso de Catarina, afirma que ela realmente teria dado um murro na boca da filha em sua casa. Este foi o único momento em que Marina fez alusão a uma possível agressão a Catarina.

“mas”, cujo funcionamento marca uma operação de oposição ou restrição em relação à afirmação que a antecede, revela um deslocamento da posição do “filho” à “nenê”. Assim, o que antes era “filho”, após o “mas”, torna-se “nenê”: “Quee, uma mãe, tem mãe né que realmente bate nos filhos mas minha nenê”.

E nesse sentido é importante precisar que tal deslocamento diz tanto da posição de Catarina, que — nesse momento — não é filha, mas nenê, quanto da posição de Marina, que não se afirmou como mãe no enunciado, bem como em nenhum outro momento.

E aqui trago uma passagem do *Seminário XI*, na qual Lacan observa a relação entre desejo, discurso e inconsciente:

[...] de que é o sujeito, enquanto alienado na sua história, no nível em que a síncope do discurso se conjuga com seu desejo. Vocês verão que, mais radicalmente, é na dimensão de uma sincronia que vocês devem situar o inconsciente — no nível de um ser mas enquanto pode se portar sobre tudo, isto é, no nível do sujeito da enunciação, enquanto segundo as frases, segundo os modos, se perdendo como se encontrando, e que, numa interjeição, num imperativo, numa invocação, mesmo num desfalecimento, é sempre ele que nos põe seu enigma, e que fala, — em suma no nível em que tudo que se expande no inconsciente se difunde, tal o micelium, como diz Freud a propósito do sonho, em torno de um ponto central. Trata-se sempre é do sujeito enquanto que indeterminado. ([22/01/64], 1988, p.31)

Posto isto, vejamos o quanto o discurso desejante de Marina é também significado por paráfrases que se repetem e que me parecem revelar uma necessidade inconsciente de ancoragem de certos sentidos que não só *podem* mas *devem* ser ditos. Ressalto que, neste momento, Marina encontra-se submetida a um processo judicial que diz respeito à guarda da filha. Mas, para além dessa decisão jurídica, parece-me que estes são os sentidos *possíveis* de

serem enunciados por Marina, como se consistissem numa mensagem endereçada a ela mesma.

Maiis [...] éeeh, foi maravilhoso os momentos que eu tive com ela né [rindo].

Aii, maiis [ri] os momentos que a gente passô juntas foi maravilhoso.

Essa operação, no entanto, é *desmascarada* pelo riso Outro de Marina, que, ao não se deixar capturar, “tem o valor revelador de um sujeito de saber que não se sabe a si mesmo, mas que se torna legível nestes impasses do inconsciente na linguagem. Manifestação inequívoca [...] de uma dialética necessária a todo sujeito, entre o saber e a ignorância”(Jerusalinsky, 1999, p. 10).

2.3 Entre a mulher e a mulherzinha.

Com a teoria da *père-version*, Lacan elaborou o modo de presença do pai e da mãe necessário a constituição do Outro como lugar significante, “além de situar as particularidades da feminilidade e da maternidade no plano da fantasia e do sintoma” (Spínola, 2001). Nessa direção, suportado pela afirmação de Lacan ([1958] 1998d, p. 701), de que é preciso que a mãe não esteja dissuadida de encontrar “o significante de seu próprio desejo no corpo daquele a quem sua demanda de amor é endereçada”, Miller (1998) ressalta que uma mãe só poderá ser considerada “suficientemente boa” se, além de veicular a autoridade do Nome-do-Pai, os cuidados que dispensar a criança não a desviarem de desejar enquanto mulher.

Por não se conformar em ser recusada por Fernando como “mulher”, causa de desejo, Marina passou a demandar de forma obsessiva o seu reconhecimento, fazendo uso de

Catarina inicialmente com a gravidez, “exibindo o barrigão” na porta da casa de Fernando, e, posteriormente, com a “nenê” Catarina. Mas Fernando refuta a paternidade de Catarina e, ao fazê-lo, retornam a Marina de uma só vez tanto a recusa de sua nomeação como mãe, bem como a de mulher.

Mas o significante mulher clama e retorna no discurso de Marina, não se fazendo calar diante de um não-reconhecimento. Em um determinado instante, Marina lembra-se de que, quando grávida, inquirida pelo médico sobre o sexo do filho, afirmou o desejo de ter uma filha mulher:

E o médico “que que cê qué que seja Marina, mulhé o home?” Falei assim “oh, seja o que Deus quisé”. [rindo] ... “ai, tomara que seja um mulher”.

Ao falar do nascimento da filha, o significante “mulher” insiste e retorna em seu discurso, reafirmando mais uma vez a relação de indistinção de Marina em relação à filha — também mulher. Nos enunciados abaixo, repete de forma ambígua e confusa o significante “mulher” em mais de um momento:

A aí a enfermeira ~~passou a~~ mão na minha barriga: “Marina é mulhezinha”, aí eu “ai mulhé”.
Aí quando nasceu, uma mulhezinha choroona, mas chorona, que todo bebezim chora né, quando nasce.

Em relação ao deslizamento de sentido presente neste recorte — “Marina é mulhezinha”, aí eu “ai mulhé” — penso, por exemplo, poder interpretá-lo tanto como “Marina é mulher”, quanto “Marina, sua filha, é mulher”. Ainda nessa direção, é interessante observar o comparecimento da expressão “eu sô fascinada”, sempre remetida ao significante “mulher”.

Nossa Senhora, eu sô fascinada, principalmente menina mulhé.

Eu sô fascinada em criança, principalmente assim, mulhezinha né quee, mulhezinha sempre é uma cumpanheirinha amiga né.

Que eu sô fascinada em menina mulhé assim, pela ropinha né, o jeito de vesti ela né.

Em relação ao termo “fascinação”, tomo as elaborações de Freud no capítulo VIII de “Psicologia do grupo” ([1921], 1990), no qual estabelece a diferença entre identificação e fascinação, segundo o vocábulo *Verliebtheit*. Para Freud, no caso da fascinação, o objeto não se encontra perdido, e o eu não se transforma parcialmente de acordo com o modelo do objeto perdido. Assim, o objeto é conservado e como tal sobreinvestido, sendo seu funcionamento próprio de uma dinâmica imaginária. Afinal, a fascinação do sujeito por uma imagem não passa de uma imagem que ele porta sobre si mesmo, a partir do outro, como totalidade.

No *Seminário IV*, Lacan ([1956-1957], 1995, p.179-180) introduz o termo *Verliebtheit* para analisar a relação narcísica de natureza especular.

Esta não é concebível, não é articulada em parte alguma, se não no registro da relação narcísica, em outras palavras, da relação especular [...] É somente para além da realização narcísica e, na medida em que começa a se organizar a ida e vinda tensional, profundamente agressiva, do sujeito ao outro, em torno do que vão se infiltrar, se cristalizar as camadas sucessivas daquilo que irá constituir o eu, que pode se introduzir aquilo que faz surgir para o sujeito, para além do que ele próprio constitui como objeto para a mãe, esta forma em que o

objeto de amor é tomado, cativado, retido, em alguma coisa que ele próprio, como objeto não chega a atingir...

Essa afirmação possibilita-me supor o quanto a repetição do significante fascinação, sempre invocado por Marina para se referir de alguma forma à filha — atravessada pelo significante “mulher” —, é capaz de dizer da relação dual e especular presente entre estas e cujo funcionamento, situado numa dinâmica imaginária, pode vir a produzir uma relação constituída pela agressão. Já no enunciado abaixo, ainda sob o efeito do significante “fascinação”, Marina muda o tempo verbal, comete um ato falho, o desejo comparece e a relação homem—mulher irrompe:

[...] eu sempre fui fascinada, sempre dá sorte com menina mulhé, cum hominho.

Eis aí marcada na língua, ainda que de forma evanescente, a verdade de uma não-relação homem—mulher e que me permite pensar no retorno de um real que diz da sexualidade de Marina e do desejo de uma relação com o outro sexo: “sempre dá sorte com menina mulhé, cum hominho”. E aqui retomo Lacan:

Assim, o inconsciente se manifesta sempre como o que vacila num corte do sujeito — donde ressurge um achado que Freud assimila ao desejo — desejo que situaremos provisoriamente na metonímia desnudada do discurso em causa, em que o sujeito se saca em algum ponto inesperado. ([22/01/64], 1988, p.32)

2.4 Negócio de mãe

Mas se falo da *criança* Catarina, e quanto à *criança* Marina? Quem foi sua mãe, e que posição essa *criança* pode ocupar ao lado dessa mulher? E, quanto ao pai, que tipo de laço pode ser com ele estabelecido?

Durante nossos encontros, as lembranças trazidas por Marina diziam essencialmente de situações vividas com a filha, com Fernando e com os pais, porém todas remetidas aos temas filiação, paternidade/maternidade, sexualidade. Tomada por uma lembrança que a colocou diante de sua maternidade, Marina produziu um enunciado que suponho poder ser considerado como a escritura de uma montagem fantasmática. Sua análise possibilita-me pensar como o lugar ocupado por Marina como objeto de gozo de sua mãe acabou por ser *re-transmitido* à filha Catarina.

[...] e agora depois que eu num num tinha num acostumava cum esse negócio de mãe, depois que tive ela não, eu sempre ia pegá ela e falava “vem na titia”, e eu acostumei com tia né, agora cum mãe e nunca tinha, nuumm, foi difícil né, mais, logo agora que eu tava acostumano cum minha filha, acontece isso tudo né,

É a operação de denegação apresentada no enunciado acima — “eu num num tinha num acostumava cum esse negócio de mãe, depois que tive ela não” —, compreendida como retorno do recalcado, que me permite supor a expressão “esse negócio de mãe” como traço significante a ser considerado na análise da montagem fantasmática e do sintoma de Marina. Esta coloca em cena a relação de alienação dela com sua mãe e, de forma conseqüente, com Catarina.

Entretanto, se a expressão “esse negócio de mãe” — tomada com valor de escritura — tem eficácia no presente, acredito ter sido produzida no “só depois” de um acontecimento passado que não pode ganhar significação quando aconteceu. Significante

que retorna escrevendo com ele um mais de gozo impossível de negativizar, de passar toda a linguagem e que considero restituir a verdade do fantasma de Marina.

Em relação ao sentido dicionarizado de “negócio”, encontra-se tanto “coisa, troço, trem”, como “negociação, transação, combinação, casa de negócio”. A partir desse conjunto de significações, suponho uma mãe-negócio que, enquanto “Coisa”, negociará os filhos “um a um”. Da Mãe/Coisa, presente no discurso de Marina, a “a Coisa”, do discurso psicanalítico, vejo uma relação possível de ser articulada.

Cabe mencionar que “a Coisa”, *das Ding*, para a Psicanálise, é o termo utilizado por Freud para designar o Outro primordial — a mãe — como o real estranho às representações do sujeito e, ao mesmo tempo, inacessível. Vinculado a uma vivência de satisfação primeira, tal conceito articula a um só tempo um gozo pleno e uma perda de satisfação. Experiência inapreensível e hostil para o sujeito, e o que importa não é propriamente a experiência vivida, mas como esta marcou o sujeito e que, a partir de então, marcará a existência do objeto para sempre perdido (Chemama, 1995). Nesse ponto, vale distinguir “a lei do capricho, do arbitrário e da onipotência imposta pela *das Ding* da lei do desejo” (Lachaize-Oemichen, 1991, p. 61).

Caso esteja correta, no caso da mãe de Marina — Mãe Coisa —, ousarei dizer que é ela que dejeta os filhos “um a um” ... e goza ! E o gozo sem limites, sabe-se muito bem, desrespeita qualquer significante paterno (Calligaris, 1991b).

Aíi ela, sempre assim, primeiro arrumava, pra gente né, ~~ai~~ assim a gente ia moráa né. Ela num daava assim né, igual, ela só assim ela ~~arrumava~~ trabalho pra gente e procurava se a gente queria morá né, a gente falava “eu quero”, né.

Bom, ela sempre foi uma boa mãe pra mim né. Eu num tem nada a reclamá ela não. A num sei d... q.. quando ela mandô, a genteee, t... trabalhá né, morá na casa dos outros né. Mas eu nuncaa, eu num nada a reclamá da minha mãe não. Minha mãe é uma mãe excelente. [ri]

Enunciados marcados por rupturas, pelo tropeço e pelo riso. Ao falar de “negócio de mãe”, ela também diz da “mãe negócio” que arruma trabalho e dá os filhos um a um: “Ela num daava assim né, igual, ela só assim ela arrumava trabalho pra gente e procurava se a gente queria morá né”. Dividida entre o que sabe sem saber que sabe e aquilo que não pode ser dito, ela **denega duas vezes a um só tempo a relação de abandono vivida com a mãe**.⁶³ “Mas eu nuncaa, eu num nada a reclamá da minha mãe não” e “Euu não tem nada a reclamá da minha mãe não”. E completa com uma paráfrase “Minha mãe é uma mãe excelente. [ri]”.

Deslizando na língua, ao denegar a relação objetual mantida com sua mãe, Marina diz de sua verdade sem que a ela tenha acesso, pois, conforme afirma Lacan: “A verdade só se funda pelo fato de que a palavra, mesmo mentirosa, a reclama e a suscita” ([15/04/1964], 1988, p. 127).

Na última entrevista, Marina reafirma que todos os irmãos — oito ao todo — foram mandados embora “um a um”, assim que podiam começar a trabalhar. Quanto a ela, Marina diz ter sido mandada embora e encaminhada ao trabalho com nove anos de idade. Entretanto, inconformada com a separação, retornava reiteradamente à mãe, com quem permaneceu, de forma não regular, contra a vontade desta, até os 13 anos.

De repente, penso no(s) retorno(s) de Marina, oferecendo-se como objeto de gozo a uma mãe cujo traço que a *en-carna* parece ser o da dejeção dos filhos. Desde muito cedo,

⁶³ Para Freud, a operação da denegação pode ser considerada como o substituto intelectual do recalco: “Assim, o conteúdo de uma imagem ou idéia reprimida pode abrir caminho até a consciência, com a condição de que seja negado. A negativa constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido; com efeito, já que é uma suspensão da repressão, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está reprimido. Podemos ver como, aqui, a função intelectual está separada do afetivo. Com o auxílio da repressão apenas uma consequência do processo de repressão é desfeita, ou seja, o fato de que o conteúdo ideativo daquilo que está reprimido não atingir a consciência” (Freud [1925] 1990, p. 265-266).

Marina, diferentemente dos irmãos, resistiu ao abandono e permaneceu ao lado de sua mãe, demandando a esta um laço que a inscrevesse em uma cadeia simbólica de filiação e lhe desse um nome. Resta saber que preço Marina pagou como contrapartida por ali estar e que tipo de gozo não acabou por *corpo-rificar* junto a essa mãe. Como nota Julien (1997a, p.56): “Ao se dedicar a ser o falo da mãe, a criança só pode encontrar a impotência”.

[...] minha mãe mandava embora, êes, ela falava diz que tinha que í embora é, num sei o quê. E assim, ela arrumava uma casa poos, pra gente, agente ia morá. E de lá cada um ia segui a sua vida né. Aí eu mesmo ela me mandô í embora eu tinha nove anos de idade. Aí eu fui, mas mesmo assim eu sempre voltava né, pra casa dela porque [tosse], eu cum nove anos, sem juízo, teimosa do jeito que eu era, eu num ia pará em lugá nenhum né.

Conforme afirmei anteriormente, Calligaris (1986b), destaca que na fórmula lacaniana do fantasma observa-se o projeto do sujeito (\$) de trazer para o Outro sua completude. Assim sendo, em qualquer análise tanto da constituição, como das transformações do fantasma, “trata-se de mostrar como a sexualidade do ser falante se sustenta do único projeto de produzir esse gozo impossível” (1986b, p. 29) do Outro. Trata-se ainda de “poder oferecer sua própria carne para o gozo esperado” (1986b, p. 29).

Tendo em vista tais considerações, acredito que Marina, no decorrer de sua vida, acabou por produzir um roteiro imaginário no qual fez não apenas de seu corpo, mas também do corpo de Catarina, a matéria de sua oferenda ao gozo do Outro materno.

Cada roteiro aparece então como o derivado gramatical (de uma gramática a ser estabelecida) do atamento primeiro do objeto e do Outro. É este atamento, escritura fundamental de todo roteiro, que merece ser chamado de fantasma em psicanálise: ele manifesta o esforço sistemático para não dar seguimento ao fato de que o gozo do Outro é

impossível, esforço que toma então a forma de uma oferenda de si mesmo como objeto ao corpo imaginário do Outro, ou mais exatamente, à falta deste corpo. (Calligaris, 1986b, p.34)

E, nesse momento, cabe ressaltar que o corpo de Marina foi também objeto de constantes agressões por seus pais, bem como o de Catarina será.

Ah, aquando era criancinha eu sempre morei com meus pais, né. Ai, euu, éhh, apesá de tudo êes me batia muito né. [...] Teimosa, custosa, aí sempre fui levaada, assim êes falava pra mim obedecê eu num obedecia. Eeu, minha mãe as vezes batia ne mim, eu ficava muito nervosa [...]

Porque mesu pais batia muito. E eu num vô menti não, meu pai uma veiz, num foi só uma veiz, ô s., várias vezes, meu pai batia na gente eee, prendia a gente na corrente, marrava o pé da gente na corrente né, e dexava o dia todim, sem comê, sem bebê, sem fazê nada. Dexava, aí quando ele chegava a tarde ele soltava a gente.

2.5 Ganhar nenê

Na montagem fantasmática apresentada por Marina, determinada pela escritura “esse negócio de mãe”, acredito ainda observar uma articulação lógica suportada pelos significantes “ganhar” e “dar” e que me parece ser precedida por uma alienação desta ao Outro/Mãe, a partir da qual é colocada na posição de objeto a ser dado.

Aii mais minha mãe nuum, ela nem nem importô né, porque ela nunca foi de importá cum nos né, assim. Ela deu a gente, foi dano sabe [rindo], foi só criano e dano, cada um assim.

Vejamos o próximo enunciado:

Assim elaa, ela num tinha condições né, aí elaa só ganhô a gente, eu fiquei com elaa, eu morei com ela eu tinha assim, até os treze anos né, só. Aíi ela, sempre assim, primeiro arrumava, pra gente né, aíi assim a gente ia moráa né. Ela num daava assim né, igual, ela só assim ela arrumava trabalho pra gente e procurava se a gente queria morá né, a gente falava “eu quero”, né.

Da relação com a mãe, Marina ressalta que ela, a mãe, “só ganhô a gente”. Na verdade, parece-me que o significante “ganhar” desliza metonimicamente da relação com a mãe que “ganha” e “dá” seus filhos como objetos e irrompe na relação com Catarina. Assim como a mãe, Marina também ganha “nenê”.

O meu maió medo era chegá no dia de ganhá. Que eu nunca t... tinha essa experiência né, engravidá assim né, ganhá nenê.

[...] quando foi no domingo eu passei mal pra ganha nenê. Ganhei do..., nenê no domingo mesmo, fique 8 horas sentino dor assim, né sem pará né, aí eu ganhei nenê.

No enunciado acima, penso ser interessante apreender que o que se ganha é o “nenê” e não a “filha”: “aí eu ganhei nenê”. Se me remeto às diferentes significações já salientadas anteriormente entre “objeto-nenê” e “filha”, é possível supor que aquele que ela “ganha” — o “nenê” — aponta para uma criança *qualquer*, mas não para uma filiação.

2.6 Da “menina morta” à “criança cega”

Continuando a articulação entre os significantes “ganhar” e “dar”, acrescento o significante “pedir”, para desse modo dar continuidade à leitura da montagem fantasmática aqui suposta e que penso demarcar a posição ocupada por Catarina enquanto objeto-fetichismo para sua mãe. Trago, neste momento, mais uma cena lembrada por Marina: indo do presente ao passado, ela diz de duas mulheres que — separadas no tempo — supostamente estariam dando seus bebês. E, curiosamente, reafirma o desejo, já antigo, de “pedir” e de “ganhar” “nenê”.

Esses dias passô uma mulhé de frente o meu trabalho cum bebezim n.. na mão, uma menininha, que é uma gracinha. Uma velhinha. Eu pensava gente será se essa mulhé tá dano essa menininha pros outro, eu f... já fiquei doidona pra pegá a menina né. Aí eu passei assim, eu saí pra fora pra jogá o lixo né, aí essa mulhé ia passano com essa nenezinha na mão, eu falei “deixa eu vê”, eu pensava que era até uma bonequinha né. Aí euu, “deixa eu vê a nenê”, aí ela dexô eu vê a menina, bonitinha, tava dormino. Eu olhei assim, eu q...quase falei pra mulhé: “essa menina tá morta”. Aí, quando eu olhei assim a menina respirô e eu “ai” [ri]. Que a mulhé muito pobrezinha né, a mulhé parece que tava descalça ou de chinela havaiana, uma coisa assim. Aí eu quase procurei pra ela “a senhora não dá essa menina não”. [ri] Mas só que eu falei assim “não, num vô procurá não, talvez ela pode pensá mal de mim né”. Aí dizem ela que ia levano praa mãe né, porque a mãe trabalha no colégio né, dee faxinera né. Tava levano porque a nenê tava muito com febre, e precisava de um médico né. Mais, vei aqui óh, pra mim pedi essa menininha dela. Mais, ela ia me chamá doida né, de pedi a menina assim. [ri] Quando eu tinha os meus 13 anos eu quase pedi uma vez, um pessoal na rua, mindigo mesmo, com a nenzinha na mão. Eu, 13 anos, juízo nenhum, eu quase cheguei a pedi. Eu a a realmente eu pedi a menina. Minha irmã até tava comigo, mas só quee, a mulhé falô que não dava pra ninguém [ri].

Um pedido que se repete, uma criança a ser dada, uma bonequinha sem vida, uma menina morta. Da boneca sem vida, da menina morta a uma criança cega e parálitica, deparo-me com a ordem lógica de uma cadeia significativa. Disse anteriormente que a criança a ser dada pela mãe de Marina era também objeto de muita agressão, portanto, faz sentido que a criança agredida, a boneca, a criança morta e a própria Catarina, na condição de cega e parálitica, sejam todas colocadas em um só lugar.

Se é o uso do fantasma, regulado pela função paterna, que permite à mãe subjetivar a criança real, quais os efeitos produzidos por tal fantasma quando não há aí uma regulação do desejo da mãe determinada pela mediação paterna? Conforme foi visto, somente a um pai simbólico, “vetor de uma encarnação da Lei no desejo” (Lacan, [1969] 1998, p. 6), caberá humanizar o desejo da mãe, pondo-o de acordo com a lei. E, em relação a essa mediação, sabemos que Fernando não ocupou tal lugar, aliás, em relação a Catarina, ele pede sua morte.

No final de semana em que Catarina passa mal, segundo Marina, ela foi levada “pro hospital, d... dismaiada né, intalada, num respirava”. De fato, foi quase morta que Catarina é dada, ou melhor, oferecida ao pai. E, nesse sentido, penso até que ponto a entrega de Catarina não faz parte de um roteiro determinado pelo fantasma de Marina, não regulado pela função paterna. Da posição ocupada no fantasma da mãe como um objeto a ser dado — “foi só criano e dano” — para o lugar que Catarina tem em sua fantasia como um objeto a ser oferecido, não me parece haver grande distância.

Assim, ainda que a entrega de Catarina ao pai seja por uma sentença judicial, vejo aí a repetição da montagem fantasmática de Marina, na qual ocupou a posição de objeto a ser oferecido ao outro.

Destaco ainda um outro aspecto significante no discurso de Marina que penso dar sustentação a tal hipótese. Por mais de uma vez ela reafirmou a promessa feita por Juliana de tomar-lhe a filha, caso não se afastasse de seu marido.

E, sempre ligava pro meu trabalho me ameaçano, se eu num ficasse longe do... [Fernando]
quando a nenê nascesse ela ia tomá ela de mim, falava isso pra mim.

Pelo que eu saiba [...] que tem raiva de mim por causa dele né, p..quee ela sempre me ameaçava eee, ameaçô um dia tomá minha filha de mim né, see, se eu num ficasse longe.

[...] a mulhé me incomodava né, ela falano diz que ia tomá minha filha. [...] porque ela falava: “se fô dele, eu vô tomá de você”. [tosse]

Quanto à promessa feita por Juliana, esta, não estranhamente, acabou por se cumprir.

2.7 O pai no discurso da mãe

Tenho insistido que a inscrição simbólica da criança no mundo implica uma nomeação anterior mediada pela função paterna. Portanto, pensar em uma possível nomeação de Catarina significa ter em conta a posição ocupada por sua mãe diante de seu pai e vice-versa. Vimos, no capítulo anterior, que, para que um pai possa ser respeitado e exercer a função paterna, deve se haver com o gozo de uma “mulher que ele adquiriu para fazer filhos e que com estes, queira, ou não, ele tenha cuidado paternal” (Lacan, [21/01/1975] s.d., p. 23). Nesse sentido, não basta *fazer* filhos, mas cuidar paternalmente deles.

No caso de Catarina, não houve por parte de Fernando um reconhecimento de Marina enquanto mulher causa de seu desejo. Além de romper com Marina, ao saber de sua gravidez, ele ofereceu dinheiro para que ela abortasse.

Ah, pra mim foi umm choque né, porque vei assim umma gravidez sem mais sem menos, eu nem esperaava né, mais aí quandoo, eu descobri que eu tava grávida de treis meses e quinze dias. Porque eu fui tirá o ultra-som né, aí deu que eu tava grávida né, maiis, o pai dela num gostô, eleee ofereceu dinheiro pra mim abortá né, ele levô o cheque assim “tamo Marina aborta” eu falei assim: “não, minha filha num vô abortá não, é miinha”. Aí euu, tive começo de aborto né nesse dia né, porque eu fiquei nervosa demais né, porque tirá uma vida né, de uma criança né. Aí eu fiquei nervosa, aí eu peguei fui pro hospital cum, cum sangramento né, quase abortei minha nenê. Mais aí eu fiquei em uobserva... uobservação né aí, [...] num teve, num aconteceu nada com a nenê [...]. Mas fo..., foi a um momento muito difíci gravidez né porque eu tava sozinha né. Não tinha ninguém por mim. A única por mim mesmo que tinha era eu.

Com certeza, a gravidez de Catarina não se apresentou como possibilidade de vínculo entre Marina e o ex-namorado, aliás, ele pede a morte da filha, fruto de “umma gravidez sem mais sem menos”. No entanto, interrogo-me quanto ao fato de haver aí um desejo que impediu Marina de abortar e, mesmo diante da situação de ter ido para o hospital “cum, cum sangramento”, ela tem sua filha.

Convém ressaltar o quanto o momento de um possível aborto é lembrado e relembrado em detalhes por Marina em todas as três entrevistas. Não tenho dúvida de que negar-se ao pedido de Fernando e sustentar a gravidez diz de uma acolhida do embrião *in utero*. O que não significa afirmar que tenha havido uma acolhida subjetiva de Catarina ao nascer.

Nessa direção, questiono-me se não há, por parte de Marina, uma tentativa inconsciente de dar sustentação — ainda que sozinha — ao desejo sexual de um homem por uma mulher e que a faça causa de seu desejo. Efeito sintomático de um tempo determinado por um discurso tecnocientífico capaz de produzir uma mulher que se acredite a única responsável pela maternidade, escamoteando o acontecimento subjetivo da gravidez.

De qualquer modo, Marina endereça a Fernando o seu reclame desejante durante toda a gravidez e também posteriormente, com o nascimento de Catarina, na tentativa de estabelecer um laço e ser reconhecida como mulher.

É por escutar em Marina uma demanda de amor, de reconhecimento em relação a Fernando, que suponho o pedido de aborto como lugar de equivocação por parte desta, o que o coloca como enigma a ser decifrado. Procurando ser mais explícita, é por me chamar atenção a sonoridade apresentada por Marina quando diz “tamo Marina”, que não creio ser excessivo considerar aí a produção da homonímia “te amo Marina”. Resta observar que, nesse enunciado, não me parece ser sem sentido o fato de Marina utilizar-se do discurso direto incluindo em seu dizer a voz de Fernando, e transformando o pedido de aborto em uma declaração de amor: “[Eu] tamó Marina”.

Neste momento deixo Fernando como homem e remeto-me ao pai. Mas quanto ao lugar do pai no discurso da mãe, o que vem a ser isso? Conforme afirmei anteriormente, um pai só se encontrará numa posição de fazer valer a função paterna à medida que a mãe fizer dele o lugar que sanciona o lugar da lei como Nome-do-Pai. Ou seja, o pai só é pai na palavra da mãe, caso contrário ele não existe. Eis aí a primeira dimensão da paternidade (Julien, 1997b). É nesse sentido que Lacan assinala o valor que uma mãe deve atribuir à palavra do pai, ou seja, a sua autoridade: “Trata-se menos das relações pessoais entre o pai e a mãe [...] mas da mãe com a palavra do pai” ([1957-1958] 1999, p. 197). Dito de outra forma, trata-se do lugar que a mãe concede ao Nome-do-Pai na efetivação da lei. E em

relação a esse aspecto, Julien acrescenta: “Só há verdadeira autoridade paterna quando esta for recebida de um mulher” (Julien, 1997a, p. 55).

Com efeito, a paternidade é da ordem, não da verificação, mas da fé, isto é, do crédito dado à palavra de uma mãe, enquanto que ela não é toda-mãe voltada para a criança, mas primeiramente mulher. (Julien, 1997b, p. 47)

Se assim é, trago à cena o pai de Marina, quase sempre recalcado em seu discurso. Mesmo incitada a falar sobre ele, poucas vezes ela se dispôs a incluí-lo em seus relatos. Se dele ela diz não se lembrar muito e não ter o que falar a seu respeito, pois a última vez que o viu ainda era muito pequena, quando enunciado em seu discurso, é sempre submetido ao saber da mãe. Ou melhor, é à mãe que Marina remete-se para demandar um saber sobre esse pai. Diante do que foi dito sobre o pai mediado pela palavra da mãe, suponho ser significativo que, no discurso de Marina, a resposta da mãe a sua demanda de saber sobre o pai é enunciada sob a forma do discurso direto. Operação discursiva que penso dar materialidade a uma espécie de garantia do dizer da mãe.

Aí só isso que eu lembro do meu pai. Minha mãe mesmo nem comenta. Eu nem faço questão de procurá também né. Toda vez quando eu vô pra lá eu só falo assim “mãe, e o pai?”. Ela: “Ah minha filha eu num sei não, deve tá por aí, eu acho que ele tá morano cum outra, eu num sei pra onde ... rasa, uma coisa assim, né que acho.

Antes de continuar, sublinho que, para a Psicanálise, são os traços mal-entendidos da língua materna que vão se fixar e dar, *a posteriori*, à cadeia significante todo o seu peso, funcionamento e ato. Como nota Pamponet (1998), tudo ocorre como se os primeiros impasses da situação original do sujeito se deslocassem a um outro ponto desse real mudo e

aí se fixassem como traços de memória. Desses primeiros traços, desses fatos de *alingua*, a estrutura se incorpora e vai sofrer uma reorganização significativa, advindo daí um sujeito desejante. Assim, ao nos depararmos com um mal-entendido, é necessário examiná-lo sempre mais atentamente, o que nem sempre significa poder ter acesso a ele.

Da lembrança da resposta vinda da mãe, Marina destaca: “eu acho que ele tá morano cum outra, eu num sei pra onde”. Nesse ponto, recordo que o homem a quem Marina se endereça também fez de uma “outra” a mulher causa de seu desejo. Deve-se ainda perguntar, de outro ponto de vista, se não caberá também a Marina ocupar o lugar da “outra”?

Eu nem sei como que ele é. Se eu vê ele hoje eu num vô conhecê. Se eu chegá lá hoje assim, se eu, vê ele na minha frente eu num vô sabe quem é. Eu só vô sabê quando minha mãe falá assim: “filha, esse aí é seu pai”. Mas mesmo assim, eeu, apesá de tudo que ele fez comigo, cum minha mãe né, eu sô até capaz de perdoá.

Mas Marina continua demandando de sua mãe um saber que a possibilite reconhecer o pai e perdoá-lo — por ela e pela mãe. Indo um pouco mais além, é da mãe que ela pede uma nomeação ao pai: “filha, esse aí é seu pai”.

[...] as vezes ela mandava eu saí de casa, eu falava que num ia saí porque ela era minha mãe e era obrigada, aí ela falava: “ai, num sô obrigada a criá fi de ninguém não”. Fi de ninguém que ela falava, fi do meu pai né. “Num sô obrigada a criá fi de ninguém não” [tosse]. Aí elaa pegava e mandava a gente í embora de novo.

Se a demanda de Marina ocorre no sentido de obter da mãe um possível reconhecimento do pai, já a resposta dada por esta nega a existência do homem, pai de seus

filhos: “Fi de ninguém que ela falava”. E, ao fazer isso, impossibilita a inscrição de Marina em uma rede simbólica de filiação e coloca-a numa posição não-situada.

A questão é que, no caso do pai de Marina, seu nome é não só depreciado, mas invalidado, e sua palavra não é mediada pela mãe, mas sim extinta por esta. Não há aí uma posição terceira a ser ocupada pelo pai de Marina, cuja mediação daria limite à dimensão gozante da mãe com os filhos. Na verdade, vejo nesses enunciados algo que vai para além de uma desobrigação em relação aos filhos — “Num sô obrigada a criá fi de ninguém não” —, mas uma recusa à própria maternidade: “fi de ninguém”. De fato, não houve um homem que a sustentasse como mulher e mãe.

E, mais, penso ser necessário considerar que, além de a mãe de Marina não ocupar o lugar de causa de desejo de um homem, pois foi abandonada — “Ah minha filha eu num sei não, deve tá por aí, eu acho que ele tá morano cum outra, eu num sei pra onde [...]”—, o seu pai também não se fez digno de amor e respeito. E quanto aos filhos? Estes também ele os abandonou, o que não deixou de produzir efeitos...

De fato, a rejeição e o abandono dos filhos pela mãe de Marina e o lugar de objeto ocupado por estes lembram-me o ato de *Medéia*,⁶⁴ também destacado por Miller (1998), para ilustrar que o amor materno, certamente, não se sustenta na referência pura à lei do desejo, mas deve encontrar-se remetido a uma função paterna. Quando Jasão vai embora, e Medéia deixa de ocupar o lugar daquela que causa seu desejo, esta mata os filhos, fruto de sua união com ele.

Essas considerações demarcam a relação de Marina com o funcionamento claudicante do significante Nome-do-Pai e, de forma conseqüente, com sua filiação.

⁶⁴ Segundo a mitologia grega, a grande deusa Afrodite, querendo proteger Jasão na conquista do velocino de ouro, fez que Medéia o amasse loucamente. Esta, conhecedora de certos processos mágicos, como um bálsamo com que tornava quem o usasse insensível ao fogo e invulnerável, por um dia, deu-o a Jasão, que venceu todas as provas a que foi submetido por Eetes, rei da Cólquida e pai de Medéia. Mas Jasão, que tudo devia à esposa, abandonou-a para se casar com Creúsa ou Glauce, filha de Creonte, rei de Corinto. Inconformada, porque, graças a Afrodite, ainda era apaixonada pelo esposo, Medéia, num acesso de loucura, matou Creonte, Glauce e os dois filhos que tivera de Jasão. (Brandão, 1993, p. 222)

Aprisionada pela renegação materna da função paterna e determinada por uma espécie de “recusa de filiação”, a história de Marina encontra-se marcada pelos repetidos retornos e tentativas inconscientes de um reconhecimento enquanto filha. Seu sofrimento inscreve-se em seu discurso na medida em que retoma o discurso da mãe e tenta uma autoneomeação: “Fi de ninguém que ela falava, fi do meu pai né”.

2.8 Entre o DNA e o registro

Quanto a Catarina, quem é seu pai? Com o nascimento da filha, Marina esperava de Fernando o reconhecimento de sua paternidade. Ele chegou a ir ao hospital, pegou Catarina no colo, certificou-se de que era mesmo sua filha e, ainda assim, abandonou-as. Passados seis meses, Marina voltou a procurar Fernando e demandou que ele reconhecesse sua paternidade mais uma vez, agora exigindo o registro da filha.

[...] mas quem cuidô da minha filha sozinha o tempo todo foi eu né, o pai dela nunca deu assistência, nem quando eu tava grávida, nem quando eu tive ela. Foi dá depois de seis meses de nascida porque *eu tive que levá ele na justiça* né pra ele *registrá* ela porque eu precisava né do *registro* pra levá ela ... Aí ele foi e *registrô* mas aí ele foi e ofereceu a pensão né, mas aí eu fui e aceitei a pensão né, porque eu num podia recusá ele era pai né, ele tinha o direito né.

Em todas os nossos encontros, Marina reafirmou por um longo tempo ter tomado conta de sua filha sozinha, sem a assistência de Fernando, bem como o fato de ter exigido dele o registro da filha. Insistência cujo valor de demanda penso reafirmar um desejo de obter uma filiação — agora sob a sanção do discurso jurídico — e cujo funcionamento

demarca uma demanda dupla de nomeação. Pois se Catarina é nomeada como filha, Marina também é nomeada como mãe.

[...] falei assim “não chega hoje é dia”. Aí eu peguei numa tarde, arrumei minha nenê, e fui cum ela, aí minha irmã foi também né, levei minha nenê e falei assim “olha ela aqui até hoje tá sem registro”, tem seis meses e num tem nada, o pai num faiz nada por ela. Aí o advogado nesse mesmo dia mandô uma intimação pra ele. Aí ele, no outro dia ele mandô me chamá. Diz que, ele e ela mandô me chamá diz que queria registrá a menina e num precisava de DNA mais não.

No discurso de Marina, é possível observar que a exigência da paternidade de Fernando se dá com a articulação de dois discursos: o discurso jurídico e o discurso tecnocientífico. Nesse ponto, reflito sobre o quanto tais discursos são determinantes não só na produção do desejo anônimo, como me parece ser o de Marina, mas de poder sustentá-lo por meio de práticas médicas e jurídicas. Lembro o quanto o funcionamento do discurso tecnocientífico — presentificado no “discurso do capitalista” — é capaz de garantir um saber *des-basteado*, saber sem falha e que se apresenta precisamente como conhecimento de leis objetivas, implicado diretamente na produção de um *mais de gozar*.

Não tenho dúvida do quanto os efeitos produzidos pelos discursos jurídico e tecnocientífico são determinantes na ilusão de Marina de que a verdade da paternidade de Fernando — ainda que biológica — possa ser confirmada por um exame garantido por um saber tecnocientífico. Com o aval desse saber, tanto a filha como ela própria seriam finalmente reconhecidas, agora sob o ratificação do discurso jurídico, com o registro em cartório.

Entretanto, sabe-se que muito bem que ser pai não pode significar ser apenas o genitor da criança e, nesse sentido, “[...] pretender fundar a paternidade sobre a ‘verdade

biológica’ é fazer evidenciar ainda sua fragilidade” (Julien, 1997a, p. 45). Ao se falar em “paternidade biológica”, abalam-se de uma só vez tanto a pilastra da paternidade quanto a da filiação. E, neste contexto, cabe-nos indagar quanto aos avatares para o sujeito de uma filiação dita “biológica”.

Por outro lado, mesmo que uma paternidade biológica seja confirmada por um saber tecnocientífico, esta já não se encontra submetida aos avatares do gozo e desejo sexual presentes na relação homem—mulher. Diante de uma filiação definida por um laço real, silencia-se uma possível interrogação do sujeito em face da realização de sua feminilidade, masculidade: o que sou eu em tudo isso? Nesse contexto, maternidade, paternidade, nascimento e morte são dessubjetivados. O enigma do desejo do Outro, *Che vuoi?*, esmaga-se em saberes ditos científicos e desfaz-se em certeza.

Contudo, Marina nada sabe disso, mas tem a certeza de que o saber *dito* científico é capaz de confirmar e conferir a paternidade a Fernando.

[...] aí eu fui e levei pra fazê o DNA né, eu num fui pra pedi pensão nem nada não, só o registro e o DNA. Aí chegô lá na hora ele desistiu porque era particular né, e elee, eu acho que ele num tinha dinheiro né, pra pagá, nun tinha e, num tinha ainda abaxado o preço né, era uns setecentos e poucos reais né, aí ele não tinha condições, e ele falô que não precisava mais do DNA né, e eu f...fui e aceitei né.

Como Fernando não tem dinheiro para fazer o exame, acaba sendo obrigado — conforme afirma Marina — a registrar Catarina. De modo que o reconhecimento de Catarina como exigência de Marina ocorre no entrecruzamento dos discursos científico e jurídico.

Mas, eu sei, té hoje ele disconfia que a menina não é dele, ele sempre joga na minha cara que a menina não é deele e e eu fui, mais assim, a na justiça por causa do DNA e do *registro*

né. Chegou na hora ele desistiu não quis o DNA, porque é particular né ele não quis fazê o DNA. [...] É porque ele falava que num era dele né. Ele sempre jogô na minha cara diz que a menina num era dele. Ele sempre falava que a menina era do Márcio [rindo], dum amigo meu né. Aí, eu corri atrás né do DNA pra fazê. Aí chegô na hora ele desitiu e num quis, fazê mais, o DNA. Aí eu, a gente pegô e parô né cum essa história. Mas ele chegô na mi... na minha irmã e falô: “Ednalva eu tô registrano a essa menina mais, com o coração na mão essa menina não é minha”. Desse jeito que ele, fala até hoje.

O drama é que o único laço de filiação que o discurso tecnocientífico, assim como o discurso jurídico, com seus saberes objetivos e sem falhas, pode oferecer a Catarina é um laço real no qual o modelo de filiação — biológica — é dado pelo real do corpo de Fernando. E, por ser um laço real, não se sustenta como garantia para oferecer a ela um valor simbólico. É preciso que o desejo de ser o pai dessa criança compareça e haja um acolhimento subjetivo dela.

Em desacordo com a ilusão de Marina de que, registrada Catarina, seu pai a nomearia como filha, não é bem dessa forma que os fatos se sucedem. Mesmo obrigado a registrá-la, Fernando diz não reconhecê-la, o que obriga Marina a se deparar com o fato de que, se houve um registro, este não incluiu uma filiação de fato. Disso penso decorrer a repetição excessiva no discurso de Marina da recusa de Fernando em assumir a paternidade da filha e, portanto, do fracasso de sua tentativa.

Mas se a constelação subjetiva, desejante, da criança resulta de uma transmissão que supõe a presença de um pai, que, mesmo sem saber, coloca em ação um desejo situado em algum lugar por um nome, como fica Catarina, já que o pai não a reconhece?

2.9 O pai dela ...

[...] mas quem cuidô da minha filha sozinha o tempo todo foi eu né, o pai dela nunca deu assistência, nem quando eu tava grávida, nem quando eu tive ela.

Se Marina nunca se significou a partir da palavra “mãe”, não é da mesma forma que ela se posiciona em relação à paternidade de Fernando. Mesmo ele insistindo em negar a paternidade à filha, Marina o designa reiteradamente como “o pai dela”. Quanto à utilização excessiva de tal designação, acredito que esta opere como uma tentativa, ainda que inconsciente, de produzir uma certa estabilidade referencial e, ao mesmo tempo, silenciar sentidos que digam da dimensão não-simbólica da paternidade de Fernando.

Segundo Guimarães (1995), a operação enunciativa de designação acaba por produzir um efeito de unidade mediante o qual naturaliza-se uma determinada forma de significar. Assim sendo, considerar o efeito de unidade produzido pelo processo de designação significa refletir sobre a legitimidade/instabilidade de tal designação, possibilitando-nos pensar na existência de uma injunção a essa operação.

Estranhamente, se há aí uma forma de designação, esta não se refere ao nome ou ao sobrenome de Fernando e, portanto, não inclui a relação com uma linhagem. Aliás, poucas vezes Marina menciona o nome dele, o que me permite supor uma dificuldade dela com o homem Fernando, enquanto nome. Nesse caso, Marina se endereça não ao homem, mas ao pai, ainda que “pai dela”, de sua filha Catarina. Pai sem nome, convém ressaltar.

Enfim, reproduzida sem qualquer recurso direto a um pai que faça de sua mãe causa de seu desejo e que possa com ela não só *fazer* filhos, mas oferecer um “cuidado paternal” para com eles, Catarina vem ao mundo como fruto de um desejo cujo anonimato a impede de ser reconhecida. E não me refiro a recusa de Fernando em registrar Catarina, mas a uma nomeação simbólica, conforme assinala Mougín-Lemerle (1999, p.4):

Nomear Z não se reduz a dizer que ele é filho de X ou Y, mas consiste antes em declarar que ele traz, de uma maneira socialmente autorizada, o nome de X (ou Y). O nome confere à criança um lugar dentro de uma linhagem, o direito lhe oferece o espaço dentro do qual ele terá de construir sua estrutura psíquica e sem o qual ele não seria mais do que uma “boneca de carne” (produto do coito de seus genitores ou de seus farrapos particulares).

Nos próximos enunciados, Marina continua aludindo ao “pai dela”, ainda que para falar do dinheiro oferecido para abortar Catarina .

Porque eu fui tirá o ultra-som né, aí deu que eu tava grávida né, mais, o pai dela num gostô, eleee ofereceu dinheiro pra mim abortá né.

Igual um dia que o pai delaa, foi lá em casa, eu morava cum minha irmã né, ele foi lá em casa oferecendo dinheiro pra mim abortaa, e esse dia eu realmente, eu ti... tive começo de aborto né, porque eu fiquei muito nervosa né.

Reconhecido como o pai que pede a morte da filha, como o pai que não dá assistência, Fernando ainda assim é referido por Marina como “o pai dela”. É mesmo como “o pai dela” que Marina faz alusão à posição ocupada por ele diante dos efeitos reais produzidos pelas agressões endereçadas ao corpo de Catarina. Conforme já afirmei, se o pai pede a morte da filha, é quase morta que a filha é entregue ao pai.

Ela ficô três dias com o pai dela de lá já levou elaa, pro hospital, d... dismaiada né, intalada, num respirava, aí ficôoo éeh uns dois dias na UTI saiu né foi proo apartamento, e do apartamento, lá eu já num podia mais mexê cum nada né, diz que era só o pai dela, que

quando ela foi internada num foi eu que levei né, foi o pai. Aí o pai dela foi, buscô ela e levô pra casa dele né, até hoje tá lá na casa dele ela já passô por várias cirurgias

É justamente a partir do lugar em que Catarina se encontra, como corpo despedaçado, que Marina diz do desejo do pai em ficar com a filha. É também nesse momento que ela o desloca de “pai” para “paizão”. Procurando ser mais precisa, nos dois enunciados abaixo, Marina articula o passado — “quem cuidô da minha filha sozinha o tempo todo foi eu né, o pai dela nunca deu assistência” — com o presente — “Ela ficô três dias com o pai dela de lá já levou elaa, pro hospital, d... dismaiada né, intalada, num respirava, aí ficôoo ééh uns dois dias na UTT” —, de modo a endereçar ao pai uma nova nomeação: “paizão”.

Porque o pai dela tá quereno tirá a guarda d...de mim definitivo né. Mas, eu num sei. É igual euu tô achano estranho porque ele nunca deu assistência pra ela e agoraa tá quereno sê um paizão do mundo [...].

[...] porque ele nunca deu assistência pra ela né, e agora que deu agoraa, qué tomá ela de mim. Ele qué dá uma de paizão, ele qué prová que ele é o bonzão, mais no fim ele num é nada [rindo].

E aqui um destaque: se do discurso da mãe, Marina retém o enunciado “fi de ninguém”, em seu próprio discurso ela assinala: “ele num é nada”. De um enunciado ao outro, ou melhor, do significante “ninguém” ao significante “nada”, observo um deslizamento lógico que diz da alienação significativa de Marina aos significantes da mãe, marcando na língua um saber que não se sabe. E, se o sujeito do desejo é sujeito do

significante, posso supor que a rede significante à qual Marina encontra-se inscrita produza efeitos lógicos de retorno. Em relação a esse aspecto, Lacan esclarece:

Entendam bem que não se trata de efeitos estatísticos imprevisíveis, mas que é a estrutura mesma da rede que implica retornos, É esta a figura que toma para nós, através da elucidação do que chamamos estratégias, o automaton de Aristóteles. E também , é mesmo por automatismo que traduzimos o *Zwang* da *Wiederholungszwang*, compulsão da repetição. (Lacan, [19/02/64], 1988, p.69)

Como foi visto, a repetição diz de um saber que não se sabe, mas retorna. E esse saber, sabe-se muito bem, é meio de gozo. Aliás, para Lacan, o “significante se introduz como aparelho de gozo”. ([14/01/70], 1992, p. 45)

2.10 Laço simbólico, laço real, laço perverso

Ao longo deste estudo , tenho ressaltado que o laço constituído entre Catarina e sua mãe parece apresentar um funcionamento claudicante do Nome-do-Pai visto que não há aí uma mediação entre o desejo da mãe e o ideal do eu. Esse fato é responsável pela inexistência de um limite imposto ao gozo materno, que o faça incidir diretamente sobre o corpo de Catarina. Catarina não divide a mãe, mas a preenche, conforme afirmou Miller em “A criança entre a mãe e a mulher” (1998).

Procurando ir um pouco mais além, cabe assinalar que, para mim, os atos de agressão praticados por Marina apresentam uma dimensão simbólica, marcada pela necessidade dela em adquirir uma determinada insígnia que não lhe foi transmitida pela filiação simbólica. Para precisar tal afirmação, proponho incluir nessa reflexão um

comentário realizado por Lacan no texto “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia” ([1950] 1998a).

Subscrevendo a tese de Marcel Mauss, Lacan afirma que, quando as estruturas sociais são simbólicas, elas nos permitem condutas reais e, quando se tornam reais, são as nossas condutas que se tornam simbólicas. Compreendo tal afirmação da seguinte forma: no caso de uma estrutura social simbólica, cujo suporte é dado pelo Nome-do-Pai, o poder é conferido pelos valores, obrigações, tradições que permitem ao sujeito realizar identificações simbólicas, produzindo-se um laço simbólico. No caso de uma estrutura social real, estrutura que não suporta o Nome-do-Pai, o seu poder é representado pela elaboração de leis positivas, pela força policial, armada, ou outras, construindo-se então um laço real, determinante na produção de uma laço perverso. Esse tipo de estrutura aprisiona o sujeito, que, na falta de identificação simbólica, é tomado por identificações imaginárias na quais a imagem, embora substituível, uma vez assumida, parece compacta e inalterável. Tal identificação, ao nascer da exceção ao simbólico, provocará no sujeito ações reais.

De maneira mais geral, são os laços sociais que devem outorgar a um sujeito o seu lugar, por exemplo, de filho ou de cidadão. Entretanto, quando estes são reais, ou seja, simbolicamente pouco consistentes, então os atos do sujeito devem ser simbólicos. Atos que tornem possível para ele algum lugar simbólico que os laços não lhe garantem.

Ao contrário, quando os laços são simbólicos, não é necessário esperar dos atos que o sejam, eles podem se contentar em ser reais, pois os laços já garantem ao sujeito o reconhecimento da sua filiação e da sua cidadania.(Calligaris, 1991b,p.111)

Valendo-se das reflexões de Lacan sobre a tese de Marcel Mauss, Calligaris (1991b) acrescenta: “geralmente, o pai vale por ter sido e de uma certa maneira por ainda ser filho, em outras palavras, por estar inserido numa cadeia de filiação”. Mas caso isto não aconteça,

o pai vai agir pela via do real, esperando que seu ato “simbólico” lhe dê um estatuto subjetivo, o que enfim o fundaria e o legitimaria em sua subjetividade.

Isto posto, quanto ao ato de agressão cometido por Marina em relação à filha, considero ser justamente a falta do suporte simbólico dado pelo Nome-do-Pai, pois ela não me parece ter sido inscrita em uma cadeia de filiação, que a impossibilita de estabelecer com a filha um laço simbólico. Desse modo, compreendo sua agressão como ato simbólico, efeito de um laço real, situado numa dimensão perversa.

Abre-se, neste momento, a necessidade de uma outra articulação e que se dirige à caracterização do ato. O fato de o sujeito atuar nem sempre significa que encontre-se implicado diante desse ato, podendo haver aí um silenciamento em face dele.⁶⁵

Rosa, em “O discurso e o ato na produção do laço social: reflexões sobre a delinquência”(1999b, p.283), observa que o ato se faz em nome de algo: “É da ordem do simbólico. Escapa à intencionalidade do sujeito [...], supõe o inconsciente. Refere-se à dívida simbólica, a uma descendência”. Afirmo ainda ser importante ter em conta nessa discussão o papel da identificação e da repetição nesse processo, visto que o ato pode tanto permitir vínculos e estabelecer laços como impossibilitá-los. E esclarece: “sua proximidade com a pulsão, traz sempre um risco e está sempre ligado a sexualidade, em sua qualidade infantil e perversa.” (1999b, p.283)

Um outro aspecto a ser salientado é o fato de que o ato, uma vez desencadeado, produz efeitos sobre o sujeito ainda que este não se dê conta do que fez. Daí o estranhamento do sujeito frente ao ato realizado ser marcado discursivamente ora pela negação, ora pela omissão, ora pelo seu enfrentamento. Será, entretanto, essencialmente pela via do discurso

⁶⁵ Rodrigues (1996, p.73) observa que infratores adultos, ao serem instados a falar, o crime cometido não entra em seu discurso: “Na grande maioria dos casos como o crime não é mencionado, ele não entra no discurso; ou seja, ao ser perguntado sobre o delito [...] ele não o refere. Essa característica do discurso é invariável, sendo independente inclusive do tipo de delito praticado, e esse é um dado relevante, pois denota a falta de necessidade que esses sujeitos têm de simbolizar seu ato. Assim o crime cometido fica à parte do discurso, não necessitando simbolização, donde é possível concluir que teve seu lugar, lugar que deve ser preservado enquanto ato”.

que a identificação e o reconhecimento do sujeito em relação ao ato produzido poderá se dar (ou não).

É pela identificação que o reconhecimento se torna possível, no discurso que faz surgir o significante que reencadeia, historiza e humaniza o ato. É a possibilidade do sujeito de querer o que deseja, isto é, de identificar-se ao que era sem querer. (Rosa, 1999b, p.285)

No caso de Marina, ela nunca se refere diretamente a nenhuma agressão cometida contra Catarina. Uma única vez, ela mencionou o fato de sua irmã tê-la acusado de esmurrar a boca da filha, quando esta tinha cinco meses. Isso porque imaginava que eu já soubesse desse incidente, pois sua irmã havia sido entrevistada em um noticiário local na televisão. Em nenhum outro momento, Marina voltou a falar sobre o assunto de forma explícita. Ausente do ato, ela não se detém sobre ele de modo a simbolizá-lo.

Na verdade, ao longo das entrevistas, Marina silenciou-se sobre as possíveis agressões a Catarina das mais diversas formas, utilizando-se, para tal, ainda que de maneira inconsciente, de diferenciados mecanismos lingüísticos-discursivos que se intercalam com certa regularidade.

Por exemplo, ao falar sobre as acusações dirigidas a ela, por exemplo, Marina apresenta o discurso relatado: “eu nuum cheguei a dá um murro — como ela falô, — na boca da minha nenê”. Diante das agressões cometidas contra a filha, marcada a um só tempo pelo estranhamento e pelo sofrimento de se ver aí incluída, só assim parece ser possível remeter-se ao que aconteceu. Isto é, a partir do outro, e não dela mesma:

[...] eu nuum cheguei a dá um murro como ela falô, na boca da minha nenê não. Porque isso eu não fiz. Eu apenaas, realmente minha nenê maachucô nesse dia.

[...] porque todo mundo tá levantano calúnia c... contra mim, falando que fui eu que bati na minha nenê [...]

[...] porque ela nunca viiu eu encostá a mão na minha filha, nunca. E ela via eu bateno p...praticamente de porta em porta pedindo uma coisa pra minha filha.

No enunciado acima, utilizando-se do discurso relatado, ao ser convocada pelo significante bater, Marina desliza na língua, comete um ato falho, rompe o fio discursivo: “E ela via eu bateno p...praticamente de porta em porta”. Se, em relação ao ato falho, Freud afirma ser este uma formação do inconsciente que ultrapassa a intenção do sujeito e realiza desejo, demarcando ainda a existência de forças conflitivas entre a intenção do sujeito e o recalado, quanto ao funcionamento próprio da ruptura, De Lemos (s.d.) observa que esta pode ser considerada “como efeito apreensível da interferência de uma outra cadeia que desata conexões estabelecidas e estabilizadas de uma outra cadeia manifesta e que irrompe”. Sendo este um dos modos de emergência do sujeito na cadeia signficante

Não tenho dúvida de que os efeitos desestabilizantes desses funcionamentos aludem a um sujeito desejante cujo dizer revela uma saber inconsciente com valor de verdade e que o coloca na posição de enigma a ser decifrado:

A verdade — digo — só poderia ser enunciada por um semi-dizer, e seu modelo, mostrei-o a vocês no enigma. Pois é justamente assim que ela se apresenta a nós, e não certamente em estado de pergunta. (Lacan [11/03/70], 1992, p. 110)

Um outro funcionamento lingüístico-discursivo apresentado com regularidade no discurso de Marina — por diversas vezes ressaltado nas análises já realizadas —, que penso poder ser remetido a uma outra forma de silenciamento diante do ato de agredir, é a denegação: “quando ela foi internada não tava comigo não”.

Se, de modo geral, a negação pode ser considerada como a oposição de uma afirmação pressuposta, para a Psicanálise, essa operação — *Verneinung* — encontra-se ligada ao recalçamento. Isso significa que, mesmo que o sujeito possa vir a formular um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, ele continua defendendo-se destes e negando que lhes pertença. Nesse sentido, nos termos de Hanns (1996), a *Verneinung* remete ao aspecto formal-gramatical da frase, isto é, negar através da inserção do advérbio de negação. Pode-se observar que, nessa perspectiva, para que um enunciado seja considerado denegação é necessário que o sujeito explicita o significante “não”.

Segundo Freud, fazendo-se a abstração da negação, é possível obter o conteúdo do pensamento recalçado. Ou seja, ele torna-se consciente desde que seja negado. Cabe esclarecer que a aceitação intelectual do recalçado nem por isso abole o recalçamento (Chemama, 1995), apresentando-se assim como um momento revelador de um sujeito de saber que não sabe a si mesmo.

[...] Ai eles tão me acusando né, diz quee, foi eu que bati na minha filha né, mas quando ela foi internada não tava comigo não [...]

[...] que todo mundo tá me condenano né falando assim quee, eu bati na minha filha, mas isso num é verdade.

Em suma, nos enunciados apresentados acima, mesmo trazendo o outro em seu dizer — discurso relatado —, para que pudesse referir-se aos maus-tratos cometido contra Catarina, ainda assim, quando retomava a primeira pessoa — “eu bati na minha filha, mas isso num é verdade” —, capturada pelo Outro, acaba por denegar, colocando em jogo a relação saber, verdade e gozo.

2.11 O choro de Catarina

Mas como era o cotidiano de Marina e Catarina, como viviam as duas no pequeno barraco de dois cômodos alugado por Marina? Mesmo trabalhando como doméstica durante todo o dia, Marina levava sua filha para o emprego e, somente com seu registro, quando a menina tinha seis meses de idade, foi possível colocá-la em uma creche. Catarina permaneceu na companhia de sua mãe até os oito meses, quando teve sua guarda judicialmente transferida para o pai. Até então, as duas viviam sempre sozinhas, conforme afirma Marina, uma fazendo companhia à outra. Em um determinado momento da entrevista, ela sorri e lembra-se de Catarina: “Porque, às vezes, eu chegava em casa e falava: “É Catarina, agora é só nós duas agora, ninguém mais””.

Mas que tipo de relação é possível ser estabelecida entre um bebê e sua mãe num momento em que este pequeno ser está fundando seus alicerces psíquicos, encontrando-se alienado à imagem materna? Ou seja, o que significava para Catarina o enigma presentificado no ir e vir de sua mãe?

[...] a criança é olhar, puro olhar; ela está deitada, de costas, não compreende nada do que sua mãe lhe fala, mas vê esta imagem que vai e vem, esta imagem materna, que fala com ela; ela ouve os sons de sua voz; a mãe a toma nos braços, a alimenta, a faz dormir, a educa. Há aí algo de interrogativo. A mãe vai embora e retorna. Há uma alternância entre a presença e a ausência. Agora, se ela volta, será que sou tudo para ela? Se ela se vai, será que não valho nada, sou zero para ela? Eu grito, ela vem. Ela vai embora. Eu grito de novo e ela não volta. Eu não grito mais e ela vem. Este é o enigma desta alternância entre duas respostas contraditórias: ou sou tudo para ela, e aí é a angústia, eu sou de pequeno demais incapaz ... ou não sou nada para ela, mas, ainda assim, ela volta. Então sou tudo para ela. Esta é a alternância. (Julien, 1999, p. 33-34)

Como foi apontado logo acima, todo bebê demanda e aguarda uma resposta de sua mãe, e não se trata aqui de objetos relativos ao campo da satisfação de necessidade, por exemplo, o alimento, a fralda suja, o brinquedo que cai. Mesmo porque, como bem nota Freud, não é o objeto alimento que satisfaz o sujeito, mas o “prazer do boca”. Daí a diferença entre o registro da necessidade e o processo pulsional e, de forma conseqüente, entre o objeto da necessidade e o objeto da pulsão. Assim sendo, a demanda do bebê diz respeito a um pedido de reconhecimento desse ao Outro materno, de que o inscreva no mundo a partir de seus significantes, produzindo nele desejo.

Ao falar de sua filha, Marina lembrava-se de Catarina mamando, sorrindo, batendo os bracinhos, gritando e até começando a engatinhar, mas, estranhamente, recusava-se a enfrentar o choro de sua filha. Segundo ela, Catarina quase não chorava: “Não, ela não é, não é de chorá”, “mais ela nunca foi de chorá”, “mas ela nunca chorô”, “porqueee, ela num chorava”.

Ora, assim como o grito, penso que também o choro diga de uma interrogação e de um pedido de reconhecimento diante do grande Outro materno, para o qual a criança se endereça desejando ser o único objeto de desejo. Nesse sentido, como interpretar a relação ambígua e de evitação estabelecida por Marina essencialmente em relação a um possível choro de Catarina? Foi a sua insistência em denegar o choro de sua filha, utilizando-se de forma excessiva do significante “não”, que me permitiu supor aí a existência de um impossível de ser dito.

Não, ela não é, não é de chorá, ele sempre tava rindo, ela acordava, eu é que acordava ela 5 horas da manha pra trazê pra creche, ela acordava sorrindo, as vezes assim dia domingo, dia de sábado que ela num ficava na creche, a gente acordava mais tarde, ela acordava ficava lá gritano. Dia domingo né, ela ficava gritano, mais ela nunca foi de chorá, ela corria pra todo

lado, num andava inda não, mas no chão né, a gente colocava uma coisa pra ela ela ia pegá sorrindo mas ela nunca chorô.

Para pensar o *não-choro* de Catarina, parto da hipótese de que o choro, bem como o grito, pode ser compreendido como lugar de endereçamento, de reconhecimento, isto é, de um apelo que demanda resposta ao Outro materno.

Nessa mesma direção, Lacan, no *Seminário IV, Relação de objeto*, aborda o grito — remetido ao choro — como elemento de natureza essencialmente simbólica:

Como mostra o que Freud valoriza na manifestação da criança, o grito de que se trata não é considerado como sinal. Trata-se do choro na medida em que ele convoca sua resposta, que faz apelo, se posso dizê-lo, sobre um fundo de resposta. O grito se produz num estado de coisas onde não apenas a linguagem já está instituída para a criança, mas esta já imersa num meio de linguagem, e é a título de par de alternância que ela compreende seus primeiros balbucios. O Fort-Da é aqui essencial. O grito que levamos em conta na frustração se insere num mundo sincrônico de gritos organizados em sistema simbólico[...]. Basta ver a necessidade que a criança tem de receber esses gritos modelados e articulados que se chamam palavras, e o interesse que ela tem no sistema de linguagem em si mesma. O dom-tipo é justamente o Dom da palavra, porque, com efeito, o dom aqui é, se posso dizer, igual em seu princípio. Desde a origem, a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão, e perece por palavras. ([27/02/1957] 1985, p.192)

Denegando — “Não, ela não é, não é de chorá” — substituindo choro por grito — “começava a chorá né porqueee, ela num chorava ela ficava gritano”, Marina incluía o sorriso de Catarina: “ela acordava sorrindo”, “ela ia pegá sorrindo”, “ele sempre tava rindo”. Ora, se parto da hipótese de que o ato de chorar diz de uma demanda, de uma invocação ao Outro, convocando uma resposta, penso ser possível afirmar que todo o conjunto de

deslocamentos, substituições, deslizamentos de sentidos materializados por Marina em seu discurso, no sentido de negar o choro de sua filha, demarcam uma espécie de impossibilidade de atender à mensagem que a ela foi endereçada.

Ah, minha filha nunca foi de dá trabalho, elaaa, coisa mais difícil que tinha era chorá. Ela só chorava quando tava cum fome, ou então quando queria tomá banho. Aí ela chorava aí euu, ela acordava era umas treis horas da manhã e começava a chorá né porqueee, ela num chorava ela ficava gritano, [...] sorrino lá né, aí euu levantava, fazia mamadeira pra ela né. Aí passava um pouquinho ela dormia de novo né.

Não há dúvida de que, se a criança se satisfaz, seu corpo responde de forma a adormecer, sendo esse ato — bem como toda uma série de manifestações corporais apresentadas pela criança — investido de significância pelo Outro. E é justamente porque o sentido dado pela mãe encontra-se embasado no desejo que esta investiu na criança que o adormecer de uma criança pode tomar para a mãe valor de um “testemunho de reconhecimento” por parte do filho (Dor, 1989, p.145). Dessa forma, ao repouso da criança, a mãe responderá por meio de palavras, inscrevendo-a no universo de seu desejo. Aliás, é por intermédio da articulação estabelecida entre a necessidade e a demanda que a criança poderá também testemunhar sua entrada no universo do desejo, tornando-se uma criança-sujeito desejante.

Uma questão deve ser levantada: se o choro, ou o grito, para a criança, tem valor de mensagem destinada ao Outro materno, isso não significa afirmar que essa mensagem seja sempre devidamente acolhida. Em outros termos, quero dizer que o choro de uma criança, por exemplo, só funcionará como demanda se esta for suposta, isso é, se a mãe apresentar condições subjetivas que a possibilitem significar o choro de sua criança como valor de demanda. Afinal, se o choro, bem como o grito, faz sentido para a mãe, “isto

implica que a criança é de imediato colocada num universo de comunicação, onde a intervenção do outro constitui-se como uma resposta a algo que foi, de antemão, suposto como uma demanda” (Dor, 1989, p. 144). Caso contrário, se a mãe não apresenta eficácia simbólica para supor aí um pedido e reenviar uma mensagem de reconhecimento, o enlaçamento da criança ao mundo da palavra fica comprometido, como fica comprometido seu advento como sujeito desejante. Lacan destaca: “Desde a origem, a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão, e perece por palavras” ([27/02/57] 1995, p. 192).⁶⁶

Isto posto, em relação a Marina, indago-me, e não sem razão, se esta apresenta condições subjetivas que possam sustentá-la quanto a uma suposta *escuta* da demanda de Catarina, que, nesse momento, para além da demanda de satisfação da necessidade, demanda-lhe amor. E aqui a situação se inverte, pois já instalada no campo da linguagem, é Catarina quem convoca de sua mãe o significante que responda a sua maternidade e, conseqüentemente, a sua filiação. Mas se Marina apresenta um funcionamento claudicante do Nome-do-Pai, em que condições poderá sustentar — sem a mediação da função paterna — a inscrição da filha em um laço social de dimensão simbólica e não real?

Com certeza, é em relação à insistente recusa de Marina ao choro de Catarina — “coisa mais difícil que tinha era chorá” — que penso considerar a existência de um funcionamento que vai além da recusa ao ato de chorar. Quer dizer, acredito que é o *choro* como significante que convoca em Marina um outro significante ao qual ela não consegue responder. Diante da não resposta, Marina é tomada por uma espécie de “encontro com o real” e que, enquanto “encontro sempre faltoso”, aponta um impossível de ser simbolizado. Se estiver correta em minha hipótese, na falta do significante — quem sabe em

⁶⁶ Penso ser importante ressaltar o fato de que, embora Marina negasse o choro de Catarina e mesmo a agredisse, ela interpretou a filha de alguma forma: fez a mamadeira, trocou fraldas, levou até a creche, comprou roupas e até brinquedos. Quando Marina saiu de sua companhia, ela já engatinhava e balbuciava, ou seja, encontrava-se no campo do vivo. O que suponho requerer uma maior investigação é quanto a forma como Catarina foi de fato enganchada ao Outro materno, o que a possibilitou um certo tipo de acesso ao simbólico. O que não implica desconsiderar os avatares da forma como ela foi inscrita, ou seja, como objeto fetiche da mãe. Questões problemáticas, cujo limite de análise aqui estabelecido não nos permite adentrar.

relação à maternidade ou à filiação? — convocado pelo *choro* de Catarina, Marina passa ao ato, fazendo do corpo da filha um objeto em excesso.

Assim, aquilo que seria inicialmente da ordem de uma manifestação corporal, mas que, no entanto, ao ser significado pelo Outro materno, pela via da palavra, poderia ter produzido um laço simbólico entre mãe e filha, acabou por tomar a forma de laço real. Funcionamento cujos efeitos acredito terem sido determinantes na produção do sintoma de Catarina — sua cegueira —, inscrita no real de seu corpo. Segundo Molina: “A palavra tem potência transformadora. Sem sua inscrição sutilizante, o corpo e suas funções entram em falência” (1997, p. 16).

Mas se, conforme foi observado no capítulo II, um significante só existe em relação a outro significante por retroação deste último — $S1 \Pi S2$ —, a que outro significante o significante “choro” reenvia (ou convoca)?

Ee, eu num dô conta de ouvi choro de criança. Que quando eu.. [...] Que a mãe tá bateno. Sempre, sempre, que a mãe tá bateno. Que eu, sempre uma menina que chora aqui no prédio, a mãe fica: "Cala a boca, num sei o quê, que eu vô te batê". Aí eu penso: "Tá bateno". Aii, o choro, mesma coisinha do choro da Catarina. Aí eu penso: "É ela que tá chorano". [rindo] Uma vez, vei uma mulhé aqui cum bebezim novo né, uma colega minha, e entrô choraano, en...entro ali do portão, aí eu peguei e fui correno pra vê se era a Catarina, cheguei lá era a minha colega cum nenê dela no braço. [rindo] Que eu jurava que era ela, nunca chorô igualzim, o choro das crianças sempre, sempre, sempre tá na minha cabeça, quee, é o choro dela. [rindo]

Com efeito, Marina só pode dar sentido ao choro de Catarina, com os traços mnêmicos, diria Freud, ou traços significantes, como retomou Lacan, *en-carnados* por esta no decorrer de sua história. Não sem sentido, Marina remete o ato de chorar ao ato de bater:

“Ee, eu num dô conta de ouvi choro de criança. Que quando eu.. [...] Que a mãe tá bateno. Sempre, sempre, que a mãe tá bateno”. E é em relação a esse enunciado que, para efeito de análise, destaco dois significantes, por supor neles uma possível indicação do momento em que Marina agride Catarina. São eles: “choro” e “mãe tá bateno”.

Quanto ao segundo significante, considero ser importante salientar que, nessa expressão — que tomo como valor de escritura —, tem-se dois sujeitos: um sofre o efeito do ato de bater e aquele que bate está definido: a “mãe”. É dada à complexidade de tal construção que me indago se os efeitos da remissão de um significante — “choro” II “mãe tá bateno” — ao outro não permite pensar numa remontagem do fantasma de Marina.

Nesse sentido, lembro que no discurso do mestre — que apresenta a lógica da castração e a constituição do sujeito falante — tem-se no piso inferior a produção do matema do fantasma. De onde se depreende a produção de um sujeito dividido — $\$$ —, determinado por seu fantasma — $\$ \diamond a$ —. Assim sendo, resta saber de que forma esta escrita poderá ser conjugada com a suposta montagem fantasmática de Marina produzida pelos significantes “ganhar”, “dar” e “pedir”, articulada pelo “negócio de mãe”, também presentes em sua cadeia. Indagação que fica para ser posteriormente respondida com mais propriedade.

Acredito que a remissão do significante “choro” ao significante “tá batendo” produza dois efeitos: por um lado, a fixidez de um sentido e, por outro, uma alienação significante sobre Marina. Determinada por esses efeitos, é quase impossível para ela significar o choro de sua filha como o pedido de um “escuta-me” — voz da criança — ou como o pedido de um “olha-me” — solicitação de um olhar. Pedidos que, devidamente escutados, possibilitariam a Catarina o seu ingresso ao mundo do simbólico.

Mas “se o sujeito não é outra coisa senão o efeito da própria divisão ao funcionamento da linguagem, ele não preexiste a ela” (Calligaris, 1986b), como ficam

Marina e Catarina diante da articulação entre os significantes “chorar” e “a mãe tá bateno”? Nesse momento, retomo em Calligaris a releitura da fórmula de Lacan — “o significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante” (Lacan, [06/12/61] s.d.) —, realizada pelo primeiro: “um significante produz um Sujeito para outro significante” (Calligaris, 1986b, p.23), por considerar que esta precisa a questão da produção num “só depois” de um sujeito dividido pelo significante.⁶⁷

De fato, a resposta obtida por Catarina não foi da ordem de um reconhecimento dando aval a sua mensagem, mas mostrou-se na forma de ato que vem cessar tal demanda. E, nesse sentido, Lacan nos ensina: “desde uma idade muito precoce uma criança distingue uma punição de uma sevícia casual. Antes mesmo da palavra, uma criança não reage da mesma maneira a um encontrão e a uma palmada” ([27/02/57] 1995, p. 19).

Se assim o for, indago-me quanto à resposta oferecida por Catarina ao *Che vuoi?* Diante da questão do que o Outro quer dela, Catarina acaba ofertando-se como objeto de gozo à mãe, e a ela lhe entrega o próprio olhar.⁶⁸ E se for retomada a afirmação de Julien — “a criança é olhar, puro olhar” —, é possível presumir que, no jogo da alternância entre o ir e vir da mãe, ela também se percebe olhada.

No *Seminário XI*, Lacan fez uso das elaborações de Merleau-Ponty sobre a “preexistência de um olhar” que submete nossa existência a um ser olhado “de modo original” desde sempre. Trazendo essa reflexão para o campo da Psicanálise, Lacan afirmou: “Esse olhar que encontro [...] de modo algum é um olhar visto, mas um olhar imaginado, suposto por mim no campo do Outro” (Lacan, [26/02/64] 1988, p. 84).

⁶⁷ Em relação a esse aspecto, pontuo a necessidade de uma maior elaboração, que penso ser determinante para um estudo mais detalhado do caso aqui apresentado.

⁶⁸ No *Seminário XI*, Lacan inscreve o olhar no registro da pulsão escópica, ou seja, como objeto *a*, fazendo parte com a voz, o seio, as fezes e, algumas vezes, a urina no catálogo dos objetos parciais. O que o leva a distinguir a função do olho e a do olhar. Reflexão que penso contribuir com uma interpretação mais aprofundada da relação de Catarina como objeto fetiche no fantasma da mãe e do sintoma somático — sua cegueira — que acabou por produzir. Essa questão fica para um posterior aprofundamento.

Isto posto, suponho serem os efeitos produzidos entre um “olhar” de demanda e um ser “olhada” como objeto (Lacan, [26/02/64] 1988, p.88) que permitiram a Catarina — pequeno objeto *a*, com valor de fetiche — *oferecer* seus *olhos* como objeto de gozo ao fantasma da mãe e, dessa forma, alienando “[...] a si todo o acesso possível da mãe à sua própria verdade, dando-lhe corpo, existência e, mesmo, exigência de ser protegida” (Lacan, [1969] 1998, p. 5). E aqui lembro o quanto o sintoma somático é capaz de crescer para a mãe o valor do filho como objeto, além de oferecer o máximo de garantia ao desconhecimento de sua verdade, seja essa mãe neurótica, perversa ou psicótica.

Mas se Marina negava o choro de Catarina, é esse mesmo choro que, na ausência de Catarina, ela diz continuar a escutar em qualquer criança e que permanece em sua cabeça: “[...] eu fico com aquilo na minha cabeça e parece que é o choro da Catarina que tá aqui.”

Quando eu vejo uma criança chorá eu me sinto assim, um poquinho assim ruim, mal também né. Quee aqui no prédio aqui parece que tem uma mulhé que banha a nenê todo dia assim, umas oito horas da noite né, ela tá banhando a menina dela. Aí a menina dela começa a chorá, aí eu fico com aquilo na minha cabeça e parece que é o choro da Catarina que tá aqui né. Quando as vezes um aluno meu chora, lá na minha sala né, aí eu fico com aquilo na minha cabeça. Aí eu penso: "Ah, é a Catarina que tá chorano".

2.12 Entre o desejo e o gozo

Ressaltei anteriormente que o discurso de Marina apresenta um funcionamento lingüístico-discursivo com um ritmo rápido, quase sem cortes, sem pontuação, marcado por uma compulsão ao dizer, pleno de equívocos e mal-entendidos. É apenas interrompido pelo riso e pela tosse. Entretanto, vale notar que, nos momentos em que Marina tematiza o estado

físico de Catarina, esse funcionamento se acentua, produzindo uma espécie de quantificação de dizer.⁶⁹

Destaco ainda que, nem mesmo nos momentos em que Marina descrevia o estado físico de Catarina, bastante grave naquele momento, um leve sorriso no canto da sua boca deixava de comparecer. Era como se, ao falar da filha, ela descrevesse um acontecimento no qual ela não se encontrava implicada ou mesmo não se reconhecesse diante do próprio ato da agressão. O que nos reporta a uma impossibilidade de simbolização do ato, já comentada aqui. Disso penso decorrer os inúmeros funcionamentos de Marina a partir dos quais nega e silencia menos os efeitos produzidos no corpo despedaçado da filha que o seu reconhecimento em face da própria ação.

Já no primeiro encontro que ocorreu na residência em que trabalhava, Marina não apresentou nenhum constrangimento ao falar sobre o drama de Catarina. Sentada no sofá da sala, ela se dispôs a comentar sobre o acontecido durante um longo tempo. Ao término da entrevista, perguntou-me como deveria fazer para entrar em contato com as emissoras de televisão, porque gostaria de dar uma outra entrevista, afinal de contas Fernando já havia sido entrevistado mais de uma vez e ela apenas uma.

Mais aí, aaa esse acompanhamento dela levô ela a fazê uma cirurgia, pra colocá umm, um ap. aparelho assim né, daqui até aqui, aí cortô a barriguinha dela e cortô aqui também, e rapô a cabecinha dela todinha né. Aí depois dessa cirurgia ela num meexe mais o ladoo esquerdo dela, nem a perna nem o, nem o braço. Ficô a [...]. Aí ela ficô né, cum sequelas né desse lado.

⁶⁹ Essa reflexão foi construída a partir de conversas informais mantidas com Eni Orlandi sobre formas contemporâneas de linguagem. Conceito com o qual também tem se debruçado e já explorado em seus trabalhos mais recentes.

[...] que ela ficô, ela ficô com sequelas do ladooo, ela ficô cum sequelas do ladoo esquerdo né, eee ficô cega dos dois olhos, num enxerga nada nada nada, e nem mexe, esse lado aqui ó, fica durim durim.

Como se pode perceber, nesses enunciados, o dizer excessivo de Marina parece ser reforçado por uma repetição dos termos, que muitas vezes comparecem em duplas como uma forma específica de acréscimo: “num enxerga nada nada nada”, “fica durim durim”, “ela ficô com seqüelas do ladooo, ela ficô cum seqüelas do ladoo esquerdo”. É ainda acompanhado de um detalhamento ainda mais pormenorizado: “es aí cortô a barriguinha dela e cortô aqui também, e rapô a cabecinha dela todinha”.

Além do mais, há de se destacar que Marina apresenta um certo exagero em relação ao estado físico de sua filha. Por exemplo, Catarina não ficou parálitica, como Marina afirma em alguns momentos, e sua paralisia, além de ser parcial, já encontra-se hoje bastante reduzida. As seqüelas deixadas, tão destacadas por Marina, não têm impedido Catarina de fazer exercícios de fisioterapia, caminhar e falar.

Ela colocô umaaa, ah eu esqueço o nome dooo [...], só sei que foi um negócio assim pra vazá água do cérebro né. Ela téee, aí elaa, cum essas cirurgias ela ficô parálitica dum lado, ela num mexe mais do lado esquerdo e ficô cega dos dois olhos, num enxerga nada mais.

Quanto a esse funcionamento lingüístico-discursivo, tenho relacionado-o a um outro que denomino de “quantificação do gozo”, tão presente em nosso tempo, e que suponho poder ser mais estreitamente refletido a partir do discurso do capitalista e do conceito *mais de gozar*, apresentados no segundo capítulo deste trabalho. No matema referente a esse discurso, além do sujeito ser diretamente comandado pelo pequeno objeto *a*, que nesse lugar parece-me apresentar-se menos como causa de desejo que como objeto fetiche, não há

disjunção entre o \$ e α . De forma que toda separação entre o sujeito e o objeto é evitada. O que acaba por redefinir o matema do fantasma, produzindo um imperativo a gozar.

De forma mais ou menos correlata, determinada pelos efeitos de tal discurso, penso que a materialidade lingüística-discursiva de Marina também revele um gozo em excesso: “e ficô cega dos dois olhos, num enxerga nada mais”. Um gozo presentificado na língua, como um excesso de significação, sem falta, sem buraco, sem falha, sem mal-entendido. Um gozo não-regulado, produtor de um mais de gozar.⁷⁰

Utilizando-me das articulações realizadas entre laço simbólico/ato real, laço real/ato simbólico, e considerando ainda a relação de natureza dual/especular situada numa dimensão imaginária apresentada por Marina, tenho afirmado que as agressões cometidas por esta apresentam-se como ato simbólico, efeito de um laço real. Assim sendo, o corpo de Catarina acaba por ser submetido a um “marco-te”/“marco-me”, na tentativa — ilusória — de produzir um insígnia.

Neste trabalho, tenho ainda postulado que a posição ocupada por Catarina para sua mãe é de objeto fetiche. Procurando precisar tal afirmação, e refletindo um pouco mais sobre como Catarina *corpo-rifica* o dito objeto-fetiche, retomarei algumas observações realizadas no primeiro capítulo sobre o objeto fetiche — falo imaginário materno.

Utilizando-se da reflexão de Freud sobre o papel exercido pelo inconsciente nos processos de substituição/ reconstrução das lembranças da infância e a relação destas com a construção da realidade psíquica, Lacan sublinha que o elemento simbólico que fixa o fetiche é retirado da dimensão histórica do sujeito em relação à qual a imagem se fixa.

⁷⁰ Nessa direção, Miller (1997, 9-10), no artigo “O sintoma e o cometa”, destaca uma exigência de um gozo que passa pelo dizer: “Cada vez mais a vontade contemporânea do gozo passa pelo permissão social, quase uma exigência de dizer. Faz parte do sentido comum de hoje, a idéia de que ‘se deve falar do que anda mal’. [...] no último best-seller americano aparece o relato de uma filha seduzida pelo pai. [...] Vislumbra-se, então, uma cultura fundada sobre a democracia do dizer do gozo. A consequência trágica, parece-me, na medida em que não se gozar prazerosamente fica-se sem desculpa no mal-estar da cultura atual. Além do sofrimento, há também a culpa”.

Ainda segundo ele, o fetiche deve ser considerado como a referência do ponto de recalque e, nesse ponto, articula lembrança encobridora, rememoração histórica e recalque.

O que constitui o fetiche, o elemento simbólico que fixa o fetiche e o projeta sobre o véu, é retirado especialmente da dimensão histórica. Este é o momento da história onde a imagem se fixa. [...] A rememoração da história se detém e se suspende num momento imediatamente anterior. Falo da rememoração da história, pois não há outro sentido a se dar ao termo lembrança encobridora, que é tão fundamental na fenomenologia e conceitualização freudianas. A lembrança encobridora, o *Deckerinnerung*, não é simplesmente um instantâneo, é uma interrupção da história, um momento em que ela se detém e se congela [...]. Detendo-se ali, a cadeia indica sua sequência a partir daí velada, sua sequência ausente, a saber, o recalque em questão, como Freud diz claramente. (Lacan [30/01/57], 1995, p. 159-160)

Em determinado momento da entrevista, ao falar de sua infância, Marina trouxe sua mãe em outra cena. Lembrança cujos efeitos parecem-me terem sido determinantes *a posteriori* para situar e fixar, no corpo de Catarina, um lugar a ser marcado.

Localizada provisoriamente num espaço entre o passado e o presente, Marina recordou-se de quando a mãe jogou uma pedra contra sua cabeça, ferindo-a:

Assim, ingual eu falei, eu apanhava muito do meu pai né, da minha mãe. Minha mãe nunca foi assim de batê não né, mais meu pai, foi que me bateu mais. Minha mãe, uma vez quando eu era pequena, [tosse] a gente tava numaa, na estrada pa pegá c...carona né, pa í pa cidade né. Aí eu fui, ela foi corrê atrás de mim pa me batê né, aí eu peguei e corri dela né. Aí ela pegô uma pedra, tacô aqui na minha cabeça, eu era bem novinha, tem o sinal aqui até hoje. Té hoje esse sinal nunca saiu da minha cabeça.

No recorte “esse sinal nunca saiu da minha cabeça”, se se destacar o termo “sinal” — “traço”, “marca”, “vestígio” — como elemento de análise, articulando-o com o significante “cabeça” — pois é aí que esse traço se inscreve —, postulo que é como *traço* que o significante “cabeça” inscreve-se no inconsciente de Marina. E daí, inscreve-se na cabeça de Catarina. Aqui ressalto a importância de recordar que esta foi uma das regiões mais afetadas em decorrência das agressões sofridas pela criança.

Considerando ainda que esse traço é tomado do Outro materno, sob a forma de identificação, penso que ele também implique seu gozo e seu fantasma. E como apresentarei posteriormente, isso se transmite, pois como nota Vorcaro (1999, p.89): “a repetição é um saber do gozo do fantasma”.

É a própria Marina que testemunha na língua ter sido marcada no real do corpo pelo Outro materno — “Aí ela pegô uma pedra, tacô aqui na minha cabeça”. Pedrada que acaba por assinar, ou melhor, cravar no real do corpo de Marina — “Té hoje esse sinal nunca saiu da minha cabeça” — uma sigla, produzindo uma forma específica de filiação. Nesse sentido, penso que uma possível filiação simbólica, demandada por Marina, tenha tornado-se real (Calligaris, 1986).

Uma vez mãe Marina parece *re-transmitir* à filha Catarina a mesma marca concedida a ela, *re-produzindo* uma filiação que também não é simbólica. Vejamos como ela se reporta à filha, assinalando o significante “cabeça”: “e cortô aqui também, e rapô a cabecinha dela todinha”.

Resta ressaltar que o comprometimento da visão de Catarina deu-se justamente como efeito das muitas lesões presentes em sua cabeça. Ficando, a partir de então, à mercê de um olhar do (O)outro: “[...] ficô cega dos dois olhos, num enxerga nada nada”.

Entretanto, não estranhamente, ao relatar o estado físico de Catarina, Marina sente-se incomodada, ou melhor, angustiada diante da cegueira da filha. Mesmo em face das dores

do corpo de Catarina, é com os olhos que ela se preocupa: “[...] aí agora graças a Deus, o único que falta é ela voltá a enxergá”; “[...] ela mexia, esse lado, tudim né, ela mexia, ela ela reagiu, uma menina normal, eu pensava ‘agora ela sara, falta só enxergá’”.

Em relação à mãe angustiada, Miller (1998, p. 8) acrescentou :

Quanto mais a criança preenche a mãe, mais ela a angustia, de acordo com a fórmula segundo a qual é a falta da falta que angustia. A mãe angustiada é, inicialmente, aquela que não deseja, ou deseja pouco, ou mal, enquanto mulher.

Mas além dos olhos de Catarina convocarem sua mãe, observo enunciados cuja materialidade parecem indicar a função de objeto-fetice que Catarina ocupou nesse momento na vida de Marina, visto que há aí um abandono.

De fato, o corpo de Catarina porta a marca do gozo da mãe e que a aprisiona nesse lugar: “Agoraa, ela nem sai do lugar mais né, p...que num pode né.”; “[...] ela ficô parálitica dum lado, ela num mexe mais do lado esquerdo”; “ela num meexe mais o ladoo esquerdo dela, nem a perna nem o, nem o braço”. Nesse ponto, retomo uma afirmação de Lacan, apresentada no primeiro capítulo, em relação à função do objeto fetiche: “função particularmente satisfatória de um objeto inerte” ([30/01/57] 1995, p. 162).

Um outro aspecto a ser salientado é o fato de que, em todas as entrevistas, Marina nunca negou a possibilidade de que a guarda de Catarina ficasse com Fernando, desde que pudesse visitá-la. Em nenhum momento a transferência da guarda de Catarina abalou Marina a ponto de lutar pela filha.

[...] Maiis, desde que ela fique com ele e ele cuide dela direitinho, como eu cuidei, eee num deixe nunca faltá nada pra ela né. E deixe eu vê elaa todos os finais de semana, pegá ela t...trazê um final de semana sim outro não pra minha casa né. Aí, p.. pra mim tudo bem

A questão para Marina não é a posse de Catarina, mas é de outra ordem, o laço a ser estabelecido é com Fernando, e não com a filha. É certo que, com a transferência da guarda de Catarina, Fernando é obrigado a assumir responsabilidades legais junto a Catarina, e isso de alguma forma parece produzir em Marina a certeza de um laço finalmente assegurado com Fernando. E agora materialmente, por meio das visitas a Catarina.

Desse modo, do momento que Catarina é entregue — sem movimento — a Fernando — “Agoraa, ela nem sai do lugar mais né, p...que num pode né” —, Marina parece se acalmar, como se algo de um possível reconhecimento tivesse se dado. No próximo enunciado, Marina primeiro descreve o corpo despedaçado da filha — cega e parálitica — para então concedê-la ao pai. Isto é, desde que possa tê-la alternadamente aos finais de semana.

: Eu num importo se ela ficô cega, eu num importo se ela ficô parálitica. Mas eu queria ela comigo. Porque, ela sempre foi minha filha e s... sempre vai sê. Porque, afinal ela saiu foi da minha barriga né. Maiis, desde que ela fique com ele e ele cuide dela direitinho, como eu cuidei, eee num deixe nunca faltá nada pra ela né. E deixe eu vê elaa todos os finais de, semana, pegá ela t...trazê um final de semana sim outro não pra minha casa né. Aí, p...pra mim tudo bem.

Encadeamento lógico, pressuponho eu, e que diz de uma criança-objeto, de um objeto inerte — “Eu num importo se ela ficô cega, eu num importo se ela ficô parálitica” —, no qual um corpo não parece ter se constituído.

Entretanto, conforme afirmei no início deste capítulo, logo após ter recebido a posse definitiva da guarda de Catarina, Fernando se muda com a mulher e filhos e confia Catarina aos avós paternos, pois, segundo ele, ela necessitava de uma especial dedicação. Ademais, o

fato de Catarina ficar sob a responsabilidade de seus pais, disse ele, poderia facilitar as visitas de Marina à filha, visto que, segundo determinação judicial, ela não teria permissão para levar a filha para sua casa. A partir desse momento, com o afastamento de Fernando, Marina abandona Catarina.

2.13 Tempo lógico de relação

Mas se Marina goza às custas de sua filha, por que abandoná-la? Por que oferecê-la ao outro ainda tão pequena, quando o gozo sem limite parece ser ainda possível? Marina não luta pela guarda de Catarina e simplesmente posterga sua ida ao Juizado para saber da decisão judicial quanto à guarda de Catarina. Entretanto, um verbo marca seu dizer: “esperar”.

[...] *esperá né*, o laudo médico sai eu acho que sai essa semana né, ou então a semana que vem né [...] . Aí eu *vô esperá*, pra vê com quem ela vai ficá mesmo

Porque [ri] [...] euu, voou *esperá né*, *esperá*, *esperá* mais eu não sei o que que vai acontecê não.

[...] foi o juiz que determinô né, que ele ficasse cum ela atée, até temporariamente né. Até prová realmente o que que aconteceu. Aí enquanto isso eu tô esperando né, o juiz decidí, com quem mesmo vai ficá a guarda né

Quase dois meses depois da transferência da guarda de Catarina para o pai, Marina continuava postergando: “*vô esperá*”.

Ee, vô corrê atrás. Eu tô quetinha aqui parada, assim sabe, mais eeu, tô só esperanto chegá uma oportunidade que eu vô corrê atrás. E eu vô querê hora, novo laudo [...]. Aí eu vô esperá né [rindo], eu num sei quanto tempo ainda vô ficá sem ela não mais, vô esperá. [tosse].

Mesmo correlacionando o abandono de Catarina à mudança de Fernando e à entrega de Catarina aos avós, não desconsidero a existência de uma sobredeterminação de fatores que incidem sobre o ato do abandono. Nesse sentido, indago-me quanto à materialidade de uma lógica inconsciente que faz com que Marina dê por finda a relação com Catarina, sem esboçar um gesto de resistência.

Com efeito, ao ser determinado pela lógica inconsciente, o significante se fixa e é ele que diz de um retorno que marca o sujeito funcionando como retorno do recalcado, pois o que permaneceu incompreendido retorna; até que seja encontrada solução e alívio.

No momento das análises, pude observar no discurso de Marina uma alienação significante suportada pelo “8” e cuja insistência parece-me determinar um “tempo lógico de relação”.

Aí quando eu tinha uns oito ou nove anos, minha mãe separô do meu pai né. E, foi morá em Nova Crixás, nonde ela tá até hoje. Aí eu té hoje nunca mais eu vi meu pai.

Ah meu pai eu não falo com ele não né, porque eu não conheço também né. Eeu vi ele tinha oito ano de idade. Eu nem lembro mais né como que é ele eu não conheço, eu num, eu num tem nada a falá dele.

De fato, Marina afirma ter sido mandada embora de casa pela mãe logo após a separação dos pais, com nove anos de idade, o que significa ter permanecido com a mãe

apenas até os oito: “ela me mandô í embora eu tinha nove anos de idade”. Traço que se inscreve na vida de Marina, produzindo efeitos em uma espécie de “tempo lógico de relação”. Ao falar sobre a duração de sua relação com Fernando, Marina reitera:

[...] aí a gente pegô, depois de um mês, de assim, que a gente se conhecia um ao outro, aí a gente pegô e começô a namorá. Aí a gente ficô juntos, oito meses certim.

Significante que continua insistindo quando Marina diz do tempo que ficou em trabalho de parto:

[...] quando foi no domingo eu passei mal pra ganha nenê. Ganhei do..., nenê no domingo mesmo, fiquei 8 horas sentino dor assim, né sem pará né, aí eu ganhei nenê.

Mas o significante “8” insiste e retorna também em relação à filha:

Éh, assim, faltano dois dias pa mim completá nove meses eu ganhei ela, nove meses certim né, [rindo]. Eu ganhei ela e fiquei com ela até ooos, os oito meses né, fiquei com ela.

Se Catarina nasce faltando dois dias para completar nove meses, é ainda com oito meses que ela vem ao mundo, como é também até por oito meses que ela permanece sob a tutela de Marina. Como pode-se observar há aí um traço — 8 anos, 8 meses, 8 horas — que, fixado à cadeia de significantes de Marina, parece-me dizer do momento de ganhar, do momento de dar, ou quem sabe, do momento de finalizar uma relação. Para ser mais precisa, do momento de abandonar a filha Catarina: “e fiquei com ela até ooos, os oito meses”. Afirmação que ao ser enunciada no pretérito perfeito diz de um fato já concluído, ou seja, diz

de um corte já estabelecido com sua filha Catarina, tendo em vista que, nesse momento, já não lhe diz respeito mais.

2.14 Adotar uma criança

Catarina se foi e, para provar que é uma boa mãe, Marina, ainda determinada pelos efeitos dos discursos científico e jurídico, denega a possibilidade de uma nova gravidez pela adoção de uma outra criança.

Mais uma boa mãe eu, f...fui e sempre vou sê. Eu falei proo juiz, eu não sei se foi pro juiz, eu não sei pra quem, eu falei isso né, eu falei pra ês. Eu tava comentano também hoje, esses dias no mercado ali também, eu tava comentano que eu sô capaz de engravidá de novo, mais, engravidá eu num queria não né. Ou então adotá uma criança pra prová pra eles que realmente sô uma boa mãe.

Considerando as reflexões já realizadas, a adoção de uma criança — empreendimento discursivo de nosso tempo —, por uma mulher em condições semelhantes às de Marina, parece-me se prestar mais facilmente à captura da criança na fantasia materna. No caso de Marina, o ato de adotar mais um vez atualiza e coloca em pauta o seu fantasma e o sintoma constituído. Afinal de contas, não é difícil supor que em um ato de adoção há um pedido que, se aceito, permite que uma criança novamente seja *ganha*. E isso por meio de um procedimento legal viabilizado por um discurso jurídico, confirmando a ilusão de uma criança — efeito de um desejo anônimo — como produto exclusivo de sua vontade e autoria.

Para Marina, “adotá uma criança” passa pela necessidade de mostrar que é “uma boa mãe”, e não pelo “desejo de criança” referido à função paterna. Contudo, sabe-se que ser

mãe, para a Psicanálise, implica a construção de uma função materna que só se tornará possível caso seja remetida a essa estrutura que é a função paterna. Dito de outra forma: “Para que uma mulher-mãe torne-se uma mãe simbólica, seria preciso uma marca, marca de obediência fálica” (Duault, *apud* Bernardino, 1994, p.82). É por isso mesmo que o procedimento de adoção, citado por Marina, sem se encontrar remetido ao desejo por um homem, parece-me colocar em pauta uma tentativa de realização do fantasma da mulher toda, tão presente no nosso tempo (*Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 1999)

Nesse sentido, pergunto-me qual será a forma de laço social instituído na prática da adoção, visto que, por uma lado, mascara o desejo sexual de uma mulher por um homem e, por outro, institui a criança como objeto do querer consciente dessa mulher. Laço no qual observa-se um “desaparecimento do efeito mágico da parte simbólica do desejo sexual masculino na sua fala de amor; [...] seu desejo sexual vê-se distanciado da causa procriadora e cortado de suas conseqüências potenciais da filiação” (Chatel, 1995,p.57). Ora, mesmo que se faça um apelo a algum representante do outro social que autorizaria a maternidade — juiz, médico, assistente social, mediador —, se não há um reconhecimento da função simbólica do pai — o que coloca a procriação como fora do campo sexual —, como fica a interdição do incesto e, de forma conseqüente, a Lei que funda o desejo (Bernardino, 1994)? Não há dúvida de que, nesse lugar, a criança poderá ser entregue à futura mãe para ser seu falo ou objeto fetiche.

Sem Catarina, Marina retoma sua vida e passa a freqüentar a Igreja Universal, na qual é hoje “professorinha de crianças” e candidata a obreira:

Vai fazê uns dois meses que eu sô professorinha deles né. Aí feiz uma escala né. Eu dô aula um dia sim um dia não. É dia de segunda [tosse], dia de segunda, quarta, sexta e domingo. Aí otro dia é otra prof...professorinha né. Mais as criança gosta mais de mim do

que da otra professora. Eles fala né, porque diz que a outra professora só fica na porta. E num, num brinca cum eles, não cunversa cum eles [tosse]. E eu já cunverso, brinco, conto estorinha, a gente canta né. As crianças gosta muito de mim [rindo]. E a, igual eu vi lá, a igreja tá em obra ainda né, vai terminá a escolinha, ainda vai colocá banco, quadro, essas coisa né. *Aii tá ino bem lá* [rindo]. *E eu sô tée candidata a obrera né, vô sê obrêra, daqui uns tempos* [rindo].

Em relação a tal escolha — professorinha de criança —, pergunto-me sobre o que pode acontecer quando constituída por um laço real no qual o outro é apenas suporte de seu gozo, quando o outro se vai, não haverá aí uma busca de um outro objeto que venha substituí-lo. Nesse caso, relembro a afirmação de Lacan quanto à constituição metonímica do objeto fetiche, pois ele é “exatamente nada” ([27/02/1957], 1995, p. 198), puro significante da falta fálica da mãe.

Assim sendo ...
 ...
 ...

CONCLUSÃO

“Em uma cultura narcísica, o lugar das crianças é crucial. Por serem os representantes forçados de nossos sonhos, elas — e o tipo de amor ou ódio que encontram — revelam [...] o momento e o estado de nossa cultura” (Calligaris, 1996, p. 213).

Início esta conclusão de onde parti há seis anos, quando, como analista de discurso, já procurava apreender os diferentes processos de significação presentes na prática da violência doméstica (Roure, 1999a, 1999b, 2001). Foi ao ler *Crônicas do individualismo cotidiano* (1996) que me deparei com uma Psicanálise capaz de refletir sobre um tempo atravessado pela produção sustentada pela ciência, no qual o sujeito contemporâneo é cada vez mais submetido à ilusão de um *mais-de-gozar*. Nesse contexto, a criança — “caricatura da felicidade impossível” — revela-se sintoma.

Tomada pelo desejo de pensar a criança no interior de tal reflexão, desloco-me da problemática da violência doméstica compreendida numa perspectiva discursiva para analisar a posição sintomática ocupada pela criança na sociedade contemporânea, por meio de uma abordagem psicanalítica. Da Análise de Discurso à Psicanálise, um percurso se fez necessário para que uma possível escuta pudesse aí se dar

Marina e Catarina não são únicas, são tantos os nomes, tantas as histórias, tantos outros sofrimentos. Nesse sentido, lembro-me de um outro percurso por mim realizado no decorrer da tese: do incesto ao abuso físico e deste à criança-objeto. Nesse entremeio, quantas crianças conheci, quantas atendi, quantas pude apenas ouvir e cujas histórias compõe esta tese, ainda que seus nomes não estejam aqui registrados. E, como não poderia deixar de ser, trago-as, neste momento, na qualidade de testemunhas de um tempo em que a criança

deixa a posição de herdeira da história — se é que algum dia a ocupou — e torna-se objeto das fantasias as mais fundamentais de nossa época.

Milla e Luana, duas irmãs, nove e dez anos, abusadas pelo pai. Se por um lado eram capazes de dizer de sua dor — “Sentia parece que apavorada, a gente. A gente saía daqui a gente se... saía, um... parece que a gente tava quase morrendo. Tava muito triste, pra que que um pai faiz isso com a gente?” —, por outro, temiam pela morte do pai e pediam por sua volta: “Porque é ruim viver sem ele aqui em casa. Num era por causa disso. É por... porque ele gostava da gente”.

Diante do abuso das filhas pelo pai, a mãe parece defrontar-se com um real que retorna e que diz de sua posição e da posição de suas filhas em seu fantasma: “Mió eu sumi daqui. Todo mundo sabe disso ... , é difícil, é difícil”. Em face da relação incestuosa envolvendo as filhas e o pai, ela parece desfalecer. Nota-se que nesse momento ela usa a primeira pessoa: “Mió eu sumi daqui” e não “Mió a gente sumi daqui”, como seria de se esperar.

Lembro-me ainda de seu Joaquim, quase setenta anos, detido em uma delegacia de Goiânia e denunciado pela filha mais nova, com quem já tinha mais de dois filhos. Quando criança, órfão de pai e mãe, foi criado sendo mandado da casa de um irmão para outro. Durante a entrevista, ao lembrar de sua infância na fazenda, afirmou: “Então eu fui criado assim. ... E eu fiquei girano, né.”

E por fim penso ainda na pequena Kelly, 11 anos, desde os 9 anos trabalhando como vendedora de rosas até a madrugada nos bares de Goiânia. Ao ser inquirida quanto a pior parte de seu trabalho, desabafou: “[...] as pessoas pega a gente, empurra a gente ... pega no braço com a mão pesada...As vezes dói”. E nesse momento aproxima sua mão dos pequenos seios mostrando onde a mão pesada toca em seu corpo.

Histórias sem fim ...

Com certeza, compreender a dimensão do que vem a ser a criança-objeto significa ir além de Catarina e Marina, retirando-as da categoria de um estudo de caso isolado e, portanto, de um anonimato que tal perspectiva pode recobri-las. Significa ainda considerar as histórias de Milla e Luana, de Joaquim e Kelly como índice de um sintoma social, pois em sua singularidade acabam por revelar os efeitos de uma rede discursiva que é a rede mesma do coletivo (Calligaris, 1991a). Efeitos sintomáticos de relações que penso se darem essencialmente nas formas do discurso capitalista, produzindo um laço perverso na direção de um gozo sem limites. E gozo sem limites, vimos no decorrer da tese, implica o desrespeito de qualquer significante paterno.

Com base na Teoria dos Quatro Discursos, considerando aí os conceitos de discurso e laço social teorizados por Lacan no *Seminário XVII, O avesso da psicanálise*, pude ultrapassar a oposição entre uma psicanálise do sujeito individual e uma psicanálise do coletivo, analisando a produção de uma criança-objeto como índice de um sintoma social. Enfim, se o discurso é laço social e não há nenhuma realidade que não seja fundada e definida por ele, nada mais certo que pensar uma subjetividade contemporânea articulada a esse laço social ao mesmo tempo em que é por ele articulada.

Em relação ao conceito de sintoma social, Melman (1992) tem nos ensinado que não basta que um grande número de indivíduos em uma comunidade seja atingido por algo para que isso se transforme em um sintoma. Pode-se falar dele apenas a partir do momento em que a problemática a ser apreendida encontra-se inscrita no discurso dominante de uma sociedade em uma dada época.

Tendo em vista tal afirmação, pude ainda estabelecer a relação entre capitalismo, discurso do capitalista e, como expansão deste, os discursos tecnocientífico e jurídico. Ademais, balizada pela afirmação de Sousa (1991, p.82), de que a interpretação de um sintoma social pela Psicanálise deve ser concebida, “para além da tarefa de sua identificação,

como a indicação da fantasia que o sustenta”, considere a existência de um desejo anônimo produtor de um imperativo de ter filho, cabendo a este cumprir o mandato de seus pais de ser feliz e alcançar o sucesso. Fazendo isso, garantem a seus pais um amor incondicional e eterno. Eis aí uma das fantasias mais determinantes de nosso tempo!

Essa reflexão tem me permitido considerar o pequeno robô meca-filho David, do filme *Inteligência artificial*, cópia fiel de uma criança humana, programada para servir ao outro “com amor”, como metáfora dessa criança-objeto, presente em nosso tempo das mais diversas formas. Ficção que, ao se apresentar como efeito de um discurso tecnocientífico, demarca a existência de um laço perverso em relação à criança, visto que, “sem vontade própria”, o meca-filho coloca-se à mercê de seu dono como objeto de um gozo sem fim, pois seu corpo – máquina – não oferece nenhuma resistência aos desejos e fantasias daquele que o possui como proprietário.

Penso ser importante considerar o quanto as exigências anônimas da cultura têm colocado tanto a criança como sua família como objetos de intervenção por meio dos mais diversos discursos: tecnocientífico, jurídico, pedagógico, assistencial, psicológico etc., produzindo um esvaziamento da função simbólica da família. De fato, nessas intervenções, trata-se menos de querer saber do laço estabelecido entre pai e filho e a transmissão simbólica a ser realizada, mas acreditar que a criança deva ser perfeita e ter sucesso (Laurent, 1999).

De forma que a questão se complexifica caso a criança, por razões reais, não corresponda aos sonhos e fantasias deste tempo e não apresente condições objetivas de ser feliz e alcançar o sucesso. Nesse sentido, ela pode vir a tornar-se, mesmo no interior de sua família, nada mais nada menos que um dejetos social: “Seu corpo, desinvestido narcisicamente, se oferece ao sexo, sua morte não nos afeta, pois, de qualquer forma, ela não poderia mesmo, realmente, ser o espelho miniaturizado de nossa felicidade” (Calligaris,

1996, p. 220). Daí lembrar-me do sofrimento de Marina, que, assim como todos os seus irmãos, foi mandada para fora de casa e conduzida ao trabalho com apenas nove anos de idade.

Não há dúvida de que o fato de as famílias serem cada vez menos numerosas aumenta a exigência em relação à criança, que passa a ser, desde cedo, estimulada a deter o maior número de “habilidades” e, assim, pode ingressar no mundo da competição. Por outro lado, completa Laurent (1999, p. 14), “existe cada vez menos instituições que podem acolher a criança, o que existe é o mercado, o lugar que se tem no sistema de produção e que é ligado ao saber”.

Nesse contexto, penso no estatuto do fracasso escolar, cada vez mais mal suportado pelos pais que, identificados a este Outro anônimo, não conseguem *su-portar* o filho que não atenda às exigências de um bom funcionamento. Fenômeno que, no entanto, passa a ser compreendido com um bem de mercado no interior dos novos sintomas contemporâneos, contribuindo com o acirramento do mal-estar da criança.

Não há como desconsiderar o fato de que a criança produzida pelo discurso social moderno consiste justamente no fato de ser submetida a uma educação em que possa ser vigiada, disciplinada e aperfeiçoada. Aliás, a criança moderna é, sem dúvida, escolar, pois para que tenha sucesso é preciso que este esteja ligado ao saber e à formação. Disso decorre o lugar culturalmente concedido à instituição escola no processo de nomeação da criança, inscrevendo-a dentro de uma determinada ordem, produzindo laços e vínculos sociais. E, nesse sentido, nomear é conferir a possibilidade de um vir a ser.

Nesse ponto, recordo-me do desespero da mãe de Milla e Luana, que logo ao saber do abuso sofrido pelas duas filhas, parece se endereçar à escola como lugar de inscrição e nomeação destas: “Todo mundo sabe disso [...]. Sabe, minhas fia ficou prejudicada no colégio, vai tê que ficá um ano sem escola. [...] Eu não sei se eu vô tê coragem de mandá

meus fio pro colégio. Desde os sete ano estuda aqui, é pertinho.” Recordo-me ainda do desabafo de Sandra em relação aos filhos Paulo e Roberto, que não conseguem se alfabetizar, trazendo consigo as marcas de um discurso pedagógico: “Mas meus menino assim, eles têm dificuldade de aprendêe”. Ao falar sobre a reprovação dos filhos, acrescenta: “[...] a gente acha assim que os fi da gente parece que é o mais bobo que tem, é o mais difi, em dificuldade de aprendê. Nossa é ruim demais nesse, nesse causo. [...] os outro pergunta: ‘por que que assim?’ A gente num, num, eu num sei falá né, falá: ‘Oh num sei porque que eles tão assim’”.

Estranhamente, essa mesma instituição até então responsável pela transmissão dos valores, obrigações, tradições de um povo e de fundamental importância na vida de uma criança, na medida em que pode reafirmar o laço simbólico entre esta e sua família, parece-me produzir hoje um outro tipo de laço. Não penso ser demais afirmar o quanto o discurso pedagógico, aliado ao mercado, e cedendo a uma política de distribuição de bolsas e cestas básicas, acaba por presentificar a posição da criança como equivalente a um objeto, a uma mercadoria a ser trocada, a ser comercializada etc. Para ser mais precisa, trago a título de exemplificação os programas bolsa-escola e outros similares destinados às famílias de baixa renda e cujos filhos encontram-se em idade escolar. Programas cuja lógica pautada em um paradigma econômico procura estimular por parte da família a não evasão dos filhos, oferecendo como troca uma espécie de retorno financeiro.

Vale dizer que a questão a ser refletida é menos a validade da distribuição da bolsa em um país miserável como o nosso que os efeitos que podem ser produzidos a partir daí nas relações parentais. Iniciativas em que é possível observar uma espécie de deslocamento da posição da criança na família, passando a ser muitas vezes considerada como “objeto”, ou melhor, forma de retorno financeiro. Tudo isso torna-se mais problemático à medida que fica comprometida a transmissão simbólica a ser conduzida pela família, quando o que motiva o pai

a preocupar-se com a educação de seu filho é o recebimento de uma bolsa, produzindo-se aí um laço real. E nesse sentido lembro-me do pai de Mateus e Gustavo, que, mesmo sem se preocupar com a situação de negligência e abandono vivida pelos filhos, vai até a escola e pede pela frequência de um dos filhos — não freqüente —, visto que poderia perder a tal bolsa-escola.

Finalizando, se para Souza (1991) a intervenção da Psicanálise no social implica o enfrentamento do que vem a ser o sintoma social decorrente do mal-estar a que nos encontramos submetidos, já Chemama (1997) afirma ser responsabilidade da Psicanálise uma mudança de discurso.

Nesse ponto, faz-se necessário uma ressalva, pois tanto no discurso do psicanalista, assim como no discurso do capitalista, o a , objeto pequeno a , encontra-se direcionado ao $\$$, sujeito dividido — $a \quad \Pi \quad \$$ —, sem que nenhuma barra possa separá-los. Escrita que nos permite pensar num efeito direto do objeto sobre o sujeito. Entretanto, segundo o próprio Chemama (1997), é possível demarcar os limites dessa semelhança, tendo em vista que, no discurso do analista, o sujeito está no lugar que trabalha. Ou seja, é um indicativo de que o encontro do sujeito com o objeto a , causa de desejo, supõe por parte deste uma elaboração.

Destaco ainda que, segundo Lacan, o único discurso que causa a passagem do sujeito de um discurso a outro, independentemente de qual seja o ponto de partida ou de chegada, é o discurso analítico. Como bem nota: “é preciso prestar atenção à colocação em prova dessa verdade de que há emergência do discurso analítico a cada travessia de um discurso a outro.” ([19/12/72] 1985, p. 27).

Um outro aspecto que penso ser necessário salientar, antes de finalizar, decorre da observação de Lacan de que o que normalmente se enuncia como significante, nesse discurso, “dá-se [a] uma leitura outra que não o que ele significa”(Lacan, [9/01/73], 1985, p.52), escapando, dessa forma, ao campo do sentido. Assim sendo, no interior desse

discurso é não só possível ao sujeito desgrudar-se dos significantes aos quais se encontra alienado, mas ser reenviado a outros, “até que descubra que não há um significante último que garante seu destino, daí o seu comprometimento coma invenção, com a articulação dos novos significantes” (Riolfi, 1999, p.212). Com efeito, no discurso do analista, é possível que o sujeito não se apresente pela via do sintoma, mas naquilo que causa seu desejo, levando-o a defrontar-se com sua divisão subjetiva.

Da posição ocupada pelo sujeito no discurso do capitalista e o tipo de laço aí produzido à posição ocupada por este no discurso do analista e o tipo de laço a ser estabelecido, uma relação diferenciada do sujeito com o seu fantasma e com o *mais-de-gozar* se estabelece. Questão problemática, eu sei, e que requer um necessário e rigoroso aprofundamento, mas enfim, “se o sintoma é social não tem porque o analista se eximir frente à responsabilidade de propor — a partir de seu discurso — respostas também sociais” (Calligaris, 1992).

Isto posto, ao finalizar esta tese, endereço-me mais uma vez à pequenina Catarina, que agora cresce sob os cuidados de seus avós, e reafirmo meu desejo de que a transmissão de um desejo que não seja anônimo possa se dar e que, ao sustentá-la na posição de uma criança-sujeito, causa de desejo, um “olhar” desejante a constitua.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Luiz Tarlei de. et al. *Clinica do social: ensaios*. São Paulo: Escuta, 1991.
- ARAÚJO, Hermete Reis (org). *Tecnociência e cultura*. Ensaio sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BERNARDINO, Leda Mariza Fischer. Mãe é uma só. In: CALLIGARIS, Contardo et alli. *Educa-se uma criança?* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.
- BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BRANDÃO, Juanito de Souza. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1993
- CALLIGARIS, Contardo. *Perversão – Um laço social?* Salvador, 1986a. (Mimeo.)
- _____. *Hipótese sobre o fantasma na cura psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986b.
- _____. Liminar. In: ARAGÃO, Luiz Tarlei de et al. *Clinica do Social: ensaios*. São Paulo: Escuta, 1991a.
- _____. *Hello Brasil: notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Escuta, 1991b.
- _____. Apresentação. In: *Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar*. Trad. de Rosane Pereira; organização e revisão técnica de Contardo Calligaris. São Paulo: Escuta, 1992.
- _____. *Crônicas do individualismo cotidiano*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- _____. Sociedade e indivíduo. In: *Psicanálise e sintoma social*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997.
- CÂMARA Jr. *Dicionário de filologia e gramática*. Rio de Janeiro: J.Ozon Editor, 1968.
- CATHELINEAU, Pierre-Christophe. Liberalismo e moral sadiana. IN: GOLDENBERG, Ricardo (Org.). *Goza! Capitalismo, globalização e psicanálise*. Salvador: Ágalma, 1997.

CASTEL, Pierre-Henri. Amor. In: *Dicionário de psicanálise: Freud e Lacan*. Salvador: Ágalma, 1997.

CHATEL, Marie-Magdeleine Chatel. *Mal-estar na procriação: as mulheres e a medicina da reprodução*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1995.

CHEMAMA, Roland (Org.). *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1995.

_____. Um sujeito para o objeto. In: GOLDENBERG, Ricardo (Org.) . *Goza! Capitalismo, globalização e psicanálise*. Salvador: Ágalma, 1997.

COUTINHO JORGE, Marco A. *Sexo e discurso em Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

DARMON, Marc. *Ensaio sobre a topologia lacaniana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DE LEMOS, Cláudia. T. G. Processos metafóricos e metonímicos: seu estatuto descritivo e explicativo na aquisição da língua materna. [s.d.] (Mimeo.).

_____. A poética e o significante. *Traço*. Maceió: Eco 2., 1998.

DOR, Joel. *Introdução à leitura de Lacan*. Porto alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. *Estrutura e perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991a.

_____. *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991b.

DRUMMOND, Cristina. A criança entre a mãe e a mulher. In: AGENDA 2000, VI JORNADA DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE. Belo Horizonte, 2001

REVISTA CURINGA. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise — Minas Gerais, 2000.

EURIPEDES. *Medéia; Hipólito; As troianas*. Tradução do grego, apresentação e notas de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERRAZ, Flávio C. *Perversão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

_____. (1901) Fragmento da análise de um caso de histeria. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. VII) .

_____. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. VII)

- _____. (1915) Os instintos e suas vicissitudes. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIV)
- _____. (1917) Conferência XXI. O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol XVI)
- _____. (1919) Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XVII)
- _____. (1920) Além do princípio do prazer. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XVIII)
- _____. (1921) Psicologia de grupo e análise do ego. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XVII)
- _____. (1923) A organização genital infantil. Rio de Janeiro: Imago, 1990. . (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIX)
- _____. (1924) A dissolução do complexo de Édipo. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIX)
- _____. (1925) Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. . Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIX)
- _____. (1925) A negativa. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIX)
- _____. (1927) Fetichismo. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXI)
- _____. (1938a) A divisão do ego no processo de defesa. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXIII)
- _____. (1938b) Esboço da psicanálise. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXIII)
- FREUD, Sigmund e BREUER, Josef. (1893-1895) *Estudos sobre histeria*. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. II)
- GOLDENBERG, Ricardo (Org.). *Goza! Capitalismo, globalização e psicanálise*. Salvador: Ágalma, 1997.
- _____. *No círculo cinico*. [s.d.]. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

- GOLDSTEIN, J; FREUD A.; SOLNIT, A. J. *No interesse da criança?* São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1987.
- GRANON-LAFONT, Jeanne. *A topologia de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- GUIDONI, Rosemeire. Em fase de crescimento. *Franquia & cia*, ano 3, nº 18, São Paulo, ADC Editora, 2001.
- GUIMARÃES, Eduardo. *O limite dos sentidos: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- GUIMARÃES, Maria R. de Q. A verdadeira mãe é a mãe adotiva. *Curinga*, Escola Brasileira de Psicanálise. Belo Horizonte, n.15/16, 2001.
- HANNS, Luiz. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique e la coupure saussuriene. In: *Langages*, 24, 1971
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F & HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- _____. A ferramenta imperfeita. Trad. Maria Fausta P. de Castro – Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1992.
- JERUSALINSK, Alfredo N. O Outro do pedagogo: Ou seja, a importância do trauma na educação.. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n.16, 1999. Porto Alegre.
- JULIEN, P. *O manto de Noé: ensaio sobre a paternidade*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1997a.
- _____. *A feminilidade velada: aliança conjugal e modernidade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997b.
- _____. O processo de Freud. In: *A clínica lacaniana: a histeria*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.
- _____. *As psicoses: um estudo sobre a paranóia comum*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KEHL, Marina Rita. Psicanálise e mídia: Você decide ... e Freud explica. In: CHALHUB, Samira (Org.) *Psicanálise e o contemporâneo*. São Paulo: Hacker Editores Cespuc, 1996.

_____. *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

LACAN, Jacques (1938). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. (1950) Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998a.

_____. (1955) A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998b.

_____. (1956-57) *O seminário, livro IV: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. (1957-58). *O seminário, livro V: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. (1957-1958) De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c.

_____. (1958) A significação do falo. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998d.

_____. (1958-1959) *O seminário VI: O desejo e sua interpretação*. [s.d.]. (Mimeo.).

_____. (1960) Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998e.

_____. (1961-1962) *O seminário IX: A identificação*. Trad. Ivan Côrrea, [s.d.]. (Mimeo.).

_____. (1963) Kant com Sade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998f.

_____. (1964) *O seminário, livro XI: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. (1967) Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalítica da escola. *O cartel*. ano 0, n.0, órgão interno da Escola Psicanalítica de Campinas. Campinas, [s.d.].

_____. (1967-1968) *O seminário XIV: A lógica da fantasia*. [s.d.] (Mimeo.).

_____. (1969) Duas notas sobre a criança. *Opção Lacaniana*, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 21, São Paulo, Edições Eolia, abril, 1998g.

_____. (1969-70) *O seminário, livro XVII: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

- _____. (1972-73) *O seminário, livro XX: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985
- _____. (1974-75) *O seminário, livro XXII: R.S.I.* [s.d.]
- _____. (1973) *Televisão*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993. p.
- _____. (1973) *L'Etourdit (O Atordito)*, [s.d.]. (Mimeo.)
- _____. (1975) Conferência em Genebra sobre sintoma. *Opção Lacaniana*, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 23. São Paulo, Edições Eolia, dez 1998h.
- LACAN, Jacques; GRANOFF, Wladimir. (1953) Fetichismo: o simbólico, o imaginário e o real. In: PEREIRA, M. R. e ROCHE, (Org.) *Cadernos Lacan*, parte I. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre, [s.d.].
- LACHAIZE-OEMICHEN, Yvonne. Do Outro impossível ao Outro não-barrado. In: MILLER, Judith. *A criança no discurso analítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- LACHAUD, D. Repetição. In: *Dicionário de Psicanálise de Freud e Lacan*. Bahia, Editora Ágalma, 1997.
- LAIA, Sérgio. A infância revista. *Curinga*, Escola Brasileira de Psicanálise. Belo Horizonte, n.15/16, 2001.
- LAPLANCHE e PONTALIS. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LASCH, Cristopher. *Refúgio num mundo sem coração: a família: santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LAURENT, Éric. Lacan y los Discursos. In: *Lacan y los Discursos*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1992.
- _____. Existe um final de análise para as crianças. *Opção Lacaniana*, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 10, São Paulo, Edições Eolia, 1994.
- _____. Entrevista. *Revista Carrossel: A criança no Adulto*, ano III, n. 3 e 4, Bahia, Centro de Estudos e Pesquisa de Psicanálise e Criança, Escola Brasileira de Psicanálise, 1999.
- LEBRUN, Jean-Pierre. *Un monde sans limite: essai pour une clinique psychanalytique du social*. Ramonville Saint-Agne: Editions Erès, 1997.
- _____. Uma clínica para o nosso tempo. In: *A clínica lacaniana: a histeria*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.
- LEITE, Nina. *Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- LUNA, Clonagem humana: os limites entre o necessário e o possível. *Ciência Hoje*, São Paulo, SBPC, v. 30, n. 176, out. 2001.

- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- MELMAN, Charles. Por que o ICMS não é aplicável à sessão de psicanálise? In: GOLDENBERG, Ricardo. *Goza! Capitalismo, globalização e psicanálise*. Salvador: Ágalma, 1997.
- _____. *Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar*. Trad. de Rosane Pereira; organização e revisão técnica de Contardo Calligaris. São Paulo: Escuta, 1992.
- MILLER, Jacques A. A criança entre a mulher e a mãe. *Opção Lacaniana*, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 21. São Paulo, Edições Eolia, abril, 1998.
- _____. O sintoma e o cometa. *Opção Lacaniana*, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 19, São Paulo, Edições Eolia, 1997.
- MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MOLINA, Silvia. O sintoma do bebê. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Associação Psicanalítica de Porto Alegre, n. 13, 1997, Porto Alegre.
- MONTEIRO, Luiza P. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes em Goiânia*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- MOUGIN-LEMERLE, Régine. Sujeito do direito, sujeito do desejo. In: *Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1999.
- NASIO, Juan D. *Os olhos de Laura: o conceito de objeto a na teoria de J. Lacan seguido de uma introdução a topologia psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- _____. *Psicossomática: as formações do objeto a*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- _____. *Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- NOMINÉ, Bernard. O que me ensinam as crianças e seus psicanalistas: proposta para uma direção da cura. *Revista Carrossel*, Centro de Estudos e Pesquisa de Psicanálise e Criança, ano I, n. 1, out. 1997, Salvador, Bahia, 1997.
- OLIVEIRA, Sandra Marina Espinha. O romance familiar e suas exceções. *Curinga*, Escola Brasileira de Psicanálise – Minas Gerais, Belo Horizonte, n.15/16, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Ilusões na (da) linguagem. In: TRONCA, Italo T. (Org.). *Foucault Vivo*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e feitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.

_____. *Discurso e texto: formulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PAMPONET, Reinaldo. *Fixierung* e escritura do sintoma. *Opção Lacaniana*, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 21, . São Paulo, Edições Eolia, abril, 1998.

PÊCHEUX, Michel. (1975) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

_____. (1969) Análise automática do discurso (AAD-69) In: ORLANDI, Eni. P. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990a.

_____. (1982) Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, n. 19, jul./dez. 1990b.

_____. (1982) Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

_____. (1984) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PECHÊUX; M. & GADET. F. *La langue introuvable*. Paris: Maspero, 1981.

PORGE, Erik. *Os nomes do pai em Jacques Lacan: pontuações e problemáticas*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE n.17, 1999. Porto Alegre.

RIO TEIXEIRA, Marcus do Rio. O espectador inocente In: GOLDENBERG, Ricardo (Org.) *Goza! Capitalismo, globalização e psicanálise*. Salvador: Ágalma, 1997.

RIOLFI, Claudia Rosa. 1999. *O discurso que sustenta a prática pedagógica: formação de professor de língua materna* Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

RODRIGUES, Marieta Luce M. Observações sobre o discurso delinquente. In: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre, n. 12, 1996. Porto Alegre.

ROSA, Miriam Debieux. A subjetivação nas configurações familiares da “pos-modernidade”. *Revista Psicanálise e Universidade*, PUC-SP. São Paulo, jul./dez. 1998 – jan./jun. 1999a.

____. O discurso e o ato na produção do laço social: reflexões sobre a delinquência In: *Trata-se uma criança*. Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999b.

ROURE, Glacy Q. de . Em nome do amor. In: *Trata-se uma criança*: Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999a.

____. Família e violência: historicidade de uma prática. *Revista da Universidade Católica de Goiás*, v. 26, n.1, p.57-99, jan/mar, 1999b.

____. Em nome do Pai. In: SOUSA, Sônia, M. Gomes. *Infância, adolescência e família*. Goiânia: Câne Editorial, 2001.

ROZA, Luiz Alfredo Garcia. Narcisismo. In: *Artigos de metapsicologia*, 1914-1917. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

SADE, Donatien Alphonse François, Marquis de. *A filosofia na alcova; os preceptores imorais*: diálogos destinados à educação das mocinhas. Salvador: Ágalma, 1995.

SANTIAGO, Jésus. O pai não nos surpreende mais. *Opção Lacaniana*, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 21, . São Paulo, Edições Eolia, abril, 1998.

SAURET, Marie-Jean. *O infantil e a estrutura*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

SILVEIRA, Eliane M. *A ordem própria da língua: um desejo inconfesso*. 1997. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOUSA, Sônia. M. Gomes. *O significado de infância, educação e violência física para pais que cometeram violência física contra filhos*. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

SOUZA, Octavio. Reflexão sobre a extensão dos conceitos e da prática. In: ARAGÃO, Luiz Tarlei de ...et al. *Clinica do Social: ensaios*. São Paulo: Escuta, 1991

SOUEIX, André. O discurso do capitalista. In: GOLDENBERG, Ricardo. *Goza! Capitalismo, globalização e psicanálise*. Salvador: Ágalma, 1997.

SPÍNOLA, Suzana B. Psicanálise de crianças: a presença dos pais. *Curinga*, Escola Brasileira de Psicanálise. Minas Gerais. Belo Horizonte, n.15/16, 2001.

STEVENS, Alexandre. Entrevista. In: AGENDA 2000, VI JORNADA DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE – MG: A criança entre a mulher e a mãe. Belo Horizonte , 2000.

SUDBRACK, Marina Auxiliadora P. Introdução. In: ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2000.

TEIXEIRA, Antônio. O santo e o capitalista. *Opção Lacaniana*, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 23, São Paulo, Edições Eolia, dez. 1998.

VALDEZ, Diane. *Jornal Cidade de Goiânia*: publicação da Prefeitura Municipal de Goiânia. Goiânia: 2001, ano I, n. 3, dezembro de 2001, p. 09.

VALLAS, Patrick. *Freud e a perversão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

VEGH, Isidoro .et al. *Os discursos e a cura*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

VICENTE, Sônia. A fobia, o pai e o sintoma. *Revista Carrossel*, Centro de Estudos e Pesquisa de Psicanálise e Criança, ano I, n. 1, out. 1997, Salvador, Bahia, 1997.

VORCARO, A. *Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

WAINSZTEIN, Silvia. Discurso do mestre. In: VEGH, Isidoro .et al. *Os discursos e a cura*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.